

The background of the cover is a photograph of a newspaper rack filled with various newspapers. In the foreground, a decorative cutout in the shape of an eye is superimposed over the newspapers. The cutout has a dark pupil and a white, perforated iris. The newspapers in the background are slightly out of focus, with some text visible, such as 'Genmen' and 'WETTE'.

Observatório da Imprensa

Uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018

Organizadores
Pedro Varoni
Lucy Oliveira

Observatório da Imprensa

Uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018

Organizadores
Pedro Varoni
Lucy Oliveira

1ª edição

São Paulo
Editora Casa da Árvore
2018

Realização



*Observatório
da Imprensa*

Projor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Varoni, Pedro

Observatório da Imprensa: uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018 [recurso eletrônico] / Pedro Varoni, Lucy Oliveira. 1 ed. São Paulo: Editora Casa da Árvore, 2018.

ISBN: 978-85-66356-03-8

Modo de acesso: Word Wide Web:
<<http://observatoriodaimpresa.com.br/e-book>>

1. Jornalismo. 2. Crítica de Mídia. I. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. II. Observatório da Imprensa. III. Título.

070 (CDD)

Sumário

Apresentação

Observatório da Imprensa: Sempre vai valer a pena	4
Ai, que terra boa pra se farrear	6
A memória da crítica de mídia no Brasil	9

Capítulo 1

Das origens	12
-------------------	----

Capítulo 2

1996 - 2002 - Em meio à era FHC.....	33
--------------------------------------	----

Capítulo 3

2003-2010 - A era Lula	124
------------------------------	-----

Capítulo 4

2011-2016 - A era (interrompida) de Dilma	234
---	-----

Capítulo 5

2016 até hoje - Desinformação em rede.....	320
--	-----

Relação dos autores e textos.....	350
-----------------------------------	-----

Apresentação

Observatório da Imprensa: Sempre vai valer a pena

ALBERTO DINES é jornalista, escritor e
co-fundador do Observatório da Imprensa¹

Quando me preparava para começar a escrever minha coluna “Jornal dos Jornais” na *Folha de S.Paulo*, que estreou em 6 de julho de 1975, o velho Octavio Frias de Oliveira pôs a mão no meu ombro e disse: “Você vai arranjar muitos inimigos”. Dito e feito: eu os arranjei, e dentro da própria *Folha*. A coluna foi a matriz do ombudsman, tanto que, mais adiante, quando a *Folha* foi obrigada pelos militares a dar um recuo em sua ousadia editorial, em 1977, a minha coluna desapareceu. Por quê? Ela dava estímulo a certa rebeldia dentro do jornal.

Mais tarde, a *Folha* criou a coluna do ombudsman e o fez na mesma página 6 da minha coluna, aos domingos. E todos os ombudsmen tiveram boa relação comigo, muitos viraram amigos; mas eles hoje têm uma proteção que eu não tinha.

O jornalista brasileiro não está preparado para ser criticado. Nos Anos de Chumbo, a *Veja* não publicou a notícia da morte da Zuzu Angel e as ameaças ao Vladimir Herzog; os dois estavam sendo ameaçados e recorreram a mim. Antecipei na minha coluna as ameaças. Muitos jornalistas se chatearam comigo e uma colega me disse: “Você critica a censura, mas está sendo um censor também”. Eu respondi: “Não, estou sendo um censor”. Não há censura; ao criticar você não está censurando ninguém.

(1) Em depoimento a Norma Couri.

Uma das razões por termos escolhido o termo *Observatório da Imprensa* foi a inspiração do pensamento de um importante físico alemão, Werner Heisenberg (1901-1976), o criador da mecânica quântica. Ele dizia que, ao observar um fenômeno, você interfere no fenômeno. Ao observar a imprensa, você interfere nela, sem mandar, sem controlar.

Preocupa perceber que a crítica da mídia desenvolveu-se no Brasil, mas ganhou um certo viés ideológico. A nossa crítica no Observatório é não ideológica. É a crítica do comportamento da imprensa do ponto de vista puramente técnico-ético. Os colaboradores assumem o que escrevem. O grande perigo da observação da mídia hoje é confundir o viés.

O *Observatório* tem grande preocupação com a concentração da mídia; tínhamos uma pobreza enorme de mídia regional, de mídia comunitária – a concentração em cima empurrando a concentração para baixo. E a imprensa comunitária morrendo aos poucos, principalmente quando a TV Globo entrava e ninguém podia competir com ela. Nossa briga ganhou pontos, deu frutos. Ainda há muito campo para brigar.

O *Observatório da Imprensa* nasceu na internet, mas não nos ajoelhamos diante dela. Subordinamos a tecnologia ao texto, e não o contrário. É ferramenta, não deusa. O jornalismo existe há tanto tempo, desde a criação da imprensa por Gutenberg, em mil e quatrocentos e lá vai pedrada, porque ele é periódico, tem seu ritmo. Depois que acabou uma edição, começa outra. A internet não conseguiu até hoje se periodizar, com algumas exceções. Enquanto isso, nasceram experiências jornalísticas discretas e de alto nível, como a *piauí* e a *Serrote*. As empresas jornalísticas poderiam estar produzindo muita coisa desse nível. Há espaço para esse tipo de publicação.

No *Observatório* decidimos publicar tudo o que achamos importante sobre mídia, pode ser da *Folha*, do *Estado*, do *Globo*, de onde for, e se estiver em língua estrangeira, traduzimos. Já ouvi de muito leitor que nunca mais leu jornal do mesmo jeito. Discutir a mídia é uma coisa que uma pessoa simples pode fazer, para o bem e para o mal. O que nós criamos aqui foi uma agenda de debates. Na América, pelo menos, fomos os mais avançados de todos.

Há um caminho que é o de oferecer alternativas de pensamento e marcar presença, fazer história. Pensar grande. Ou fazer pensar. Se conseguimos isso até aqui, nessas duas décadas de *Observatório*, valeu a pena. Sempre vai valer a pena. ●

Ai, que terra boa pra se farrear

NORMA COURI é jornalista.

Da “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, João de Barro e Alberto Ribeiro fizeram uma paródia que a pândega Carmem Miranda cantou numa marchinha de Carnaval, em 1937:

*Minha terra tem lourinhas, moreninhas 'chocolat'
Minha terra tem palmeiras, onde canta o sabiá
Oh, que terra boa pra se farrear!*

É isso o que veio à cabeça de muito jornalista quando a internet virou terra de ninguém, onde as *fake news* imperavam, os dados não batiam e as matérias entravavam no campo da dúvida do leitor. “Não sei se é verdade... não sei se o autor é esse mesmo... mas aí vai” — seguiam seu caminho no Facebook, no Twitter, nos e-mails e pelo WhatsApp. Se era ou não era, já tinha ido, e assim nos afogamos/vivemos num mar de incertezas. Foi o que fez o jornalista Farhad Manjoo, do *New York Times*, passar dois meses se informando exclusivamente por jornais e revistas de papel, com alertas de notícias desativados no celular e sem acesso a redes sociais. Para concluir que a abstinência digital lhe deu mais tempo livre para questionar seu papel de consumidor de conteúdo on-line.

O que é o *Observatório da Imprensa*? O site é esse questionador, esse fazer pensar, essa pausa nas redes sociais, essa releitura e essa recolocação do leitor no lugar de crítico e filtro daquilo que deglute sem mastigar na mídia. Um site com credibilidade. Esta era a preocupação de Alberto Dines desde o momento em que foi convocado para tra-

balhar no *Jornal do Brasil*, no início dos anos 1960, quando decidiu montar um Departamento de Pesquisa com redatores como Fernando Gabeira e Murilo Felisberto – este, que depois foi fazer o *Jornal da Tarde*. Era uma escola de elite, com a função de abastecer o repórter e produzir matérias de análise. Com esse recurso, o *JB* foi capaz de enfrentar a TV Globo, fazendo pensar.

Dines sempre usou essa ferramenta na sua fértil profissão de 65 anos ininterruptos – e sempre pagou por isso. Desde os tempos do *Diário da Noite*, quando, em janeiro de 1961, um grupo de anarquistas portugueses e espanhóis sequestrou o transatlântico Santa Maria para chamar a atenção do mundo para a ditadura salazarista que então persistia. Salazar e Franco eram sobras do fascismo. Os sequestradores não eram da esquerda tradicional. Eram anarquistas. Sequestraram o navio perto da costa brasileira, a cerca de 200 km do Recife. E veio a ordem do Assis Chateaubriand para não dar uma linha nos Diários Associados. “Nunca tinha recebido uma ordem assim”, Dines comentou. “Não poder dar o fato, brigar com a notícia. Fiquei chocado.”

Durante dois dias, Dines decidiu dar o assunto na capa, na página central e na última página, abrindo bem as fotos. “Demos um show, mas Chateaubriand tinha o mesmo esquema de Salazar.” No terceiro dia, foi demitido. Mas o alarde do fascismo estava dado.

Aconteceu a mesma coisa quando a censura decretou que ninguém poderia dar manchete sobre a morte de Salvador Allende, no Chile, em 1973. Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil*, não teve dúvidas e publicou uma página que fez história: uma capa de jornal sem manchete, mas com texto em corpo grande, contando a história toda do “suicídio” de Allende. Três meses depois, foi demitido.

Foi este jornalista que ousou fazer no *JB* um “Diário das ordens da censura”, rebelde, provocador, e que nos anos 1990 decidiu retornar de Portugal, onde havia lançado meia dúzia de revistas da Editora Abril e ocupava o lugar de consultor do prestigiado jornal *Expresso*. Voltou ao Brasil para fazer alguma coisa pela imprensa do país dele, onde não seria imigrante, e faria pensar. Num computador simples, numa casinha alugada na Vila Madalena, em São Paulo, que se tornou sede da empresa Jornalistas Associados, criou, em 1996, o *Observatório da Imprensa* on-line, a exemplo de outro Observatório que já havia criado para os portugueses. Contou com uma equipe de primeira linha, o ex-reitor da Unicamp Carlos Vogt, os jornalistas Mauro Malin e José Carlos Marão,

aos quais se juntaram Luiz Egypto e, depois, a assessoria administrativa de Maria Luiza Werle. O projeto deu tão certo que, dois anos depois, Dines estava na televisão, ao vivo, como âncora de um programa semanal de boa audiência nas escolas de Jornalismo e entre o público mais qualificado. O *Observatório* na TV só foi retirado do ar à sua revelia, dezesseis anos depois.

O Observatório está aí, duas décadas depois. Não pode morrer. ●

A memória da crítica de mídia no Brasil

PEDRO VARONI e LUCY OLIVEIRA, editores.

A história não é linear. As narrativas que dão sentido aos fatos não devem perseguir uma linha reta, sob pena de cair em fórmulas esquemáticas. A existência do *Observatório da Imprensa* — como portal na internet, revista, programa de rádio e TV — inscreve-se na história de Alberto Dines e está associada à visão peculiar desse grande jornalista sobre a necessidade da existência de espaços para pensar criticamente a imprensa.

Entender a história do *Observatório da Imprensa* é, portanto, retroceder até os cadernos de jornalismo do *Jornal do Brasil*, criados por ele na segunda metade dos anos 1960, à coluna “Jornais dos Jornais”, publicada na *Folha de S.Paulo* na década seguinte, ou buscar na infância de Dines, no Rio de Janeiro, os primeiros sinais do chamado vocacional que iria trilhar. Esses movimentos, descontínuos, presentes nesta antologia, justificam a criação do *Observatório da Imprensa* e do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), no final dos anos 1990.

Não se pretende aqui um levantamento extensivo ou definitivo sobre a história do *Observatório da Imprensa*. O acervo do site reúne algumas dezenas de milhares de textos, sem contar as edições dos programas de TV, rádio e a versão impressa no formato de revista, que circulou entre 1997 e 2000.

Traços essenciais da obra de Dines, o apreço ao debate e a participação também marcam o *Observatório* desde o início. Criado na internet em 1996 para expandir-se gradativamente às outras mídias, convidando as pessoas a engajarem-se num fórum de ideias nitidamente progressistas, mas com um caráter apartidário e pluralista, a fim de

combater a intolerância. Esse conteúdo resulta de um projeto editorial inovador e pioneiro em relação à crítica de mídia no Brasil. É um patrimônio da sociedade brasileira.

Observar e criticar os observadores e mediadores da realidade – os jornalistas e o jornalismo – requer, além de acuidade e de um olhar perito, a sensibilidade de enxergar o não visto, de ver sem luz ou ir além das entrelinhas.

Este trabalho é apenas um ponto de partida. Selecionamos uma antologia de textos que costuram essa história e materializam pontos importantes sobre a relação entre jornalismo e democracia no Brasil na transição do século XX para o XXI até chegar às questões contemporâneas. Ler e escolher não foi uma tarefa fácil. Certamente, textos importantes ficaram de fora de nossa coletânea, um indicativo da necessidade de novas pesquisas sobre a memória do *Observatório*. Nosso critério baseou-se no desenrolar dos fatos vistos pelas lentes da imprensa, além do debate nascido de questões críticas como a regulação da mídia, o avanço da internet e a polarização política.

Optamos por dividir o trabalho em cinco capítulos. O primeiro faz uma breve genealogia da crítica de mídia no Brasil a partir da trajetória de Alberto Dines. O segundo demonstra como o *Observatório* se constituiu como espaço de referência crítica no contexto da transição entre o primeiro e o segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso, tratando de temas como a regulação da mídia, os silenciamentos e erros do jornalismo, bem como o incremento de uma ordem da espetacularização da vida pública. No terceiro capítulo, relativo aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, a ênfase foi nas alterações geopolíticas mundiais, em fatos que marcaram a vida nacional, bem como na relação entre mídia e governos. No capítulo quarto, os textos da antologia refletem um país e o mundo em ebulição, no período entre 2011 e 2016, correspondente ao período governado por Dilma Rousseff. As manifestações populares nos grandes centros urbanos, as denúncias de corrupção dão o tom de uma época em que o jornalismo se viu desafiado pelo real histórico.

No último capítulo, o quinto, a ênfase das reflexões publicadas pelo *Observatório* recai sobre dilemas éticos na cobertura da Lava Jato, a intolerância nas redes sociais e os novos desafios trazidos pelo ecossistema da desinformação.

Por tratar-se de uma publicação eletrônica, nossa antologia traz o

link de cada artigo publicado, além da reprodução de trechos marcantes.

Gostaríamos, por fim, de agradecer à valiosa ajuda de Luiz Egypto, editor do *Observatório* por dezoito anos, que nos abriu seu arquivo de memórias afetivas. Graças à generosidade de Egypto, nosso trabalho de pesquisa foi direcionado por caminhos mais seguros. Somos igualmente gratos à jornalista cultural Norma Couri e ao professor Carlos Vogt, ambos parceiros intelectuais de Dines desde o início do site.

Vida longa ao OI e ótima leitura! ●

Das origens

O *Observatório da Imprensa* inaugurou formalmente suas atividades no dia 1º de abril de 1996, com o lançamento do site pela internet ligado ao Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sob essa parte formal da história está o espírito inquieto e observador de jornalistas e pesquisadores que fizeram da crítica um exercício voltado não apenas para os outros, mas também para o próprio jornalismo. Hoje, o *Observatório* pertence a todos e todas que se interessam na luta por uma mídia que promova uma sociedade mais democrática.

É um fórum permanente onde, além de jornalistas e comunicadores, os usuários da mídia — leitores, ouvintes, telespectadores e internautas —, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, podem manifestar-se e participar ativamente num processo em que, até há pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos.



Num momento em que o debate ideológico confina-se à falsa questão das dimensões e atributos do Estado, é indispensável compreender as múltiplas convocações para que se aumente significativamente a atuação da Sociedade Civil, que não pode continuar reduzida a um conjunto de siglas de prestígio ou, no caso, minimizada como a combinação dos vários segmentos do mercado consumidor de informações.”²

(2) Seção “História do Observatório da Imprensa”
<http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>

O mentor dessa empreitada é, sem sombra de dúvida, seu criador, Alberto Dines. O jornalista, que quando jovem sonhava em ser cineasta, tinha na alma essa semente da reflexão e da crítica. Marcado pelo espírito da Segunda Guerra — Dines é filho de imigrantes judeus da Polônia —, sua relação com o jornalismo começou desde muito cedo.

“Recebíamos O Jornal, do Chateaubriand, talvez por influência do Samuel Wainer, que era repórter de O Jornal. Meu irmão, que é cinco anos mais velho do que eu, lia e nos explicava a situação dos Aliados e do Eixo. Eu sei a Guerra de cor. Mas não é de estudar em livros de História. Sei porque a vivi. (...) Eu lia tudo. A ponto de fazer um jornalzinho, apenas com recortes de publicações. A guerra chamava a atenção, mas por conta da cobertura da imprensa. Nós tínhamos um rádio Philips, daquele tipo tradicional, em que ouvíamos religiosamente o noticiário. Teve início o Repórter Esso e toda a família se reunia em três horários, de forma quase religiosa, para ouvir. Tinha que parar para ouvir, já que eram raras as pessoas que tinham carro e raríssimas as que tinham rádio no carro. O Repórter Esso era básico, nacional, fundamental, pois estava comprometido com a causa aliada. (...) Quem viveu a mídia desse período da Segunda Guerra e do pós-guerra, seja como leitor ou jornalista, é um privilegiado. A Segunda Guerra trouxe o mundo para dentro das casas. Por causa das rádios e dos jornais. Por causa da Força Expedicionária. Havia aviões Catalina afundando navios alemães — não todo dia, claro —, mas isso era noticiado. Havia blecaute em Copacabana, em Santos. A mídia levou a guerra para dentro de casa.”³

Esse espírito atravessado pela efervescência do século das guerras marcou Dines. Por onde passou, sua assinatura, a partir de um texto analítico, profundo e com um claro compromisso com a informação, era perceptível. Assim, torna-se um pioneiro na crítica de mídia no Brasil com iniciativas como a criação dos *Cadernos de Jornalismo no Jornal do Brasil* — nos anos 1960 — e com a coluna *Jornal dos Jornais*, na *Folha de S. Paulo*, na década seguinte.

(3) Entrevista Alberto Dines para o jornal da Associação Brasileira de Imprensa - jan/fev. 2012. “O rapaz que sonhava ser cineasta”.

<http://observatoriadaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed684-o-rapaz-que-sonhava-ser-cineasta/>

Repórter também é leitor - A criação dos cadernos de jornalismo

Por Alzira Alves de Abreu⁴

A ideia de criação dos *Cadernos de Jornalismo*, segundo Dines, ocorreu durante o curso de extensão de três meses que foi fazer na Columbia University, em Nova York, em setembro de 1964. O curso era voltado para editores de jornais latino-americanos. Para Dines foi a primeira experiência em uma universidade. O curso possibilitava que os estudantes, em grupo de três, escolhessem jornais onde fazer uma visita prolongada. Dines se juntou a um jornalista argentino e outro da Colômbia. Os três estiveram no *Los Angeles Times* e, depois, já sozinho, Dines foi para o *New York Herald Tribune* e o *New York Times*. Ao voltar para o Brasil tinha a ideia de aproveitar essa experiência. Uma das coisas que marcaram sua visita foi o que viu no *New York Times*: um mural enorme feito pela redação que se chamava *Winners and Sinners*. Vencedores e pecadores. O mural apresentava comentários sobre matérias publicadas pelo jornal, erros, críticas etc.

A direção do *Jornal do Brasil*, logo que Dines voltou dos Estados Unidos, incentivou-o a preparar algo de inovador. A inovação não poderia ser um mural, mas deveria ir na mesma direção. Dines falou então com Fernando Gabeira, que dirigia o Departamento de Pesquisas do jornal e propôs que ele participasse da criação dos *Cadernos de Jornalismo*. A empresa JB tinha uma gráfica pequena, e Dines conseguiu com o gerente da gráfica a impressão dos *Cadernos*, com uma pequena tiragem, para difundir internamente entre os jornalistas, os amigos e as agências de publicidade, a fim de discutir a profissão.

No texto de apresentação da primeira edição, Dines afirmava: "Este não é o jornal do jornal. É apenas um tímido ensaio de um jornal para jornalistas. Será isso possível? Será isso por demais pretensioso? Não conseguimos manusear com tanta habilidade a atenção e o interesse de centenas de milhares de leitores, não conseguiremos manobrar com os meandros da curiosidade dos jornalistas? Jornalista não é leitor? Se não é leitor, como conhece os seus segredos?" (nº 1, maio de 1965, p. 1). E, mais adiante: "Como cumprir

(4) É doutora em sociologia pela Universidade Paris-V e pesquisadora associada do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (da FGV)
<http://observatoriodaimprensa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/reporter-tambem-e-leitor/>

a função educativa e de difusão cultural se ao próprio jornalista não forem fornecidas oportunidades para o seu aprimoramento? Esta é a motivação número 1 desta publicação ainda que a meta seja grande demais para um grupo de jornalistas isolados alcançar" (p. 7). Ainda indicava que, embora o *Jornal do Brasil* tivesse facilitado recursos para a edição dos Cadernos, estes eram considerados um órgão à parte da empresa, não eram parte da edição diária, nem estavam sob a intervenção do colegiado de editorialistas.

Os *Cadernos de Jornalismo* abriram caminho para outras experiências feitas por Dines, como a coluna *Jornal dos Jornais*, na *Folha de S.Paulo*, na qual fazia críticas à mídia no período da ditadura militar, e o *Observatório da Imprensa*, em que passou a discutir o desempenho dos meios de comunicação de massa. Os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* devem ser vistos como parte de um processo de modernização da imprensa escrita no Brasil. Verifica-se que, à medida que avançava o desenvolvimento industrial, aumentava o peso da publicidade e a imprensa ficava menos dependente do poder público, assumindo um caráter mais empresarial. Com os *Cadernos* a atuação da imprensa foi se tornando mais crítica quanto ao seu desempenho, o que atingiu não só o JB como a imprensa brasileira em geral.

O espírito inquieto ganha ares de observador crítico na *Folha de S.Paulo*, a partir de 1975, com a estreia da coluna "Jornal dos Jornais", assinada por Dines. Logo na estreia, foi para o primeiro caderno ocupando duas colunas de cima abaixo da página.

"Quando o Cláudio Abramo foi me chamar, lá em Nova York, para vir para a *Folha* em 75, disse que era um projeto novo, que o jornal estava mudando completamente, que estava nascendo uma nova *Folha*. Cheguei e minha primeira surpresa se deu quando o Frias (Octavio Frias de Oliveira, publisher da *Folha*) me fez o convite para escrever diariamente na coluna "Rio de Janeiro", na página 2. Eu escrevia pouco, era um fazedor de jornais, aquilo já foi inusitado para mim. Então eu disse a ele: "Frias, quero lhe pedir uma coisa, e não vou cobrar um tostão a mais. Quero ter uma coluna semanal, pode ser na segunda-feira, no segundo caderno, escondidinha, para que eu faça uma crítica da imprensa". Ele disse: "Dines, não se meta nisso, você só vai fazer inimigos, arrumar dor de cabeça à toa". Eu, que estava nos Estados Unidos, acompanhei de perto o pós-Watergate, quando a imprensa norte-americana passou a se criticar muito, a criar os antídotos para evitar os excessos de

arrogância. Falei isso tudo para o Frias, da importância daquilo nos Estados Unidos. Ele ficou me olhando fixo e disse: "Está bem, faça, mas você vai arrumar inimizades, não diga que não lhe avisei". Qual não foi a minha surpresa quando ele determinou que, em vez de sair na segunda-feira e escondida, a coluna Jornal dos Jornais deveria sair aos domingos e no primeiro caderno. Ele percebeu que aquilo iria ganhar cada vez mais importância. A primeira coluna saiu no dia 7 de julho de 75."⁵

Domingo, 6 de julho de 1975

JORNAL DOS JORNAIS

ALBERTO DINES

A distensão é para todos

O direito à informação não funciona apenas num sentido, mas tem múltiplas direções: serve aos veículos para informar ao público e serve ao público para se informar sobre os veículos. Democracia vale para todos, caso contrário não é democracia.

A grande consequência do episódio Watergate, com repercussões mundiais, não foi apenas o fortalecimento da imprensa e a sua institucionalização como quarto poder. A dinâmica e a flexibilidade do processo democrático converteram os meios de comunicação dos EUA, simultaneamente, em grandes campeões e grandes alvos. O acusador, se não passou a acusado, pelo menos soube-se fiscalizado, o que lhe traz mais responsabilidade e ainda maior respeito.

Hoje, menos de um ano depois da renúncia de Nixon, desponta um novo tema até então circunscrito às academias, associações de classe e aos órgãos especializados "MEDIA CRITICISM". A imprensa, os jornalistas, os meios de comunicação, os conflitos de interesses, tudo está sendo salutarmente questionado, revirado, exposto.

Espontaneamente a imprensa se submete à mesma devassa que ela própria provocou na sociedade americana. Porque a imprensa integra a sociedade, é reflexo dela, não pode esconder-se em santuários que ela própria noje nos poderes políticos e econômicos.

Assim, a liberdade de imprensa finalmente está sendo usada, não está prestes a ser usada, em todos os sentidos e direções. E só assim o binômio liberdade-responsabilidade poderá ser posto em funcionamento. A opinião pública, despertada e estimulada pela imprensa, agora se acha no direito de saber o que se passa em seus bastidores.

No Brasil, a crítica à imprensa não é recente. A "Última Hora" de Samuel Wainer também nisso inovou com a famosa coluna de Octávio

de comunicação usam seus recursos e suas imaginações e produzem boa programação, conseguem avançar nas audiências da Rede Globo. O programa "Entrevista Coletiva", Gerado pela TV-Rio, é uma prova disto. A Rede Globo seria um monopólio se a sua política de preços criasse um "dumping" no mercado.

Acontece que o preço do tempo na Rede Globo é tão alto que permite aos demais canais e redes atrair uma linha de anunciantes que não têm condições de investir grandes somas em propaganda. A Rede Globo seria um monopólio se congelasse salários, se mantivesse adormecida sua criatividade. Não é o que acontece, os salários são altíssimos e o esforço para melhorar a qualidade da programação é evidente. Não se trata de monopólio, mas do competidores, até o momento, incompletos.

TV) A POLÍTICA DE TELECOMUNICAÇÃO ESTA CORRETA? Evidentemente não está. Apesar das doutrinas e estudos do Ministério das Comunicações, a política de concessões de canais esteve completamente errada até agora. Oferecer canais de TV a empresas que também possuem jornais e revistas é prejudicial ao setor, correntes que não as têm e que ficam condescendidos a ser conatados pelos recursos da comunicação eletrônica. Evidentemente que a mal está feito, tanto no caso da Rede Globo como no próprio caso da futura TV-JB. Não se pode e não se deve voltar atrás. Mas pode-se aparar certas anomalias, criando-se mecanismos que possibilitem o famoso "equal time" (tratamento igual) aos veículos impressos que não estejam associados a uma rede. Veja-se que o jornal "O Globo", se tivesse que pagar à Rede Globo o tempo que está em 1974 afluindo para promover o jornal, teria que desembolsar quase 30 milhões de cruzados. Evidentemente não o faz, mas de um concorrente se exigiria o pagamento integral.

O novo Código Nacional de Telecomunicações está sendo preparado sob sigilo, quando deverá

FONTE: ACERVO FOLHA DE S. PAULO

(5) Entrevista de Alberto Dines, publicada em 04 de julho de 1997, na Folha de S.Paulo <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq040744.htm>

Como ressalta Dines, a imprensa da época não estava preparada para uma avaliação crítica e sistemática de sua atuação; houve muita queixa, mas também muita repercussão. A coluna seguiu até 1977, quando foi interrompida depois do afastamento de Cláudio Abramo da direção de Redação da *Folha* e da prisão do cronista Lourenço Diaféria, após a publicação de um texto que irritou os militares. Em 1980, Dines é demitido da *Folha*. Essa trajetória é explicada por Luiz Egypto, num texto assinado por Caio Túlio Costa intitulado "Entre o cosmos sangrento e a alma pura", publicado nas comemorações de vinte anos do OI, em 2016:

"(...) Dines havia retomado seu artigo na segunda página da *Folha* em 1978. Retirara-se da chefia da sucursal depois da greve dos jornalistas de São Paulo, em maio de 1979, mas mantivera-se como articulista na página dois e assinava com as iniciais, AD. No entanto, no começo de 1980 alguns de seus artigos começaram a ser recusados. A ditadura continuava em pleno vigor e os nervos seguiam à flor da pele. No auge de uma greve dos metalúrgicos do ABC paulista, no mesmo abril de 1980, Dines escreveu o artigo "São Paulo e os dois Paulos" (referência a Paulo Maluf e d. Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo). Não foi publicado. (...) em seguida escreveu outro, sobre o mesmo tema, com outro título. Não saiu. Insistiu no assunto pela terceira vez; também não saiu. Decidiu então publicar no Pasquim.

O próprio Dines explicou: "Eu era muito ligado ao pessoal do Pasquim, que sempre me perguntava se eu não queria escrever para eles, e tive uma ideia: (...) criei, naquela hora, uma seção, que depois eu continuei, chamada 'Jornal da Cesta', com uma frasezinha que atribuí a Shakespeare, porque no Pasquim você podia fazer isso, dizendo: 'A história da imprensa não se faz só com o que sai publicado, mas com o que vai para a cesta'. Botamos o artigo, paginado como se fosse a página 2 da *Folha*, escrito embaixo: AD." O "Jornal da Cesta" virou coluna no Pasquim. Acabou demitido da *Folha*.⁶

(6) <http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/entre-o-cosmo-sangrento-e-a-alma-pura/>

Anos depois, o criticismo volta a dar seus ares na revista *Imprensa*, numa coluna intitulada desta vez como "Observatório". O editor na época era Luiz Egypto, que depois assumiu a editoria do OI por 18 anos.

"Eu não suspeitava da real intenção de tanta insistência. Dines estava disposto a fixar o nome "Observatório" porque já tinha em mente a construção de um veículo de crítica de mídia intitulado Observatório da Imprensa. (...) Seu argumento maior, e acertado, era o de que o jornalismo e as liberdades de imprensa e de expressão são tão necessários à democracia que sua prática e manutenção são garantidas pela Constituição. Ora, se a mídia e a atividade profissional são protegidas pela letra constitucional, então os seus operadores devem prestar contas à sociedade que garante a sua existência e consome os seus conteúdos e serviços."⁷

Ao Dines, com carinho

Por Carlos Vogt⁸

Em uma tarde de 1993, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), recebi, por intermédio de Luiz Schwarcz, a notícia – depois confirmada por José Marques de Melo – de que Alberto Dines queria falar comigo sobre um projeto de criação de um programa de jornalismo na Unicamp, universidade de que eu era reitor, na ocasião.

Dines estava em Portugal e tinha vindo ao Brasil, um pouco antes, no ano anterior, para um tratamento de saúde, tudo isso envolvendo, além de outras atividades, sua pesquisa e a produção de seu trabalho fundamental sobre Antônio José da Silva, publicado em livro com o nome de *Vínculos e Fogo* (Companhia das Letras, 1992).

Dines, como ele próprio relata, passava as manhãs de Lisboa prisioneiro de seu projeto na Torre do Tombo, à tarde, ia para a Editora Abril e, à noite, lia

(7) Luiz Egypto, "A inspiração e a alma", 24 de março de 2016. Observatório da Imprensa, <http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/a-inspiracao-e-a-alma/>

(8) Professor titular na área de semântica argumentativa e coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Unicamp, onde foi reitor de 1990 a 1994. <http://observatoriodaimprensa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/ao-dines-com-carinho/>



O Labjor não só foi o berçário e abrigou o *Observatório* nos primeiros anos, como foi impregnado pela militância intelectual e institucional que o caracteriza desde as origens e cujo ator incansável, inteligente, culto, sagaz, versátil e polêmico é Alberto Dines."

e escrevia, trabalhando o material que sua pesquisa ia organizando.

A bolsa da Fundação Vitae estava prestes a terminar, e o trabalho na Abril permitia-lhe esticar a estada e dava-lhe, então, condições para seguir adiante com os estudos e as investigações para a obra sobre o autor brasileiro do teatro português no século 18, morto ainda jovem, queimado, num auto da fé da Inquisição, com apenas 34 anos, em 1739.

Interesses comuns

Fizemos o contato, Dines me escreveu e eu, que tinha uma viagem programada para Paris, combinei com ele de passar por Lisboa, na volta, para conversarmos e, eventualmente, avançarmos com a ideia da criação de um programa e mesmo de um centro de estudos em jornalismo.

Havia, pois, uma disposição da universidade para um empreendimento dessa natureza que vinha, enfim, encontrar-se com Dines e com a ideia inovadora e precursora que ele alimentava, preparando também, no fundo, a sua volta ao Brasil, no período pós-Fernando Collor e no cenário dos tempos melhores que o governo de Itamar Franco e, depois, de Fernando Henrique anunciavam.

Cheguei a Lisboa e fui recebido pela Norma Couri e pelo Dines com uma simpatia, um carinho e uma acolhida tais que a sensação que compartilhamos era de velhos amigos com saudades de não ter se conhecido antes.

Norma, que estava em Lisboa como correspondente do JB, e Dines hospedaram-me num hotel maravilhoso na rua das Janelas Verdes, cujo nome, se bem me lembro, reportava à sua própria localização. Passeamos, comemos bem, tomamos bons vinhos, fomos a Cascais e a Sintra e paramos no

Canto 3 d'Os Lusíadas, de Luís de Camões, no Cabo da Roca, "aqui (...) onde a terra se acaba e o mar começa".

Tiramos fotos e seguimos embalados, pelo fim de semana de azul e luz, nas conversas sobre os planos de criação do que viria a ser, em 1994, o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, o Labjor, da Unicamp; depois, em 1996, também berçário do Observatório da Imprensa, cuja infância, adolescência e idade adulta sempre tiveram em Dines a referência segura, criativa e constante, na constância de sucesso de sua trajetória.

Assim, com o apoio institucional da Unicamp e com o abrigo junto ao Projor/Labjor, em 1º de abril de 1996 o OI estreia na internet. Este é outro aspecto inovador – o *Observatório* já nasceu sob o signo da internet, colocando-se novamente à frente de seu tempo. E isso se multiplicou rápido. Logo, o OI passou a ser replicado pelo UOL, depois pelo IG e depois, autonomizado, pelas redes sociais. A chegada às mídias "tradicionais" ocorre por causa de sua presença digital. Com o apoio da Xerox, The Document Company, começa a produzir uma revista mensal impressa a partir de agosto de 1997. Eram cerca de 3 mil exemplares distribuídos pelos correios para quem quisesse receber. Em maio de 1998, estreia o *Observatório da Imprensa* na TV e o rádio começa a veicular programas em maio de 2007.

01

1994

LABJOR

Em abril de 1994, é criado o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

1996

02

OBSERVATÓRIO

Em abril de 1996, é lançada, na internet, a primeira edição do *Observatório da Imprensa*

Em outubro, o *Observatório* passa a ser replicado pelo portal UOL

1997

03

REVISTA

Em agosto de 1997 é inaugurada a *Revista Observatório da Imprensa*

1998

04

TELEVISÃO

Em maio de 1998, o *Observatório* passa a contar com um programa de TV

2001

05

SEMANAL

Em janeiro de 2001, o *Observatório da Imprensa* na internet passa a ter periodicidade semanal

2007

06

RÁDIO

Em maio de 2007, é lançado o programa de rádio do *Observatório*

Linha do tempo do *Observatório da Imprensa*

Nº 1 - 1996-04-01 

Seções

Primeiras Edições

PRIMEIRAS EDIÇÕES > BRINDO-DEPENDÊNCIA

Quando conseguirão os jornais desatrelar-se dos fascículos ?

Por Alberto Dines em 01/04/1996

"O que diferencia um (jornal) do outro é o nome da enciclopédia que encartam..." Quem o diz é o poeta, ensaísta, tradutor e professor José Paulo Paes em entrevista nas páginas amarelas de Veja de 3/4/96. Um dos fenômenos mais... [Saiba mais](#)

PRIMEIRAS EDIÇÕES > CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

E a Sociedade Civil?

Por Alberto Dines em 01/04/1996

O novo Conselho de Comunicação Social montado pelo senador José Sarney tem representantes de todos os interesses e corporações. Menos dos destinatários da mídia. Oito anos depois de promulgada a Constituição de 88, a Presidência do Senado finalmente definiu a... [Saiba mais](#)

PRIMEIRAS EDIÇÕES > A GUERRA SANTA NA MÍDIA

Como a Concorrência na TV trouxe a questão da liberdade religiosa

Por Alberto Dines em 01/04/1996

OS FATOS: · A agudização da crise começou quando foi anunciado o novo seriado de Dias Gomes, Decadência, na TV Globo, em que um dos personagens menos simpáticos é um pastor sem escrúpulos (fim de Agosto de 95). · ... [Saiba mais](#)

PRIMEIRAS EDIÇÕES > ENTRE ASPAS

Como eles lêem, ouvem, vêem

Por José Paulo Paes em 01/04/1996

"Na realidade, o que me perturba é que o mundo de hoje está muito burro. Nós temos uma oferta de bens culturais que seria inimaginável para os nossos antepassados e, entretanto, pouco se usufruem esses bens. Eu acho uma... [Saiba mais](#)

Reprodução da 1ª edição do OI na internet
<http://observatoriodaimprensa.com.br/edicao/1/>

<http://www2.uol.com.br/observatorio/>

Observatório da Imprensa

VOCÊ NUNCA MAIS VAI LER JORNAL DO MESMO JEITO

Versão impressa com o resumo das edições de 5 e 20 de julho e 5 de agosto de 1997 - nº 1 - agosto 1997

O Observatório impresso

Carlos Vogt (*)

O Observatório de Imprensa tem muitas marcas pioneiras. A primeira delas deve-se ao seu autor e coordenador Alberto Dines. Foi ele que, sobre sua experiência com o Observatório de Imprensa de Lisboa e sobre as fontes primárias do seu "Jornal dos Jornais", na *Folha*, há mais de vinte anos, entusiasmou-se, apaixonou-se e tem realizado quinzenalmente a edição eletrônica do único *media watcher* nacional.

A segunda marca de pioneirismo está relacionada aos aspectos institucionais que envolveram o Observatório. Criado por iniciativa do Labjor, logo o projeto alçou voo e instalou-se no Universo On Line, contando para isso com o apoio do Instituto Uniemp e do Grupo de Trabalho (GTAS) do Comitê Gestor da Internet.

A sua terceira peculiaridade tem a ver com o espírito crítico, a sagacidade e o caráter polifônico dos observadores que deste Observatório observam estrelas, constelações, firmamentos, mas também grãos de areia e pinimbas, de si próprios e dos outros.

O Observatório da Imprensa imprime-se. Pela edição impressa tenho o mesmo entusiasmo com que Dines me contagiou quando decidimos "fundar" o Observatório eletrônico. Tenho ainda a desconfiança polígrafa de que nessa nova roupa antiga a cidadania do projeto vai andar também engalanada.

(*) Carlos Vogt é coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp e do Grupo de Trabalho de Articulação com a Sociedade (GTAS) do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A corrida pelo furo

O leitor está mais preocupado com a notícia em primeira mão ou com a qualidade do que lê?

Provão para jornalistas

Escolas de Jornalismo serão avaliadas pelo Exame Nacional de Cursos do MEC

Fichas na mesa

Jornalões revelam o seu jogo na cobertura da manifestação "Abre o Olho, Brasil". Pág. 10

Cine da Notícia

Alberto Dines

A crise das polícias e a burocratização da pauta.

Ninguém ganhou com a Síndrome Anti-Globo

Pág. 8

Caixotins

Ivan Lessa, Ruy Castro, Rogério Pacheco Jordão, Vitor Szejnjer e Vítor Buaiz.



Caixa-postal

O leitor de olho na mídia.

APÓLO

THE DOCUMENT COMPANY
XEROX

Capa da revista *Observatório da Imprensa*, editada por Luiz Egypto: edição nº 01, de agosto de 1997

<http://www2.uol.com.br/observatorio/>
**Observatório
da Imprensa**

VOCÊ NUNCA MAIS VAI LER JORNAL DO MESMO JEITO

Versão impressa com o resumo das edições eletrônicas 5 e 20 de dezembro de 1998 - Nº 17 - Janeiro 1999

Ano novo

A cada virada de ano há uma tendência natural de a imprensa produzir balanços e traçar perspectivas para o novo período que se inicia. Independente do calendário, são iniciativas que costumam embutir boas oportunidades de reflexão sobre o passado recente e podem ser de muita valia no planejamento e calibragem de ações futuras. Atitudes que os meios de informação deveriam ter como prática contumaz, cotidiana. Se assim fosse, muito provavelmente não se teria um 1998 como o que se viu na mídia e os estragos daí decorrentes, tema da matéria principal desta edição. A diferença, a se comemorar, é que agora - e cada vez mais -, as derrapadas éticas, os erros de informação e as manifestações disfarçadas de má-fé começam a ser identificadas e contestadas com maior frequência pelo leitor-espectador-cidadão.

A se comemorar, ainda, o início, na terça-feira, 5 de janeiro, da transmissão ao vivo, também para São Paulo, do programa *Observatório da Imprensa na TV*, gerado na TV Educativa, do Rio de Janeiro. A versão televisiva do *Observatório* permite, agora, a participação direta do público paulista, em tempo real.



Circo da Notícia

Mídia fez bom trabalho na cobertura dos 30 anos do AI-5

Veja e o casamento promiscuo entre jornalismo e publicidade

Pág. 8

Cidadania

A perigosa omissão diante das chacinas

Casos de inoperância das entidades auto-reguladoras

Pág. 2

Caixotins

Afonso Júnior, Esdras do Nascimento, José Antonio Palhano, Lira Neto, Mauro Malin e Renato Sabbatini

Pág. 12

Religião

A volta por cima da Igreja com seus padre aromáticos

Pág. 18

Caderno do Leitor

O cidadão de olho da mídia

Pág. 15

APOIO

THE DOCUMENT COMPANY

Capa da revista *Observatório da Imprensa*, editada por Luiz Egypto: edição nº 17, de janeiro de 1999

<http://www2.uol.com.br/observatorio/>
**Observatório
da Imprensa**

VOCÊ NUNCA MAIS VAI LER JORNAL DO MESMO JEITO

Versão impressa com o resumo das edições on line de 5/11, 20/11 e 5/12 de 1999 - Nº 27 - Dezembro 99/Janeiro 2000

8

Circo da Notícia

*Charge de primeira
Febem e a infernal
cobertura do inferno
Operação casada*

7

Cidadania

*Por que querem
amordaçar o
Ministério Público*

12

Caixotins

*Adriano Rodrigues de Faria,
Cícero Félix, Cláudia Lemos,
Isabela Nogueira, João
Ubaldo Ribeiro e Juca Kfourir.*

15

Caderno do Leitor

O livro-bomba

*"Notícias do Planalto" desvenda as relações
perigosas entre a imprensa e o poder*

Pág. 4

Rebelião no Los Angeles Times

Redação se insurge contra negociatas corporativas

Pág. 2

FRUTOS DA INVESTIGAÇÃO

A imprensa virou notícia. E que notícia! Há pelo menos três anos este *Observatório* sustenta que, numa sociedade verdadeiramente democrática, a imprensa tem que ser alvo de controvérsias. Precisa ser discutida e para ser discutida a imprensa precisa ser observada. Para legitimar-se como a consciência crítica, tem que admitir a crítica.

A imprensa foi para a berlinda graças a um livro com 700 páginas de pura dinamite sobre o período Collor, escritas por um dos protagonistas, o ex-diretor da revista *Veja* Mario Sergio Conti. Grande parte da celeuma está centrada em casos pessoais com uma certa dose de sensacionalismo. Não importa se Collor fez o que fez porque aproximou-se dos jornalistas e não dos patrões. O que nos interessa é constatar que,

em determinado momento, houve manipulação e, se houve manipulação, o sistema como um todo está sob suspeição.

...

Já comentamos o desaparecimento da grande reportagem de polícia. Hoje as páginas de polícia misturam-se à política, economia e colunas mundanas. Isso não aconteceu por acaso. O narcotráfico não é um problema apenas policial - é social, político, nacional e internacional. É sobretudo um problema cultural. O narco-consumo é um estilo de vida, por isso ganhou dimensão. Na pista do tráfico, coube a um jornal regional, o *Correio Popular*, de Campinas, relembrar à sociedade brasileira como é importante o jornalismo policial. E de como é bom voltar a ter uma imprensa efetivamente investigativa.

Observatório na Internet

Edições quinzenais, atualizadas nos dias 5 e 20 de cada mês
<http://www2.uol.com.br/observatorio>

APOIO

THE DOCUMENT COMPANY

XEROX

Capa da revista *Observatório da Imprensa*, editada por Luiz Egypto: edição nº 27, de dez/99 e jan/2000

Um compromisso, uma história, um saldo

Alberto Dines

02 de maio de 2006. nº 336, ano 11⁹

O *Observatório da Imprensa* nasceu numa universidade (Unicamp) mas não é um projeto acadêmico.

Começou num Laboratório (Labjor), como experimentação, mas recusa o hermetismo teórico.

Procurou combinar inovação com participação pública. Serviu-se da tecnologia mas recusa ser escravo dela.

Ao escolher a designação de observatório estava consciente de que a observação de um fenômeno é a forma correta de nele intervir.

Comprometeu-se a incentivar a discussão sobre a imprensa e os meios de comunicação na presença de um interlocutor crucial, indispensável e, não obstante, sempre esquecido – a sociedade. Diversificada, pluralista, e por isso sábia. Razão pela qual em todos os seus formatos busca a interatividade com suas audiências. São elas que o legitimam. São os seus interesses que o pautam.

Documentos fundadores

O *Observatório da Imprensa* buscou a noção de excelência em jornalismo no exato momento em que a mídia impressa brasileira inebriava-se com os malabarismos do marketing e as soluções mágicas trazidas por consultores internacionais.

Partiu do pressuposto de que o jornalismo é um exercício crítico permanente ao qual todos devem ser submetidos, sobretudo o próprio jornalismo. Quando a imprensa se exclui do debate torna-se automaticamente suspeita.

Sempre esteve ciente de que a democracia é um processo dinâmico e que cada poder necessita de um contrapoder para equilibrá-lo. O único e legítimo contrapoder ao poder da imprensa é a conscientização do cidadão-leitor, cidadão-ouvinte, cidadão-telespectador e cidadão-internauta.

Considera o exercício crítico como ação política, mas a partidarização desta crítica converte-a em algo tão enganoso quanto as manipulações que pretende corrigir.

(9) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-compromisso-uma-historia-um-saldo/>

Pretendia-se de início criar um fórum, depois um veículo, acabou transformado num fórum-veículo, imperiosamente periódico, podium em movimento, e submetido às mesmas exigências de qualidade que exige dos demais meios de comunicação.

Com estas convicções criou-se e se mantém o *Observatório da Imprensa*. E como um dos esteios deste projeto é a absoluta transparência, cabe ao leitor avaliar o quanto foi alcançado. (...)

Um projeto em gestação

A Imprensa está enferma. Livre, demasiadamente livre (segundo alguns), é hoje o alvo preferido das críticas dos meios políticos, intelectuais, acadêmicos e – o que é mais grave – dos próprios jornalistas.

O espaço e o tempo que a mídia ocupa dentro da própria mídia são cada vez maiores, o que não significa que os problemas estejam sendo corretamente observados. Ao contrário: alguns destes espaços cativos, como é o caso do ombudsman da *Folha de S.Paulo*, reforçam ainda mais os vícios vigentes.

O remédio mais eficaz e menos arriscado para o sistema democrático tem sido a criação de organizações destinadas a acompanhar o desempenho da mídia e chamar a atenção para os eventuais excessos. O que os americanos chamam de *media watching* é uma forma de sensibilizar tanto a sociedade como os profissionais para o papel crucial que os meios de comunicação hoje desempenham.

Nos Estados Unidos já existem algumas destas organizações não-governamentais, sendo que as mais importantes tem conotações políticas muito evidentes: a FAIR (Fairness & Accuracy in Reporting), fundada em 1986, pretende contrabalançar o poder do establishment na grande imprensa. Sua contrapartida conservadora é a Accuracy in Media. FAIR publica uma revista bimensal, *Extra !*, considerada uma instituição dentro da instituição.

Na França foi criado no início de 1995, junto ao CFPJ (Centre de Formation et Perfectionnement des Journalistes), uma congênere, o *Observatoire de la Presse* que tem três objetivos: a) publicação de um relatório anual sobre o estado da imprensa; b) organização de seminários e jornadas de estudo destinadas aos profissionais; e, c) realização de estudos e pesquisas de opinião, por encomenda de empresas ou entidades sobre o jornalismo, jornalistas e o leitorado.

Em Portugal, antes ainda, em 1994, foi fundado um Observatório da Imprensa, patrocinado por um grupo de jornalistas das principais empre-

sas, preocupados com a sua profissão e sem compromissos com entidades corporativas.

Ao ser criado na Unicamp, em abril de 1994, o Labjor (Centro de Estudos Avançados de Jornalismo) pretendia atuar nas três vertentes da congênera francesa: a) no campo acadêmico em cursos de extensão, especialização e pós-graduação; b) junto ao mercado através de projetos de formação e treinamento, inclusive para professores de jornalismo; c) junto à sociedade ajudando a promover o senso crítico nos destinatários do processo informativo.

O que temos observado nestes primeiros meses de atividades do Labjor é que o *media watching* não pode ficar restrito a uma única instituição, sob pena de perder legitimidade. Deve tentar reproduzir, de forma espontânea e informal, a própria sociedade com toda a sua diversidade.

Para atender à terceira vertente do Labjor, sugere-se a criação de um *Observatório da Imprensa* (ou da Mídia, já que os problemas transcendem o jornalismo e envolvem todos os meios de comunicação). Seria uma associação de entidades necessariamente não-corporativas, pilotadas pelo Labjor e entre elas o Cebrap (representando o segmento acadêmico de alto nível), eventualmente o Instituto Roberto Simonsen (representando o setor mais intelectualizado do empresariado), associações de magistrados (jamais a OAB), de psicólogos e psicanalistas, de educadores etc.

Estas parcerias devem ser cuidadosamente examinadas de modo a evitar a politização do debate e a reedição da 'miniaturização da sociedade civil' no último período da resistência contra o regime militar, que acabou caricaturada numa coleção de siglas.

Este é um trabalho que não pode ser executado filantropicamente. Alguns profissionais terão quer ser contratados e [montada] uma infra-estrutura mínima para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas.

O acompanhamento do desempenho da imprensa só se efetivará na medida em que a sociedade dele possa tomar conhecimento, caso contrário será ineficaz, estéril e, sobretudo, sem possibilidade de gerar debates. Três canais de comunicação deverão ser instituídos: I) um programa regular em TV Pública, com periodicidade moderada; II) um nicho na internet com atualização diária ou semanal; e III) uma publicação mensal ou bimestral para veicular os estudos produzidos no período.

Uma vez montado o primeiro Observatório em São Paulo será fácil exportar o modelo de organização para outros estados, de modo que o processo de acompanhamento da imprensa possa ser executado em nível local. [A.D., Lisboa, dezembro de 1994] (...)

Os primeiros alicerces

O que é o *Observatório da Imprensa*?

Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira.

O *Observatório da Imprensa* funcionará como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes e telespectadores, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até agora, desempenhavam o papel de agentes passivos.

O fórum está previsto para reunir-se mensalmente, em sessões abertas, com pauta e programação a serem divulgadas.

Para que um *Observatório da Imprensa*?

No caso da mídia, a cidadania foi convertida num conjunto de consumidores, ficticiamente vocalizados por pesquisas de opinião pública que empregam metodologia quantitativa, necessariamente redutora e, com pautas alheias aos reais interesses e necessidades dos opinadores.

Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos em vários artigos da Carta Magna, o que pressupõe imperiosas contrapartidas em matéria de deveres e responsabilidades sociais.

Será este serviço público (e não as empresas ou os profissionais que executam as suas diretrizes) a matéria-prima das avaliações e diagnósticos. O *Observatório da Imprensa* não pretende competir, substituir ou alinhar-se às tradicionais entidades associativas, como a ABI, a FENAJ, a ABERT, a ANJ e a ANER.

Num momento em que o debate ideológico confina-se à falsa questão das dimensões e atributos do Estado, é indispensável compreender as múltiplas convocações para que se aumente significativamente a atuação da Sociedade Civil, que não pode continuar reduzida a um conjunto de siglas de prestígio ou, no caso, minimizada como a combinação dos vários segmentos do mercado consumidor de informações.

A Sociedade Civil deve compreender sucessivos níveis de monitoração e

atuação de forma a diminuir a distância entre os poderes e a cidadania, convertendo-se ela própria numa instância. No caso dos meios de comunicação de massa, o *Observatório da Imprensa* propõe-se a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os mediados preenchendo o nosso 'espaço social', até agora praticamente vazio.

Embora pioneiro, o *Observatório* não pretende ser único. O início de suas atividades serve como convocação a outros grupos para fazerem o mesmo (...)

A quem pertence o Observatório da Imprensa?

Pertence a todos os que se interessarem pela continuação deste projeto. Está sendo organizado no estado de São Paulo pelo LABJOR (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo) da Unicamp porque este, além das suas atividades de formação, treinamento, reciclagem e consultoria nos campos profissional e empresarial, tem compromissos com a conscientização dos destinatários da mensagem jornalística, sem a qual resultarão insuficientes todos os esforços de qualificação da nossa imprensa.

Podem-se criar outros Observatórios no país?

O nome e normas de funcionamento do *Observatório* estão disponíveis a todas as comunidades do território nacional, desde que mantidos os pressupostos que nortearam a sua fundação.(...)

Como será a comunicação do *Observatório* com a sociedade?

Além do fórum regular, breve será franqueada na internet uma home page com o mesmo título e que conterá a súmula das reuniões mensais, o calendário de eventos futuros e, sobretudo, a participação das congêneres e cidadãos que desejarem manifestar suas opiniões a respeito dos assuntos. O endereço será obspress@sol.uniemp.br. [Março de 1996]

A semente do programa de TV

PARA: Alexandre Machado, Diretor de Jornalismo, TVE

DE: Alberto Dines

DATA: 14 de Agosto de 1996.

ASSUNTO: Observatório da Imprensa

Alexandre, meu caro:

Espero que já tenha examinado a nossa home-page na Internet e lido o manifesto que acompanhou seu lançamento. Com isto, dispenso-me de oferecer a fundamentação conceitual. O programa de TV pretende os mesmos objetivos com outro formato, periodicidade e, naturalmente, âmbito.

Alguns destaques:

- O título pertence ao Instituto Uniemp, que o cederá por empréstimo à Fundação Roquete Pinto.
- A fim de caracterizar o programa com uma ferramenta legítima da sociedade para acompanhar aquilo que lhe diz respeito, é indispensável que além dos âncoras esteja presente um elenco de figuras oriundas dos vários segmentos sociais. Esta busca de representatividade implica uma escolha criteriosa dos intervenientes (alguns regulares, outros esporádicos) para evitar que o programa transforme-se num veículo sobre jornalismo para jornalistas.
- O mix deve incluir jurista, educador, cientista social, psicólogo, empresário, legislador e fonte (em qualquer nível).
- Estes moderadores não precisam necessariamente estar nos estúdios do Rio, podem participar de São Paulo e Brasília. O que implica estipular que o programa será ao vivo, formato de videoconferência.
- Além do âncora seria interessante uma coadjuvante para dinamizar a parte do estúdio e até para funcionar como substituta em caso de emergência.
- Nomes para integrar a 'sociedade civil': (...)
- Acho que a imprensa deveria aparecer ao vivo, em pé de igualdade com os críticos. Em reportagem editada, poderia considerar-se prejudicada.

Sugiro um *brainstorm* aqui em São Paulo (...) para ampliar os candidatos

ao elenco e discutir o programa, infra-estrutura, insumos etc. Depois desta reunião, estaríamos em condições de fazer uma maquete ou programa-piloto. Não sei se a TVE tem um departamento de intercâmbio internacional. Caso positivo, tentar pedir nos EUA, França e Inglaterra cópias de programas similares sobre mídia. [*Grande abraço, A.D.*] ●

Em meio à era FHC

1 996: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso estava em seu terceiro ano de mandato, com a promessa de manter e estabilidade econômica do país conseguida com o Plano Real; o país caminhava para uma estabilidade democrática ausente por décadas. No âmbito da comunicação, a Internet dava os primeiros passos no país e, em 1º de abril, estreia nessa plataforma o *Observatório da Imprensa*. A política, as tragédias, as “barrigadas” da mídia e, em especial, a cobertura do jornalismo sobre o cotidiano do mundo e do Brasil são a pauta-guia do OI. Além disso, alertar para os “silêncios”, os esquecimentos, os assuntos que não têm espaço na imprensa: uma vocação vanguardista que se mantém até hoje no OI. Bem como os libelos críticos sobre a comunicação assinados por grandes nomes computaram a pauta do OI nesse período, no primeiro recorte aqui apresentado, que segue até 2002.



Só não publicávamos textos apócrifos, ofensas pessoais, manifestos, pedofilia e qualquer tipo de intolerância (racismo, antisemitismo, machismo). Mesmo que discordássemos, tudo que tinha a ver com crítica de mídia era publicado, nos tornando o maior fórum de discussão de comunicação no país, mesmo que fosse crítica a nós mesmos.”¹⁰

(10) Luiz Egypto, editor do OI de 1998-2015, em depoimento aos organizadores desta publicação.

Primeiro texto publicado no OI na edição de estreia – no dia 1º de abril de 1996. Ao todo, a edição teve quatro textos.

Quando conseguirão os jornais desatrelar-se dos fascículos?

Alberto Dines

1º de abril de 1996, nº 01, ano 01¹¹

O que diferencia um (jornal) do outro é o nome da enciclopédia que encartam..." Quem o diz é o poeta, ensaísta, tradutor e professor José Paulo Paes em entrevista nas páginas amarelas de *Veja* de 3/4/96.

Um dos fenômenos mais visíveis e inéditos na mídia brasileira é o aparecimento espontâneo e multiplicado de críticos da mídia. Demonstração clara das disfunções percebidas hoje a olho nu. Os ombudsmen já não satisfazem porque incorporaram-se ao próprio sistema que deveriam fiscalizar.

O poeta José Paulo Paes já fez outras incursões no terreno do media-criticism, mas esta observação sobre a brinde-dependência é nova. E arrasadora, se percebida a sua profundidade.

Ao comprar um jornal ou revista, o leitor é um cidadão em busca de informações para capacitá-lo a exercer melhor e mais ativamente seu papel dentro da sociedade. Se ele vai à banca apenas para completar uma coleção de brindes dá-se uma subversão do processo político, o leitor-cidadão converte-se num mero consumidor de papel impresso, secundarizando-se perigosamente o serviço público prestado pela imprensa.

É em função deste serviço público que na Constituição existem várias cláusulas para garantir a livre expressão de idéias ou para proteger as empresas jornalísticas de pressões indevidas e arrochos fiscais, etc. A informação livre – matéria prima da sociedade democrática – não pode sujeitar-se a constrangimentos ou pressões externas.

Pergunta-se: mas a informação pode sofrer constrangimentos vindos

(11) http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed1_quando_conseguirao_os_jornais_desatrelar_se_dos_fasciculos/

de dentro do próprio veículo?

A supremacia do marketing hoje imperante na mídia constitui uma das grandes ameaças à própria lisura com que é praticado o jornalismo.

O sensacionalismo exacerbado é uma destas ameaças, oriunda do empenho em vender mais exemplares sem atentar para a qualidade e o compromisso com a veracidade da informação.

Outra ameaça é a conversão dos jornais em meros veiculadores de produtos não-jornalísticos, utilizando-se privilégios e garantias constitucionais para proteger uma operação comercial convencional.

Fascículos sempre existiram, mas convertê-los em principais alavancas para o crescimento da circulação de jornais é minimizar a informação para o cidadão. E comprometer a própria essência do processo jornalístico, crucial para o funcionamento da democracia.

Pior ainda: ao tornar-se secundário e descartável, o jornal arrasta consigo os níveis de exigência da sociedade, tornando-a banal, leviana e irresponsável.

A inoculação destes estimulantes exógenos na circulação dos jornais é um vício do qual dificilmente poderão livrar-se. Repare-se no caso da *Folha de S.Paulo*: a sua circulação dominical chegou a 1.400.000 exemplares – efetivamente um recorde histórico – no auge de uma destas serializações. Recentemente, quando anunciou a reforma gráfica e a veiculação da Nova Enciclopédia Ilustrada, o jornal admitiu que naquele momento tirava 750 mil.

Significa que o público que atende e acorre a estas promoções não tem capacidade alguma de fidelização. É errático e oportunista. E não poderia ser diferente porque também é errática e oportunista a estratégia que o seduziu.

Com isto liquida-se a argumentação dos diretores de marketing e a nova classe de jornalistas tecnocráticos que justificam a apelação com a desculpa de que, uma vez atingido o “break-even”, o jornal abandonará o recurso.

É a mesma promessa que fazem os tóxico-dependentes – deixar o vício quando se estiverem se sentindo mais fortes e confiantes. Só que o movimento pendular de adição e dependência só se corrige com terapias corajosas e a disposição de cortar o mal pela raiz.

A melhor profissão do mundo

Gabriel García Márquez

20 de outubro de 1996, nº 8, ano 01¹²

Texto do discurso de Gabriel García Márquez, proferido na 52ª Assembleia da Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), em Los Angeles (EUA), em 7 de outubro de 1996, e enviado ao OI por Luís Antônio Nikão Duarte, da Agência JB. Foi publicado parcialmente em português, seguido do original em espanhol. Os dois podem ser conferidos no link no rodapé. Aqui, publicamos apenas um pequeno trecho.

(...) toda a formação deve se sustentar em três vigas mestras: a prioridade das aptidões e das vocações, a certeza de que a investigação não é uma especialidade dentro da profissão, mas que todo jornalismo deve ser investigativo por definição, e a consciência de que a ética não é uma condição ocasional, e sim que deve acompanhar sempre o jornalismo, como o zumbido acompanha o besouro.

(...) Porque o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade. Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte.

(12) http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed8_a_melhor_profissao_do_mundo/

96, o ano em que o rabo se soltou

Alberto Dines

20 de dezembro de 1996, nº 12, ano 01¹³

O slogan da *Folha de S.Paulo*, jornal-paradigma, astro-rei da mídia impressa – “De Rabo Preso com o Leitor” - foi ultrapassado pela própria dinâmica jornalística.

Não foi um ano bom para a *Folha*. Não foi um ano bom para todos os veículos impressos que, pelo país afora, adotaram aviltantes maneirismos mercadológicos e exacerbaram o opinionismo. Todos os passes de mágica do mau jornalismo saíram pela culatra.

Mas foi um esplêndido ano para o amadurecimento do leitor de jornais e para o aprimoramento da sociedade brasileira, ora aprendendo a examinar criticamente a sua imprensa. O leitor mostrou que não deseja mais rabos chulos nem vinculações e cumplicidades com as seguintes situações:

- Hegemonia do marketing sobre os princípios fundamentais do jornalismo.
- Supremacia do mercado sobre a sociedade.
- Pesquisas e painéis que não auscultam nem representam os segmentos mais exigentes do leitorado, aqueles que se antecipam ao gosto dos demais.
- Fascículos que tornam o jornal descartável e inútil. (...)
- Arrogâncias e simplismos.
- Invencionices retrógradas
- Redações que não reflitam o espectro etário, cultural e político da comunidade.
- Matérias redigidas na quinta-feira para sair no domingo e na segunda-feira fingindo que foram escritas na véspera.
- Fragmentação, autarquização e colonização de veículos que deveriam ser orgânicos e cósmicos.
- Fetichismo de números aleatórios substituindo-se à informação contextualizada.
- Homogeneização da concorrência quando a democracia exige diversidade.

(13) http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/ed12_96_o_ano_em_que_o_rabo_se_soltou/

(...)

Este foi o ano em que o rei (ou rainha) ficou nu, exposto, descoberto. As roupas que doravante vestirá serão feitas e arbitradas por aqueles que lhe concedem todos os privilégios e imunidades.

A imprensa tem obsessão pelo governo

Entrevista com Roberto DaMatta por Mauro Malin

05 de maio de 1997, nº 21, ano 02¹⁴

O antropólogo Roberto DaMatta, professor da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, é um dos mais importantes intelectuais brasileiros da atualidade. Escreveu, entre outros livros, *Carnavais, Malandros e Heróis*, *A Casa & a Rua*, *O que faz o Brasil, Brasil?*, *Conta de Mentiroso e Torre de Babel*.

Nesta entrevista, em que lhe foi solicitada uma análise da imprensa brasileira, Roberto DaMatta afirma que há no país "verdadeira obsessão pelo governo e por tudo o que faz o governo, em contraste com o que ocorre na sociedade". Essa visão reduz a sociedade ao governo. "E como ninguém da elite pode gostar do Brasil, não se pode ler o governo a não ser de modo negativo": este é o ambiente mental que aceita o denunciamento frenético. "No Brasil, o pessimismo, como a obscuridade mental, é mais que uma atitude, é um modo de ser 'bom' e inteligente".

DaMatta sente falta, no panorama jornalístico brasileiro, de uma revista de ensaios tipo *New York Review of Books*, "que trata das coisas da vida, do mundo, das sociedades e da intelectualidade com mais calma, mais distância, mais precisão". Pede honestidade e honradez na prática do jornalismo: "Ninguém sabe tudo e pode ter consciência de tudo. Focalizamos um lado deixando de lado outros. Mas a honestidade serve de aval para a nossa inevitável alienação".

Discorda da idéia de que o Brasil esteja emperrado: "Nunca esteve. Nosso problema sempre foi o de como tirar melhor partido de nós mesmos, o que exige mais observação, mais amor a nós mesmos e menos fórmula

(14) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat0505b.htm>

fixa ou feita – menos comparação rígida com os chamados 'grandes centros de cultura do Ocidente'.

O melhor programa para o Brasil, conclui, "é não ter programa, exceto o compromisso de ouvir-se a si mesmo".

(...)

Os novos cães de guarda

Entrevista com Serge Halimi por Norma Couri

20 de outubro de 1998, nº 55, ano 03¹⁵

Não adianta perguntar a idade, xeretar sua vida privada, insistir na fotografia ou propor que ele vire estrela de televisão sob pretexto de divulgar suas denúncias. Elas tratam, exatamente, do abuso indevido do poder da imprensa, da convivência interesseira entre a mídia e o poder, da submissão dos jornalistas às regras do mercado, da amizade, da troca de favores, da política. Esse é o quadro que o jornalista Serge Halimi traçou da sua própria profissão num livro de capa vermelha do tamanho da palma da mão que vendeu 200 000 exemplares na França e acaba de ser lançado no Brasil pela coleção Zero à Esquerda da Editora Vozes, dirigida por Paulo Arantes.

Os Novos Cães de Guarda não mereceram resenha no jornal onde Halimi trabalha, *Le Monde Diplomatique*, nem notícia na imprensa francesa. Ele se orgulha de ter emplacado um gol de mercado num produto que não trata da intimidade de nenhum presidente nem foi bolado por algum marqueteiro genial. Foi divulgado de boca em boca, passado de mão em mão e teve como resposta cartas de jornalistas ou de pessoas que não têm voz nem espaço na mídia.

Serge Halimi veio ao Brasil para uma série de debates entre Rio e São Paulo, com jornalistas ou não, e seu único objetivo de deflagrar o desvio do papel da imprensa na França – que pode ser aplicado a qualquer país. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Berkeley, professor da Universidade de Paris VII, ele escreve que já vai longe aquele jornalismo que nasceu para "confortar os que vivem na aflição e afligir os que vivem no conforto"

(15) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/os-novos-ces-de-guarda/>

Os novos cães de guarda são os jornalistas, ele diz, fazendo alusão a um ensaio do 1932 do escritor francês Paul Nizan, "Os Cães de Guarda", sobre os filósofos. Halimi tornou-se um arquivista metódico de sua matéria-prima: notícias sobre a imprensa. Do jornalista que usa seu pequeno poder para favorecer gente que vai favorecê-lo em seguida, aos polvos em que se transformaram os grandes grupos de comunicação do mundo aumentando o controle sobre a informação e a influência sobre as pessoas.

"Ao tornar a Guerra do Golfo popular, a mídia teve responsabilidade na matança de milhares de pessoas", disse, juntando sua voz à crítica feita hoje em cinemascope em filmes como Mera Coincidência (Wag The Dog) ou Mad City (O Quarto Poder), o primeiro com Dustin Hoffman e John Travolta, o segundo com Robert de Niro e, também, Hoffman.

"Meu livro vendeu 200 mil exemplares no embalo dessas vozes que começam a se levantar, uma crítica tão rara no passado que deixou as pessoas ávidas de informação".

Imprensa começando a revelar os podres da imprensa, jornalistas usando a investigação sobre colegas que abusam do poder, benefícios por debaixo do pano para donos de espaços da mídia que se abrem justamente para denunciar favores recebidos em outros setores da sociedade. O livro de Halimi nasceu sem mercado e acabou best seller. O sucesso editorial do ano. "Sempre que subestimamos o poder de uma sociedade, ela nos surpreende, a adesão surda das pessoas comuns e em massa é sempre uma surpresa – e a história é feita desses momentos", afirma.

Os interesses das empresas vão induzir a opinião dos jornais Entrevista com o professor Thomas Skidmore por Mauro Malin

20 de junho de 1997. nº 24, ano 02¹⁶

O professor Thomas Skidmore, diretor do Centro para Estudos Latino-Americanos da Universidade Brown, em Rhode Island, EUA, é um "brasilianista" conhecido principalmente graças ao livro Brasil: de Getúlio a Castelo, em que realizou uma análise original do processo histórico brasileiro entre 1930 e 1964. Escreveu depois, entre outros livros, Brasil: de Castelo a Tancredo.

(16) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/os-interesses-das-empresas-vo-induzir-a-opinio-dos-jornais/>

Nesta entrevista concedida ao *Observatório da Imprensa* por telefone, Skidmore aponta transformações que tendem a mudar profundamente o panorama dos meios de comunicações, já claramente visíveis nos Estados Unidos e na Europa – embora haja aí diferença de um país para outro -, mas cuja chegada ao Brasil considera perfeitamente previsível.

Um dos pontos nevrálgicos dessa mudança é, na sua visão, a substituição das famílias tradicionalmente proprietárias de empresas de comunicação por grandes grupos como Gannett e Knight-Rider, e magnatas como Rupert Murdoch, interessados na operação como negócio.

“Os interesses das empresas vão induzir a opinião dos jornais, vão invadir de forma muito mais vigorosa do que até hoje sua área de atividade”, prevê.

Skidmore acredita que uma maneira de se contrapor a essa tendência é tentar encontrar fontes alternativas de informação, como as análises promovidas por Organizações Não Governamentais, entre as quais cita, no Brasil, o Ibase, dirigido pelo sociólogo Herbert de Souza, Betinho, e o Núcleo de Estudos da Violência da USP. “Em certo sentido, há hoje no Brasil mais pluralismo do que na década de 60”, constata.

(...)

Jornalista pode ter amigo?

Isak Bejzman

05 de fevereiro de 2000, nº 83, ano 05¹⁷

*A um rio que tudo destrói, chamam de violento;
Mas ninguém chama de violentas as margens que o aprisionam.
[Bertold Brecht]*

O melhor texto sobre a verdade que li chama-se Cinco maneiras de dizer a verdade, escrito por Bertold Brecht e traduzido por Florian Gayer. Brecht o escreveu em 1934, para ser divulgado na Alemanha hitlerista, e foi publicado ilegalmente em Paris, na revista *Nosso Tempo*, pela União dos Escritores Alemães.

(17) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/jornalista-pode-ter-amigo/>

Para Brecht, as cinco maneiras de dizer a verdade consistiam, na realidade, em cinco dificuldades em escrever a verdade. "Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade tem de superar, ao menos, cinco dificuldades: deve ter coragem de escrever a verdade, embora ela se encontre escamoteada em toda parte; deve ter inteligência para reconhecê-la, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; deve entender da arte de manejá-la como arma; deve ter a capacidade de escolher em que mãos será eficiente; deve ter a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos. Estas dificuldades são grandes para os escritores que vivem sob o fascismo, mas existem também para aqueles que fugiram e se exilaram. E mesmo para aqueles que escrevem em países de liberdade burguesa."

(...)

Hora de integrar as mídias

Geraldo Iglesias

05 de julho de 1998, nº 48, ano 03¹⁸

A organização de novos grupos de trabalho com o fim de integrar a televisão com as novas mídias pode tornar-se de fundamental interesse.

Não teremos mais como separar o computador da televisão em um ou dois anos. Todo o material didático e cultural virá sob a forma de bits, possivelmente via cabo de televisão para ser integrado ao computador. Diante disso, estaremos trabalhando com os dois meios de uma só vez muito possivelmente já transformado num só meio, em que trafeguem várias mídias.

O difícil é convencer no momento as pessoas de que isso não é ficção e que não está longe. Muito pelo contrário. A tecnologia já está pronta, só faltam acertos políticos e destes também já estamos muito próximos, até mesmo nós brasileiros, com a privatização das Teles.

O que falta (e faltará) é experiência na administração dos recursos. Tudo o que está sendo feito em laboratório encontrará resistência e, principalmente, falta de prática dos profissionais de comunicação e educação.

Não adiantará muito cada escola ter um computador se os profissionais

(18) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/hora-de-integrar-as-mdias/>

não souberem o que fazer com eles e esse “fazer” é muito mais do que usá-los como máquinas de escrever.

Até porque, como já foi dito várias vezes, por vários teóricos, passaríamos a utilizar o computador para transmitir um saber “burro”.

Portanto, está na hora dos profissionais de televisão apresentarem aos telespectadores o computador como meio de comunicação e educação, como aliado na tarefa de transmissão do saber, e entenda-se por saber as relações interpessoais e a interatividade como um todo.

Da letra ao desenho

Os Observadores

05 de julho de 2000, nº 93, ano 05¹⁹

Se antes jornalistas sabiam o efeito positivo ou negativo de determinada matéria que publicaram pelos comentários de amigos e de alguns leitores, agora, com a popularidade das notícias online, jornalistas são submetidos a um enervante plebiscito digital todos os dias.

Qualquer veículo que tenha website – ou seja, praticamente todos –, pode medir o número exato de visitas a cada matéria. As conseqüências de tal exatidão eletrônica estão apenas começando a aparecer.

No começo do mês, a *Salon.com* retirou 13 postos de seu sítio, um sinal de naufrágio do mercado pontocom. David Talbot, fundador da *Salon*, não deu muita importância às demissões.

De acordo com matéria de Howard Kurtz [*The Washington Post*, 24/6/00], entre os cargos eliminados estavam o de jornalista de mídia e de editor das seções de livros e viagens, todos marcados por números que não despertavam o interesse de anúncios.

Não se pode culpar a *Salon*. Se sua sobrevivência está por um fio, faz mais sentido liquidar as seções com menor número de leitores. No entanto, se um jornal fosse editado de acordo com a popularidade de cada assunto, notícias internacionais estariam fadadas à extinção, assim como reportagens sobre o governo. E as fofocas definitivamente estariam nas primeiras páginas. Vale lembrar que um dos departamentos sobreviventes da *Salon* é

(19) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/da-letra-ao-desenho/>

chamado simplesmente “Sexo”.

O dar-o-que-o-leitor-quer oblitera a noção de que editores deveria escolher o material importante e interessante – injetando um pouco de fibra em uma dieta rica em gordura. O que a nova era deixa escapar com essa postura é a leitura de textos que geralmente não chamam atenção de determinado leitor, mas que este, sem querer, pega-se lendo-os e torna-se interessado pelo assunto.

De acordo com o Pew Research Center, um número grande de americanos – a maioria jovens – está trocando o noticiário da TV pela notícia online. Por meio de algum tipo de alquimia pontocom, encontram mais credibilidade na CNN.com que na CNN da TV.

Jornalistas encontram-se, assim, submersos em questões de fundo. Deve um jornalista meramente se submeter ao que as pessoas dizem querer? Ou deve correr alguns riscos e esperar que um número suficiente de leitores o seguirão?

Com seu acervo de escolhas e vozes, a internet é um ótimo recurso, mas pode-se estar sucumbindo a uma mentalidade que dilacera o discurso público em pedaços minúsculos. Deveria ser uma vergonha o fato de ter-se tecnologia para abraçar o mundo e encontrar a maior parte das pessoas isoladas em suas ilhas digitais.

Crise nas empresas jornalísticas ou crise do jornalismo?

Alberto Dines

05 de outubro de 1998, nº 54, ano 03²⁰

Primeiro foi o *Estadão* – demitiu meia centena de jornalistas. Seguiu-se a RBS, que enxugou seus quadros com cerca de 200 demissões, parte delas nas redações. Na Abril, está suspensa a encomenda de colaborações, o chamado “frila”. O grupo Manchete não consegue pagar salários, demite 500, a TV está tecnicamente falida, à venda. O venerando JB, em ruínas, troca profissionais por estagiários e os que estão no comando mostram-se mais desorientados do que nunca.

Em *O Globo* nada aconteceu, mas vai acontecer – a idade limite baixou

(20) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/crise-nas-empresasjornalisticas-oucrise-do-jornalismo/>

para 55 anos e a idade máxima para contratações agora é 35 anos. O país fica mais velho, mais sábio, e os jornais, mais juvenis e inexperientes.

Estão as empresas jornalísticas prevenindo-se contra o marasmo recessivo de 99? As empresas jornalísticas talvez venham a ser, junto com as agências de propaganda, as menos afetadas pela crise. Em tempos de aperto é preciso anunciar mais, promover mais. Os preços vão cair e quem vai badalar isso serão os anúncios da mídia.

Paga-se agora o preço de um processo de desqualificação que começou nos anos 80. A juvenilização das redações foi feita sob o pretexto de despolitizar os quadros, trazer jovens vitaminados, criados no período do "milagre". Com eles, vieram o marketing, modas, modismos – o reino das abobrinhas. De cambulhada, desqualificou-se o jornalismo, o esmero, o apuro, a compostura. Começou o nivelamento por baixo.

(...)

Estamos assistindo a um processo de degradação jornalística sem paralelo em nossa história. Com a cumplicidade dos jornalistas-executivos, aqueles que nos seminários idolatram os leitores mas, no dia-a-dia, massacram suas necessidades informativas e culturais mais elementares. Pensam que estão apenas enterrando uma fase na vida da nossa imprensa. Estão enterrando a própria noção de imprensa quando imaginam que se pode fazer jornalismo sem jornalistas.

Lei da Prensa é o fim

TT Catalão

20 de outubro de 1997, nº 32, ano 02²¹

Nós os mortais, trabalhadores e consumidores de mídia, certamente estamos nos extremos de um processo. De uma prestação de serviço, de um comércio, no alimentar de uma indústria. Isso que chamamos imprensa ou grande imprensa.

Como assalariados nossos riscos são os mesmos que regem as relações patrões/empregados. Como leitores ora somos meros consumidores que oferecem audiência e criam mercado, ora somos A Opinião Pública que

(21) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd201097.htm#mat03>

se conseguirmos cumprir o ciclo do tripé Informação-Reflexão-Tomada de Posição conseguimos fazer história coletiva ou mudança de atitude individual.

Estes os pontos que regem a imprensa negócio e a imprensa como manifestação cidadã. Daí a complexidade do universo que vai dos meios de divulgação simples em escala menor para núcleos dirigidos e os meios macro, da grande circulação.

Porém (ahhh porém... dizia o Paulinho da Viola) tem uma proposta para a Imprensa no Congresso que não distingue as duas atividades. Não estabelece fronteiras entre um jornal de bairro e um gigantesco. E o pior, ela é voraz na punição dos dois. E o mais curioso, dá amparo legal para calar de maneira técnica e onde se cala a consciência não cabe argumentação técnica: é censura prévia.

Imaginemos os cuidados que uma autoridade pseudo-atingida terá ao processar um jornal gigante e a velocidade com que um prefeito do interior poderá esmagar o único jornalzinho resistente de sua paróquia. Essa é a questão.

A lei da prensa que está sendo proposta poderá arrasar o que só agora brota (ainda estamos despertando da mordaza ditatorial). Isto para não falarmos que já há uma "censura" natural das leis de mercado, da estética oficial, dos bajuladores de plantão, dos eleitos do sistema, das técnicas modernas que optam pelo confeito no fazer jornalístico e desaquecem os incômodos pensadores-dinossauros que ainda acreditam no jornalismo comprometido com a paixão (sem perder óbvio o sagrado compromisso da apuração e isenção doutrinária). Os excessos existem e os antídotos estão em gestação nas redações. Não precisamos de tutela penal. O mercado já faz isso. A autoconsciência e respeito próprio faz muito mais.

É hora de acionar o Conselho de Comunicação Social

Os Observadores

05 de dezembro de 1997, nº 35, ano 02²²

Este *Observatório* começou com uma cobrança ao então presidente do Senado, José Sarney – por que não fazia funcionar o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988 e já regulamentado? (Ver nas Edições anteriores o número 1, abril de 1996.)

Passados quase dois anos, com outro presidente na Câmara Alta (senador Antônio Carlos Magalhães, que também já foi jornalista), a situação continua a mesma.

Com um perigoso agravante: intensificou-se o debate sobre a mídia, geram-se propostas, montam-se lobbies, aproveitam-se os oportunistas, sem que exista um fórum apropriado, neutro, onde possa desenvolver-se e produzir conseqüências.

A questão da mídia – seus limites e responsabilidades – hoje envolve o Congresso, o Executivo, o Ministério Público, o Procon, o Terceiro Setor. Transita precariamente pela própria mídia, onde sofre as injunções de estar sendo veiculada por uma das partes interessadas, mas não consegue ser incluída formalmente no debate nacional.

A violência e o baixo nível da programação televisiva já criou um grupo de pressão, o TVer, que advoga o controle social sobre as emissões e conta com figuras destacadas como a deputada Martha Suplicy e o professor Renato Janine Ribeiro.

Pressionado pelas entidades empresariais, o presidente da República manifestou-se a favor da auto-regulamentação do mercado, o que significa deixar tudo como está (ver abaixo remissão para “FHC pisou na bola”).

Na última edição de *Veja* (nº 1.524) está dito com todas as letras: a política de concessões [de canais de TV] foi orientada para privilegiar oligarquias e monopólios. Quem o diz é José Bonifácio Sobrinho, o Boni, que durante 30 anos foi instrumento e beneficiário desta política e também dos padrões de qualidade dela decorrentes (ver abaixo remissões para Entre aspas e Circo da Notícia).

(22) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/hora-de-acionar-oconselho-de-comunicacao-social/>

A sociedade vem sendo convocada insistentemente para participar e preencher os vazios do Estado. Este é um dado novo. Mas é preciso que se defina um lugar específico para a participação da Sociedade. No vácuo é que não pode ficar.

Está na hora de fazer funcionar o Conselho de Comunicação Social.

Aberto o debate entre jornalistas e professores

05 de agosto de 1997, nº 27, ano 02²³

Nessa edição, o OI trouxe uma sequência de textos em debate sobre o provão para os cursos de jornalismo em todo o país

O Ministério da Educação anunciou a extensão aos cursos de jornalismo, em 1998, do provão, nova modalidade de avaliação do ensino superior. O *Observatório da Imprensa* antecipa-se e abre nesta edição o debate sobre o provão para jornalistas com colaborações de encarregados dos processos de formação e treinamento de quatro grandes empresas (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e Grupo Abril) e professores de cinco faculdades de jornalismo (PUC-RS, Instituto Metodista de Ensino Superior, Cásper Líbero, UFMG e UFES), e do professor Carlos Vogt, coordenador do Labjor (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp) e do Grupo de Trabalho de Articulação com a Sociedade (GTAS) do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Carlos Vogt foi reitor da Unicamp e durante seu mandato instituiu novos mecanismos de avaliação dos cursos da universidade.

A preocupação com os rumos do ensino de jornalismo seria importante, mas não crucial, caso os meios de comunicação não fossem obrigados a contratar pessoas com diploma de jornalismo ou registro profissional no Ministério do Trabalho. O mecanismo da obrigatoriedade do diploma fun-

(23) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/aberto-o-debate-entre-jornalistas-e-professores/#comentarios>

cionou sintomaticamente bem num país em que tantas leis “não pegam” e criou um mercado cativo para a proliferação de faculdades, de tal maneira que hoje é impossível estudar a qualidade da prática profissional sem analisar o processo de formação das pessoas entre as quais obrigatoriamente são contratados os jornalistas.

O debate está aberto, em alto nível. Esperamos que venham participar dele, entre quaisquer outras categorias de cidadãos, os protagonistas do provão: estudantes e autoridades.

Imprensa não assimilou conceito de Saúde universal

Ricardo de Menezes Macedo

20 de junho de 1997, nº 24, ano 02²⁴

É impressionante a visão oficialista da imprensa em relação ao tema Saúde. Entendo que esse vício não ocorre apenas pela escassez de crítica. Acontece que, historicamente, no Brasil, o acesso à Saúde sempre trilhou os caminhos da produção do capital.

Na chegada do primeiro médico às terras brasileiras, em 1543, seu trabalho era voltado para a saúde dos que detinham poder e para os que necessitavam possuir uma vida saudável a fim de que pudessem produzir riquezas. Na industrialização do país, quando se deu o controle de grandes epidemias, o foco da assistência à saúde ocorreu nas indústrias e nos portos, objetivando melhorar a qualidade de vida daqueles que produziam capital. Assim aconteceu com os institutos previdenciários – somente os trabalhadores formais possuíam a carteirinha do Inamps e podiam usufruir do sistema público de saúde – e, mais recentemente, é o que pretendem os atuais planos de saúde privados, em que só quem puder pagar terá acesso à saúde.

Aqueles que não tinham real importância na produção de riquezas eram os chamados indigentes, atendidos por instituições filantrópicas e notadamente hospitais públicos, sem qualquer proteção legal.

Foi com a Constituição de 1988 que a Saúde passou a ter uma concepção de universalidade. Pela primeira vez, no país, o acesso à Saúde Pública

(24) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/imprensa-no-assimilou-conceito-de-sade-universal/>

não dependeria do papel desempenhado pelo cidadão na força de trabalho, mas do fato de ser simplesmente gente.

Mas, por não ter ainda assimilado essa inovadora e democrática concepção de Saúde – formalizada sob a sigla SUS (Sistema Único de Saúde) –, a imprensa nacional continua abordando o assunto sob a antiga concepção de Saúde enquanto garantia para quem produz, negligenciando o princípio de que Saúde é um direito constitucional.

A assimilação de um conceito novo é sempre lenta. Isso é compreensível. No entanto, há que se ter em mente que o que está em jogo, no momento, é a manutenção ou não desse sistema, já que a reforma da Saúde pretendida pelo governo federal, notadamente na Reforma Administrativa e no projeto de regulamentação dos planos de saúde, tem na sua essência a privatização do sistema, abrindo a oferta de leitos hospitalares para ser regulada pelo mercado.

O governo, alegando que a universalidade é incompatível com a possibilidade de financiamento do sistema, propõe, através de dois mecanismos, as Organizações Sociais e a Regulamentação dos Planos de Saúde, uma “parceria” com o sistema privado. Com isso, tenta-se garantir o atendimento público de Saúde apenas à população pobre, oferecendo-lhe uma cesta básica da Saúde e deixando os cuidados especiais para o esfomeado mercado, o qual poderá escolher quem ocupará determinado leito hospitalar, por exemplo. Assim é que o governo federal coloca a população mais pobre e obviamente com menos poder político numa condição de suposta importância, enquanto, na verdade a está condenando à morte, por não ter o menor poder ou importância num mercado que lhe é hostil.

O que se pretende é a absurda e desumana volta da indigência. A supremacia do mercado sobre a própria vida. Ora, saúde não é mercadoria! O Sistema Único de Saúde (SUS) tem uma das legislações mais avançadas sobre direito constitucional, controle social e eficiência por combate às fraudes que existe em todo o mundo. No entanto, falta-lhe um financiamento adequado para que efetivamente funcione, como pretende a “Emenda Constitucional 169” a ser votada no próximo mês de setembro, no Congresso Nacional.

A imprensa ainda está subordinada ao pensamento administrativo vigente e acompanha com poucas críticas o avanço da privatização da Saúde. Algumas Santas Casas já perderam a Misericórdia que adotavam nos seus nomes. Isso é muito sintomático, já que o fim da misericórdia se deu com o ingresso das instituições filantrópicas na política de mercado. A im-

prensa não pode perder a crítica, atualmente reduzida a questões morais, para permitir a volta da indignação. Ainda não assimilaram a Saúde como um direito fundamental.

A Europa já despertou suas atenções para a necessidade de políticas sociais. Nos campos político e intelectual, vários setores da sociedade se mobilizaram para o resgate do pensamento humano, pela valorização dos direitos do trabalho e à vida. Chegar ao primeiro mundo parece que tem outros caminhos que não apenas a subserviência a uma economia brutalizada.

Maneiras de dizer

Alberto Dines

20 de outubro de 1996, nº 8, ano 01²⁵

O presidente da República na comemoração dos 50 anos de publicação da Geografia da Fome, de Josué de Castro (14/10, publicação no dia seguinte).

Versão da *Folha de S. Paulo*:

Presidente diz que Estado não foi feito para atender aos pobres.

Versão do *Estadão*:

Presidente diz que Estado só atende aos ricos.

No primeiro caso está contida um advertência aos pobres – o Estado não é para eles. No segundo, uma crítica aos ricos – apossaram-se do Estado.

O que é que o presidente da República efetivamente disse ?”

(25) http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed8_maneiras_de_dizer/

Dor, sangue e silêncio

Sílio Boccanera²⁶

20 de março de 1997, nº 18 , ano 02²⁷

A "Carta da Europa" foi publicada em dez jornais brasileiros em 23 de março de 1997 e foi gentilmente enviada pelo autor para publicação no Observatório da Imprensa.

O britânico Don McCullin, um dos maiores fotógrafos de guerra do mundo, presta um depoimento comovente em duas páginas de jornal na Inglaterra sobre a sensação de impotência do jornalista que testemunha a morte ou a tortura de alguém, mas não pode fazer nada. "A tragédia de meu trabalho", escreve ele, "é que nunca pude salvar as pessoas que fotografei."

Tive o privilégio de viajar com McCullin para o Líbano em guerra, nos anos 80, quando embarcamos num ferry-boat em Chipre, para chegar a Beirute em guerra civil, com aeroporto fechado. Calado, modesto e discreto, já então contava de sua fadiga de guerra, de ver sangue e dor tão próximos, numa longa carreira que já tinha atravessado Chipre, Congo e Vietnã, entre dezenas de conflitos violentos.

Suas fotos no *Sunday Times* acabaram reproduzidas pelo mundo, e quem olhar para uma coleção delas certamente encontrará uma imagem de guerra já registrada na memória.

McCullin se cansou e hoje vive na tranquilidade rural do interior inglês, onde os fantasmas de seu passado de ação agitam seu sono ao lembrar os mortos que ele não pôde salvar. "Pergunto aos mortos por que me perturbam e eles dizem que não fiz meu trabalho direito", escreve. Ele confessa: "Com frequência, choro secretamente, quando ninguém pode ver."

As palavras dele integram um apelo em favor da Anistia Internacional, uma organização sediada em Londres e voltada para a proteção de direitos humanos em todo o mundo. Direitos de gente como as que McCullin viu

(26) Jornalista, de Londres

(27) http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed18_dor_sangue_e_silencio/

sofrer ou morrer sem que alguém no mundo soubesse ou se preocupasse com elas. “Às vezes”, diz ele, “penso que minhas fotos podem ter ajudado a nutrir o nascimento da Anistia.”

Quando ele mesmo foi preso, em Uganda, sob a ditadura de Idi Amin, McCullin conta que “no escuro (da cela), o que eu queria era alguém no mundo, qualquer alma, qualquer pessoa, que pudesse me alcançar, se tornar minha voz, meu colete salva-vidas.”

Ele diz que o mundo hoje está em pior situação do que quando ele começou a tirar fotos “e a Anistia é o único serviço de recados que está lá captando os pedidos frágeis de socorro.”

“Nunca considereei minhas fotos como arte. Vi muita gente morrer, muita gente ser assassinada na minha frente e vi execuções públicas. Você nunca aprende a se comportar diante dessas situações, porque não há jeito de se comportar, que não seja ficar indignado.”

Treinado nos princípios básicos do jornalismo ocidental sério, de não intervenção nos fatos que reporta, McCullin diz que amenizava seu sentimento de culpa com a crença de que suas fotos ajudariam a mostrar ao mundo o que se passava no local obscuro onde ele pudesse estar trabalhando. “Mas claro que nas reportagens não havia nenhuma exortação para que as pessoas tomassem alguma providência, pois o papel de um jornal é relatar os fatos e deixar os leitores estabelecerem suas conclusões.”

Por isso mesmo ele se dispôs a dar o depoimento de duas páginas nos jornais, sem o distanciamento da reportagem. “Preciso dizer essas coisas,” ele escreve. “Arrancá-las do meu peito.”

McCullin escreve que, quando tira uma foto, talvez se torne os olhos dos leitores. “Mas não posso ser a consciência deles, pois já é difícil viver com a minha.”

“Os mortos falam e minhas fotos registram. Eles não querem falar assim, mas é a única forma que lhes resta.”

Equação complicada

Os Observadores

05 de dezembro de 1999, nº 80, ano 04²⁸

Enquanto tentava chegar ao centro de Freetown, capital de Serra Leoa, em 10 de janeiro desse ano, uma camioneta que levava três correspondentes da Associated Press foi interceptada por rebeldes. Houve troca de tiros. David Guttenfelder, 29, fotógrafo, machucou-se com estilhaços de vidro; Ian Stewart, 32, repórter, levou um tiro na cabeça; o produtor de TV Myles Tierney, 34, morreu na hora.

Os três haviam sido enviados a Serra Leoa para cobrir uma guerra civil com a qual "o mundo não se importava" e em um país que "a maioria dos norte-americanos não poderia encontrar no mapa", escreveu Stewart em sua primeira matéria desde que levou o tiro.

Stewart foi operado horas depois do acidente, em Londres, e hoje está com os pais em Toronto, Canadá. O repórter perdeu os movimentos do braço esquerdo e teve a perna esquerda prejudicada, o que o impede de andar além de alguns metros. Na matéria que escreveu para Associated Press sobre o acidente, publicada por Yahoo!News em 29/11/99, Stewart afirma que continuará a trabalhar como jornalista, e provavelmente como correspondente internacional. Se ele arriscaria sua vida novamente por uma história? "Nem se o mundo se importasse dessa vez."

Vlado, 22 anos

Victor Gentilli

05 de novembro de 1997, nº 33, ano 02²⁹

Datas redondas são mais propícias para lembranças. Os 30 anos da morte de Guevara justificam o volume de noticiário em torno do guerrilheiro argentino. Embora, como alguém já lembrou, os 10 anos e os 20 anos da

(28) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/equao-complicada/>

(29) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/vlado-22-anos/>

morte tenha passado quase em silêncio.

Mas no dia 25 de outubro passado completaram-se 22 anos de uma outra morte, muito mais significativa para a história do Brasil. A data não é redonda, mas a coincidência do sábado, o lançamento do livro do general Ernesto Geisel e a presença aqui mesmo, no convívio dos jornalistas, dos personagens centrais do episódio mereceriam registros mais contundentes.

Hoje, Audálio Dantas está no *Diário Popular*; Dilea Frate é uma das principais produtoras de Jô Soares; George Duque Estrada continua o grande artista gráfico; Luis Weiss é jornalista e colabora no *Estadão*; Marco Antônio Rocha continua no jornalismo econômico; Paulo Markun é repórter do Jornal Nacional; Ricardo Moraes está na Gazeta Mercantil em Brasília; Rodolfo Konder é secretário de Cultura; Sérgio Gomes está no jornalismo sindical com seus projetos sempre otimistas.

Um jovem de hoje imaginaria que estas pessoas já foram vistas e apresentadas como ameaçadoras para a nação? Pois há pouco mais de 20 anos, um grupo de militares colocou estes jornalistas no centro do cenário nacional, como perigosos comunistas, do então clandestino Partido Comunista Brasileiro. Eles e mais outros tantos que somavam quase quinhentas pessoas estavam nos cárceres da ditadura, com a exceção de Audálio que, com coragem, presidia o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Num mesmo 25 de outubro, igualmente num sábado, no sombrio ano de 1975, sob o governo Ernesto Geisel, estes e outros jornalistas constituíam "uma das maiores ameaças à soberania nacional". O general Ednardo D'Ávila Melo comandava o II Exército, que os acusava de "subversão".

No dia 25 de outubro de 1975, um sábado, Vladimir Herzog se apresentaria pontualmente às 8 horas na sede do Doi/Codi, na rua Tutóia, em São Paulo. Às duas da tarde, depois de interrogado por Pedro Mira Grancieri, estaria morto. A versão oficial foi de suicídio. O rabino Henry Sobel enterrou-o em área nobre do Cemitério Israelita do Butantã. Na tradição judaica, os suicidas são enterrados nos cantos, encostados aos muros. Herzog morreria sob tortura.

Perdemos há pouco o irmão do Henfil, que já voltou e já se foi, mas nem todos conhecem por inteiro a história da Clarice, mulher de Vlado, que chorou em 1975.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura à época, no sábado, 25 de outubro de 1975, iniciou uma nova fase no combate à ditadura militar.

O lançamento do livro de Ernesto Geisel mostra que já está passando da hora de alguém contar melhor esta história. Seria falsidade dizer que inexistem textos e trabalhos sobre a morte do Herzog. Mas o distanciamento do tempo e a presença entre nós de boa parte dos personagens envolvidos poderia permitir uma interpretação do que de fato significou aquele momento histórico.

Para usar um lugar comum: ainda há lacunas a preencher nesta história.

O general e Herzog

Mauro Malin

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03³⁰

Praticamente não há referência a jornalistas no livro Ernesto Geisel, depoimento dado aos competentes Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Não deixa de ser curioso. Jornalistas, afinal, são protagonistas da cena política. Em 460 páginas, Geisel apenas menciona Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Lacerda e Samuel Wainer.

E Vladimir Herzog. Não propriamente como jornalista. Como vítima da repressão. Eis o que declarou o general Geisel (págs. 370/1):

“Não sei se o inquérito estava certo ou não, mas o fato é que apurou que o Herzog tinha se enforcado. A partir daí o problema do Herzog, para mim, acabou. (...)

O senhor aceitou o resultado do inquérito. Mas ficou convencido dele?

É possível que aquilo tivesse sido feito para encobrir a verdade. Mas o inquérito tem seus trâmites normais, suas normas de ação, e eu não ia interferir no resultado. Não ia dizer: 'Não, não concordo com esse resultado'. O inquérito não vinha a mim, era resolvido na área administrativa. Eu não o examinei, não me preocupei se estava certo ou não. É preciso ver o seguinte: o presidente da República não pode passar dias, ou semanas, com um probleminha desses. É um probleminha em relação ao conjunto de problemas que ele tem.”

Esse foi o condutor da abertura.

(30) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-general-e-herzog/>

A propaganda do general

Mauro Malin

20 de junho de 1997, nº 27, ano 02³¹

O maniqueísmo, essa segunda natureza da imprensa – ultimamente à flor da pele no Brasil –, não poupa a cobertura das atividades do Grupo de Trabalho de Segurança Pública do Ministério da Justiça, incumbido de formular nova política para as polícias do país.

Passaram-se dois anos e meio da inepta intervenção do Exército no Rio de Janeiro, em meio a um clima de histeria erigido sobre os escombros deixados por sucessivos governos – Chagas 1, almirante Faria Lima, Chagas 2, Brizola 1, Moreira Franco, Brizola 2, principalmente este último, quando o vice-governador e secretário de Segurança, Nilo Batista, acabou assumindo o Executivo acuado por denúncias de envolvimento com bicheiros –, mas a cobertura ainda está mais preocupada com a opinião do general Nilton Cerqueira, secretário de Segurança, que defende a teoria do “combate”.

A comissão tem 18 integrantes, mas à saída de suas reuniões, em Brasília, os repórteres, com meritórias exceções, correm atrás do general. Claro, ele é que vai “esquentar” o lead. Entretanto, não seria difícil perceber que as propostas mais lúcidas não virão por aí.

O pressuposto doutrinário dessa atração pela farda é a aceitação da hipótese de que Forças Armadas possam combater eficientemente a criminalidade, assim como já se supôs que poderiam resolver os problemas da pobreza, do analfabetismo, da industrialização e de tantas coisas mais, inclusive a instrução moral e cívica.

Há aqui uma grande confusão. Uma inversão. Quando, na mais recente erupção, as Forças Armadas tomaram diretamente o poder e o exerceram durante vinte anos, açambarcaram tudo, sobretudo a segurança. Confundiram deliberadamente segurança com ordem, e ambas com guerra a um “inimigo interno” (podendo ser este, eventualmente, a maioria do próprio povo que as institui, desde que se contrapusesse aos “objetivos nacionais”). Não foi a competência das Forças Armadas que as qualificou para

(31) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-propaganda-do-general/>

zelar pela segurança pública. Foi a ruína das instituições civis (em 1930, em 1937, em 1964) que lhes abriu as portas para mais esta ingerência.

O militarismo, aqui, tem mais de um século de militância ativa, e, ates- tam os bons alfarrábios, nasceu nos jornais, durante a Questão Militar, nos últimos anos do Império, sob instigação de Quintino Bocaiúva, de O País (Rio de Janeiro), e Júlio de Castilhos, de A Federação (Porto Alegre). Cris- talizou-se, depois da revolução de 1930, numa frase inesquecível do general Góis Monteiro, que adorava dar entrevistas bombásticas: "Sendo o exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve criar- -se no sentido de se fazer a política do exército e não a política no exército" (A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército, pág. 163.)

Muito bem. Referências históricas que nos situam num plano mais ele- vado do que o do tiroteio cotidiano da favela, do periferia, do asfalto. Mas o que motiva o general Nílton Cerqueira? Garantir a segurança dos cidadãos do Rio de Janeiro, custe o que custar? Ou, menos nobremente, perpetuar a vigência do militarismo no âmbito da segurança pública?

Não, senhores, nada de tão elevado. O general está preocupado com sua candidatura, em 1998, a novo mandato de deputado federal. Se e quando eleger-se novamente, há de agradecer a prestimosa colaboração da imprensa, incapaz de escapar de sua retórica e de sua prática arcaica. Quanto ao povo, amargará por muitos anos as conseqüências de mais este surto de "prendo e arrebento".

Naya é estrutural **Os Observadores**

20 de março de 1998, nº 40, ano 03³²

O desabamento do edifício construído por Sérgio Naya revelou também os dilemas estruturais da imprensa brasileira. Jornalismo reativo. Conta o drama de vítimas de tragédias que não soube ajudar a prevenir. Compe- tente na cobertura do acontecido – desde que não ocorra nas periferias -, desarmado diante de armações que se fazem e refazem no cotidiano.

(32) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/naya-estrutural-2/>

A televisão repete centenas de vezes a cena da implosão, os jornais publicam dezenas de vezes as mesmas fotos. Isto não é informação. É clima. Criação ou reprodução de um clima febril que falta na hora de pautar e apurar.

As partes – Congresso, governos, Justiça, jornalistas, vítimas e seus parentes, vizinhos solidários – reagem, segundo as regras da democracia mediática, ao que supõem ser a expectativa das outras partes, em processo de realimentação múltipla. Intermediários, além de atores, são os meios de comunicação.

Apenas esmagar Naya, "o" vilão, seria uma operação criminosa, com ou sem dolo. Naya deve ter o que merece, sim. Mas o que interessa é o "sistema Naya", que já se chamou Calmon de Sá, Lutfalla/Maluf, Andreazza, Wolney Atalla, Levison, Assis Paim, Garnero, Nahas/Camões, PC/Collor – retorno, em escala megalomaniaca federal, aos velhos Adhemar e Lupion.

Naya é inconcebível sem sub-Nayas e super-Nayas, e coniventes e omissos. Eles o antecedem e lhe sobreviverão. É a isto que se precisa dar resposta.

Rodízio e manipulação

Mauro Malin

20 de maio de 1997, nº 22, ano 02³³

(...)

Leitor paulistano: seja qual for sua posição diante do rodízio, seja qual for seu desconforto pessoal, abra o jornal calmamente, respire fundo e repita mentalmente três vezes, antes de começar a ler: "Prometo pensar com minha própria cabeça".

(33) <http://observatoriodaimprensa.com.br/sem-categoria/rodzio-e-manipulao/>

Quanto vale a Vale?

Mauro Malin

20 de março de 1997, nº 18, ano 02³⁴

(...)

Veja o generoso leitor. Em 6/3/97, a manchete principal de *O Estado de S. Paulo* anunciava: "União oferece Vale por R\$ 3 bilhões". O texto da chamada explicava: "O governo privatizará a Companhia Vale do Rio Doce no dia 29 de abril e espera receber pelo menos R\$ 3 bilhões pela venda de 45% das ações ordinárias da empresa. O valor total das ações da Vale foi estabelecido em R\$ 10,361 bilhões. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, anunciou ontem que, com a venda dos 45%, o controle da empresa será transferido para o setor privado."

Todos os outros jornais deram a avaliação da empresa (R\$ 10,361 bilhões) como se fosse o preço da parte das ações que iam ser vendidas. O *Estadão* estava certo. Mas o governo deve ter reclamado: "Puxa, vocês diminuíram o valor da Vale!" E o *Estadão*, que, como sabem os mais argutos, simpatiza discretamente com a política de privatizações, fez mea culpa incontinenti.

No dia seguinte, o editorial de alto de página do jornal, "A venda da Vale e o interesse nacional", compungidamente pedia desculpas aos leitores "pela manchete infeliz de ontem, segundo a qual a União oferece a Vale por R\$3 bilhões. Este valor é somente o limite inferior que o Tesouro quer obter pelo lote inicial posto à venda, correspondente a um percentual situado entre o mínimo de 40% e o máximo de 45% das ações ordinárias", blá, blá, blá.

O título e a chamada da véspera estavam certos. O resultado da venda das ações em poder do governo deverá chegar a R\$ 3 bilhões. Aliás, é a mesma coisa que diz a correção errada. Excesso de zelo.

Afinal, somos sérios ou somos cômicos?

(34) http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed18_quanto_vale_a_vale/

Presidente foi impreciso

Mauro Malin

05 de junho de 1998, nº 46, ano 03³⁵

Discordo do caro Victor Gentili

Os jornais não “pinçaram” uma frase de Fernando Henrique. Exploraram o fato de que presidente se expressou mal no BNDES, em 11 de maio. E, quando o fizeram, preparando as edições do dia 12, já o haviam feito as emissoras de rádio e televisão que acompanharam o balanço de governo. Eis a passagem:

“O valor médio dos benefícios da Previdência Social cresceu e tem que ser mantido. Para isto é preciso fazer a reforma, para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos num país de pobres e miseráveis”.

Evidentemente, FHC quis referir-se aos que, sem ter chegado aos 50 anos de idade, se locupletam. Seu foco estava nos espertos, nos vigaristas, nos que fraudam ou roubam a Previdência. Mas a declaração saiu ambígua, devido à seqüência das duas frases finais: “não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos num país de pobres e miseráveis”.

A *Folha de S. Paulo* veio com o título “FHC diz que aposentado antes dos 50 é ‘vagabundo’”. E forneceu um dado: “O total de aposentados e pensionistas do INSS com menos de 50 anos de idade era de 1.933.134 pessoas em dezembro de 1997”.

O Globo, que institucionalmente se arrepia só de pensar em oposicionismo a um governo como o de FHC, pôs em manchete na capa: “FH diz que é vagabundo quem se aposenta antes dos 50 anos”. E repetiu na página 8: “FH: quem se aposenta antes dos 50 é vagabundo”.

Os meios de comunicação brasileiros enfrentam muitos problemas, como se tem procurado mostrar, há dois anos, em inumeráveis páginas deste *Observatório*. Há uma relação viciosa entre as falas públicas do presidente da República – que carrega em seus atos, gestos e palavras tremenda responsabilidade – e a produção de manchetes. No caso, entretanto, não houve despautério. Não existia, jornalisticamente, outra manchete a dar. O que o presidente disse – por infelicidade na formulação ou ato

(35) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd050698d.htm>

falho, cada um interprete como quiser – era o tópico principal. A menos que se preferisse abordar assunto diferente no título principal. Os jornais, é preciso dizer, não deixaram de reportar outros tópicos do discurso com que Fernando Henrique defendeu seu governo. Os jornalistas não foram vagabundos (em geral não são, não é esse seu problema). Nem os jornais, no caso específico, foram preguiçosos.

Absurdo teria sido ocultar ou disfarçar o pensamento mal formulado, que ainda em 2 de junho era “retificado” publicamente pelo senador Antônio Carlos Magalhães.

(...)

O presidente é esperto e não lhe falta manha e malícia no trato com os jornalistas. Suas falas oferecem manchetes, legendas, títulos, leads (para facilitar o trabalho dos jornais) e explicações (para vender seu peixe). Enfim, hábil, FHC prefere produzir discursos onde qualquer jornal ou revista encontra frases ao seu gosto para pinçar e editar. Em seu discurso no BN-DES, o presidente até fugiu à regra e foi claro e preciso na explicitação de suas propostas de governo. Cometeu um único escorregão.

Pois todos os jornais, sem exceção, preferiram pinçar, numa exposição rica e esclarecedora, uma frase infeliz chamando os aposentados com menos de cinquenta anos de vagabundos.

Jornalistas podem não ser vagabundos. Mas os jornais talvez tenham sido preguiçosos. Foi preciso que o ministro da cultura Francisco Weffort, que não é jornalista – e o jornalista Luís Nassif – informassem aos leitores da *Folha* que, naquele discurso em que o presidente da República chamou os aposentados de vagabundos, havia consistência e argumentos em defesa das ações do governo.

Pode-se gostar ou não. Pode-se concordar ou não. Da mesma forma que os jornais encontraram o “escorregão” e o elevaram à condição de manchete, poderiam também encontrar um arrazoado consistente e cumprindo seu dever de mediadores de informação para a cidadania informar aos leitores que aquele discurso não se limitava a uma agressão gratuita e infeliz àqueles que apenas fruía seus direitos ou prerrogativas. Como o próprio presidente e vários de seus auxiliares.

Entre descontextualizar uma frase pinçada e publicar uma íntegra em corpo 8 que ninguém lê há um amplo espectro de alternativas. Boa parte delas chama-se apenas jornalismo.

O dia em que entramos no Primeiro Mundo (e a nossa imprensa atolou-se na Banda B)

Alberto Dines

20 de abril de 1997, nº 20, ano 02³⁶

Em raro unísono de otimismo, os jornalões do dia 7 de abril abriram suas páginas para anunciar a revolução que levará os brasileiros às portas do paraíso: a entrega das propostas de 15 consórcios que concorrem à exploração da banda B (privada) de telefonia celular.

Como entre a entrega das propostas e a entrega do primeiro celular deve transcorrer um intervalo de, pelo menos, 15 meses pergunta o ingênuo cidadão-leitor: "Por que tanto estardalhaço, não haveria outra boa notícia menos remota?"

Resposta: comemorava-se duplo feito - a privatização em larga escala das telecomunicações nacionais e a entrada maciça dos grandes grupos jornalísticos em áreas vizinhas (mas alheias) à emissão periódica de informações.

Trocando em miúdos: os maiores grupos brasileiros assumiram o conceito da diversificação. Bandearam-se do negócio da notícia para outros negócios não muito afins. Pior: não avisaram aos desavisados leitores que, doravante, estarão abarracados no perigoso terreno baldio do conflito de interesses.

Empresa Jornalística tem compromissos constitucionais

Se uma fábrica de salsichas expande-se para a suinocultura ou se uma fábrica de biscoitos deriva em direção à produção de farinha isto não afetará o modo como uma sociedade se informa e se forma. Mas quando a grande maioria dos grupos jornalísticos afastam-se das suas atividades-fim - sem dispensar as garantias e privilégios constitucionais -, passando a atuar como concessionários do Governo Federal, parceiros de empreiteiras, bancos e grupos internacionais não-jornalísticos, então estamos diante de um fato muito grave.

Antes de rabo preso no leitor, agora os grupos jornalísticos ficarão de rabo preso nas vicissitudes das concessões, das voláteis associações in-

(36) <http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat2004a.htm#mat04>

ternacionais e no imponderável rodado da globalização (que seus opinionistas tanto deblateram).

Como os envelopes com as propostas não foram abertos, ignora-se a exata composição dos consórcios, mas o mercado sabe (o mercado sabe tudo!) que estão incluídos o *Estadão*, a *Folha*, o grupo Globo, a RBS e o JB (por via indireta). Aparentemente, nem a *Gazeta Mercantil* nem a Abril animaram-se a aventurar-se em campo tão distante da sua atividade principal, embora esta última esteja entalada até o pescoço na TV a cabo (mais perto do show-business internacional do que propriamente do jornalismo).

Evidência dos perigos desta tangência é o fato de que nenhum jornal ou revista que cobriu a espetacular inauguração da Era da Banda B (inclusive a *Gazeta Mercantil*, sempre empenhada em contextualizar suas informações) registrou a metamorfose que ocorreu nas entranhas do jornalismo brasileiro.

Prova de que o leitor deve ficar alerta com o noticiário da mídia sobre telefonia celular é a manchete de primeira página do *Estadão* (domingo, 13/4) anunciando que graças à Banda B serão criados 97 mil postos de trabalho até 2001. Ora viva! E por que não se faz a urgente matéria mostrando o lastimável estado da telefonia celular em São Paulo? Porque telefonia celular virou assunto da diretoria.

(...)

Não se pode ignorar um negócio de R\$ 80 bilhões

Ali Kamel

20 de julho de 1997, nº 26, ano 02³⁷

Caro Dines,

Li e reli seu artigo sobre o tratamento que os jornais deram à privatização da Banda B. Fiquei bastante incomodado. O artigo, a meu ver, tem equívocos que, vindos de você, um profissional do primeiro time, têm efeitos bastante danosos, tanto para o público não jornalista como para os leitores especializados. De um lado, para usar um verbo que me custa a sair em se tratando de um texto seu, o artigo desinforma; de outro, ofende,

(37) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/no-se-pode-ignorar-um-negocio-de-r-80-bilhes/>

mesmo que não tenha sido esta a sua intenção, os jornalistas que vivem o dia-a-dia de uma Redação.

Desinforma e ofende porque nele está contida a insinuação de que os jornais dedicaram amplos espaços à privatização da Banda B, apenas porque fazem parte de grupos que disputam as licitações. Não tenho delegação de ninguém para rebater a insinuação, nem mesmo da direção do jornal em que trabalho, mas digo que, pelo menos no caso do *Globo*, isso não é verdade.

Em primeiro lugar, como ignorar o que está sendo classificado por todos os analistas como o maior negócio desse fim de século, com influência decisiva na vida cotidiana do cidadão? Ao fim do processo, o Governo terá arrecadado algo próximo de R\$ 80 bilhões, considerando-se também todo o sistema Telebrás e Embratel. Somente para citar dois exemplos, em São Paulo, há 1,7 milhão de pessoas na fila por um celular; no Rio, algo em torno de um milhão. Para dizer o mínimo, não terão os leitores o direito de ser informados sobre o que o Governo pretende fazer com tanto dinheiro, qual o impacto disso nas finanças públicas, na vida do país? Não terão os leitores o direito de saber quando, em que condições técnicas e a que preços terão os seus celulares? Não é dever da imprensa informá-los?

A influência dessa privatização na vida do país, independentemente de qualquer viés ideológico, é tanta, os números são tão eloqüentes, o impacto na vida do cidadão tão grande, que, sinceramente, não vejo muito espaço para dúvidas. Não dedicar a manchete para o assunto seria um erro. Um erro grave.

Por outro lado, Dines, o *Globo* é um jornal que tem como pilares a credibilidade, a isenção e a exatidão. Não é apenas uma decisão fundada na ética, nas crenças e na filosofia de vida de seus acionistas. Para ser claro, é também uma decisão imposta pelo mercado. Jornal sem credibilidade, sem isenção e sem exatidão é mercadoria estragada e, como tal, mais tempo, menos tempo, acaba rejeitada por quem a demanda. E o jornal acaba morrendo. É por isso, Dines, que não tem cabimento a insinuação de que a privatização da Banda B mereceu destaque porque a Globopar (que não é o jornal *O Globo*) tem participação em um dos consórcios disputantes, cuja composição, ao contrário do que você afirma, foi explicitada em toda e qualquer reportagem sobre o tema.

O *Globo*, acredite, não mistura canais. Em nenhum momento recebemos aqui na Redação orientação para publicar este ou aquele assunto com este ou com aquele enfoque. Ou ainda: jamais recebemos ordens de não

publicar temas. A única orientação que recebemos, acredite, é fazer um bom jornalismo, o que implica ouvir todos os lados, situar o leitor diante dos fatos, investigar a fundo para que nosso enfoque seja o mais próximo da verdade. Queremos um jornal sério, exato e plural.

(...)

No caso específico da privatização da Banda B, publicamos farto material pelo forte apelo jornalístico que o assunto tem. *O Globo*, como disse, não mistura canais. Nem a cobertura ampla se deveu ao fato de que uma empresa do grupo disputa a licitação, nem a participação de uma empresa do grupo na licitação impediu que *O Globo* fosse crítico em relação ao Governo quando este assim mereceu. Uma rápida consulta ao nosso departamento de pesquisa mostrará quantas foram as matérias em que estavam expostas as mazelas da Telerj, para irritação profunda do Ministério das Comunicações (digo isso em relação à sua indagação, referindo-se a um jornal paulista: "E por que não se faz a urgente matéria mostrando o lastimável estado da telefonia celular em São Paulo? Porque telefonia celular virou assunto da diretoria".)

(...)

Não há ingenuidade aqui. Nada é fácil ou simples, mas, como disse, contamos no *Globo* com a firme intenção de fazer um jornalismo isento. Entre outros motivos, como disse, por uma imposição do mercado da informação. Isso não quer dizer que *O Globo* não tenha opinião, pontos de vista, crenças. Temos uma linha editorial e um perfil que são bem conhecidos por todos. Mas aqui não se misturam informação e opinião. Esta é sempre expressa em nossos editoriais, publicados, invariavelmente, sob a rubrica redundante mas necessária de "Opinião". Enfim, Dines, a carta acabou saindo mais extensa do que eu previa. Mas o peso de sua opinião sempre nos obriga a reflexões mais abrangentes.

Jornais na Banda B: conflito de interesses

Alberto Dines

20 de julho de 1997, nº 26, ano 02³⁸

Todo respeito aos jornalistas. Todo ceticismo às empresas jornalísticas. E, sobretudo, ao atual sistema mediático. Este é um refrão conceitual que este *Observatório* repetirá sempre, em todos os casos.

A presença das maiores empresas jornalísticas brasileiras na disputa pela telefonia celular configura um inequívoco, inquestionável e clássico caso de conflito de interesses e uma grave distorção da função social da imprensa.

Se fosse o caso de uma única empresa, o problema ficaria circunscrito à esfera singular da sua imagem e credibilidade. Que os demais veículos poderiam fiscalizar. Mas aqui trata-se de um fenômeno plural, irregularidade sistêmica e institucional, porque envolve o conjunto da grande imprensa, num país cuja desgraça maior é a concentração.

Se os maiores grupos jornalísticos brasileiros estiverem comprometidos com a telefonia celular, em tese, a sociedade brasileira ficará vulnerável, porque os utilizadores destes serviços não poderão contar com a proteção da imprensa, envolvida numa atividade-meio esquecida dos seus atributos primais e constitucionais. Restará à cidadania recorrer ao Ministério Público, já chamado de Quarto Poder, justamente porque a imprensa – no seu conjunto – está perdendo a sua condição de intangibilidade.

Pior: se no país existissem instâncias de discussão – como o Conselho de Comunicação Social – o caso poderia ser ventilado abertamente e assim estariam criados os antídotos naturais e orgânicos para evitar desvios maiores através da oxigenação do debate.

Mas a entidade encarregada de zelar pela credibilidade da imprensa diária – a ANJ – por razões imanentes à sua criação e funcionamento não tem condições de exercer nenhum papel crítico. Razão pela qual contrata consultores do exterior, totalmente descomprometidos com a realidade nacional, para discutir ética, como se este conflito de interesses não fosse um problema fulcral.

(38) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/jornais-na-banda-b-conflito-de-interesses/>

O fato de um veículo – no caso, *O Globo* – comportar-se com elegância e transparência, não escamoteando dos seus leitores a sua entrada numa outra área de interesses, não invalida nem muito menos justifica o perigoso processo de diversificação que está comprometendo a atividade-fim das maiores empresas jornalísticas brasileiras.

E quando alguém do seu alto escalão classifica como “desinformação” a tentativa sadia e legítima de suscitar um debate sanitário em torno do assunto, fica evidente que ainda estamos longe dos padrões mínimos de participação exigidos pelas sociedades pluralistas.

Este *Observatório* não entra no mérito das privatizações, nem na falência do serviço público de telefonia, muito menos na benfazeja entrada de investimentos externos. Esta discussão sobre a entrada de empresas jornalísticas em setores não-jornalísticos, por enquanto teórica, pode tornar-se premente dentro de um ou dois anos. (...)

Sugerimos àqueles desejosos de aprofundar a discussão que mandem entrevistar dirigentes do *The New York Times*, *Washington Post*, *The Independent*, *The Guardian*, *Le Monde* e *El País* sobre suas normas empresariais no que toca à diversificação. Se preferirem, façam uma vídeo conferência – estamos às ordens.

Até lá, dentro do escopo que gerou a criação deste *Observatório*, continuaremos atentos e atuantes. Com a mesma urbanidade e firmeza dos nossos críticos.

Professor da UnB mapeia concentração dos meios de comunicação no país

Mauro Malin

05 de julho de 1998, nº 48, ano 03³⁹

Professor da UnB mapeia concentração dos meios de comunicação no país. O mercado mundial dos meios de comunicação é dominado hoje por 10 gigantescos conglomerados e 40 grandes empresas de expressão regional. Se Michel Platini calculou direito e 37 bilhões de pessoas terão

(39) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/professor-da-unb-mapeiaconcentrao-dos-meiosde-comunicacao-no-pas/>

assistido até 12 de julho aos 64 jogos da Copa do Mundo, um hipotético rateio do público entre essas 50 corporações daria 740 milhões de espectadores para cada uma ao longo dos 32 dias de competição. Segundo o Bureau do Censo americano, a população mundial era de 5.926.889.618 às 20 horas (Brasília) de 2 de julho de 1998. Logo, a média hipotética de audiência obtida acima perfaz toda uma população planetária em 8 dias e 13 minutos.

O professor da Universidade de Brasília Venício A. de Lima acaba de produzir um estudo fundamentado e claro que examina as características próprias do fenômeno no Brasil: o fortalecimento e consolidação das Organizações Globo, mediante expansão horizontal, vertical e cruzada da propriedade e a conservação do histórico domínio do setor por reduzidos grupos familiares e elites políticas locais ou regionais.

O estudo – “Globalização das comunicações: o novo e o velho no sistema brasileiro” – é reproduzido adiante. Detalha os negócios múltiplos dos maiores grupos: Globo/RBS, *Folha/Abril*, *Estadão*, *Jornal do Brasil*/SBT/Bandeirantes. Muita coisa entrelaçada. “João amava Teresa que amava Raimundo”... Quem nesta história será Maria, que ficou para tia?; quem será Joaquim, que se suicidou?

O que se desenha com nitidez no horizonte é a disputa cada vez mais renhida entre dois grandes conglomerados, um liderado pela Globo, outro pela associação *Abril/Folha*. (...)

Dossiê das concessões de TV: A colheita dos coronéis

Jayme Brener

20 de outubro de 1998, nº 55, ano 03⁴⁰

As urnas bafejaram, nas eleições de 4 de outubro, diversos políticos beneficiados por autorizações de instalação de Retransmissoras de TV (RTVs) no governo FHC. No Pará, por exemplo, vai ao 2º turno das eleições para governador o cacique Jäder Barbalho, sócio da TV RBA (Bandeirantes), autorizada a montar três RTVs. Integrantes de seu grupo político se

(40) <http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat2008d.htm>

beneficiaram de 14 outras autorizações. No Maranhão, novo ponto para a família Sarney, controladora do Sistema Mirante de Comunicações (quatro repetidoras). Das 26 retransmissoras entregues a políticos locais no governo FHC, 21 se destinavam a apaniguados dos Sarney.

Uma olhada preliminar – e muito parcial – no novo Congresso também permite identificar o avanço de coronéis da TV, que aumentaram seu rebanho eletrônico sob as asas de FHC. A Igreja Universal, que comanda a TV Record, além de várias emissoras locais, fez a festa: elegeu 14 deputados federais. Em São Paulo, fez o estadual mais votado, Faria Jr. (PMDB, com 170 mil votos), piloto do 0-900 da emissora. A principal peça de campanha de Faria Jr. era um livrinho de receitas, onde o candidato aparecia ao lado da apresentadora Ana Maria Braga. Da Record, é claro.

No Rio de Janeiro, Ronaldo Cezar Coelho, cujo irmão, Arnaldo, comanda a TV Rio Sul (autorizada, neste governo, a retransmitir a Globo em mais 5 cidades), foi o 4º deputado mais votado, pelo PSDB. O mato-grossense Wellington Fagundes (PL), integrante do grupo de Júlio Campos, foi o federal mais votado. Ele foi autorizado a montar, neste governo, uma rede que já conta com três RTVs. No mesmo estado, Pedro Henry (PSDB), que era suplente, foi o 3º mais votado. Ele é irmão de Ricardo Luiz Henry, sócio majoritário da TV Descalvados (SBT), autorizada a funcionar neste governo.

Em Pernambuco, reluz a figura de Inocêncio Oliveira (PFL, 2º mais votado do estado), piloto da TV Asa Branca (Globo) em Caruaru, autorizada por FHC a montar retransmissoras em mais quatro municípios. O maranhense Roberto Rocha (4º mais votado, PSDB), é sócio da TV Vale do Farinha (Bandeirantes, em Balsas), autorizada a retransmitir em mais três municípios. E Sarney Filho (PFL), irmão de José Macieira Sarney, sócio majoritário da TV Mirante, foi o 3º federal mais votado do estado.

Baixaria eleitoral: mídia cabocla sofre do Complexo Lewinsky (denuncismo primário, fofuquismo solerte, desmentidos, idem)

Os Observadores

20 de agosto de 1998, nº 51, ano 03⁴¹

A mídia quer esquentar a campanha eleitoral. E escolheu a mais pernicioso maneira: procurando fazer barulho a todo custo, espalhando lama no ventilador. Tudo em nome da “independência” e “neutralidade”.

Estão tentando adotar na cobertura política o mesmo esquema da longuíssima Farra da Copa: se não há fatos relevantes, inventa-se. As laranjadas produzidas nos intervalos dos jogos do Brasil, agora repetem-se na disputa eleitoral. Convém recordar: quando chegou a hora de cobrir o fato mais importante do Mundial ninguém estava na concentração para contar – foram todos ao jogo final.

As denúncias do Jornal da Band envolvendo as finanças pessoais do candidato Lula da Silva são simplesmente repulsivas. Já o dissemos aqui: Luís Inácio da Silva é um ícone nacional e internacional, sua biografia exige respeito. Sobretudo por parte daqueles que se opõem às suas idéias. Lula não pode ser tratado como um Paulo Maluf. Querer apresentá-lo como trambiqueiro e fechar os olhos para as falcatruas de que Maluf é acusado, é repulsivo.

A manobra não aconteceu por acaso: ensaia-se há algum tempo uma ofensiva na vida privada de outros candidatos. Seria a compensação, prova de “isenção”, “equidistância”. Tem sido ensaiada por *IstoÉ*, foi tentada no Rio pelos velhos corvos de plantão na rua do Lavradio (Tribuna da Imprensa). E mesmo o protesto mezzo indignado de um colunista da *Folha* (10/8/98, p.2) teve a mesma sonoridade daquela capa de *Veja* onde, a pretexto de desmentir os boatos que destruíam a família de Glória Pires, magnificou-se amplamente o âmbito das aleivosias.

A mídia brasileira parece disposta a perder o resto da compostura. E credibilidade. O farisaísmo tornou-se endêmico. A lei do vale-tudo está começando a valer.

(41) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/baixaria-eleitoralmdia-cabocla-sofredo-complexo-lewinsky-denuncismo-primrio-fofuquismo-solerte-desmentidos-idem/>

Mídia garantiu reeleição e cobra o preço do serviço

Mauro Malin

20 de novembro de 1998, nº 57, ano 03⁴²

Nunca existiu imprensa que não estivesse envolvida nos fatos políticos, em lugar nenhum do mundo. O que falta no Brasil é nitidez quanto a esse envolvimento, e separação do noticiário jornalístico. O que sobra são manobras de despistamento, como as feitas pela Rede Globo e pela *Folha de S.Paulo* ao longo da luta pelas Diretas-Já, em 1984/5. Manipulação também sobra, especialmente durante as campanhas eleitorais, com a ajuda ou não de pesquisas.

Não existe ninguém “acima de qualquer suspeita”. Só nas ditaduras. O “cidadão acima de qualquer suspeita” celebrizado por Gian Maria Volonté (1970, direção de Elio Petri) era um criminoso que se ocultava atrás da condição de policial. Todas as pessoas podem cometer deslizes. Quando se trata de deslizes na vida privada, sem ferir leis, é problema delas. Quando os deslizes ocorrem na vida pública, é problema nosso.

Para o bem de todos

Pode-se acusar a imprensa brasileira de muita coisa – trapalhadas, incompetência, interesses escusos, cumplicidades – , mas não se pode acusá-la de querer ajudar a derrubar Fernando Henrique Cardoso. Os meios de comunicação, numa unanimidade que já está cobrando seu preço, garantiram em 1998 a renovação do mandato de FHC. Sem avaliar seriamente a qualidade de seu governo e de sua política.

Fizeram-no “para o bem de todos e felicidade geral da nação”, num processo eleitoral em que houve votação, mas não houve disputa (primeiro turno). Quando, no final de maio, FHC se viu ameaçado, não lhe faltou apoio por ação (a favor da política econômica, quase incondicionalmente) ou por omissão (caso notório da Rede Globo). Garantiram a renovação do mandato de FHC para o bem de todos e felicidade geral da nação, sem aspas, porque simplesmente não havia alternativa.

Lula e o PT mais uma vez se equivocaram, deixaram passar a opor-

(42) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/mdia-garantiu-reeleioe-cobra-o-preo-do-servio/>

tunidade de provocar uma verdadeira disputa, mas se tivessem acertado politicamente (o "se" aí é do tamanho de um bonde) o resultado final seria o mesmo, com outro enredo.

A barreira protetora montada para FHC pelos meios de comunicação re-flete a ausência de alternativa, mas não é responsável por ela, a não ser na medida em que poder e mídia se confundem. Essa não é outra discussão, mas não cabe neste tópico.

Nas eleições legislativas, a história foi diferente. No segundo turno, também. Houve disputa, e, para surpresa geral (leia-se para surpresa da mídia), com urna eletrônica a esquerda cresceu.

O serviço tem preço

Depois das eleições, a acolhida dada a falsificações sobre contas no Caribe mostra duas coisas:

Primeiro, que se desconfia a priori de todas as pessoas que têm ligação, como gerentes ou beneficiários, com financiamento de campanhas eleitorais e da atividade política.

Segundo, que a mídia fez o serviço a favor de FHC (e os aliados dele, claro) no primeiro turno, mas não o fez de graça. Ficou com um nó na garganta por não ter tido alternativa a não ser apoiar a reeleição. Vai querer influir na constituição do novo governo e em seus rumos. Manipulará o que puder manipular, e o mais serão as lambanças costumeiras.

Já a direita fascista, quando não metida em coisas mais radicais, aproveitou, aproveita e aproveitará qualquer brecha para tentar desmoralizar o jogo político democrático. Não há propriamente novidade nisso, mas a cada momento é necessário estar atento.

Ninguém pode dizer, entretanto, até aqui, que tenha sido a direita fascista a autora do "dossiê".

A polícia anda atrás de bandidos responsáveis por grampos e falsificações. O presidente da República queixou-se da tentativa de manipulação por parte de Maluf, na reta final do segundo turno, depois fez acusações quase diretas a Fernando Collor. Teria sido mais fácil condenar uma direita fascista, se houvesse tal convicção, do que o aliado Maluf.

Maluf é direita e não disfarça muito (para não perder o núcleo duro de seu eleitorado). Certo.

E Fernando Collor, é a direita? Collor é um franco-atirador, um aventureiro, como se dizia em outros tempos. Para resumir e usar a expressão que ele mesmo agitou com a bondosa ajuda, à época (1988/9), de amplos se-

tores da imprensa, é um “caçador de marajás”. Fez as alianças que julgou úteis, à direita e à esquerda (e principalmente no pântano), para “chegar lá” e lá permanecer (não conseguiu). Fará novamente, se puder.

Vender mais caro é melhor?

O assunto privatização é diferente: as fitas também são uma jogada, mas aceita por quem, na mídia, tem interesse em aceitá-la. Veja: aceitou-a plenamente, foi buscar fitas editadas (com quem? a Polícia Federal?) e as publicou do jeito que vieram. A Globo citou o episódio com ar de quem diz: “Estão vendo como foi essa privatização?”

A cobertura é tão interesseira e indigente que se baliza pela oscilação do conceito dos grampeados Lara Resende e Mendonça de Barros entre os extremos de trêfegos e patriotas.

Até agora, ninguém debateu, por exemplo, se obter alto preço na privatização é bom, patriótico, ou algo que as empresas compradoras – regidas necessariamente pela busca do lucro – cobrarão dos usuários, durante longo período. A mídia, unanimista, abandonou o exame das privatizações tão logo elas se concretizaram.

A falta que a reforma política faz

É preciso repetir o que escreveram recentemente Dora Kramer e outros: no capítulo do denunciamento, o PT não tem nada de inocente. Bota lenha na fogueira há muitos anos. Foi o PT que inaugurou a era dos ataques pessoais escancarados na propaganda eleitoral gratuita, na campanha de 1989. Carlos Castello Branco ainda era vivo e registrou o episódio numa coluna intitulada “Fernandinho não morreu na praia” (tratava-se de esquete em que o ator Guilherme Karan fazia o papel de um Fernandinho adorado que morria na praia). No caso dos Anões do Orçamento, o senador-detetive Suplicy abalançou-se a Nova York em busca de suspeitos. Uma patetada. Vários políticos petistas fizeram carreira no denunciamento, no tempo em que ainda existia o “petismo das redações”.

Faz falta a reforma política. Entre outras coisas, para clarear o financiamento de campanhas eleitorais; para dar sentido cívico à representação política; para reforçar o papel dos partidos e evitar que se formem governos sem lastro próprio, obrigados a alianças-ônibus; para criar uma Polícia e uma Justiça a serviço da população; para redefinir a moldura institucional do trabalho dos meios de comunicação.

Do catastrofismo à euforia (De como a recessão evaporou em menos de 30 dias!)

Alberto Dines

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03⁴³

Meados de novembro, depois do aumento nas taxas de juros e o anúncio do pacote fiscal, a mídia vestiu-se de Cassandra e saiu profetizando um Natal Negro – vendas desastrosas, falências em cascata e desemprego generalizado no comércio.

De repente, os jornais de meados de dezembro apresentam um quadro diametralmente oposto: os estoques nas lojas estão no fim, os shoppings estão abarrotados e o consumidor, embora mais cauteloso, continua comprando o que precisa comprar.

Como explicar a fulminante virada macroeconômica? E este descompasso entre a previsão e a realidade?

A explicação é simples: logo depois do pacote, a mídia deixou-se levar pela pressão inicial dos seus anunciantes que queriam um frescor das autoridades. Como o governo não se assustou com o noticiário alarmista, os comerciantes, que não são bobos, fizeram o que deviam fazer: sapecaram promoções, descontos nas compras à vista e as facilidades de pagamento sem juros.

Resultado: as vendas surpreenderam.

A verdade é que estamos praticando um tipo de jornalismo reativo e não antecipatório ou preventivo. A mídia está bancando a grande Maria Vai Com as Outras, a reboque de quem pressiona primeiro e mais forte.

Ao invés de antecipar-se e cobrar do comércio um ajuste nas margens de lucro e taxas finais de juros menos escorchantes, a garotada saiu em campo para fazer "jornalismo crítico". Ferrou-se.

E deixou escapar outra bela oportunidade de liderar o interesse público convocando as chamadas classes produtoras para enfrentar as dificuldades.

Um dia, os leitores vão descobrir que os jornais são dispensáveis e então vai ser um deus-nos-acuda.

(43) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/do-catastrofismo-euforiade-como-a-recessao-evaporou-em-menos-de-30-dias/>

Jornalismo pesquisótico, ou: a psicose das pesquisas

Os Observadores

20 de novembro de 1997, nº 34, ano 02⁴⁴

Se, de repente, começar uma epidemia como a da Gripe Espanhola, já se pode prever como será o comportamento da imprensa brasileira:

a) Espera-se o release das autoridades sanitárias (que, “para não criar pânico”, virá depois da morte de milhares de pessoas).

b) Dois dias depois, sapeca-se uma pesquisa de opinião pública para saber o que os entrevistados acham da virulência do surto e do comportamento das autoridades.

O jornalismo pátrio hoje é basicamente reativo. Da política à cultura, passando pela economia. E o recurso mais efetivo faz-se fora do jornalismo – com pesquisas apressadas, metodologicamente levianas, concebidas e realizadas por profissionais que obedecem a uma ética diametralmente oposta à dos jornalistas.

Que, em seguida, põem em movimento uma bola de neve que converte aqueles factóides em fatos consumados.

O anúncio de medidas de aperto fiscal não fugiu à regra. Comprovou-se mais uma vez que o Quarto Poder hoje está nas mãos dos estatísticos que trabalham para empresas jornalísticas.

(44) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/jornalismo-pesquisticoou-a-psicose-das-pesquisas/>

Obsessão com Zagallo é deprimente

Elias Aredes Junior

20 de maio de 1998, nº 45, ano 03⁴⁵

Zagallo não agrada a maioria dos cronistas esportivos de todo o país. Mas o que está se vendo é simplesmente deprimente: jornalistas com anos de estrada e movidos apenas por posições mesquinhas e vingativas realizam uma cobertura totalmente parcial e não o que se deveria fazer: que é apenas a de analisar o esquema de trabalho da seleção, dos esquemas táticos, da convocação, ou seja, dar uma visão geral ao leitor, ouvinte e telespectador daquilo que a comissão técnica está fazendo para chegar ao pentacampeonato.

Por exemplo, vejo que a maioria dos cronistas se agarram apenas na famosa frase dita por Zagallo ("Vocês vão ter que me engolir!!!") para denegrir e atacar o treinador da Seleção Brasileira.

Ao invés disso, por que não se realizam matérias ouvindo treinadores e especialistas de futebol sobre os métodos que o Zagallo poderia utilizar para aproveitar os 30 dias de treinamento que ele tem pela frente? Outra coisa: na final do Campeonato Paulista vi que vários jornalistas aproveitaram a grande atuação de Raí para também tripudiar em cima do treinador. As frases mais comuns eram de que ele não jogou bem contra a Argentina "porque a falta de um esquema tático do técnico Zagallo atrapalhou o desempenho do Raí". O detalhe interessante, no entanto, é que essas mesmas pessoas depois da derrota para os nossos adversários portenhos diziam aos quatro ventos que Rai não servia para a Seleção e que a convocação de Giovanni era mais do que acertada. Será que isso é jornalismo? Onde está a isenção? O que realmente vale: o fato ou a opinião?

Estou preocupado porque acho que a maioria dos jornalistas brasileiros que vão trabalhar na Copa da França não tem o direito e nem o dever de colocar as suas antipatias pessoais a serviço da mídia. O pior é que já vimos esse triste espetáculo em 1994. Profissionais compareciam diariamente nos treinamentos da seleção apenas para realizar ataques pessoais ao técnico Carlos Alberto Parreira. O pior é que ninguém conseguia enxergar o óbvio: que Parreira era um estudioso, tinha um esquema tático – podia

(45) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/obsesso-com-zagallo-deprimente/>

até ser defensivo e retranqueiro mas existia – e que foi apenas por isso (e também a Romário, claro!) que conseguiu chegar ao tetracampeonato.

Mas ninguém quis dar o braço a torcer. Os membros dos programas esportivos (inclusive o estupendo Armando Nogueira) só queriam falar aos quatro ventos qual o time dos seus sonhos, os jogadores que eles queriam no interior do gramado e que tinham saudade do futebol que se praticava no passado. Análise fria e ponderada que é bom, nada...

É preciso abrir o debate sobre esse drama que parece crônico em nossa mídia. Afinal, sabemos que Zagallo ainda não encontrou o time ideal e está longe de apresentar um esquema tático consistente. Mas usar isso para se fazer perseguições e dirigir críticas vingativas a um ser humano, aí não dá! O pessoal tem que entender que, se perdermos a Copa, a derrota não será apenas do Zagallo mas do Silvio Luís, do José Luiz Datena, do Milton Neves, do Juca Kfourri, do Flávio Prado, ou seja, de toda o Brasil. Acorda, imprensa esportiva!

PS: Também sou jornalista e ainda acredito no jornalismo. Apesar de tudo.

Deixaram a gente sem defesa

Nilson Vargas

20 de junho de 1998, nº 47, ano 03⁴⁶

Um momento decisivo, um assunto que diz respeito a uma nação inteira, o futuro em jogo. Não, não se trata de Copa do Mundo. O assunto aqui é a privatização do Sistema Telebrás, cujas regras, preços e tudo mais foram anunciados na manhã de 10 de junho, momentos antes da partida de estreia do Brasil contra a Escócia.

Alguém precisa fazer o papel do chato e alertar: mais importante do que o gol de ombro do Sampaio é saber como falaremos ao telefone nas próximas décadas, como será a transmissão de dados, quem dará as cartas no bilionário mundo das telecomunicações. E onde estavam os analistas (dos mais diversos temas) para ajudar o leitor a digerir este prato feito à base de preços mínimos, consultorias, monopólios, shares e que tais? Na Fran-

(46) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/deixaram-a-gente-sem-defesa/>

ça. De analistas gastronômicos a comentaristas políticos, todos migraram para Paris.

(...)

Enquanto isso, no Planalto, o ministro dá uma apressada coletiva, que interrompe no meio alegando que está saindo para ver o jogo. Fala sobre um negócio de pelo menos US\$ 13,5 bilhões como quem escala o time reserva para o dois toques. No dia seguinte, quem vai às bancas em busca de explicações mais detalhadas e didáticas sobre o emaranhado que privatizará a Telebrás pouco consegue. Nem aqueles analistas mais ostensivos (e necessários à formação da opinião pública) estão presentes. Foram para a França. É como se a nossa seleção de jornalistas tivesse congestionado o ataque e deixado a defesa sem proteção. Se esta tática ainda surtisse resultados e tivéssemos uma cobertura jornalisticamente boa – lá e aqui – tudo bem. Mas não é o que se vê nos primeiros dias de Brasil em ritmo de Copa.

Upgrade do cocuruto

Luiz Carlos Pires

05 de outubro de 2000, nº 99, ano 05⁴⁷

A 27^a Olimpíada será lembrada pela luta entre aqueles que sustentam direitos de propriedade intelectual em eventos esportivos e os que procuram cobrir esportes, especialmente para o universo em expansão da internet.

Preocupado com o poder da internet de subestimar a fundação econômica do movimento olímpico moderno, o comitê agiu amplamente para controlar como e onde as imagens e contas de Sydney atingem o público. Segundo matéria de Felicity Barringer [*The New York Times*, 25/9/00], a ação do comitê apenas ecoa o que está acontecendo em outras áreas do esporte, seja amador ou profissional.

Grande parte da atenção do comitê foi voltada à internet. Temeu-se que a audiência da TV saísse defasada e que o valor dos direitos de transmissão fosse diluído. Além disso, a internet poderia fazer vazar as imagens olímpicas que a muitos custam caro, sem dar retorno ao comitê não-lucrativo.

(47) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/upgrade-do-cocuruto/>

O policiamento nos esportes vem sendo tão reverenciado que o Comitê Olímpico Internacional adotou a linha dura: sem diários de atletas e sem bate-papo online. Vídeos via internet também foram proibidos, mesmo reprises de eventos que ocorreram meses antes.

Dois meses antes do início dos Jogos Olímpicos, o comitê arquivou um conjunto de leis na Corte federal, retirando direitos de 1.800 sítios noticiosos que haviam registrado domínios utilizando termos de propriedade do COI. A lei está pendente, mas mais de 20 monitores privados da rede estão usando, em três continentes, a última tecnologia em ferramenta de busca para monitorar possíveis violações dos direitos de propriedade do COI.

Apesar de a definição de vídeos via internet ser muito baixa, o COI revirou-se com a idéia de que suas imagens se aperfeiçoarão dentro de 4 a 8 anos.

E-Notícias: Quebradeira pontocom

Luiz Carlos Pires

20 de novembro de 2000, nº 102, ano 05⁴⁸

Trabalhava numa pesquisa sobre a quebradeira geral na rede quando Lea Gorinstein, do *Florida Review* <<http://www.floridareview.com>> pediu-me um artigo sobre o tema e isto provocou uma mudança de enfoque no que estava fazendo, pois não queria ser mais um botando lenha na fogueira do cenário e-business. Achei que não bastava apontar as causas do quebra-quebra, mas também mostrar como consertar a canoa quebrada para poder continuar navegando.

Primeiro vamos às causas. Uma delas está no meio que é a mensagem. As empresas pontocom, principalmente aquelas cotadas ns Nasdaq, são vítimas da própria instantaneidade da informação trafegando na rede. O mercado vai depurando o real do virtual, depois do boom da novidade e do enriquecimento da ciranda financeira que puxou para estratosfera as cotações, provocando a corrida do ouro sob a ganância do lucro fácil. Claro, sempre nesses casos os primeiros investidores se dão muito bem.

Novamente a história se repete, só que em proporções gigantescas. No

(48) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/quebradeira-pontocom/>

começo da industrialização americana, muitas empresas sustentadas em invenções tecnológicas sem nenhuma praticidade – e outras que existiam somente no papel – conseguiram capital na Bolsa de Nova York para fazer a fortuna de poucos e a desgraça de muitos . Foi assim até o crack de 1929, quando o mundo real deu as caras no mercado. Depois disso as bolsas passaram a ter dispositivos cada vez mais rígidos contra fraudes e manipulações, embora de tempos em tempos sejamos enfeitados pelas novidades.

(...)

Para apagar a fogueira dos pessimistas, vale lembrar que as estimativas apresentadas pela Forrest Research, em abril deste ano, sustentam que o comércio eletrônico girará no mundo perto de US\$ 6,9 trilhões em 2004. Os EUA devem ficar com a fatia de US\$ 3,1 trilhões, da qual 87% (ou US\$ 2,7 trilhões) apenas com o setor de B2B. O relatório da Forrest prevê para o Brasil, na mesma época, um movimento comercial de US\$ 8,0 bilhões. Apesar de outros estudos com números diferentes, todas as estimativas apontam um significativo crescimento do e-business para os próximos anos.

Mario Fleck, presidente da Andersen Consulting, também não vê como sinal negativo a quebra da Nasdaq. Pelo contrário: é uma forma de controle de mercado que vai depurando as empresas incapazes de satisfazer o cliente cada vez mais bem informado, exigente, e com uma lista de fornecedores em sua tela. Por outro lado, a empresa pode também escolher uma gama de fornecedores, forçando a baixa da inflação pela demanda – sem falar na melhoria de qualidade na produção, menor preço, estoque azeitado e eficiente distribuição, pois a concorrência agora sempre estará a um clique do cliente.

Jornalismo Digital: Buraco-negro telemático

Cláudio Weber Abramo

20 de janeiro de 2001, nº 105, ano 06⁴⁹

Durante o ano de 2000, o mercado de trabalho dos jornalistas viu surgir uma multiplicidade de órgãos informativos publicados na internet. Muitos desses novos produtos surgiram fora do meio jornalístico tradicional, originando-se em bancos, financeiras e mesmo em grupos isolados de economistas e outros profissionais. Mencionavam-se salários astronômicos. O fato de semelhantes salários serem às vezes oferecidos a pessoas improváveis só reforçava a sensação de que, apesar de toda uma discursão tecnicista, na base daquilo tudo imperava o amadorismo.

Muitas empresas jornalísticas também entraram na onda, investindo (não tão cegamente quanto os amadores, mas ainda assim com certa sofreguidão) em equipes caras e em sistemas excessivamente caros, que não compreendiam bem.

Diversas dessas iniciativas tinham a finalidade transparente de enfeitar o bolo de modo a atrair investidores, capturar seu dinheiro e depois tirar o time de campo.

Houve, porém, quem genuinamente julgasse que haveria, no jornalismo telemático, espaço para uma massa de noticiário on-line capaz de atrair usuários de serviços pagos. Considerava-se que a notícia deveria ser gratuita, e que o faturamento decorreria daquilo que fosse oferecido no entorno.

Observe-se que só os mais ingênuos imaginavam ganhar dinheiro com publicidade. Os mais prudentes sabiam, com sabem, que publicidade na internet não tem futuro. De fato, na internet não há a limitação de espaços que permite a manutenção de preços altos em outras mídias. Como o espaço para publicidade é virtualmente infinito, a receita unitária tende a zero, e o agregado permanece baixo.

Para dizer o mínimo, a atitude das empresas que investiram em jornalismo na internet seguiu um raciocínio estranho: estavam dispostas a dar de graça aquilo que produziam (e muitas vezes com equipes mais caras do que o usual), com os olhos postos em ganhar dinheiro com atividades de

(49) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/buraco-negro-telemtico/>

intermediação localizadas no plano dos desejos.

Também não havia, como parece não haver até hoje, uma atenção devida sobre aspectos essenciais da atividade editorial, a saber, o que publicar, para quem. Se todo mundo publica basicamente material de agências, e das mesmas agências, como é que os produtos podem se diferenciar? Se todo mundo alvejava os investidores do mercado financeiro, como é que esperavam atingir uma participação de mercado mais do que irrelevante, considerando que esses investidores são em número minúsculo (e, de todo modo, pagam corretores para ficar vigiando o comportamento dos indicadores)?

O resultado líquido do aquecimento verificado no ano passado pode ser visto hoje: os investimentos não apareceram, o público não é relevante, os serviços especializados não se desenvolveram e os órgãos da internet continuam sem mostrar direito a que vieram.

Lady Xuxa

Mauro Malin

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03⁵⁰

Veja (17/12/97), que conseguiu publicar um perfil de Roberto Mangabeira Unger sem apresentar suas idéias, sobre Lady Xuxa pontificou: "Existem bons motivos para que o Brasil inteiro passe os próximos meses de olho na barriga de Xuxa".

Logo ocorreu, ao cérebro que produziu a frase, a dúvida perturbadora: existem?

E tome explicação. Quase um tratado socioantropológico de botequim: "Além de ser uma celebridade em todas as camadas sociais e faixas etárias, a apresentadora demonstra o dom de transformar assuntos de foro íntimo em temas de interesse público." Etc.

Finda a digressão que pretende justificar toda a baboseira subsequente, pedem-se desculpas para lascar mais uma barbaridade: "Com o perdão da comparação, no final das contas Xuxa está para os brasileiros assim como a princesa Diana esteve para os ingleses. [Desejamos melhor sorte

(50) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/lady-xuxa/>

a Xuxa, em todo caso.] E isso não pode ser subestimado como fenômeno de massa."

Yes, indeed. Vamos parar por aqui. E sem essa de perdão.

Mídia de uma nota só

Alberto Dines

05 de julho de 1998, nº 48, ano 03⁵¹

A cobertura da morte do cantor country Leandro evidencia e confirma uma realidade: nossa imprensa tornou-se irremediavelmente monotemática e monocórdia. A combinação da notícia-espetáculo com a cobertura saturada e intensiva desenvolvidas num ambiente onde impera o mimetismo e se abomina a diversificação está criando uma das mais gritantes distorções do nosso processo informativo. O velório em S. Paulo e os programas evocativos sobre o cantor levados ao ar da noite de 23/06/98 bateram a cobertura da Copa, a telenovela, o Ratinho. Jornais que jamais cobriram o lançamento de um disco ou show da dupla de irmãos esbanjaram espaço e adjetivos para descrever o acontecimento. Os infográficos sobre o fulminante desenvolvimento do tumor encheram páginas. Os telejornais trabalharam com teleobjetivas para flagrar lágrimas e emoções.

Um show de banalidades a pretexto de uma dor que a maciça exposição da dor torna banal. A Onda Leandro acabou como começou: abruptamente. No fim de semana, apenas os semanários lembraram-se discretamente do cantor. Exceto *Época* (visivelmente preocupada com a aproximação do fim de Julho e o fim do desconto de R\$ 1,20 no preço de capa). Nossa mídia está produzindo uma sociedade que funciona em bloco, movimenta-se por espasmos, só reage à estridência. Isso é grave.

(51) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/mdia-deuma-nota-s/>

Midiagate, ou com o rabo entre as pernas

Alberto Dines

05 de fevereiro de 1998, nº 38, ano 03⁵²

O mais recente vilão da série James Bond não é o Kremlin, a China, um cientista maluco ou o crime organizado. Trata-se de um barão, ou tubarão, da mídia, combinação do falecido Robert Maxwell com o vivíssimo Rupert Murdoch, dominado pela paranóia de dominar a humanidade.

Hollywood faz as cabeças do mundo há mais de meio século, mas, embora controlada por uma poderosa corporação (a Motion Pictures Association), jamais alcançou o monolitismo total. Nem a Comissão de Atividades Antiamericanas, do fascista Joe MacCarthy, obteve anuência e obediência absoluta. Aquele bando de produtores, a maioria formada por pobres imigrantes ou filhos de imigrantes, tinha suas próprias idéias sobre o sonho americano. O cinema norte-americano tem sido um dos mais constantes críticos da imprensa desde os tempos dos filmes de dois rolos (como aqui foi mencionado em 18 de outubro de 1997). Hoje Hollywood faz parte da mídia por meio de conglomerados que começam com filmes e acabam na Internet, passando pela TV e revistas. E, se Hollywood resolve agora diabolizar a mídia, ou um pedaço dela, num filme destinado ao público mais rastaquêira, é porque chegou àquele ponto da competição em que é indispensável a diferenciação. Em outras palavras, as leis de mercado, se levadas às últimas conseqüências, impõem a individualização, a diversidade e, principalmente, o confronto.

A luta continua, é um moto que tanto serve aos irredentistas como aos que apostam na competição comercial. Mussolini e seus adeptos fascinaram-se pelas corporações porque eram estáticas, indivisíveis e impermeáveis ao debate.

Os dez dias que abalaram o jornalismo norte-americano começaram como zippergate e acabaram em midiagate (conforme a última edição do Observatório da Imprensa).

A bandeja de excrementos que a mídia norte-americana aproximou do ventilador, a serviço do sensacionalismo e de escusos interesses eleitorais, fez o percurso do bumerangue e atingiu em cheio e de forma indelével

(52) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/midiagate-ou-com-o-rabo-entre-as-pernas/>

o chamado Quarto Poder. Às anotações do último sábado (concluídas na quinta anterior) posso acrescentar que o *New York Times* continuou sua saneadora cruzada até a última terça, 3 de fevereiro, sendo que, na gigantesca e nobilíssima edição de domingo, 1º de fevereiro, publicou matéria na primeira página e outra na de opinião.

Na história do jornalismo norte-americano neste século, a imprensa – e não Bill Clinton – jamais foi pilhada em posição tão vexatória. Entre os autores das novas peças, cito o grande Russel Baker e um veterano repórter, James Naughton, hoje presidente do Poynter Institute, de Miami, que não chega a ser considerado liberal (com incursões desastrosas na imprensa brasileira). A mais surpreendente reação ao midiagate veio de onde não se esperava, a CNN. Graças ao furacão Monica, conseguiu níveis de audiência só igualados pela não menos viciosa cobertura do julgamento de O. J. Simpson. Talvez incomodada por isso organizou um debate ao vivo, de duas horas, na noite de quarta-feira, 28 de janeiro. Denominado “Media Madness” (Loucura da Mídia), foi impressionante espetáculo de autoflagelação com a participação de algumas estrelas do jornalismo, entre elas Dan Rather. O veterano âncora da CBS ofereceu a nota melancólica com a sua candura e fragilidade. Rather confessou que teria preferido continuar em Havana cobrindo Fidel e o papa no lugar de acompanhar os concorrentes Tom Brokaw e Peter Jennings na discussão sobre as calcinhas da estagiária. E, quando lhe indagaram por que não seguiu o seu instinto de jornalista, respondeu: “Não seria prático dizer não... Estamos falando de circulação e níveis de audiência... Pressões competitivas...” (reproduzido do NYT de 3 de fevereiro de 98, texto de Walter Goodman).

Que diabo, onde é que se enfiou a mídia brasileira, tão sensível ao que se passa nas esquinas de Manhattan, que não conseguiu levar para o público brasileiro momento tão relevante da história política norte-americana?

Nossa cobertura do midiagate foi impressionantemente pálida. Quase omissa, irresponsavelmente distorcida, ofuscada pelas futricas e fofocas sexuais do Salão Oval da Casa Branca, agora batizado como Salão Oral.

Além do já citado JB, o prestigioso *Estadão*, que tinha na gaveta pelo menos sete textos fundamentais do *New York Times*, publicou apenas uma peça (e outra do *Baltimore Sun*). A Globo, no Jornal Nacional, aderiu ao coro dos detratores do sensacionalismo da mídia somente quando já estava desmascarado (segunda, 2 de fevereiro de 98).

Esta *Folha*, tão sensível e tão transparente nas questões relativas ao jornalismo, comeu mosca ou foi picada pela mosca azul: resolveu derrubar

Clinton tão logo começou a rolar a bola de neve, por meio de uma manchete sugerindo sua renúncia (segunda, 26 de janeiro). Encerrou a participação no caso convidando um psicanalista para comentar o distanciamento entre a mídia e o público norte-americano (domingo, 1º de fevereiro, com chamada na primeira página). Como o autor deve ser leitor deste jornal, e este jornal não publicou até o dia anterior nem uma linha sequer sobre o midiate, a tese do eminente psicanalista foi a seguinte: o público norte-americano está tão idiotizado que não consegue ser motivado pela imprensa. A verdade, segundo as vozes mais respeitadas nos EUA, está no extremo oposto: a mídia idiotizou-se de tal forma que o público disse basta.

Não estou sugerindo a existência de uma conspiração de silêncio para abafar nestas plagas o desastre do novo paradigma norte-americano de jornalismo.

Tenho absoluta certeza de que Ruy Mesquita não telefonou para Octavio Frias de Oliveira ou Otavio Frias Filho e que estes também não ligaram para Roberto Marinho ou João Roberto Marinho, que também não procurou Roberto Civita e M. F. do Nascimento Brito ou J. A. do Nascimento Brito (a maioria não tem relação entre si, o que é uma lástima -um dia penso em convidá-los para uma feijoada, como faz a senadora Benedita da Silva com figadais adversários, sem efeitos perniciosos aos respectivos fígados).

O que existe, sim, em nossa mídia, é uma confraria às avessas, processo inconsciente de imantação para ocultar as falhas, deficiências e vícios de um sistema que já foi incomparavelmente melhor e hoje está perigosamente comprometido.

Com o rabo preso no leitor, de repente, nossos magníficos mediadores ficaram com o rabo entre as pernas. Ou não querem dar o rabo a torcer. (Copyright *Folha de S.Paulo*, 7/2/98)

O pobre reino do consenso comum

Renato Janine Ribeiro

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03⁵³

De reparo em reparo, de crítica em crítica de males da imprensa brasileira, Renato Janine Ribeiro, professor titular de filosofia política da USP, chega a uma síntese: "A imprensa é programada para dar conta apenas do consenso". E não perde a oportunidade de, bem a seu gosto, extrair das palavras reverberações originais: "Fomos rebaixados do senso comum para o consenso comum..."

Estamos como na cena final do filme "Casablanca", quando o chefe de polícia francês vira-se para os guardas, depois que o americano Rick mata o oficial nazista, e ordena: 'Prendam-se os suspeitos habituais'. A mídia funciona na base do automatismo. Nos meios intelectuais, como sempre, não se faz a crítica frontal e aberta das idéias, prefere-se montar 'armações' pelas costas, ou, no debate, argüir detalhes. A verdade – conclui Renato Janine Ribeiro – é que o país padece terrivelmente de falta de discussão.

Publicar ajuda ou prejudica? Eis a nova questão.

Os Observadores

05 de junho de 1998, nº 46, ano 03⁵⁴

A decisão do *Chicago Sun-Times* de tirar da primeira página a cobertura da tragédia escolar do Oregon – para não estimular o surto de violência escolar – traz um dado novo ao jornalismo frenético deste final de século.

Mesmo sabendo que o principal concorrente, o *Chicago Tribune*, deveria escancarar o caso com textos e fotos dramáticas, o jornal optou por jogar o material sobre a nova tragédia escolar nas páginas internas. E explicou numa discreta nota na primeira página porque o fazia.

"Não desejamos estimular nenhum jovem instável a pensar que ações

(53) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-pobre-reino-do-consenso-comum/>

(54) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/publicar-ajuda-ou-prejudicaeis-a-nova-questo/>

armadas como essa são uma maneira de escapar dos tormentos da adolescência”, disse o jornal.

Os principais telejornais nacionais americanos registraram a inédita atitude de contenção. O prestígio do jornal – que está em segundo lugar na região – subiu enormemente. Perdeu poucos leitores no dia e os recuperou com vantagem nos dias seguintes.

Nos últimos 100 anos o jornalismo mundial funcionou na base do instinto – publicar tudo o que acontecia. Sem importar-se com as consequências. O frenesi do jornalismo-espetáculo começa a estabelecer novos parâmetros na base da reflexão e da moderação.

Na verdade ainda está em vigor o slogan do veterano *New York Times*: “All the news that fit to print”. Isto é: todas as notícias que servem (ou valem ou são apropriadas) para publicar. A questão resume-se ao significado do verbo to fit.

A *Folha* foi o único dos grandes jornais brasileiros a registrar o gesto do *Chicago Sun-Times* (23/5/98, p.1-11, seção Multimídia). Não está no escopo deste *Observatório* tratar dos aspectos técnicos e profissionais dos veículos jornalísticos. Cuidamos apenas dos aspectos institucionais, sociais e éticos. Por esta razão não podemos atender às inúmeras convocações para comentar qualidades e defeitos do novo semanário das Organizações Globo.

O que cabe comentar é o recurso de lançar um novo veículo com um grande desconto no preço de capa. É tão pernicioso quanto a onda de brindes que avacalham e desqualificam a informação jornalística, tornando-a descartável, secundária e irrelevante.

A credibilidade de um veículo tem um preço que o leitor deve pagar integralmente. Para valorizá-lo e respeitá-lo.

Rupert Murdoch quase acabou com a imprensa inglesa há poucos anos quando iniciou uma guerra de preços. Recuou meses depois sem que tivesse obtido ganhos substanciais em matéria de circulação. Mas fez estragos importantes nos jornais de qualidade londrinos.

O mesmo grupo que agora apresenta *Época* lançou em abril um excelente jornal popular no Rio, *Extra*, para concorrer com o poderoso *O Dia* com um preço 50% mais barato.

Em matéria de concorrência não é o mais recomendável. Em matéria institucional, menos ainda.

Jornalista foi punido porque não adivinhou o que seria dito 72 horas depois

Augusto Nunes

05 de setembro de 1998, nº 52, ano 03⁵⁵

Convidado pela produção do programa N de Notícia, da GloboNews, a falar sobre a reportagem de capa de *Veja* que divulgou a confissão do “Maníaco do Parque”, limitei-me a duas obviedades. A revista conseguiu efetivamente um furo jornalístico. Para consegui-lo, contudo, haviam sido atropeladas normas éticas e legais. Depois de ressaltar que os concorrentes de *Veja*, caso lhes fosse dada a mesma chance, teriam provavelmente agido da mesma maneira, mencionei duas irregularidades.

Como o réu confessara a autoria dos assassinatos durante uma conversa com os encarregados de sua defesa, o vazamento das declarações configurava a quebra do sigilo entre advogado e cliente. As declarações haviam sido testemunhadas por uma repórter que, ao juntar-se à conversa disfarçada de estagiária de Direito, incorrera no crime de falsidade ideológica. Esse tipo de artifício, insisti, não é incomum na imprensa brasileira.

Minhas opiniões foram gravadas numa sexta-feira. Três dias antes, o mesmo assunto havia sido tratado pelos jornalistas Luiz Garcia, de *O Globo*, e Eugênio Bucci, da Editora Abril, num debate coordenado pelo apresentador do programa, Carlos Tramontina. Homem sério, profissional talentoso, Eugênio foi demitido de *Veja* logo depois da veiculação do programa, sob a alegação de que não rebatera com a devida veemência as acusações feitas à revista. Ainda que tivesse havido alguma acusação – e não houve –, Eugênio só poderia tê-la refutado se fosse dotado de poderes premonitórios. Como adivinhar o que alguém diria 72 horas mais tarde?

Feito o esclarecimento, *Veja* não tem motivos para deixar de reconduzir Eugênio Bucci à página que assinava. A hora dos gestos de grandeza nunca passa.

(55) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/jornalista-foi-punido-porque-noadivinhou-o-que-seria-dito-72-horas-depois/>

Abortos e abutres

Sidney Garambone

05 de dezembro de 1998, nº 58, ano 03⁵⁶

A mim coube o destino de estar dentro da delegacia. Sexta-feira, dia 20 de novembro. De manhã, em Botafogo, no Rio, uma clínica de aborto famosa foi estourada pela quarta vez. Porém, com a presença maciça da mídia, previamente avisada por policiais ávidos pelos holofotes. Não fiz aborto. Nem minha esposa. Minha presença na 10ª DP era furtiva. Testemunha de uma briga de vizinhos, ocorrida em abril. Lá estava, aguardando o inspetor Alduíno me chamar. Meia hora olhando o teto. Súbito, várias meninas entram na delegacia, alguns rapazes as acompanham. Junto, policiais fortemente armados.

– Tem repórter aí dentro? – pergunta assustada uma menina.

Meu primeiro pensamento foi o de que socialites tinham sido pegas fumando maconha no café da manhã. Uma rápida apuração mostrou a verdade. Sete meninas e uma senhora casada, recém-saídas de cirurgias abortivas, rodavam feito zumbis, atônitas, nervosas, com o sentimento de culpa martelando a cabeça. Repórter, dentro, só tinha um. Eu. Os outros faziam plantão na portaria, à espera de notícias. Com eles, fotógrafos.

Numa conversa rápida com uma das garotas, soube da operação policial cinematográfica. Polícia! Polícia! Arrombam a porta, entram gritando e os funcionários da clínica, já treinados, encaminham as pacientes para uma sala secreta. A polícia vai atrás e ameaça explodir a porta blindada. Finalmente, os de branco capitulam e todo mundo vai preso. Na saída da clínica, fotos e imagens das criminosas, com as cabeças improvisadamente cobertas por revistas ou lençóis.

Hora do almoço, na delegacia. As meninas ainda não prestaram depoimento, nem almoçaram. Já combinaram que mentirão. O aborto virou consulta ginecológica e o preço caiu de R\$ 850 para R\$ 150. Reina a hipocrisia. De repente, um fotógrafo de prestígio de um jornal de prestígio sobe num banco e, pelo basculante, começa a disparar na direção do pátio da delegacia, onde estão as garotas. Pânico. Desespero. Correria. Algumas,

(56) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/abortos-e-abutres/>

ainda convalescendo, se arrastam para dentro de um banheiro. Nem mesmo a casada, com seu marido ao lado, queria expor o rosto. Menos ainda as outras, fazendo aborto sem o conhecimento da família.

Me identifiquei como jornalista e tentei argumentar que os repórteres lá fora não eram abutres nem ratos, como foram acusados por elas, aos prantos. Disse também que o bom senso e o respeito predominam nas redações. Nenhuma foto daquela seria publicada. Como não foi, para que fotografar? O constrangimento do ato não faz parte da ética? Fui saber isso com os fotógrafos e cinegrafistas que estavam lá trabalhando. Foram unânimes. “Eu faço a foto. É meu trabalho. Na redação decidem. Até acho que não vão publicar”. Respeito a opinião. Mas discordo. É a lei da selva? E se uma garota tropeça, bate com a cabeça e morre? Certamente um exagero. Mas estaríamos criando um fato. Para que expor a cara de uma mulher que acaba de passar por uma situação constrangedora e delicada? Não interessa a concorrência. Na Europa, fotógrafos boicotaram Sharon Stone durante uma cerimônia, depositando suas câmeras no chão e evitando fotografá-la. Isso, aqui, pelo jeito, seria impossível. Grande jornalista, meu ícone, Carlos Lemos me refuta. “Fotógrafo está lá para fotografar!”

O jornalismo não precisa de ética nem moral. Precisa de reflexão. Senão terminará no limbo da sociedade, onde já estão os advogados, devidamente crucificados na literatura e no cinema. Basta contar os filmes recentes que detonam a mídia. Com o aval do público.

As meninas do aborto acordaram cedo naquela sexta-feira para resolver um problema. Arrumaram um problemão. Os jornalistas.

Por que 1968 foi mais badalado do que 1964

Os Observadores

05 de janeiro de 1999, nº 59, ano 04⁵⁷

Os 30 anos do AI-5 – um golpe dentro do golpe – foram muito bem lembrados pela mídia. O retrospecto foi esmerado. Incomparavelmente melhor do que as comemorações dos 30 anos do primeiro ato dos Anos de

(57) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/por-que-1968-foi-maisbadalado-do-que-1964/>

Chumbo – a quartelada que derrubou Jango Goulart.

Qual a razão da diferença? Por que este empenho num episódio que, cronologicamente, é secundário com relação ao outro?

Nos dois episódios a imprensa foi protagonista. Em 1964, excetuada a *Ultima Hora*, a grande imprensa estava na vanguarda do movimento militar. Foi vilã. Em 1968, vítima. A primeira vítima. Sem uma imprensa amordaçada e intimidada seria impossível prosseguir na escalada de violências.

É preciso que se diga que a censura exerceu-se com diferentes intensidades, em diferentes períodos, nos diversos veículos. Não foi linear. A primeira fase foi *manu militari* (sobretudo no Rio, ainda câmara de eco do país). Depois veio um vergonhoso período de auto-censura (imposto em diferentes momentos nos diferentes veículos) onde a exceção foi a imprensa alternativa, os nanicos. A história detalhada do vai-e-vem do processo censório ainda precisa ser relatada. O livro de Paolo Marconi (A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978, Global Editora, 1980) é um excelente ponto de partida. Falta minuciar muita coisa, inclusive o desempenho da imprensa ao longo da “distensão, lenta, gradual e segura”.

Falta contar com detalhes o que aconteceu depois da greve dos jornalistas de 1979. E o que esta significou como alavanca para o primeiro movimento patronal concatenado dentro da imprensa brasileira – a criação da ANJ (alguns detalhes ao longo do livro de Bernardo Kucinsky, *A Síndrome da Antena Parabólica*).

A lembrança de 1968, trinta anos depois, demonstrou a esquecida capacidade da imprensa brasileira de buscar a densidade, o contexto, a investigação. Num passe de mágica, voltamos a 68 ou 78. E não apenas através da remissão histórica, mas através da disposição de assumir as mesmas atitudes jornalísticas e espirituais de então.

Há críticos de mídia que condenam elogios, para eles só no cacete. Bobagem. O ato de criticar impõe a necessidade de estabelecer padrões de excelência. No finzinho do ano em que a mídia desnudou-se e escancarou suas fragilidades, uma pequena e significativa amostra de que nem tudo foi para o brejo.

Os melhores desempenhos foram dos semanários *Época* e *Veja*. O primeiro optou pela reconstituição histórica, cuidada, relevante. Com o complemento sonoro na Internet: a gravação da sessão do Conselho de Segurança Nacional que aprovou o AI-5. (Ver no Caderno do Leitor carta de Fábio Altman.)

Veja, felizmente esquecida de algumas travessuras pouco dignas, fez

um esplêndido trabalho de investigação trazendo de volta todo o horror das câmaras de tortura. Os jornais estenderam-se em edições caprichadas. Mesmo aqueles, como *O Globo* e a *Folha*, poupados pela censura.

Mais uma vez ficou provado que lembrar faz bem...

Imagem não é documento.

Ou, por que uma ilustração não vale mil palavras

Alberto Dines

20 de janeiro de 1999, nº 60, ano 04

Quem levantou a bola foi o *Jornal Nacional*, na edição de quarta-feira, 13/1/99 num editorial antes do encerramento: foto distribuída mundialmente no dia anterior pela centenária agência Reuters mostrava uma fila de pessoas diante de um banco no Rio de Janeiro. A legenda dava a entender



Reprodução do *Observatório da Imprensa*⁵⁸

(58) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/imagem-no-documento-ou-por-que-uma-ilustrao-no-vale-mil-palavras/>

que a fila devia-se ao pânico causado pela desvalorização do real anunciada naquele dia. Na verdade, a fila (diante de uma agência do Banerj) devia-se ao fato de que era o último dia para pagar o IPVA para quem tem automóvel com placa de final 1.

(...)

As conseqüências da legenda leviana podem não ter sido graves. Mas o fato aciona uma discussão que já deveria estar sendo travada há tempos: a imagem (estática ou em movimento) valida automaticamente a informação? Tem sentido essa corrida desabrida e insensata atrás da visualização do fato, uma das características marcantes e deformantes da Era da Informação?

(...)

Essa verdadeira iconofilia começou com a idéia simplória e estúpida de que uma ilustração vale mil palavras. Repetida ad nauseam pelos que não sabem escrever ou têm medo das palavras. Graças ao erro da Reuters evidencia-se o contrário: uma palavra, desde que adequada, desmoraliza qualquer imagem manipulada.

Sepúlveda sepulta jornalismo de vazamentos

Alberto Dines

20 de junho de 1999, nº 69, ano 04⁵⁹

Como sempre, a imprensa saiu pela tangente ao noticiar o despacho do ministro do STF Sepúlveda Pertence acatando a liminar em favor do ex-presidente do Banco Central. Ao justificar a suspensão do sigilo telefônico, fiscal e bancário de Francisco Lopes, o magistrado (que nas última temporada eleitoral foi candidato a candidato das oposições) fez as seguintes considerações:

"...É fato notório que as CPIs não se têm preocupado em resguardar o segredo legalmente imposto aos dados obtidos a partir de sua intervenção nas áreas protegidas de privacidade. É cotidiana, pelo contrário, a sua divulgação pela imprensa."

(59) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/seplveda-sepultajornalismo-de-vazamentos/>

Este trecho foi publicado pelo *Estado de S. Paulo* (17/6/99, pág. A-4), o jornal que melhor destacou as alegações do ministro Pertence (mereceu até o subtítulo: “Despacho de ministro critica comissões por divulgar dados secretos”). Convém lembrar que o mesmo jornalão teve a ousadia de assumir em manchete de primeira página que estava servindo-se de uma vazamento irregular [veja remissão abaixo].

O resto da grande imprensa nacional (inclusive a *Gazeta Mercantil*) sepultou o arrazoado do magistrado. E não foi por falta de espaço. Foi pudor. Ou falta de pudor. Como a grande beneficiária do vazamento de informações sigilosas, não lhe convém aparecer como cúmplice desta clamorosa irregularidade.

Por essa razão a moçada de Brasília saiu correndo atrás dos senadores para que contestassem o despacho de Pertence apresentando-o como alavanca de uma “crise institucional”. Bobagem. Na sexta-feira (18/6/99), com despacho favorável do ministro Ilmar Galvão, o Supremo suspendeu a indisponibilidade dos bens de Salvatore Cacciola.

O STF é o zelador da Constituição, não cabe aos senadores argüir uma decisão da Suprema Corte. Crise institucional ocorre quando um dos poderes da República, a imprensa, foge às suas responsabilidades e deveres sonogando e manipulando as informações.

Teoria e prática da presunção de culpa

Os Observadores

05 de junho de 1999, nº 68, ano 04⁶⁰

(...) A *Folha* sabe investigar quando quer investigar. Ou quando se despoja do passionalismo político e abdica da vaidade de ser o protagonista da cena política. A prova está no esplêndido trabalho de investigação desenvolvido pelo repórter que conseguiu dar uma reviravolta completa no caso PC Farias.

A série de matérias começadas em 24 de março, mostrando que Suzana era menor do que a altura suposta, derrubou o laudo pericial e a conclusão

(60) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/teoria-e-prtica-dapresuno-de-culpa/>

das autoridades das Alagoas – homicídio seguido de suicídio. Tudo indica que foi duplo homicídio.

Essa é a diferença entre vazamento e investigação. Entre cruzada e jornalismo. Entre os arranjos de edição e o trabalho de reportagem. Entre a procura do barulho e a disposição de buscar evidências. Pode até ser que alguém tenha passado uma dica ao repórter ou ao jornal. Mas alguém saiu em campo para fuçar, procurar evidências e documentos. A pesquisa fotográfica foi exemplar.

Mesmo que a reabertura do caso termine com a mesma conclusão, aí está um exemplo clássico do que é investigação jornalística. Nesse episódio só temos a lamentar o comportamento da mídia em geral e da TV Globo em particular, que não tem sabido creditar o feito ao concorrente/adversário.

O Caderno 2 e a inteligência do leitor

Francisco Moreno de Carvalho

20 de julho de 1999, nº 71, ano 04⁶¹

Dia 6 de julho e uma matéria de capa no *Caderno 2 do Estado de S. Paulo* deixa qualquer um estarecido. Um grupo de “pesquisadores” (entre eles, uma “paranormal”), unidos em torno de um tal de Projeto Tapajós – “Em busca da verdadeira pré-história do Brasil” quer provar, segundo a chamada da matéria, assinada por Júlio Gama, que “(...) povos inteligentes viveram no país há 6 mil anos”.

Que muita bobagem vai rolar por ocasião dos tais 500 anos do Descobrimento do Brasil, para os menos informados “500 anos de Brasil”, é certo. Que valeria a pena instituir um prêmio “besteirol 500” para as melhores pérolas da incultura local, valeria. Mas a referida matéria merece um prêmio especial, pelo conjunto de bobagens por linha quadrada (uma nova forma de medida que eu acabei de criar, escreve-se blq ou bl²).

Em primeiro lugar, a matéria é racista. Sim, racista. Nada parecido com aquele sujeito que saiu atirando em negros, judeus e asiáticos lá nos Estados Unidos, ou sequer parecido ao racismo daqueles rapazes que ado-

(61) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-caderno-2-e-ainteligencia-do-leitor/>

ravam servir de atores ou figurantes nos filmes da Leny Rifenschtal. Mas aquele famoso e triste racismo brasileiro enrustido e mal-ordenado. Sim, querem provar que havia por aqui "povos inteligentes".

Significado: índio não é inteligente!

Ou seja, os tais "pesquisadores", o jornalista que foi fazer a matéria sobre eles e o jornal que deu a ela o destaque de matéria de primeira página concordam que inteligência não é uma característica nem dos índios brasileiros nem de seus ancestrais. Isto está escrito com todas as letras na matéria. Citando: "Ruínas, pinturas rupestres, gravuras esculpidas em pedras e inscrições rúnicas (...) levaram o grupo de pesquisadores a concluir que, antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, em abril de 1500, o Brasil foi *habitado por povos inteligentes de cultura civilizada, não-indígena, nada primitivos.*" (grifo meu). Ou seja, índio não é civilizado, é primitivo e não tem inteligência!

(...)

Qualidade na TV: Cartel embrulhado para presente

Alberto Dines

20 de setembro de 2000, nº 98, ano 05⁶²

Controle sim, censura não

Em 50 anos qualquer atividade econômica ou se expande ou estagna. E desaparece. Ainda mais quando ligada à indústria da comunicação nesta Era da Informação.

O confete ao cinquentenário da TV brasileira, portanto, é exagerado.

Ainda mais quando avaliado diante do novo cenário: a portaria do Ministério da Justiça obrigando a classificação da programação por público e horário e a reação em uníssono do *lobby* empresarial tachando a iniciativa de "censura".

Configura-se de forma clara e inquestionável que estamos diante de um cartel que não está disposto a admitir qualquer restrição aos seus desígnios.

(62) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv200920001.htm>

O que é um cartel?

(1) acordo entre chefes militares beligerantes, acerca de medidas de interesse comum ou vantagens recíprocas, sobretudo troca de prisioneiros;

(2) [*do alemão Kartell*] acordo entre empresas independentes para atuação coordenada, especialmente no sentido de restringir a concorrência e elevar preços.

Aqui não há troca de prisioneiros, muito menos tentativa de elevar os preços.

Mas está havendo um esforço concatenado para:

a) obter vantagens recíprocas;

b) restringir qualquer concorrência política e institucional por parte de outras forças.

As grandes empresas de mídia brasileiras não querem que o seu poder seja enfrentado por um contrapoder, mesmo que social ou público. As grandes empresas de mídia brasileiras não querem que o seu formidável poder de indução seja sequer argüido. As grandes empresas de mídia brasileiras estão na contramão do processo democrático baseado na equação poder-e-contrapoder.

E não adianta argumentar que a encarniçada concorrência entre os grupos de mídia desmente a hipótese de formação de cartel. A competição entre as redes de TV resume-se à disputa pelos índices de audiência – resultado da política de programação. Fora isto, estão firmemente unidas no tocante ao vale-tudo. A prova é que todas levantaram-se contra a iniciativa do governo e da sociedade brandindo a mesma falácia de que a classificação significa volta da censura.

Também não adianta argumentar que a mídia impressa é o melhor antídoto ao poder da mídia eletrônica. Balela: a mídia impressa no Brasil está a reboque da mídia eletrônica porque nutre-se diretamente de suas "invenções". Não para contraditá-las mas para reforçá-las.

(...)

Neste momento só existe um grupo mediático no Brasil que teria credibilidade e visibilidade para resistir ao bloco do vale-tudo, isto é, ao Cartel. Chama-se Grupo *Estado de S. Paulo*. Mas faltam-lhe as condições orgânicas (os acionistas estão engalfinhados na disputa pelo comando do *Estadão*) e também determinação (por tradição, recusam qualquer tipo de regulação).

O combate é nosso.

Saldo da festa: não há motivo para festas.

Qual o fato midiático mais importante de 1999? O ano que começou mal e mal começou Os Observadores

20 de dezembro de 1999, nº 81, ano 04⁶³

Ana Lúcia Amaral

Procuradora regional da República em São Paulo

O fato mediático mais importante foi aquele não muito bem cuidado pela mídia. E se não fosse o *Observatório da Imprensa* eu não teria prestado atenção. Em suma, o mais importante foi aquele que a mídia brasileira não deu a importância devida. Refiro-me à tragédia do Timor Leste. Outros fatos, ainda que não muito bem tratados, apesar da intensidade da sua exploração – estou agora a me referir às CPI's – foram importantes por terem mostrado que a imprensa, de um modo geral, pode e deve ser os olhos da sociedade. Deixando de lado as “opiniões” dos neófitos na defesa dos direitos à honra, à imagem, à intimidade dos cidadãos – que todos têm e não somente os bem-nascidos –, o fato é que a população, ainda que meio desconfiada, viu que é possível a norma penal sair da senzala e adentrar a casa-grande, para ser aplicada àqueles que se consideram com mais direitos do que os outros quando foram surpreendidos em falcaturas envolvendo o patrimônio público, que tratavam como se privado fosse. Quanto a esses fatos, a imprensa trouxe a público o que é do interesse público.

Carlos Salles

Promotor público

O lançamento do livro *Notícias do Planalto*, de Mario Sergio Conti, que deixou os jornalistas meio pelados.

Fernando Pacheco Jordão

Jornalista

O grande fato midiático do ano foi a cobertura que a imprensa deu às investigações sobre corrupção entre os vereadores de São Paulo. Elas não

(63) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-ano-que-comeoumal-e-mal-comeou/>

teriam ido adiante sem a pressão da mídia. Lembro-me de frase do ex-ve-reador Vicente Viscome, quando ainda não estava em cana: “Não posso nem sair na rua, no meu bairro, porque começam a me vaiar”. Isso graças à grande exposição que teve na mídia.

Gabriel Priolli

Jornalista

O fato midiático mais importante de 1999 foi a aprovação, em comissão da Câmara Federal, da proposta de emenda ao artigo 222 da Constituição, permitindo a participação societária de estrangeiros nas empresas de mídia impressa e de radiodifusão. Embora a mudança tenha que ser ainda ratificada pelo plenário da Câmara e, posteriormente, pelas comissões e plenário do Senado, tudo indica que a tramitação seguirá sem maiores percalços, dado o interesse do empresariado brasileiro na abertura do mercado de comunicação. Isso terá profundas implicações sobre a nossa mídia, podendo comprometer a soberania nacional no plano da cultura e da informação.

Guilherme Canela

Núcleo de Estudos Sobre Mídia e Política da UnB

Foi a inesperada união *O Globo-Folha*, visto que a competição verdadeira entre estes dois gigantes da mídia nacional era o que restava de esperança para termos uma cobertura mais democrática

(...)

Marinilda Carvalho

Editora-assistente do Observatório da Imprensa

Meu fato midiático do ano é o programa *Via Brasil*, da *Globo News*. Em meio ao mar de banalidade, violência, baixaria, sensacionalismo, exploração da miséria e desrespeito ao próximo, *Via Brasil* é um retrato singelo e vibrante de um país que não dá bola para Fantástico, Ratinho ou Carla Perez.

Nesses programinhas deliciosos, simples, banhos de reportagem de meia hora – é possível sentir o prazer e o entusiasmo dos repórteres –, a gente vê um país com identidade. E capta afinal o conceito de nação que abnegados como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e tantos outros brasileiros relegados ao ostracismo tentaram resguardar.

Valeu, *Via Brasil*!

(...)

Entre o documento e o entendimento

Carlos Müller

05 de abril de 2000, nº 87, ano 05⁶⁴

Estamos apenas em abril, mas a *Folha* garante o troféu Umbigo de Ouro por antecipação! "Papa João Paulo refaz percurso de colunista". O título publicado em 23/3/00, pag. 3-2, foi inacreditável! Só vendo para duvidar. É preciso reproduzir para provar e, mesmo assim, considerando-se o que se anda fazendo com tratamento de imagens, sempre restará uma dúvida: será que trocaram os títulos das colunas da Barbara Gancia e do Macaco Simão? Afinal, tudo é possível num jornal que já enforcou (sic) Cristo.

Aloysio Biondi e o anti-jornalismo

Armando Medeiros de Faria⁶⁵

20 de agosto de 2000, nº 96, ano 05⁶⁶

Em setembro de 1992, conversei durante mais de duas horas com o jornalista Aloysio Biondi. Na entrevista, a veemência contra a unanimidade foi o traço mais marcante. (...)

A seguir, uma transcrição de reflexões e críticas de Aloysio Biondi sobre o comportamento da mídia:

"A imprensa dá um tratamento absolutamente fragmentado na área da economia. Dá um fato e abandona, dá um fato e abandona. No fundo, o que está por trás é uma concepção do jornalismo: só vale o que foge da 'normalidade'." (...)

(64) Armando Medeiros de Faria é Gerente de Comunicação Externa do Banco do Brasil e professor do Uniceub-Brasília-DF

(65) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/entre-o-documento-e-o-entendimento/>

(66) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/alloysio-biondi-e-o-anti-jornalismo/>

“Durante a crise de petróleo em 1979, falou-se exaustivamente no esgotamento das reservas. Esqueceram-se do desenvolvimento de novas técnicas de exploração (fotografias de satélite, novos métodos de perfuração, novo material – ligas de aço – para as sondas etc.). Quer dizer, se você não acompanha perde totalmente a noção do que está de fato ocorrendo.

“A queda da Bolsa de Nova York em 1989. Tinha subido 40% em pouco tempo e, lógico, deveria cair.

“No caso dos ‘Tigres Asiáticos’, se você não acompanha perde a visão adequada. Ao longo do tempo a situação deles começou a se deteriorar. Nas minhas matérias eu indicava: não vamos embarcar nessa desse jeito. Quanto a Thatcher, nós demos a queda dela um mês antes por acompanharmos a economia. E estas informações não chegavam aqui.

“Um caso nosso, o da Previdência. O ministro Marcílio Marques Moreira informava sobre o saldo de caixa e o superávit do Tesouro. A cada informação variava o número. O superávit era muito maior porque a previsão de gastos estava superestimada no orçamento. A arrecadação, por exemplo, de Finsocial e Pis estavam em queda brutal. Mas o Imposto de Renda não, havia crescido 100% em relação a 1991. Como é que o leitor vai saber disto se o jornalista não ficar atento?

(...)

Sobre imprensa e jornalismo

“A imprensa, ao fazer oposição, esquece de duvidar das notícias ruins. Sempre duvidava, mas só do que é bom. Com isso o jornalista acaba servindo como inocente útil. (...)

“Não adianta entrevistar fonte errada. Por exemplo, ouvir economistas que só olham para o mercado financeiro (consultores e analistas), ou agricultores que só choram.

(...)

Jornalismo de negócios e privatização

“No chamado jornalismo de negócios, a privatização teve um grande avanço. Havia nessa expansão esse ideal privatizante, do espírito empreendedor. Lembro que a justificativa para se falar mais da empresa era a de que seria uma reação contra a ditadura, uma reação ao fato do Estado ser a grande fonte e o lado do empresário estar sendo deixado de lado. Como sempre, você cai no extremo. Algumas justificativas de pauta, do tipo – valorizar o agente econômico – é mais importante saber o que o 'seo

Zé do Botequim' está fazendo do que o Ministro da Fazenda pensa acabam caindo no outro extremo. O ideal é o equilíbrio: ter a vida empresarial e a análise de política econômica."

Vícios e problemas no jornalismo econômico

"Ficou mais rara a preocupação, a dúvida com a versão dos dois lados, com a pesquisa, com a memória. Causas? Não sei. Acho que a ditadura – em relação aos formadores de opinião em geral – era um agente provocador, que mobilizava contra. Numa conversa com Cristovam Buarque, em Brasília, há uns dois anos, ele afirmava que as pessoas tinham perdido certos interesses coletivos e assumido posturas mais individualistas. Ele lamentava a perda da militância tradicional. Não é nada de querer 'guerreiros', mas parece que está em desuso a própria necessidade de tentar mudanças."

(...)

Jornalismo engajado

"Você não ajuda as pessoas com o discurso conservador do Roberto Campos nem com o discurso maniqueísta do Meneguelli, que é insuportável. Quando ele criticou a adoção do reajuste semestral, dizendo que era para esvaziar o movimento sindical, eu escrevi na época falando que se o movimento sindical precisa de derrota para sobreviver, que avanço histórico este movimento sindical está fazendo?"

Novos casos de corrupção. Viva!

Tom Taborda

05 de setembro de 2000, nº 97, ano 05⁶⁷

"Aumenta a violência contra a mulher" (*O Globo*, 27/8/2000)

"Crescem os casos de violência contra a mulher" (*Jornal do Brasil*, 7/8/1999)

Até quando os editores de *Primeira Página* vão continuar insistindo ciclicamente neste erro primário de manchetar como se fossem catástrofes as denúncias acima?

(67) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/novos-casos-de-corrupcao-viva/>

A angulação de tais manchetes é completamente equivocada. Sua leitura deixa no ar o sentimento de aumento de fatores degenerativos da sociedade. E não o são. Pelo contrário, eles indicam evolução social.

O “aumento” da violência reportado sob tais manchetes espelha unicamente o aumento dos registros de violência nas delegacias especializadas. As mulheres agora têm coragem de denunciar a violência doméstica ou fazer queixa de estupro. Começam a aparecer – e fazendo disparar as estatísticas – casos de barbaridades que antes eram varridos para debaixo dos tapetes da censura ou da hipocrisia.

A imprensa deve ficar atenta e sempre frisar que a exposição destes desvios é positiva para a sociedade, significa que estamos aprendendo a expô-los, não mais aceitá-los, tomando a coragem de denunciá-los. Que os casos estão sendo trazidos à luz. No caso do *Jornal do Brasil*, o editor sequer leu o bem-escrito texto de Léa Agostinho, a começar pelo título da matéria, que trazia a positiva constatação que a “Mulher desafia medo e agressão”, começando, aos poucos, a ter coragem de denunciar os maus-tratos, antes escondidos.

Por este nada singelo motivo, os números têm aumentado.

Assim também ocorre com a corrupção. Nunca, em passado recente, vimos tantos casos de corrupção pipocarem na imprensa. Da mesma forma, se reportados sob uma angulação equivocada, transmitirão ao cidadão comum a impressão que as “coisas” estão piores que nunca. Que a banda-lheira é generalizada. Como se nossos governantes, dos últimos 40 anos, fossem vestais impolutas. Acredite se quiser.

Sob a mão férrea da ditadura, pareciam não existir o alcoolismo, a corrupção e o crime organizado na União Soviética. Sem a censura, os jornais puderam falar nestes assuntos. De uma hora para a outra, abriu-se uma caixa de Pandora, liberando todas as pragas do mundo. Imagino o cidadão comum, na Rússia atual, vendo agora todas essas desgraças na imprensa e suspirando por um passado “onde essas coisas não ocorriam”, pensa ele, equivocado. Ocorriam, com certeza, apenas não apareciam.

Não podemos, assim, compactuar com o sentimento de “o que os olhos não vêem, o coração não sente”. Se não é exatamente a melhor maneira de um indivíduo amadurecer, muito menos o será para uma sociedade.

Mas não podemos, tampouco, carregar nas tintas do “agora está pior que nunca”, deleitando-se somente em enumerar casos e mais casos de barbaridades, como faz alguma parcela da imprensa, sobretudo a “imprensa popular” (TV principalmente), sem a visão macroscópica do significado de tais aumentos.

Cabe à imprensa ser responsável nestas análises, pois ela tem um papel peculiarmente didático na criação de 'impressões coletivas'. E é a impressão do fato que fica, não o fato.

Caso Tim Lopes: Estão esquecendo o Elias Maluco!

Alberto Dines

26 de junho de 2002. nº 178, ano 07⁶⁸

A primeira reação foi de dor e consternação. O manifesto dos jornalistas cariocas "Por que Tim estava lá?" foi exemplar? tocante e motivador. Em seguida, os inevitáveis desvios da teorização e da exploração política do luto. Agora, este auto-de-fé contra um diretor da Rede Globo.

Em vez da revolta justa, a cizânia. No lugar do espírito de luta, o espírito das trevas. Vendeta. O acerto de contas não está sendo feito com Elias Maluco mas entre jornalistas. Vexame. A banalização da tragédia e a malversação do sofrimento vão resultar numa perigosa anestesia que acabará tomando conta da sociedade. Novamente.

A esta altura esperava-se que os jornalistas estivessem empenhados em resistir à bandidagem. Irrestritamente, com suas armas naturais: a reportagem, a busca de informações, sua capacidade de estimular, sua bravura cívica.

Os 100 líderes comunitários das favelas cariocas assassinados nos últimos anos mereciam reportagens menos burocráticas do que as publicadas na última semana. Os favelados onde atuavam os conheciam. Mas o resto da sociedade precisa conhecer esses 100 caídos: gente simples, incapaz de teorizar, disposta a melhorar o mundo com o seu exemplo.

Aparentemente sacrificaram-se à toa porque a imprensa não soube conceder-lhes o epitáfio condigno.

A resistência contra a ditadura militar acabou triunfante porque conseguiu reunir todos os que repudiavam a violência. Agora, a violência campeia e alguns jornalistas perdem tempo com digressões e agressões.

Os bandidos têm arsenais formidáveis, dispõem de quantidades inesgotáveis de drogas para inocular-se com a paranóia. Mas os jornalistas têm corações e mentes capazes de motivar muitos corações e mentes no

(68) <http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/vq260620025.htm>

combate ao crime organizado e ao crime expandido.

Aparentemente estão em recesso.

Tim Lopes ainda não foi enterrado mas não merece este velório.

Quem nunca amou que atire a primeira pedra

Magda de Almeida

05 de setembro de 2000, nº 97, ano 05⁶⁹

Certamente, a frase não é minha, o verbo também era outro, mas o sentido é mais ou menos o mesmo e, três mil anos depois, ainda serve como lembrete. Esta trágica história de amor pode ser vista, no meu entender, de dois ângulos distintos, mas que se cruzam, porque tudo na vida se cruza mesmo, não nos iludamos: de um lado, o grande jornalão, *snob*, *rempli de soi même*, baluarte da moral e da tradição burguesa, vê-se, de repente, diante de um escândalo dessas proporções dentro de suas próprias entranhas. Caramba!!! O rei está nu. Está com tudo à mostra e o que se vê, por mais que tenha tentado esconder isso nos últimos 100 anos, é que o dele é igualzinho ao dos outros. Nada do que se envergonhar. Pelo contrário, bem-vindo ao mundo dos humanos. Finalmente vai poder saborear o gosto pra lá de amargo de saber-se vulnerável e exposto às mazelas naturais da vida. Dói, mas ajuda a crescer.

Disse de repente: A única coisa que explode de repente é uma bomba (para quem não a preparou). Coração avisa. Esta tragédia já vinha sendo anunciada há muito tempo, até pelos dois personagens principais, porque seus corações já vinham explodindo e cada um a seu modo gritava por socorro. Um socorro que nunca veio. Há um monte de cúmplices nessa história toda, visivelmente cercada por um inacreditável e mal disfarçado machismo. Ali não há inocentes, a não ser a própria vítima. E não é só o rei que está nu nessa peça. O cenário inteiro está dolorosamente exposto. Se há alguém que ainda tinha a ilusão de perceber uma redação como um templo sagrado cheio de sacerdotes e sacerdotisas acima do bem e do mal; seres diáfanos voltados para a defesa dos direitos inalienáveis dos

(69) <http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq050920006.htm>

humanos, onde quer que eles estejam; anjos enviados pelos deuses para brandirem suas espadas contra a injustiça, não importa de que tipo... quem assim pensava deve estar passando por profundas angústias, a esta altura. Para os ingênuos, um mundo que cai. Por este aspecto, esta história está valendo para muita coisa.

O outro aspecto que não pode ser percebido envolve a cobertura. Ao contrário do que faz com os demais mortais, a imprensa brasileira, tradicionalmente, sempre se autoprotegeu, enroscando-se num manto de impunidade e arrogância. Jamais permitiu-se cortar a própria carne, ainda que não tenha nenhuma piedade com a carne dos demais. Não me espanta, portanto, que o noticiário sobre este episódio venha marcado por uma já esperada autocomiseração. Mas também ando com a pulga atrás da orelha diante do farto material exposto por um grande matutino carioca, sempre sóbrio e ponderado no trato com seus próprios pares. É algo que, talvez, só possa ser melhor destrinchado mais para frente.

E para que isso tudo está servindo, além de nos pôr a nu? Está aí uma boa pauta para os famosos debates universitários. Sem querer exagerar, penso que este episódio é marcante para a história do próprio jornalismo brasileiro – não por serem os principais atores dois grandes jornalistas, mas pelo que ele traz de revelador. E até diria, sem medo de errar: de transformador.

Título em uma palavra

Os Observadores

19 de setembro 2001, nº 139, ano 06⁷⁰

Terror

"Terror". A palavra foi gritada em manchetes chamativas por todo o país no dia 11, em que jornais colocaram em circulação edições extras, acrescentaram páginas e retiraram anúncios para noticiar o ataque terrorista. Um dos jornais que deram essa única palavra como manchete foi o *Milwaukee Journal Sentinel*, com subtítulo "Ataques rasgam Trade Center, Pentágono, alma da América". Já o *Arkansas Democrat-Gazette*, jornal matutino, resolveu lançar uma edição vespertina com a manchete "Quem faria isso?" O *Star-Ledger*, de Newark, em Nova Jersey, também pôs em circulação uma edição à tarde, com a manchete principal "Ataques terroristas atingem os EUA".

O *Washington Post* levou às ruas edição especial de 50 mil exemplares com a manchete "Terror ataca Pentágono e World Trade Center" e uma foto imensa da fumaça que saía do WTC, com o segundo avião em vias de explodir na segunda torre.

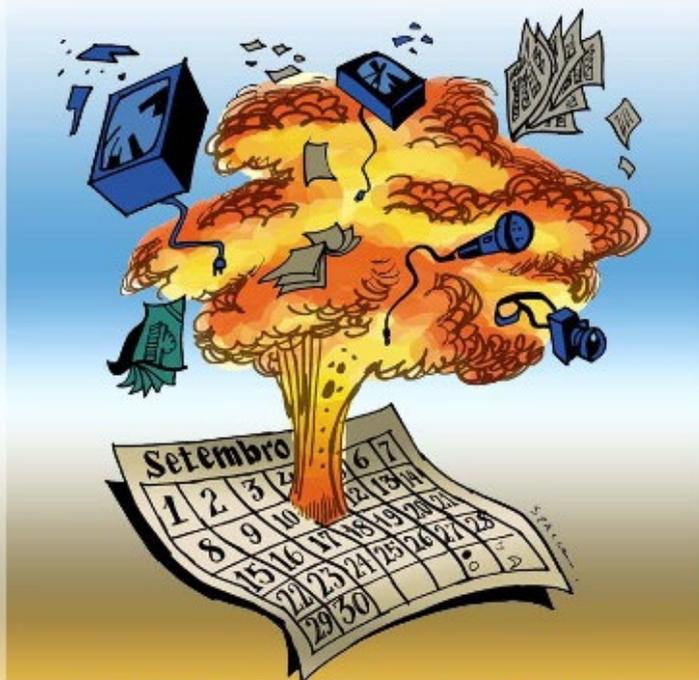
O *New York Times* aumentou a segurança de todas as suas redações ao redor do mundo após o ataque. O *New York Post* e o *Newsday*, que cobre Long Island e parte da cidade de Nova York, publicou edição extra. "Amanhã nos dedicaremos a isso", disse Charlotte Hall, editora-administrativa do *Newsday*. O jornal planeja "basicamente abandonar todo o resto do jornal, menos isso", disse. Ao mesmo tempo, o *Daily News*, de Nova York, não publicou sua edição vespertina gratuita, *Daily News Express*. Segundo Joe Strupp [*Editor & Publisher*, 11/9/01], o *Daily News* achou que encontraria problemas de distribuição de seu *Express*, que costuma ser distribuído às 16h.

De acordo com Douglas J. Rowe [*The Associated Press*, 11/9/01], a AP foi fonte de notícias e fotos para muitos jornais de costa a costa. O *Florida Times-Union*, em Jacksonville, publicou edição especial pouco após o meio-dia, com a manchete "Terror" ocupando seis colunas. O *Tampa Tri-*

(70) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/titulo-em-uma-palavra/>

bune também investiu numa edição especial, intitulada "Terror: Terrorismo contra nossa nação não se sustentará". O *Standard-Examiner*, em Ogden, Utah, seguiu a tendência, com edição extra sob a manchete "Terror na terça-feira: EUA sob ataque". Na Louisiana, o *Town Talk*, de Alexandria, retirou os anúncios para dar espaço à cobertura do jornal na manhã do dia 12. O mesmo fez o *American Press*, em Lake Charles.

Para o *Kansas City Star*, foi a primeira edição extra desde 1969, quando Neil Armstrong pisou na Lua. Muitos jornais, como *The Morning Star*, de Wilmington, Carolina do Norte, e *The State Journal-Register*, em Springfield, Illinois, lançaram edições especiais pela primeira vez desde o assassinato do presidente Kennedy, em 1963. *The Chicago Tribune* e *Sun-Times*, *Houston Chronicle*, *The Atlanta Journal* e *The Courier-Journal*, de Louisville, Kentucky, também publicaram extras.



Mídia e terrorismo

Outro mundo e outra imprensa depois do 11 de Setembro

Alberto Lima, Antônio Brasil, Arnaldo Lima, Cristiana Mosquito,
Ivo Lacerda, Luciano Martins Costa, Luis Carlos Ramos, Luis Weis, Maximiliana Carvalho,
Marta Sotol, Sérgio Vieira de Mello, Ulisses Caporali, Luis Egypcio [org.]

Uma seleção dos melhores materiais publicados no *Observatório* sobre a cobertura do 11 de Setembro foi publicada em dois e-books, com o título geral "Mídia e Terrorismo".⁷¹

(71) http://observatoriodaimprensa.com.br/wp-content/uploads/2015/02/midiaeterorismo_vol22.pdf

**Lições do embargo:
Nada de novo no controle da informação**
Alberto Dines

12 de setembro de 2001, nº 138, ano 06⁷²

Sobre o livro de João Carlos Teixeira Gomes,
ver entrevista do *Observatório da Imprensa* ⁷³

O assunto já saiu da pauta porque a imprensa, em geral, não tem fôlego para manter qualquer coisa durante muito tempo. Sobretudo porque a imprensa detesta estar na pauta.

A telenovela dos seqüestros da família Abravanel encerrou-se, mas é preciso reprisar um de seus capítulos para retomar um tema que, na emoção e no calor das coberturas, foi insuficientemente aprofundado.

Nos últimos oito meses, a mídia brasileira protagonizou dois pactos de silêncio. O primeiro foi um embargo clandestino, informal e envergonhado, articulado pelo então senador ACM com o seu vasto círculo de amigos nos altos escalões dos principais veículos de comunicação para abafar qualquer menção ao lançamento do livro de João Carlos Teixeira Gomes, *Memórias das Trevas, uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. Um caso clássico sobre o coronelismo mediático que mereceria ser estudado por cientistas políticos.

O segundo embargo noticioso - este ostensivo e assumido - ocorreu agora, durante o seqüestro de Patrícia Abravanel, quando grande parte da mídia sediada em São Paulo resolveu abdicar da sua função pública e omitir qualquer referência ao episódio.

Passado o susto, superada a discussão policial e detetivesca que tanto fascina nossos jornalistas, restaram amargas constatações:

(72) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/nada-de-novo-no-controle-da-informao/>

(73) <https://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fobservatoriodaimprensa.com.br%2Fprimeiras-edicoes%2Fa-dissecao-da-tirania%2F%23comentarios>

- Nossa imprensa sente-se à vontade com os embargos noticiosos;
- Nossa imprensa digere bem a auto-censura;
- Nossa imprensa não estranha quando algo impede o livre curso das informações: apelos corporativos, pedidos de amigos, listas negras com os nomes dos inimigos.

Juntos ou separados, os dois embargos desvendam uma facilidade generalizada de acomodação com situações de exceção. Generalizada porque enquanto o primeiro embargo (para proteger ACM) funcionou dentro de um grupo de veículos e empresas, o segundo foi furado por outro grupo.

Somados, fazem a totalidade da chamada Grande Imprensa. Somados, indicam uma propensão coletiva e de certa forma prazerosa para cumprir ordens e servir-se da mordaza. O pretexto recente foi humanitário. Amanhã poderá ser cívico ou patriótico. Corporativo ou punitivo.

Entre nós, a defesa da liberdade de expressão é intransigente na teoria, nos panfletos, nos trabalhos acadêmicos e nos abaixo-assinados. Nisto somos imbatíveis. Na prática, na hora de testar os princípios diante da rudeza da realidade, curvam-se todos: juristas, jornalistas, professores e políticos.

Afinal, o que há de pernicioso no suave e delicado gesto de baixar as cortinas?

Mídia na Copa:

Anunciantes de cabelo em pé e jornalismo de pé atrás

Marinilda Carvalho

26 de junho de 2002, nº 178, ano 07⁷⁴

A Fifa divulgou na segunda-feira, 24/6, um balanço ufanista da Copa da Ásia, distribuído em Seul pela KirchSport AG. Essa empresa detém os direitos de transmissão dos jogos, de marketing e de vendas deste evento e do de 2006. Para quem não ligou o nome à pessoa, é subsidiária da Kirch-Media, aquele grupo alemão que faliu dois meses antes do Mundial.

Essa informação não consta do release, que só fala de coisas lindas e

(74) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/anunciantes-de-cabelo-emp-e-jornalismo-de-p-atrs/>

boas. Mas levanta algumas lebres que devem estar deixando os anunciantes de cabelo em pé e as empresas jornalísticas muito, muito preocupadas.

A lebre mais cabeluda é que a Copa na Ásia mudou os padrões de acompanhamento dos jogos: "O povo assistiu às partidas fora de casa em números recordes", anuncia. Na Inglaterra, no jogo contra a Argentina, por exemplo, 43% dos telespectadores estavam fora de casa, embora cálculos mais conservadores avaliem este índice em 25%. A audiência em telões reuniu 2,8 milhões de pessoas em 223 diferentes locais na Coréia, na partida com Portugal, e 4,2 milhões, com a Itália. A audiência nos locais de trabalho, particularmente na Europa, chegou a 10% da audiência total.

O fenômeno se repetiu em todo o mundo, e tende a crescer. O que pensarão disso os anunciantes, que pagam muito dinheiro para que seus comerciais sejam vistos calmamente durante os jogos? Quem presta atenção em comercial se está vendo o jogo em plena farra dos bares e dos telões de rua? E para o jornalismo, quais as conseqüências? Quem quer reportagens ou análises em meio à balbúrdia das torcidas?

(...)

Pior, só Atlanta

(...)

O release se supera no final: "A atmosfera de celebração, a audiência compartilhada, a soberba organização (sic), a extraordinariamente calorosa acolhida aos torcedores são marcos de uma Copa do Mundo diferente de qualquer outra, confirmando a decisão da Fifa de quebrar a tradição e dar à Ásia a oportunidade de sediar o evento". Opinião geral: poucas vezes se viu uma Copa tão desorganizada como esta, só comparável à bagunça dos Jogos Olímpicos de Atlanta.

Eleições 2002: O jogo (finalmente) vai começar

Chico Bruno

26 de junho de 2002, nº 178, ano 07⁷⁵

A pré-campanha está chegando ao fim. A partir de 1º de julho a campanha começa para valer, e cabe uma reflexão sobre o comportamento da mídia nessa fase. A preparação foi muito puxada. Alguns candidatos não agüentaram o ritmo: Roseana Sarney foi para o estaleiro, Enéas não resistiu. A mídia, apesar da censura togada, se esforçou muito para cobrir essa fase da campanha. Saiu-se mais ou menos, pois com o passar do tempo foi retirando da cobertura alguns fatos marcantes, como o caso Roseana/Lunus, e aos poucos vai deixando Ricardo Sérgio de mão. O que é uma pena, pois a opinião pública continua à espera dos desdobramentos de ambos os casos e a mídia deveria procurar, pelo menos, informar a quantas andam os processos.

A campanha começa polarizada entre Lula e Serra. Ambos estão há bastante tempo estagnados em seus números nas pesquisas. Nem descem, nem sobem, apesar de a mídia tentar passar o contrário. Ao que tudo indica, será uma campanha feia, com muitas denúncias violentas, daquelas de gerar muitos cartões amarelos e, quem sabe, até vermelhos. No momento, a candidatura Lula está sofrendo o assédio do Ministério Público e da mídia em função de alguns fantasmas existentes em administrações municipais petistas. As denúncias que pipocam estão, inclusive, tirando o brilho da adesão do PT à direita liberal. Infelizmente para o PT, essas denúncias acontecem no início da campanha oficial. Contra o PSDB, as denúncias aconteceram no meio da pré-campanha, e Serra conseguiu se recuperar. Foi favorecido pela mídia, que parou de divulgar o caso Ricardo Sérgio.

Essa campanha tem ingredientes para ser muito dura e, quem sabe, até muito suja. Terá com certeza um faz-de-conta entre liberais e petistas, haja vista que a coligação entre eles foi construída de cima para baixo e tem muita gente dos dois lados se desentendendo.

Hoje na defesa, os petistas estão usando a mesma estratégia que o PFL

(75) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-jogo-finalmente-vai-comear/>

usou no caso Roseana/Lunus: pôr a culpa de suas mazelas no ombro do governo e seu partido. Alguns jornalistas políticos já puxaram as orelhas do candidato, pois acham que existe um exagero por parte dos petistas, além de não haver provas. Essa tática não colou com o PFL e tem tudo para não colar com o PT, pois ambos deixam transparecer que o Ministério Público é manipulado pelo executivo federal, logo o MP, um dos braços de maior credibilidade do Judiciário brasileiro e que, durante muito tempo, foi acusado de ser influenciado pelos petistas. Basta rememorar recentes episódios da cena política.

Ao que tudo indica, o jogo vai ser pesado, e ambos os lados vão tentar a tática da desqualificação dos adversários: nesse jogo não existe Irmã Dulce. Ambos os lados têm seus pecados, uns veniais, outros mortais. A mídia, principalmente a Rede Globo, promete a maior cobertura de todos os tempos de uma eleição presidencial, principalmente porque envolve novos componentes, como mercado, riscos, bolsa, sobe e desce do dólar, o que está obrigando aos analistas econômicos a dividirem com os jornalistas políticos essa cobertura. Até agora, a mídia se comportou com dignidade, com raras exceções, e espera-se que siga esse caminho até 6 de outubro.

Entre o sonho e a realidade

Luiz Egypto

20 de outubro de 2000, nº 100, ano 05⁷⁶

Comemora-se em 2000 o centenário da publicação de *A interpretação dos sonhos*, a obra seminal de Sigmund Freud (1856-1936), decisiva para transformá-lo em personagem do milênio. Refletir o que se passou entre a edição do livro e a inclusão do divã no imaginário coletivo é tarefa dos autores dos 4 textos a seguir [Alberto Dines, Luís Edgar de Andrade, Cláudio Weber Abramo e Carlos Vogt]. Como também o é atravessar a análise da mídia com a luz freudiana.

Quando o médico vienense examinou os mecanismos do inconsciente para formular suas teorias sobre o comportamento social ainda não existia

(76) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/entre-o-sonho-e-a-realidade/>

uma mídia como hoje a visualizamos. E agora?, com a presença maciça da mídia na vida cotidiana das pessoas e das sociedades?

A mídia terá se transformado no divã da sociedade? Ou, desarvorada, foi ela própria para o divã? Neste caso, quem deve tratar dela? Cartas para a redação.

A 100ª edição do *Observatório* buscou aproximar o fenômeno mediático dos aportes e conquistas da psicanálise. Vale tentar, pois as teses e procedimentos da psicanálise, concordam fiéis seguidores e críticos acerbos, mudaram nossa maneira de ver o mundo.

Os fatos revelam uma aproximação de Freud com a mídia de sua época. Era uma imprensa escrita em papel, que após afirmar-se como instrumento de poder político ensaiava consolidar-se como um negócio capitalista, por assim dizer, clássico.

Está relatado adiante, mas vale antecipar. *A interpretação dos sonhos* foi publicado (veio à luz, como se diz) em novembro de 1899. Mas autor e editor dataram de 1900 a obra para aproveitar o embalo do frenesi da virada do século, com tudo o que significava de moderno e novo. Claro, o século 20 só chegaria em 1901; mas, à época como agora, a data redonda era o que mais importava. 1900. Nos dois anos seguintes o livro vendeu cerca de 100 exemplares. Então, dr. Freud procurou a imprensa. O Mal Estar da Civilização tem algo a ver com a sociedade mediatizada?

Sistema Totêmico e Sistema Mediático, uma provocação

Alberto Dines (Conferência pronunciada em 1/10/2000 no Museu de Arte de São Paulo (MASP), em simpósio "Freud: Conflito e Cultura"). 20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05⁷⁷

Nu em pêlo diante de Freud

Luís Edgar de Andrade. 20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05⁷⁸

(77) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq201020002.htm>

(78) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/nu-em-plo-diante-de-freud/>

Censura e lavagem cerebral

Cláudio Weber Abramo. 20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05⁷⁹

Jogo de espelhos

Carlos Vogt. 20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05⁸⁰

A novela da morte de Mário Covas

Luiz Antonio Magalhães

20 de janeiro de 2001, nº 105, ano 06⁸¹

“Estou para morrer. Podem publicar”

O governador Mário Covas parece ter escolhido morrer em público, como muito bem observou Marilene Felinto, colunista da *Folha de S.Paulo*. Talvez pelo ineditismo da situação, mas muito provavelmente por razões mais obscuras, o fato é que a cobertura da mídia brasileira sobre o caso está se revelando um espetáculo grotesco.

Espectáculo, porque a vida – pública e particular – do governador é transformada em novela. Grotesco, porque a cada dia os jornais descobrem novas fórmulas para desrespeitar a privacidade de um homem doente, possivelmente em estado terminal. A dignidade de Covas em enfrentar suas dificuldades, permanecendo no cargo e lutando pela vida quando muitos já teriam desistido parece ser inversamente proporcional à dos profissionais que decidem a maneira pela qual os brasileiros devem ser informados.

(...) O âmagô da questão que permeia a discussão sobre o comportamento da imprensa no episódio é a oposição entre um dever e um direito. Ou seja: o dever de informar a população sobre as condições de um homem público deve ser maior do que o direito à privacidade deste homem público?

Voltando ao Brasil de 2001, a cobertura do caso Covas é emblemática

(79) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/censura-e-lavagem-cerebral/>

(80) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/jogo-de-espelhos/>

(81) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-novela-da-morte-de-mrio-covas/>

de algumas mudanças na cultura, nos hábitos e nas tradições da sociedade brasileira. Já faz algum tempo, por exemplo, que a missão de informar bem e corretamente passou a ser confundida com o ato de saciar a curiosidade das pessoas, a fim de vender um produto de consumo massificado. (...)

Não deixa de ser irônico – para não dizer trágico – que o único grito de protesto contra esse estado de coisas tenha partido do próprio Covas. “Estou para morrer. Pode publicar no jornal”, afirmou o governador no dia 16. Mais do que um grito, um libelo.

Ainda há quem diga que Mário Covas deveria agora se licenciar para gozar de alguma privacidade naqueles que talvez sejam os derradeiros dias de uma longa vida de batalhas. Bobagem: seria apenas mais um capítulo de uma novela cujo final você já conhece.

Notícias Populares: Enterro sem epitáfio

Os Observadores

31 de janeiro de 2001, nº 106, ano 06⁸²

Notícias Populares é o segundo jornal da Empresa Folha da Manhã liquidado em dois anos. Primeiro foi a *Folha da Tarde*, que junto com a *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* deram origem ao poderoso grupo jornalístico hoje encabeçado pela *Folha de S.Paulo* – com a pálida colaboração do *Agora*.

Agora foi a vez de sepultar o popular NP. O comunicado público é indigno de uma empresa jornalística. Fecham um jornal com quase 40 anos como fecharam o matadouro de frangos ou fecharão uma fábrica de salsichas, quando entrarem no ramo.

Este Observador foi demitido da *Folha* há dois anos por antecipar notícias “inverídicas” sobre o fechamento dos dois jornais numa edição do *Observatório da Imprensa* online. Essas notícias ficaram plenamente confirmadas na semana passada.

(82) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/enterro-sem-epitfio/>

Monitor da Imprensa: Centenária e moderninha

Os Observadores

31 de janeiro de 2001, nº 106, ano 06⁸³

Como transformar uma revista com 144 anos de idade em uma publicação tão moderna que faz os leitores esvaziarem em poucas horas as estantes das bancas?

Michael Kelly, editor-chefe da *Atlantic Monthly*, gastou milhões de dólares para replanejar a revista, adicionando uma capa rica em arte e contratando novos jornalistas, ao mesmo tempo mantendo a fórmula estrutural. Conforme artigo de Alex Kuczynski [*The New York Times*, 17/1/01], Kelly assumiu seu posto no começo do ano passado – quando a revista mudou de dono e o antigo editor, William Whitworth, demitiu-se após duas décadas no cargo.

Atlantic Monthly é um dos veículos mais antigos dos Estados Unidos. Fundada em 1857, em Boston, seus primeiros editores viam-na como o antídoto ianque descolado para revistas intelectualóides que desabrochavam em Nova York – como a *Harper's Magazine*, fundada no mesmo ano e considerada mais vanguardista.

Mortimer B. Zuckerman, proprietário da Atlantic até 1999, orgulhava-se de possuir uma publicação considerada líder de opinião, mas, ao mesmo tempo, não investia muito dinheiro nela. A sorte da revista só mudou no ano seguinte, quando Zuckerman vendeu a publicação, por 10 milhões de dólares, para David G. Bradley, dono do National Journal Group.

Editoras de livro, segundo Kelly, carregam uma lição que a indústria de revistas esquece. “Há muitas pessoas por aí que amam ler, e quando se dá a elas bons textos, mergulham na leitura”, disse. “Não vivemos em um mundo onde pessoas pararam de ler bons textos. Vivemos em um mundo onde revistas pararam de publicá-los.”

Os concorrentes de Kelly e da *Atlantic* são rápidos em criticá-los. John R. MacArthur, publisher da *Harper's Magazine*, disse que não vê ameaça na nova e recheada *Atlantic*, cuja circulação é de 470 mil, comparada aos 205 mil da *Harper's*.

(83) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/centenria-e-moderninha/>

Texto jornalístico: Quanto menor, pior

Cláudio Weber Abramo

31 de janeiro de 2001, nº 106, ano 06⁸⁴

Como todo jornalista de hoje é informado na primeira vez que entra numa sala de aula ou numa redação, o texto jornalístico deve ser curto, ir direto ao ponto (daí o "lead"; para registro, informo que jamais escrevi um "lead", uma vez que para ir ao ponto geralmente se demanda mais do que a simples exposição daqueles quatro ou cinco "quem", "quando", "onde" etc.), evitar desvios, centrar-se na informação "dura". O repórter deve eliminar expressões de sua própria opinião etc. Interrompo a lista por aqui, para não chover excessivamente no molhado.

Tal normatização traz problemas não irrelevantes. Para começo de conversa, o que é informação "dura"? Um ônibus que demole uma casa é informação dura? Parece ser, em especial se acompanhada do estado técnico da rua e do ônibus, da carga horária imposta ao motorista e assim por diante – algo que, quanto mais se afasta do evento originador da notícia, menos é noticiado.

Um xingamento do ACM contra o Jader Barbalho é informação "dura"? Os jornais tratam como se fosse, mas ali, na batatolina, está longe de ser. Para ser informação "dura", o repórter precisaria interpelar o acusador, exigir dele evidências da veracidade do que afirma, ir ao acusado, expor o que ouviu, ouvir a resposta, verificar os fatos ou não-fatos alegados etc. – coisas que, até onde chego, ninguém nunca faz.

As regras da "boa redação jornalística" não são, em princípio, erradas (fora o "lead", que é uma bobagem). É possível segui-las sem trivializar o texto. Contudo, são raros os repórteres (e os editores) que conseguem ao mesmo tempo obedecer às regras e escrever (editar) textos não burocráticos.

Afirma-se que são os jornais que impõem essas regras e, assim, afogam o repórter. Em minha experiência, nunca vi um sujeito escrever bem e ter seu texto criticado por não obedecer à receita. A receita precisa ser imposta nas redações porque as pessoas escrevem mal.

(84) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/quanto-menor-pior/>

Como o resultado da aplicação das regras é ruim, isso nos leva de volta a elas. Como modificá-las para, a um tempo, fazer frente à necessidade de informar o máximo num espaço finito e evitar o texto idiota?

Submeto que isso só se consegue por meio de sistemas de gerenciamento de redação que incluam a formação e acompanhamento do repórter por parte de editores dotados da apropriada consciência profissional. Há carência de tais editores, é verdade, mas nada impediria as empresas (e as escolas) de buscá-los e formá-los.

Disse que nada impediria. Não é estritamente verdadeiro. Há razões econômicas. Idealmente, essas razões precisariam ser revisitadas em nome de uma melhor prestação do serviço.

A mira que a mídia idolatra

TT Catalão para os observadores da consciência

20 de março de 1998, n. 41, ano 03⁸⁵

Meninos não fabricam armas, não compram munição, nem produzem espetáculos celebradores do fetiche-violência. Meninos dão audiência e fazem sucessos de tiragem ao consumirem o que a mídia idolatra.

Meninos lidam com balas que provocam cáries, não cadáveres.

Meninos não pedem ao Papai Noel o novo modelo da Colt.

Meninos não percebem que antes de apertar o gatilho tanta gente reforçou que o cano fumegante da pistola é como um pau grande dominando o mundo pela supremacia do esperma macho. Meninos não veriam cor da pele, classe, raça, crença, beleza, feiúra, fraqueza, força, tesão, sadismo se alguns não os escravizassem, tão cedo, aos segmentos de mercado.

Meninos não nascem com a vingança no sangue nem a submissão do mais fraco destila-se pelo DNA.

(85) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-mira-que-a-mdia-idolatra/>

Meninos não seriam assim ou nunca foram assim. A não ser que alguns meninos tornem-se adultos precoces... quando são adulterados.

QUEM
ATIRA
TEM ANTES
QUEM LHE
APONTE
A MIRA

Ou a sociedade luta antes, ou se lamenta hipócrita, no LUTO depois!!! ●

CAPÍTULO 3

A era Lula

O período é marcado pela chegada do primeiro operário à Presidência da República em toda a história da democracia brasileira, o primeiro negro à presidência americana e a primeira mulher ao cargo de primeiro-ministro na Alemanha. Rupturas, continuidades, crises, escândalos como o do mensalão e mudanças sociais profundas atingem o país e o mundo nos primeiros anos do novo milênio. No campo da comunicação, o aprofundamento da crise do modelo de produção de notícias continua a enxugar redações, mudar a organização interna dos negócios e estimular o crescimento de novas iniciativas na internet. É a época do surgimento e da consolidação da blogosfera, uma força de narrativa que abriga novas experiências, mas também grandes nomes do jornalismo. Tsunami no pacífico, acidente da TAM em Congonhas, caso Isabela Nardoni, 200 anos da imprensa, 40 anos do AI-5, estouro da bolha econômica, saída de Fidel Castro do comando do governo cubano são alguns dos destaques.



Desde que o governo, qualquer que seja ele, não atrapalhe, o jornalismo, qualquer que seja ele, pode se dedicar a se aprimorar – e ele só melhora quando cumpre o seu dever de ser livre. Dever: esta é a palavra. Fala-se muito no dever da verdade, e com razão. Fala-se na fidelidade com que se devem reportar os fatos e o debate das ideias, também com razão. Mas a busca da verdade factual começa pela busca da verdade essencial do jornalismo, cujo nome é liberdade. Esta é a verdade interior que o anima e, sem cultivar sua verdade interior, ele seria incapaz de divisar a verdade que lhe é exterior. O profissional do jornalismo não pode admitir – nem a sociedade pode admitir que ele admita – a hipótese de que o exercício do jornalismo não seja livre, afirmativamente livre.”⁸⁶

(86) EUGÊNIO BUCCI, 2 de outubro de 2007, A liberdade de imprensa entendida como um dever, <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-liberdade-de-imprensa-entendida-como-um-dever/>

O jornalismo fiteiro, a reportagem dossiêira (argh!)

Alberto Dines

13 de maio de 2008. nº 485, ano 13⁸⁷

A expressão "jornalismo fiteiro" foi criada por Alberto Dines para caracterizar a prática "jornalística" de publicar, sem checagem ou apuração adicional, quaisquer documentos ou gravações clandestinas vazados por fontes interessadas (ou interesseiras)

A expressão foi criada neste *Observatório* no final dos anos 90. Sinônimo de imprensa marrom, designa um procedimento escuso disfarçado em jornalismo de alto nível.

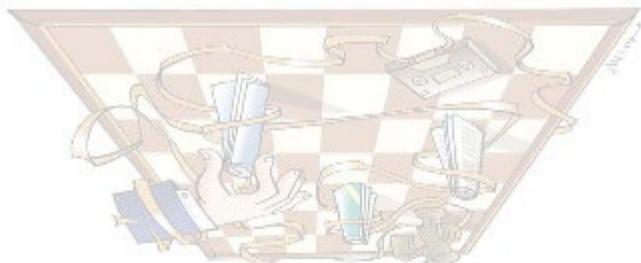
O jornalismo fiteiro consiste na transcrição pura e simples de grampos (legais ou ilegais), fitas (em áudio ou vídeo) e dossiês, entregues por 'fontes secretas' a um jornalista (ou intermediário) desde que haja o compromisso da imediata divulgação sem recorrer a qualquer suporte investigativo.

O dossiê mais escandaloso foi obra dos aloprados (assim classificados pelo presidente Lula), que falsificaram denúncias dos sanguessugas Vedoin contra lideranças do PSDB na véspera das eleições presidenciais de 2006. A intenção dos falsários era publicar o dossiê no semanário IstoÉ, cuja boa vontade já estava a\$segurada.

Independente do conteúdo do dossiê – o item menos importante da transação –, o que conta é a disponibilidade de um veículo de informação em publicar os dados sem questioná-los ou apurá-los.

O ilícito existe a partir da certeza (ou presunção) de que em Brasília sempre haverá jornalistas dispostos a publicar matérias marrons, quais-

(87) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq050220032.htm>



A mídia e o jornalismo fiteiro



Alberto Dines, Claudio Weber Abramo,
Hélio Doyle, Luiz Cláudio Cunha e Luiz Weis

Volume 1

E-book organizado pelo *Observatório* sobre o jornalismo fiteiro⁸⁸

(88) <http://observatoriodaimpresa.com.br/wp-content/uploads/2015/02/jornalismofiteiro.pdf>

quer que sejam a sua procedência e objetivo. Se porventura as empresas jornalísticas usassem o seu inabalável *esprit de corps* para barrar tais procedimentos, tanto o jornalismo fiteiro como suas variantes não teriam prosperado.

Garantido o divulgador, pouco importa onde, como, quem o produziu, a quem interessa o vazamento e quem o vazou.

Nova fase, práticas antigas

O Dossiê dos Cartões (o nome definitivo ainda não foi determinado, vai depender da identificação dos culpados) é um caso clássico e marca o início de uma fase mais sofisticada: o veículo (no caso, *Veja*) o recebeu para que denunciasse os seus autores. Esta era a isca. E os autores contavam com a divulgação da papelada (ou base de dados) para comprovar que nos governos anteriores também ocorriam abusos com os cartões corporativos. Toma lá, dá cá – todos saíam ganhando.

A verdade é que a novela do Dossiê Visa (ou Mastercard, dá no mesmo) foi toscamente armada e por isso está praticamente destrinchada: já se sabe onde a peça foi montada (numa dependência da Casa Civil, próxima à secretária-executiva Erenice Guerra), quem a vazou (José Aparecido Nunes Pires, secretário de Controle Interno da mesma repartição) e quem a conduziu até as proximidades do veículo vazador (André Eduardo da Silva Fernandes, assessor do senador tucano Álvaro Dias).

Veja publicou a armação palaciana porque nossa mídia aceita qualquer lixo jornalístico, de qualquer origem – com raras exceções e estas exceções não se situam no segmento dos semanários de informação.

No dia em que autoridades e políticos forem informados de que suas fitas e dossiês já não têm livre trânsito nas redações brasileiras, o jornalismo fiteiro ou dossiêiro estará automaticamente extinto.⁸⁹

(89) Aqueles que sabem o que é Estado Novo, proclamado em 10 de Novembro de 1937, e ainda se recordam do famigerado Plano Cohen são privilegiados: sabem que se trata do primeiro dossiê fajuto, chapa-branca, preparado para ser amplamente divulgado e, em seguida, acionar uma violenta reação militar. A ditadura do Estado Novo começou assim.

New journalism vs. old journalism

Norma Couri

15 de agosto de 2006. nº 273, ano 11⁹⁰

Com diferença de 50 anos, Lilian Ross e o Philip Gourevitch começaram a escrever na pretigiosa *The New Yorker*. Os dois jornalistas abriram, na Festa Literária Internacional de Paraty, na sexta-feira (11/8), o tema 'Profissão Repórter: A Arte da Reportagem', com a Nobel de Literatura Toni Morrison na fila do gargarejo e jornalistas brasileiros e estrangeiros recheando a platéia de 700 pessoas.

Com mediação de Carlos Graieb, editor da *Veja*, a primeira pergunta foi sobre o *new journalism* que celebrou Truman Capote em *A Sangue Frio*. Ross, 79 anos, não conversou:

'Há muita confusão em torno desse tema, e é bom saber que não existe *new journalism* nem *old journalism*. O que existe é bom jornalismo e mau jornalismo. Para mim tudo se resume na arte de reportar, o que precisa ser feito com enorme prazer como foi para mim nos últimos 50 anos.'

A confusão de que Ross fala nasceu com o estilo combinando de experiência pessoal e subjetividade: a balança nem sempre funciona em equilíbrio e o autor acaba fazendo mais ficção e esquecendo os fatos.

'Claro que é a combinação de jornalista que escreve bem e apura bem – isso faz o grande jornalismo', consertou Gourevitch, de 45 anos, editor da *Paris Review*. 'Para isso eu prefiro entrar de cabeça nas minhas reportagens, feito tábula rasa, sem fazer qualquer pesquisa, embora carregue comigo montes de livros e recortes. Não quero ser influenciado nem chegar no lugar da cobertura com a matéria pronta. Quero ser influenciado primeiro pelos fatos que vejo, sinto e ouço. A ignorância muitas vezes foi minha aliada.'

'Perfeitos, imortais'

A julgar pelos comoventes relatos que fez dos massacres no Congo e em Ruanda, no caso de Gourevitch a ignorância funcionou:

(90) <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/new-journalism-vs-old-journalism/>

'Depois que faço a pesquisa constato que muita coisa que apurei estava ali, mas eu jamais entenderia as coisas daquele jeito se não tivesse primeiro deixado meus olhos e ouvidos captar os fatos – os meus, não os de outros repórteres.'

Lílian Ross define o que fez da *The New Yorker* uma grande revista:

– Bela escrita, precisão e bom humor. Depois, é uma revista que dá credibilidade, segurança, cobertura e liberdade aos seus jornalistas. Mas não me pergunte o que é uma bela escrita ou a fórmula para se criar um bom texto. Você não sabe, apenas reconhece. E bom jornalismo não muda, jamais envelhece: veja o Hemingway [*Ross escreveu um histórico perfil de Hemingway*].

Gourevitch novamente tenta explicar que a tecnologia, sim, mudou o jornalismo e a forma da escrita: o telégrafo, o fax, a internet, até a modernização das câmeras fotográficas mudariam hoje a célebre foto de Frank Capa diante do soldado republicano no momento em que foi abatido na Guerra Civil espanhola.

Ross rebateu:

– De quando datam os textos de Tolstói, Dickens e Daniel Defoe? Continuam intactos, perfeitos, imortais. Não há tecnologia no mundo que altere os fatos ou contamine a boa escrita, o bom jornalismo, e essa é a minha paixão.

O jornalismo 'liquidificador'

Marcos Henrique Guimarães⁹¹

10 de abril de 2007. nº 428, ano 12⁹²

O jornalismo liquidificador – novo modelo de telejornalismo apresentado pelo SBT e pelo âncora Carlos Nascimento – traz novidades. A primeira delas é o anúncio, de forma nítida, verbal e graficamente, diante de cada matéria abordada, do assunto que será tratado. Uma mudança simples, mas de profundo significado. A escola de telejornalismo brasileira optou desde o início pelo que chamo de modelo 'liquidificador', ou seja, despejar notícias dos mais variados assuntos, umas ao lado das outras, sem qualquer roteiro mais claro para a identificação das matérias.

Ao contrário do que pensam alguns, esse modelo de transmissão da informação de maneira fragmentada tem seus propósitos e não é de simplesmente deixar loucos os telespectadores. Senão, vejamos: você está assistindo a uma matéria sobre um terrível desastre aéreo e, logo em seguida, sem nenhum aviso, depara com o nascimento de um ursinho panda em um zoológico qualquer da China.

Como em qualquer setor da experiência humana, a racionalização seria o caminho lógico a seguir, com a devida identificação dos conteúdos. E por que não se pensou nisso antes? Ora, o modelo de transmitir informações aleatoriamente cumpriu muito bem seu papel durante um período em que convinha descontextualizar os conteúdos, jogar psicologicamente com a emoção dos telespectadores e guiá-los para o melhor ou o pior dos mundos, ou seja, para o mundo em que os detentores do poder queriam que estivessemos.

O lugar que cada notícia ocupa no telejornal sempre desempenhou um papel importante na derrubada de ministros e governos, na tentativa de forçar uma licitação, pressionar instituições ou o que quer que fosse do interesse de quem desejasse manipular os conteúdos para obter os resultados 'emocionais' necessários junto à população. Identificar explicitamente conteúdos não era do interesse para que se pudesse facilitar a manipula-

(91) Marcos Henrique Guimarães é jornalista e escritor, Curitiba, PR

(92) <http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/o-jornalismo-liquidificador/>

ção. Quanto mais as notícias se fundissem ou se distanciassem, melhor para a descontextualização – ou a contextualização segundo interesses.

Tendência democrática

Os teóricos do 'liquidificador' sempre souberam disso. Quem talvez nunca soube é escola dos 'papagaios', que imita modelos sem se perguntar por quê. A identificação de temas de forma nítida, além de preparar psicologicamente o telespectador para o assunto, estabelece uma 'barreira' emocional que permite a 'impermeabilização' entre um tema e outro; desta forma, por exemplo, o cidadão terá mais liberdade para julgar a ineficiência do governo, ou um suposto problema de saúde pública, sem estar 'influenciado emocionalmente' pelo ufanismo do milésimo gol de Romário ou o nascimento do ursinho panda num zoológico qualquer da China. Parece simples, mas é assim que funciona.

No mundo 'real', ninguém se aproxima de você, conta uma desgraça e, logo em seguida, sem maiores explicações, começa a falar de futebol. Imagine, a pessoa vem e diz: 'Viu o acidente de avião ali na esquina? Morreram 200 pessoas e o resultado do Athletiba foi de um a zero para Atlético.' Você não chamaria o cara de louco? Insensível? Mas, por absurdo que possa parecer, durante décadas, imperceptivelmente, foi isso que aconteceu nos principais telejornais em nome do 'dinamismo da notícia' e da suposta 'objetividade', que escondiam, na verdade, outros interesses.

Ainda que o telejornalismo brasileiro esteja longe de contextualizar historicamente os conteúdos, estabelecendo de forma mais profunda uma relação entre causa e efeito (porque não convém aos detentores do poder estabelecer uma relação entre a profunda miséria e o arbítrio de uma elite entreguista, pedante e alienada), é preciso louvar as iniciativas de tendência democrática de alguns diretores de jornalismo ou âncoras, deste ou daquele meio de comunicação.

Opinião sem contestação

Neste sentido, o Jornal do SBT apresenta corajosamente a participação 'ao vivo' dos telespectadores, dando suas opiniões sobre este ou aquele assunto. Se os assuntos talvez não sejam tão relevantes como gostaríamos que fossem, em todo caso permite-se o que seria impensável durante o regime militar: que a população possa se manifestar, com todas as suas contradições, em um telejornal nacional.

Diante da iniciativa, constatamos, por um lado, a miséria da falta de in-

formação do telespectador em igual proporção à criatividade, inteligência e capacidade de discernimento destes mesmos telespectadores. Paradoxo? Não, se também levarmos em conta a 'arrogância intelectual' de Carlos Nascimento, que, como todo jornalista pertencente à elite, acha-se o detentor da verdade, chegando ao ponto de discordar veementemente das opiniões dos telespectadores ao vivo, diante das câmaras.

(...)

Ao olharmos nossa 'miséria', tanto a das classes populares como a das supostas elites intelectuais, talvez possamos avançar dialeticamente. Olhar com humildade e reconhecer os limites históricos que nos foram impostos e nos moldaram. Por tudo, parabéns ao povo, ao Carlos Nascimento e ao SBT, pela ousadia, com todas as suas contradições.

O que significa acreditar na imprensa

Eugênio Bucci⁹³

23 de dezembro de 2008. nº 517, ano 13⁹⁴

Este artigo pode ser lido como um esclarecimento, ou, mais exatamente, como uma nota conceitual. Ele nasce da necessidade de pôr em pratos limpos o que é a instituição da imprensa em nossos dias. Por meio disso, pretende acrescentar mais um pequeno argumento em defesa de que as autoridades governamentais se comuniquem com a sociedade pela imprensa, mais do que pela publicidade.

O que é essa instituição, afinal?

Há poucas semanas, quando escrevi neste *Observatório* que o governo ganharia mais se acreditasse na imprensa como o fórum preferencial para o debate das idéias(...), fui contestado por alguns leitores, para quem os jornais não merecem tanto crédito assim.

Talvez eu não tenha sido suficientemente claro. Acreditar na imprensa

(93) Eugênio Bucci é jornalista, professor da Escola de comunicações e Artes e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP

(94) <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-que-significa-acreditar-na-imprensa/>

sa, nos termos em que escrevi, não significa crer passivamente em tudo o que os veículos publiquem. Significa, isto sim, participar ativamente do que neles é discutido. Significa entender que, fora da imprensa vista como instituição, não existe um fórum democrático para o florescimento de uma opinião pública bem fundamentada e vibrante. Acreditar nela significa ter disposição para dentro dela formular, apoiar e criticar pontos de vista.

É evidente que, sobretudo hoje, na era digital, a instituição da imprensa não se reduz aos meios impressos tradicionais ou às emissoras de maior audiência. Há ramificações aí. Há desdobramentos e sobreposições. A interação entre os cidadãos por meio de pequenos sites ou mesmo dos e-mails, a emergência das múltiplas redes interconectadas produz outro nível de efervescência ao diálogo social. Tanto é assim que veículos da chamada 'mídia convencional', cada vez mais, aprendem a se abastecer dessas novas redes para compor seu noticiário e, em outra via, as redes ressignificam o que os primeiros publicam.

Nos dias atuais, a instituição da imprensa adquire mais musculatura e muito mais vasos comunicantes, numa escala virtualmente infinita. Isso apenas a fortalece, ainda que enfraqueça, em termos relativos e transitórios, os veículos tradicionais. Assim, quando se fala da instituição da imprensa fala-se, rigorosamente, desse novo complexo de meios para promover a circulação das informações e das opiniões.

O que distingue a instituição da imprensa de outras formas de comunicação são as raízes que ela finca no direito à informação e na liberdade de expressão. A publicidade não se confunde com isso, pois ela se estrutura como uma forma de comunicação interessada, financiada pelo interesse de convencer consumidores a comprar mercadorias ou a aderir a causas.

A publicidade é uma prática nitidamente comercial, ainda que se beneficie legitimamente da liberdade de expressão. Já a imprensa é uma prática não-comercial, ainda que notícias também possam circular como mercadorias. A primeira fomenta o mercado; a segunda brota da vida política e cultural da sociedade. A primeira desconhece o contraditório; a segunda apenas existe quando há o contraditório. Acreditar na instituição da imprensa, portanto, é acreditar que a comunicação cidadã é a melhor instância para que as teses de interesse comum sejam esclarecidas, contestadas e adotadas pela sociedade.

Os jornais são, em parte, dos seus donos – a imprensa pertence à democracia

Quanto a isso, a pergunta mais freqüente dos defensores de governos é bem direta: o governo tem como entrar nesse debate, no interior da imprensa, sem sofrer restrições? O que muitos temem é que as direções dos veículos direcionem em demasia o fluxo das informações e das opiniões. Imagina-se que, na medida em que jornais e emissoras são dirigidos por interesses privados, o que é um fato, tudo o mais resulta prejudicado, sob a primazia desses mesmos interesses. O diagnóstico, no plano imediato, é correto, mas as conclusões é que são prejudicadas.

A instituição da imprensa é mais larga, mais alta e mais profunda do que o regime de propriedade que pesa sobre a maior parte dos meios de comunicação. A dinâmica da cidadania, para a própria saúde comercial dos bons veículos, fala neles com mais força do que os interesses privados. O ponto que define a clivagem não se encontra no interior das instâncias decisórias, particulares, de cada publicação, mas reside, antes, no dinamismo natural da própria democracia. É isso que explica os deslocamentos ideológicos que cada um dos veículos jornalísticos sofre de tempos em tempos.

(...)

Com a emergência das redes interconectadas, essa verdade se manifesta com eficácia ainda maior. Hoje, as manipulações têm durabilidade mais breve – e o preço para quem as comete tende a subir. Em contrapartida, as discussões recorrentes e cada vez mais comuns sobre a qualidade do jornalismo, em seus vários níveis, convertem-se em serviço de utilidade pública. Os questionamentos da imprensa, no interior da própria imprensa, ampliam as possibilidades de que ela reflita com mais justiça os clamores da sociedade.

É também por essas razões que tenho insistido: para um governo democrático, não há canal mais adequado para dialogar com a sociedade do que a instituição da imprensa. A publicidade pode até, excepcionalmente, aparecer como um recurso necessário – mas muito, muito excepcionalmente mesmo. Como regra, a comunicação cidadã deveria presidir toda a comunicação de governo.

Opinião da imprensa não é a opinião pública

Venício A. de Lima⁹⁵

20 de março de 2006. nº 373, ano 11⁹⁶

Independente dos motivos que levaram à não-cassação do deputado Roberto Brant (PFL-MG) por seus pares da Câmara dos Deputados, o discurso que ele fez em plenário no dia 8 de março e a entrevista que concedeu à *CartaCapital* (edição nº 385) trazem argumentos que não podem ser ignorados.

O pefelista questiona o conceito de opinião pública que é comumente aceito pela grande mídia brasileira; afirma que os acusados são tratados com o pressuposto de culpa e são vítimas de condenação sem julgamento; constata a existência de uma 'cultura do espetáculo' dentro da qual a cobertura da crise política tem sido feita; e condena a onda moralista de partidos e da grande mídia que, na verdade, camufla os interesses dos grupos dominantes que não desejam alterações no *status quo*.

Desde o início da crise política, muitas dessas denúncias têm sido feitas por políticos da base governista e, por isso mesmo, sempre foram desqualificadas pela mídia hegemônica. A novidade é que agora quem as faz é um qualificado deputado do PFL, um dos principais partidos de oposição ao governo, responsável pelo funcionamento das próprias CPIs no Congresso Nacional.

Fosso social

Interessa-nos, em particular, o argumento do deputado Roberto Brant sobre a opinião pública. Em seu discurso ele afirma:

'Sempre achei que devemos satisfação ao povo brasileiro, não à opinião pública. E essas duas entidades não se confundem. (...) Opinião pública, esse monstro que tantas vezes nos amedronta. (...) Temos de aprender a

(95) Venício A. de Lima é pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP) da Universidade de Brasília e autor, entre outros, de *Mídia: Teoria e Política* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª ed., 2004)

(96) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/opiniao-da-imprensa-nao-e-a-opiniao-publica/>

encarar a opinião pública. A opinião pública não é o povo, é muito menor do que ele, a opinião pública não acerta sempre. Várias vezes na história a opinião pública estava equivocada. E se nunca, nenhuma vez, políticos e estadistas a tivessem desafiado o mundo hoje estaria pior e não melhor do que está.

'Como se forma a opinião pública? Forma-se de maneira quase leviana. (...) As pessoas vão aos jornais, às revistas e à televisão não para ler, pensar, refletir e decidir. Não. Vão para se distrair e se divertir, não se aprofundam, têm horror à diversificação e às dificuldades. A opinião pública é formada de maneira quase instantânea e perigosa.

'Meus senhores, dentro de cinco meses algo muito maior do que a opinião pública, que é o povo brasileiro, inscrito no colégio eleitoral brasileiro, vai cassar ou confirmar esses mandatos por si mesmo, por sua própria mão e não pelos seus intérpretes de ocasião, não submetido aos interesses da circunstância.'

Na entrevista à *CartaCapital*, Brant complementa o argumento afirmando:

'A opinião pública é muito menor do que o povo, porque na verdade existe um fosso entre a sociedade brasileira como um todo e a opinião pública. A opinião pública são aquelas pessoas que lêem jornais, revistas. São quantos? Um milhão, dois, três. Quem lê o *Estadão*, a *Folha*, o *Globo*, a *CartaCapital*?'

Responsabilidade profissional

Em diferentes ocasiões temos discutido em artigos publicados neste Observatório questões muito semelhantes a essas agora colocadas pelo deputado do PFL. (...) A opinião pública não pode ser confundida com o que dizem os seus 'intérpretes de ocasião' e, menos ainda, com o que pensam os eleitores. Ademais, nunca se pode ignorar o limitado alcance da mídia impressa no Brasil. Bernardo Kucinski, em ensaio clássico, já nos advertia que 'a elite dominante é ao mesmo tempo a fonte, a protagonista e a leitora das notícias; uma circularidade que exclui a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa'.

A recente recuperação da imagem do governo e das intenções de voto no presidente Lula mostraram claramente o quão equivocados estão alguns dos principais colunistas/analistas da grande mídia – sobretudo impressa – que insistem em se considerar, eles próprios, a expressão da opinião pública brasileira.

(...)

As ponderações do deputado pefelista nos remetem novamente às questões sobre o papel central da grande mídia como ator político e à imensa responsabilidade dos(as) jornalistas profissionais na dinâmica desses processos. Não são mais somente os 'governistas' a identificar problemas importantes na cobertura que a grande mídia fez – e ainda faz – da crise política. E nunca é tarde para que uma séria reflexão crítica seja feita.

Qual a saída para jornais e revistas de papel?

Luiz Egypto

11 de junho de 2008, nº 489, ano 13⁹⁷

(...)

A revolução digital está apenas no início. Já provocou mudanças notáveis no jornalismo e ainda deverá ter impacto muito maior sobre o ofício. Mas tomando-se o jornalismo como um negócio de inquestionável interesse público, convém notar o que mudou nos jornais que, premidos pela crise, adotaram sistemas de gestão nos quais os jornalistas estão alijados das instâncias mais importantes de decisão empresarial. Nesses casos, a tendência foi de que a compulsão pelo lucro levasse de cambulhada a qualidade editorial. E daí para perda de leitores e anunciantes foi um pulo.

Se há uma boa notícia nesse ambiente conturbado é que nada está pronto e acabado, tudo está em processo. O futuro dos jornais e revistas vai depender do quanto investirem na informação verificada e na credibilidade editorial. Nesses quesitos, podem ser diferenciados e imbatíveis. Na verdade, é uma questão de sobrevivência.

(97) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/qual_a_saida_para_jornais_e_revistas_de_papel

Crise de gestão: Despedidas, sucessos e sucessões

Luciano Martins Costa

19 de agosto de 2003. nº 238, ano 08⁹⁸

As despedidas que marcaram as últimas semanas no cenário da imprensa nacional têm um significado especial, pelo que representam no momento de reciclagem por que passa o jornalismo pátrio, como que a expressar o fim de um modelo de negócio baseado na propriedade familiar e simbolizado pelo patriarca. Mas não falemos dos mortos da temporada, que desses já se ocupou toda a imprensa, concedendo a cada um conforme a grandeza que se atribui aos seus feitos e de acordo com o poder que construíram e os amigos que fizeram. Falemos de outras despedidas, as de alguns vivos que também deixam o cenário que observamos.

Essas despedidas se devem à ruptura do modelo familiar de gestão das empresas de comunicação, agora apresentada como a única saída para alguns casos de endividamento grave e agudo e de inapetência no fluxo de caixa. Ainda não sabemos se aquilo a que chamam “profissionalização” da gestão é solução adequada ou suficiente. Na verdade, ninguém ainda pode se arriscar a dizer exatamente a real grandeza dessa crise, e mesmo os que anunciam o fim do jornalismo como o conhecemos são apenas curiosos pessimistas.

(...)

Mas os fatos são os fatos e não se pode editar a vida depois do fechamento final. Em 1999, a “guerra das cervejas” produziu recursos de publicidade suficientes para dar um alento ao mercado; mas todos, até mesmo os responsáveis pela área comercial das empresas de comunicação, sabiam que aquilo era apenas um lenitivo – o alerta foi feito em mais de uma ocasião pela Associação Brasileira de Anunciantes. Depois, seguiu-se a guerra da internet, com a disputa de talentos entre jornalistas, investimentos desvairados e a inversão de todos os cânones da boa administração – sonhava-se com grandes negócios num mercado inexistente. Alguns espertos ganharam, as empresas de comunicação se afundaram em novas dívidas. Em seguida veio a guerra das telecomunicações, e novamente a profusão

(98) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/sai190820031.htm>

de anúncios serviu de maquiagem para a falta de visão estratégica e a ilusão se manteve.

A quarta guerra não veio. Chegou a conta. Como diz o publicitário Wagner Yoshihara, diretor de mídia da agência Tônica de Comunicação, o bolo publicitário murchou e muitas outras bocas se apresentaram para o banquete. A cada solução da crise, os desempregados abrem novas pequenas agências, que se apresentam de pires na mão aos mesmos anunciantes, fragmentando o mercado e desvirtuando preços. Mais veículos, mais internet, mais alternativas na televisão, e um mercado congelado. As audiências se fragmentam no mesmo ritmo veloz com que começam a se consolidar os nichos de mercado. É a ruptura, são sinais de que os problemas não têm prazo para acabar.

(...)

Lula faz gols, mídia engole frangos

Alberto Dines

17 de junho de 2003. nº 229, ano 08⁹⁹

A foto do presidente Lula na pelada no domingo, 15/6, foi distribuída pela assessoria de imprensa do Planalto e publicada no dia seguinte com bastante destaque nos jornalões.

É importante por duas razões:

- Não houve baixas no primeiro escalão, ninguém saiu engessado, pés e braços incólumes, cuca fresca numa semana decisiva, bola pra frente.
- O governo está apelando para manter sua alta taxa de popularidade numa semana em que outras taxas – a de juros – podem levar a mídia a aumentar suas críticas.

Atrás da inocente foto há um problema: as relações governo-imprensa estão azedando. A questão não é política, é econômica. Esta é a sua gravidade. A indústria da comunicação está passando pela sua mais grave crise

(99) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq170620031.htm>

financeira e repassa o seu pessimismo para o noticiário.

Não é chantagem, talvez nem seja cobrança. Mas o azedume ostensivo afeta o teor das informações, cria climas artificiais e torna a opinião pública vulnerável a orquestrações de toda espécie.

O governo nada pode fazer para aliviar as aflições da mídia: qualquer generosidade comprometerá sua imagem de responsabilidade e senso de justiça. Mesmo que o alívio seja ministrado em doses homeopáticas, em enfermarias indevassáveis, a sociedade brasileira chegou a um padrão de transparência em que privilégios – incluindo privilégios à mídia – dificilmente são dissimuláveis.

Se o quadro é sombrio nos seus aspectos macros, a realidade cotidiana é tenebrosa.

- As redações estão sendo esvaziadas com centenas de demissões.
- As chances de reaproveitamento dos demitidos são mínimas porque os segmentos vizinhos à mídia (publicidade, assessorias, marketing etc.) estão ainda mais deprimidos.
- As empresas de mídia estão a perigo, sem exceção. Algumas, faliadas de facto, outras sob intervenção branca de bancos e, as mais felizes, paralisadas.
- A recessão mundial não facilita aportes de capitais estrangeiros nem parcerias ou investimentos de grupos nacionais.
- A recuperação levará tempo, mesmo que o Comitê de Política Monetária (Copom) aprove redução substancial na taxa de juros.
- Já é visível a perda de qualidade dos veículos jornalísticos, sobretudo os impressos que funcionam como referência. Os semanários deixaram de ser indispensáveis, breve serão descartáveis.
- Truques publicitários e promocionais tornaram-se evidentes demais. A IBM está jogando pesado na sua campanha para vender a idéia on demand (iniciada na segunda, 16/6). Desfigurou jornais e cadernos econômicos, acabou definitivamente com a fronteira entre informação e publicidade. A empresa e sua agência pensam nos seus interesses; jornais e empresas jornalísticas, de olho no caixa, esqueceram os seus.
- O público perde a confiança na mídia, cada vez mais cético a respeito do seu equilíbrio e confiabilidade.
- E a mídia prepara-se para jogar a culpa no governo.

O que nos leva ao ponto de partida desta análise: apesar do 9 a 3 na pelada dominical no Palácio da Alvorada, nosso jornalismo corre risco de

ser rebaixado para a segunda divisão.

(...)

A quem recorrer ?

Aos jornalistas. Embora alguns dos fiascos tenham sido engendrados por profissionais, foram avalizados e engrossados por empresários que pouco ou nada entendem do negócio. Ou não têm o preparo psicológico para resistir às tentações do poder.

Agora é preciso convocar homens de imprensa capazes de pensar empresarialmente – já que os homens de empresa dificilmente conseguem converter-se em jornalistas. É preciso não perder de vista a história: todas as empresas jornalísticas foram criadas, operadas e ampliadas por jornalistas. Com raríssimas exceções. Está na hora de chamá-los de volta. Esta é a oportunidade criada pela crise.

O governo pode criar estímulos, suas agências podem regular o mercado e suas práticas, o Legislativo pode ser convocado para coibir abusos no tocante à concentração de propriedade ou conflito de interesses. Mas o jornalismo só escapa desta crise com jornalistas tomando decisões.

Inclusive sobre o destino das fotos das peladas presidenciais.

Censura togada: Mordaça em você

Alberto Dines

12 de fevereiro de 2003. nº 211, ano 08¹⁰⁰

É isso mesmo: a nova incursão da censura não foi contra os leitores da revista *Você S/A*, não foi contra a Editora Abril e seus jornalistas, foi contra você, nós, todos os cidadãos que imaginam viver num Estado de Direito, republicano, democrático e justo.

Há três anos assistimos inermes e apáticos a uma escalada da violência judiciária, pseudamente legal. Alguns casos provocam alguma resposta da imprensa, outros quase nenhuma.

O cidadão brasileiro acredita piamente que a censura foi banida formalmente com a Constituição de 1988. Está redondamente enganado. Esta caricatura forense chamada liminar está comprometendo a confiança da sociedade brasileira no Poder Judiciário, o poder dos poderes, aquele que deveria legitimar-se pelo uso da razão.

Ao invés de defender uma cláusula pétreia da Constituição – a liberdade de informação – alguns magistrados enredam-se em formalidades processuais ignorando que desta forma superficial aceitam o mérito de que a censura é justificada.

A imprensa, como instituição, não tem sabido reagir a esta homeopatia censória que está minando nossa capacidade de resistir. Se a reação fosse forte, coletiva, determinada, os magistrados afoitos pensariam duas vezes antes de nos inocular com nova dose autoritária.

Na Alemanha, 1933, quando os nazistas tiraram os disfarces e começaram a escalada de terror, os poupados diziam “não é comigo, é com os outros”. Esta resignação e esta incapacidade de enxergar as grandes ameaças fazem parte de um fenômeno chamado “não-me-importismo”. Enquanto não são vítimas todos seguem suas vidas. Depois é tarde demais.

Prova da progressão da perversa terapia são as duas últimas incursões da censura togada. No *Correio Braziliense*, ano passado, o magistrado determinou que o advogado de uma parte fizesse a censura prévia do jornal

(100) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub120220031.htm>

escolhendo o que poderia ser publicado. Agora, outro magistrado dá um passo à frente: determinou como a matéria deve ser editada.

Como este *Observatório* já disse mais de uma vez: breve teremos nas redações no lugar de redatores e editores, advogados e juízes.

Quem pagará por isto? Você.

O segundo chute na santa

Nelson Hoineff

26 de fevereiro de 2008. nº 474, ano 13¹⁰¹

A decisão da Igreja Universal do Reino de Deus de intimidar a imprensa por meio do conjunto orquestrado de ações contra a jornalista Elvira Lobato e diversos jornais – entre eles *O Globo*, *Extra* e *Folha de S.Paulo* – é em si um dos mais graves atentados contra a liberdade de expressão já cometidos no Brasil. Pior talvez tenha sido a iniciativa de usar o jornalismo da TV Record (*Domingo Espetacular*, 17/2) para desfechar um inédito ataque de 15 minutos contra a repórter da *Folha*.

Pior, porque a Record admitiu aí o que vinha tentando negar há anos: a ligação direta entre a emissora e a Igreja Universal. Pior, porque utilizou jornalistas – que deveriam estar ali para praticar jornalismo – com o propósito de participar de uma campanha contra o próprio direito de praticar o jornalismo. Pior, finalmente, porque utilizou a força da televisão aberta no país para disseminar um cardápio de cunho fundamentalista entre camadas particularmente pouco educadas da população.

A utilização do jornalismo da Rede Record para este fim ergue uma enorme barreira para que a emissora conquiste a credibilidade necessária para demonstrar que seus recentes saltos de audiência não são efêmeros. Essa é uma questão particularmente delicada para o futuro da TV aberta no país – e para a participação dos anunciantes no que vinha sendo uma alternativa à hegemonia da Globo no setor. Desde que apostou na clonagem da Globo como meio para ganhar fatias expressivas de sua audiência, a Record se expandiu por todos os lados. Aumentou em quase 50% sua

(101) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-segundo-chute-na-santa/>

participação no mercado, construiu núcleos de dramaturgia fora de São Paulo e aumentou consideravelmente o seu índice de profissionalização.

Um 'milagre' registrado

A estratégia de se tornar mais parecida com a Globo do que a própria Globo deu certo. Uma das ferramentas mais importantes para isso foi justamente o jornalismo. A emissora ampliou fortemente sua participação nessa atividade e criou a primeira rede aberta de notícias do país. Teve a seu favor uma histórica desconfiança popular em relação ao jornalismo de sua maior concorrente – além do folclórico desinteresse de Silvio Santos em caminhar neste sentido.

Escancarar o tipo de 'jornalismo' que a Record produziu na edição do Domingo Espetacular de 17/2 é de longe o maior erro estratégico cometido pela emissora desde que foi adquirida por Edir Macedo. O preço para consolidar a Record como porta-voz da Igreja Universal, particularmente em meio a um grande movimento de repressão à liberdade de expressão, provavelmente se revelará alto demais para a própria igreja. Seus efeitos tendem a ser mais devastadores que os do chute na santa.

(...)

A execução primária de uma jornalista como Elvira Lobato vai além de picuinhas comerciais com empresas do porte da Globo, da *Folha*, do SBT. Aponta para a manipulação grosseira de profissionais do jornalismo que atuam dentro da emissora e para a intimidação de jornalistas que atuam fora dela. Isso nada tem a ver com fé, mas tem tudo a ver com ética e com a observância de preceitos constitucionais. Ao atacar a jornalista da *Folha* com a leviandade com que o fez, a emissora investiu contra a sociedade brasileira e contra a liberdade de expressão que ela conquistou – um bicho tão feio, tão horrível, tão desgraçado.

O seqüestro oficial da fala

Muniz Sodré¹⁰²

04 de novembro de 2003. nº 249, ano 08¹⁰³

É bem possível que, no instante em que alguém começar a ler este texto, esteja sendo preso, com o devido seqüestro de seus equipamentos de trabalho, um jornalista comunitário. Toda semana – e isto é decididamente estatístico – a Polícia Federal, certamente sob pressão de forças nem um pouco ocultas, invade uma rádio comunitária, apesar das públicas recomendações em contrário feitas pelo ministro das Comunicações, Miro Teixeira, e pelo Grupo de Trabalho instituído para avaliar a legitimidade dessas atividades.

Para se ter uma idéia mais precisa, apenas no dia 13 de outubro deste ano foram fechadas três rádios na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Campo Grande e Vila Kennedy) [dados apurados por João Paulo Malerba, aluno da Escola de Comunicação da UFRJ e integrante do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) da ECO/UFRJ, coordenado pela professora Raquel Paiva]. Na semana de 6 a 10, tinham sido invadidas as rádios Castelo, Criativa, Operária e Cristal (Caxias) e a Rádio Jovem (Nova Iguaçu). Na semana anterior (29/9 a 3/10), tinham sido fechadas rádios no Norte do Estado. Ao mesmo tempo, algo idêntico acontecia com diversas emissoras no Maranhão, no Acre, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Em tudo isto mantém-se invariável o padrão: agentes federais invadem as rádios, exibem um mandado de busca e apreensão (geralmente, não deixam cópias, que são entregues apenas no meio do processo) e levam todo o material. Não raro, esse tipo de procedimento é apoiado por armas pesadas, e pode mesmo ocorrer que os responsáveis saiam dali algemados para a prisão, como ocorreu na invasão da Rádio Bicuda, no Rio de Janeiro. Após os fechamentos (quase sempre irregulares), vários processos são arquivados, ou então os jornalistas se deparam com grande dificuldade para obter informação sobre o andamento do processo.

(102) Muniz Sodré é jornalista, escritor e professor-titular da UFRJ

(103) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub041120031.htm>

Interesses e liberdade de expressão

Existem hoje cerca de 20 mil rádios comunitárias em todo o país – só no Rio são 280, nenhuma autorizada. Como se explica o fato, quando se sabe que há para isto uma legislação específica? Segundo Sebastião Santos, integrante do Grupo de Trabalho do Ministério das Comunicações e coordenador da Rede Viva Favela, tudo isso ocorre para impedir a concorrência com as rádios comerciais, concentradas na maioria das capitais, das quais a rádio comunitária tira audiência. Cerca de dois milhões de ouvintes compõem as audiências AM e FM de rádios comerciais. Na opinião de Sebastião dos Santos, um terço dessa audiência ouve, às vezes, rádios comunitárias, o que acaba fazendo baixar os índices das comerciais e, conseqüentemente, reduzir o lucro publicitário.

A pretensão do Grupo de Trabalho é criar procedimentos e regras para a autorização de rádios comunitárias por parte do Ministério das Comunicações. São vários os problemas. Por exemplo, uma rádio não pode ter fins lucrativos se quer ser comunitária, o que termina impedindo a sobrevivência da atividade. Outro exemplo é o da igreja, que pode pertencer a uma comunidade específica, mas cuja rádio não é comunitária. Reivindica-se agora a aprovação de um critério pelo qual a entidade seja capaz de acolher todos os grupos da comunidade, sem discriminação. Há ainda o problema da antena de 25 W de potência e 30 metros de altura, com alcance indefinido, permitida pela Lei 9.612, mas contrariada por um decreto recente.

Como se pode perceber, há toda uma luta social pela liberdade de expressão num setor específico dos meios de comunicação. Estranhamente, porém, não se ouvem, na esfera pública, as vozes habitualmente eloqüentes na defesa dessa mesma liberdade. Basta lembrar o episódio recente da falsa reportagem no programa do Gugu Liberato. Diante da sanção de um tribunal, não foram poucas as vozes autorizadas a censurarem a censura prévia judicial. Tinham e continuam a ter razão, é preciso salientar, mas é também fundamental refletir sobre o fato de que essa razão já se produz com a benção e a iluminação da grande mídia, portanto com a garantia de uma legitimidade conhecida.

O problema é que das pequenas vozes comunitárias silenciadas nada costumam dizer os alto-falantes midiáticos. E por que não? Aí está o bom pretexto para que aconteça o "revival" do mesmo espírito que presidiu à emergência histórica da imprensa, ou seja, o da liberdade de expressão. A ameaça pode ser hoje maior do que no passado. Se antes o adversário era o Estado, com seus obscuros despotismos, hoje pode ser a própria indús-

tria da mídia sob as aparências da informação esclarecida, mas na realidade sob a égide dos grandes interesses corporativos, que não costumam ter algo a ver com liberdade.

Ombudsman não é panacéia

Alberto Dines

05 de agosto de 2003. nº 236, ano 08¹⁰⁴

Sobre o caso de Jayson Blair, ver o texto
"Os perigos da simplificação"¹⁰⁵

A divulgação do relatório da comissão convocada pelo *New York Times* para examinar o "caso Jayson Blair" exige reflexões e não apenas sentenças rápidas. Apesar das dimensões do trabalho de quase 100 páginas, o assunto está longe de encerrado, sobretudo para nós.

O leitor brasileiro desconhece algumas situações "orgânicas" do sistema jornalístico americano que o texto não contempla – e essas são essenciais para se compreender tanto o diagnóstico como as soluções preconizadas.

Além do relatório é indispensável considerar os procedimentos adotados desde o momento em que a direção da redação percebeu a extensão da fraude cometida pelo repórter Jayson Blair. O texto agora disponibilizado complementa uma conduta impecável desde o início – impossível dissociá-los. (...)

Sendo assim, convém examinar com cautela o entusiasmo dos jornais brasileiros ao fazer da criação do cargo de Ouvidor a solução para todas as mazelas da imprensa.

(104) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq050820031.htm>

(105) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq100620031p.htm>

O Ombudsman, Ouvidor, Defensor do Leitor, Editor de Qualidade ou que nome tenha é apenas uma parte, a parte visível, de um complicado sistema de poderes e controles dentro da empresa jornalística. Sozinho corre o risco de servir como peça decorativa (como já aconteceu).

Antes de ensaiar o oba-oba a respeito da institucionalização dos Ouvidores é preciso ter em mente algumas premissas sobre a organização de uma empresa jornalística como o *New York Times*:

- Embora familiar, é uma empresa de capital aberto onde os acionistas têm voz e voto.
- Os acionistas são representados pelo *publisher* que, por sua vez, escolhe a direção da redação.

Existem portanto três instâncias de poder às quais o futuro Ouvidor do *New York Times*, pelo menos teoricamente, poderá (ou deverá) servir.

No caso brasileiro, os acionistas, o *publisher* e os diretores fazem parte da mesma esfera e, às vezes, confundem-se ou são extensões da mesma pessoa. Por isso, nossos ouvidores terão sempre um escopo limitado: poderão avaliar e criticar o trabalho dos profissionais do baixo e médio clero, e nunca do alto clero.

Reclamar contra condutas emanadas de um nível acima (mesmo reservadamente, a portas fechadas) significaria criticar a própria direção da redação, o *publisher* e os acionistas. Impensável.

O que importa nesta nova etapa do "caso Blair" é que nada mudou: a transparência está mantida, assim também sua dimensão pública. O jornal não enganou os leitores antes nem os engana agora. Nada foi ou está sendo omitido ou amaciado.

Preservou-se o compromisso inicial de exposição total, a própria divulgação do relatório o comprova. Também a dimensão e a constituição da comissão de inquérito (28 pessoas, sendo que três independentes, trazidas de fora).

Neste ambiente de candura institucionalizada, um Ouvidor será certamente bem-sucedido. O leitor está preparado para recebê-lo, assim também o acionista, os anunciantes e as fontes.

A empresa e o jornal mostraram-se antes e mostram-se agora perfeitamente aptos e amadurecidos para avançar no processo de democratização das decisões.

Num ambiente fechado e permeado pela onipotência não seria impossível. Mas certamente será mais difícil.

O “liberou geral” da educação

Victor Gentili

09 de setembro de 2003. nº 241, ano 08¹⁰⁶

Como previsto, o Provão acabou. A reação da imprensa, surpreendentemente, foi compatível com o impacto da informação na opinião pública. Sensível, o ministro Cristovam Buarque, da Educação, percebeu a iminência de problemas e anunciou que desejava “fechar cursos” – como se isso fosse tarefa simples: nunca fora tentada e não havia uma incompatibilidade básica entre o propósito e a equipe de assessores e dirigentes do MEC.

A situação é grave. O ministro encomendou um trabalho no início de sua gestão a um grupo de trabalho para “avaliar a avaliação do ensino superior”. Pois o grupo propôs acabar com o Provão, criar uma “avaliação institucional” ainda não decifrada, e outras medidas. Agradou a UNE, agradou aos lobbies privados e incomodou a imprensa, apenas porque a imprensa optou por opor-se ao governo.

A semana passada começou com os jornais comprando de olhos fechados a versão de um colunista dominical sobre a crise na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O tema é polêmico, mas toda a imprensa, sem exceção, aceitou a versão daqueles que divergem do governo e não se preocupou em verificar que o Ministério da Saúde estava preocupado em oferecer uma vigilância sanitária séria e comprometida com o interesse público. Claro, a demissão de nove membros de uma comissão de dez sempre causa impacto e é notícia. Mas confundir maioria e minoria com certo e errado e ignorar os argumentos das partes decididamente não é um bom caminho.

O fato é que, apesar disso, há uma preocupação com a vigilância sanitária. Mas, e a vigilância educacional? O texto do documento que a comissão especial entregou ao ministro é raso, político e, no fim das contas, abre um verdadeiro *laissez-faire* na educação superior.

Não se questionam intenções, aqui, embora haja quem veja interesses escusos na proposta. O fato é que o novo Sinaes (Sistema Nacional de

(106) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da090920032.htm>

Avaliação do Ensino Superior) acaba com a avaliação dos cursos (no caso específico Jornalismo ou Comunicação-Jornalismo) e estabelece a prevalência da avaliação institucional. Avaliar a instituição pode vir a ser um bom instrumento de aferição de qualidade de universidades consolidadas, estabelecidas e que incorporem de fato a cultura da avaliação. É o caso das grandes instituições públicas, de onde se originam os membros da comissão designada pelo ministro. Fiquemos nas lideranças maiores do grupo: José Dias Sobrinho é da Unicamp e Dilvo Ristoff é da Universidade Federal de Santa Catarina (disputaria a eleição para reitor se não tivesse aceito o convite para ocupar a direção de Avaliação do Inep, órgão do MEC encarregado do sistema de avaliação conhecido por promover o Provão).

Mas não é o caso das grandes, médias e pequenas empresas privadas que oferecem serviços de educação superior.

Ninguém esclareceu como vai funcionar o sistema de avaliação proposto. Sabemos que tudo tem início com uma auto-avaliação. Pois o problema é claro: é preciso um sistema duro de controle das verdadeiras "fábricas de diplomas" privadas. Mas quem tem experiência nisso e sabe como fazer?

(...)

Quando o ministro Cristovam Buarque se deu conta que a imprensa captara parte da proposta a ele apresentada, foi logo falando em "fechar cursos" e criticar o ex-ministro Paulo Renato. Ora, não se "fecha cursos" assim, por vontade ministerial. A bem da verdade, é preciso dizer que o ex-ministro encaminhou pedidos para fechar cursos de Direito e Administração (reprovados depois de Provões, avaliações, sucessivas visitas in loco, prazos para que acertassem problemas etc.), mas foi impedido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Quando o ex-ministro mudou o sistema e retirou do CNE as atribuições de referendar as decisões da Secretaria de Ensino Superior (SESu) nessas ações, aí foi impedido de fechar cursos por liminares judiciais.

Pena que a imprensa estava mais preocupada em criticar o governo do que em explicar a proposta. Lógico, acertaram ao ouvir o ex-ministro Paulo Renato Sousa e, claro, o ex-ministro criticou duramente a proposta. Mas ninguém lembrou que foi o hoje consultor Paulo Renato quem desmontou o sistema de avaliação, acabando com as comissões de especialistas.

Saúde e educação: no caso da saúde, a crise na comissão equivalente às comissões de especialistas da SESu gerou grandes matérias semana passada. As comissões de especialistas deixaram de se reunir em outubro de 2001. Foram extintas em julho de 2002, no mais absoluto silêncio da imprensa.

Agora, a imprensa vislumbra alguma coisa não porque esteja de olho na educação brasileira. Mas porque ocupa-se (ou preocupa-se) em criticar o governo.

Uma decisão polêmica do STF

Elias Machado¹⁰⁷

06 de março de 2007. nº 423, ano 12¹⁰⁸

A decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (em 21/11/2006) de referendar a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes, na ação cautelar 1.406 – que permite a qualquer um o exercício do jornalismo até o julgamento final de um recurso extraordinário pelo próprio STF e na qual se discute a exigência da formação superior específica ou registro para exercer a atividade jornalística –, significa uma grave ameaça à democracia e ao direito à informação.

A medida tomada pelo STF revela desconhecimento de que cabe aos jornalistas profissionais a tarefa de identificar, apurar, interpretar, editar e publicar as informações relevantes para o interesse do público. Nas sociedades contemporâneas, cada vez mais complexas e dependentes da comunicação mediatizada, a qualidade das informações postas à disposição de cada cidadão passa pela exigência da formação especializada dos profissionais encarregados desta missão central para a manutenção da democracia.

Formação especializada

A formação superior específica vai muito além da simples defesa corporativa da reserva de mercado para os profissionais diplomados como, muitas vezes, transparece nos documentos dos defensores de que qualquer um exerça o jornalismo. O fator essencial para o repúdio à entrada

(107) Elias Machado é jornalista, professor na Universidade Federal de Santa Catarina e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

(108) <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/uma-decisao-polemica-do-stf/>

indiscriminada na profissão vem da natureza deste trabalho no mundo contemporâneo.

Ao contrário do que ocorria no passado, seja no Jornalismo seja em outras áreas como Direito ou Odontologia, a complexidade da prática do jornalismo acaba por inviabilizar que o aprendizado seja feito no mercado de trabalho, pelo simples efeito de osmose dos colegas dentro das empresas jornalísticas.

Do mesmo modo que o conjunto de transformações sociais fez com que a figura do rábula seja hoje uma página virada no Direito, o acesso ao Jornalismo de pessoas totalmente despreparadas, sem uma formação específica, coloca em xeque a qualidade das informações que chega ao público.

Um bom jornalista necessita competência conceitual, técnica e ética. Nenhuma empresa jornalística tem condições de suprir este tipo de formação especializada, que deve ficar a cargo dos cursos de jornalismo. Como instituições autônomas, as universidades têm a independência suficiente para formar o futuro profissional, dando-lhe capacidade para compreender os desafios do seu tempo e as particularidades conceituais, técnicas e éticas da profissão.

Bem essencial à democracia

O jornalismo como profissão especializada, com formação específica, existe pelo menos desde o começo do século 20. No caso brasileiro, em 2007 completamos 60 anos da abertura do primeiro curso superior na Cásper Líbero, em 1947, então vinculada à PUC-SP. O acúmulo de conhecimentos neste mais de meio século de ensino superior em jornalismo pode ser conferido numa simples visita às bibliotecas para avaliar as edições dos jornais do século passado.

Ao revogar a legislação vigente, ainda que em caráter cautelar, a 2ª Turma do STF, mais que desqualificar uma profissão regulamentada, contraria a decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo de 2006, que, depois de um longo julgamento, cassou a liminar concedida pela juíza Carla Ríster, em 2001, assim como parece desconhecer que, tal como ocorre em todas as áreas do conhecimento, cabe à Universidade a missão de formar os futuros jornalistas.

A exigência da formação superior específica colocou o Brasil em situação privilegiada no campo do jornalismo. Hoje, a quase totalidade dos jornalistas brasileiros possui formação universitária, alcançando índices superiores a países como os Estados Unidos, no qual mais de 10% dos

profissionais têm apenas o segundo grau e da França, onde esse percentual chega aos 15%.

Nos próximos meses, ao avaliar o mérito da questão, o plenário do Supremo Tribunal Federal vai ter uma oportunidade ímpar: optar entre olhar para o futuro e acompanhar as tendências mundiais, nas quais, cada vez mais, o exercício do jornalismo passa pela formação especializada, inclusive em países antes contrários à formação específica, como a Inglaterra, ou voltar ao passado, quando qualquer um podia praticar o jornalismo e quando se tolerava que a produção de um bem essencial para a manutenção da democracia – a informação jornalística – estivesse nas mãos de pessoas sem os conhecimentos conceituais e técnicos necessários para o exercício ético da profissão.

O jornalismo e a blogosfera

Muniz Sodré

07 de outubro de 2008. nº 506, ano 13¹⁰⁹

Diante dos dados que apontam para a existência de 133 milhões de blogs no mundo (cerca de dois milhões no Brasil), começa a popularizar-se na imprensa a expressão *blogosfera*, com algumas questões muito pertinentes para a profissão jornalística. Na capa de seu último número, por exemplo, a revista *Imprensa* apregoa que 'blogueiro não é jornalista'. É saudável, entretanto, reexaminar sempre a atualidade conceitual de palavras-chave da modernidade, a exemplo de 'jornalista'. Vale lembrar que é relativamente recente (do século 19 para cá) o emprego desta palavra para designar o profissional da informação pública. Na perspectiva dos pensadores liberais, seria conspícua a missão do jornalista na promoção da cultura e da liberdade de expressão.

É outra, porém, a realidade da informação pública sob o influxo dos tempos do deus-mercado. Esvai-se a idéia clássica de imprensa como 'agente promotor de cultura'. Claro, o jornal pode ser sempre categorizado como 'objeto cultural', ao lado de tantos outros (softwares, canções, filmes, livros etc.)

(109) <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/o-jornalismo-e-a-blogosfera/>

que se multiplicam na contemporânea 'sociedade da informação' e que concorrem para a mitologia de um novo tipo de democracia, definida pelo acesso de todos a esses objetos culturais, sob o signo da proteção e da difusão patrimoniais. Mas é difícil conceber objetos de cultura sem *sujeitos de cultura*.

Ou seja, já que não se abre mão da velha idéia de cultura, é forçoso examinar se ainda é válido associar esta palavra a 'objeto', sem ao mesmo tempo pesquisar sobre a validade de uma cultura sem sujeitos, que funcionaria apenas ou primordialmente no nível da produção, circulação e consumo de serviços e bens simbólicos, com as mesmas regras da economia mercantil.

(...)

A 'semiurgia' da mídia

Nessa hipertrofia, somem as operações simbólicas constitutivas daquilo que se vinha chamando de cultura. O sumiço começa quando, na expressão 'sociedade da informação', se entende a palavra 'informação' apenas como 'dado' (o conhecimento fracionado e espacializado), portanto, como uma unidade a ser quantificada e estocada, o que poderia resultar no sinônimo 'a sociedade dos dados'.

Depois, sob o regime de uma temporalidade totalmente identificada com o capital, o principal objetivo da mídia é apropriar-se dessa matéria rentável que é o tempo do outro. Desaparece o papel de agente de cultura, que a imprensa implicitamente sempre pretendeu desempenhar na articulação simbólica entre os sujeitos. Vive-se uma nova conjuntura em que se descreve a imprensa como 'coisa do passado, uma charrete puxada por cavalo numa via expressa de oito pistas', como algo a ser superado por um novo tipo de mídia (a cibernética) que não é primordialmente informativa e, sim, *conectiva*, ou seja, dispositivos em rede voltados para a conexão generalizada dos sujeitos. Neste novo sistema, a velha imprensa se redefine como parte do que se tem chamado de 'indústria de conteúdos', portanto, uma produção desterritorializada de programas para as redes telemáticas.

Mas a maior parte desta argumentação crítica depende da manutenção do conceito (holístico) de cultura, isto é, de uma totalidade simbólica que liga imaginariamente os sujeitos e lhes permite reconhecer o lugar do outro. Abandonando-se este conceito em favor da perspectiva de uma semiose social, sem totalizações, mas indicativa de uma produtividade infinita de palavras, imagens e dados, pode-se chegar a um outro tipo de conclusão sobre as transformações da imprensa pelas redes telemáticas, em que pro-

vavelmente não haverá lugar para a nostalgia humanista do sentido universal, nem para as sínteses culturais. A 'semiurgia' pura e simples da mídia tem como horizonte exclusivo o mercado.

Livre expressão e cultura

O problema é que, ao se trocar o *holos* cultural pela produtividade semiúrgica, abala-se de algum modo o pacto de confiança que subjaz a toda e qualquer organização social e que ajuda a manter a idéia de 'sociedade'. Paul Valéry – para quem 'a sociedade é um funcionamento fiduciário' – mostra que 'o sermão, o crédito, o contrato, a assinatura, as relações que elas supõem' respondem pela coesão da estrutura social: 'Acreditar na palavra humana, falada ou escrita, é tão indispensável aos humanos quanto se fiar na firmeza do solo' ('La politique de l'esprit, notre souverain bien', Variété, La Pléiade, 1968).

Valéry não menciona a imprensa, mas esta se acha diretamente implicada nessa reflexão, quando se considera que a interação jornalística com o público tem sido retroalimentada desde o século 19 por uma fiabilidade coletiva que, mesmo cambiante, funciona como condição de possibilidade para que os jornalistas cumpram a sua função histórica. Ora, diante da crise contemporânea da confiança em instituições clássicas da modernidade (política, credos, grandes explicações do mundo etc.), cabe mesmo indagar sobre se ainda seriam válidos os pressupostos que apoiavam a clássica associação feita pela consciência liberal entre imprensa, soberania da livre expressão e promoção de cultura. Esta associação é que tem lastreado a identidade do jornalista

Para o leigo que acha que faz jornalismo na internet

José Paulo Lanyi

31 de julho de 2007. nº 444, ano 12¹¹⁰

Em meio ao debate sobre os trotes perpetrados na internet, como a fotomontagem publicada pelo UOL¹¹¹, durante a cobertura do desastre de Congonhas, há quem pense que a interatividade garante ao leigo a condição de jornalista – ou, talvez, de algo como um 'co-jornalista'. Vamos a alguns argumentos a favor dessa falácia, seguidos de comentários deste articulista.

- *A interatividade chegou para ficar. Em espaços jornalísticos, a interatividade tem o público como 'co-agente' do processo informativo. Logo, o público também faz jornalismo (e, por vezes, é tratado como jornalista).*

Comentário: Apesar do marketing de empresas que disseminam essa suposta prática, ancoradas em conceitos embutidos em teorias como 'jornalismo cidadão', 'jornalismo participativo' ou 'jornalismo colaborativo', os leitores que enviam as informações continuam sendo o que sempre foram: fontes jornalísticas. A interatividade nada mais faz do que expor a fonte em proporção ainda maior do que no 'jornalismo convencional'. A fonte e o conteúdo transmitido ganham 'status', dado o destaque que se dá a esse mecanismo: links, chamadas e outros artifícios que conferem ao público um 'estado especial' – que é atraente como produto de marketing, mas não se sustenta jornalisticamente. Trata-se de uma condição que leva à confusão. Um homem diz ao outro: – Você é um repolho. E o outro, que sempre quis ser um repolho, 'acredita' nisso, por ímpeto ou conveniência, já que existe um terreno propício para a produção 'ilimitada' de vegetais.

- *Checar e enviar uma informação, devidamente 'formatada' ou até editada, a um espaço jornalístico é o suficiente para garantir ao leigo a condição de alguém que produz jornalismo.*

Comentário: O jornalista é um profissional que trabalha para o veículo e deve responder por aquilo que faz. O jornalista é cobrado pela empresa na

(110) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/para-o-leigo-que-acha-que-faz-jornalismo-na-internet/>

(111) <https://noticias.uol.com.br/ultnot/arquivohome/erramos/2007/07/18/ult4317u71.jhtm>

medida do compromisso assumido entre as duas partes. E vice-versa. Essa associação se verifica com base na premissa de que o profissional conhece a empresa, e a empresa conhece o profissional. Há obrigações mútuas explícitas. Em caso de erro ou até mesmo da ocorrência de um crime, contratante ou contratado poderá responsabilizar e tomar as devidas medidas administrativas, trabalhistas ou legais contra o pólo ofensor. O público, por sua vez, ainda que colabore aos borbotões, não tem responsabilidade jornalística sobre o conteúdo enviado e publicado. Sua responsabilidade é a de um cidadão que declara algo a um espaço jornalístico. Ou seja, a sua responsabilidade é a de uma fonte jornalística, de um cidadão que está sujeito às leis do país, como qualquer outro, mas não responde jornalisticamente pelo que faz.

- A internet é democrática. Há uma revolução em curso. Todos agora têm direito de publicar as suas informações. Logo, todo mundo pode fazer jornalismo. Quem é contra essa conclusão é antidemocrático, detesta a interatividade e está parado no tempo.

Comentário: Dizer que 'fonte é fonte, jornalista é jornalista' não é o mesmo que ser contra a interatividade. São afirmações distintas. A interatividade é uma característica que pode ser bem ou mal aplicada. A liberdade deve ser estimulada, mas, como tudo na vida, sempre haverá limites, e isso é bom. O velho preceito de que a minha liberdade termina onde começa a sua também deve prevalecer na internet. Muitos esquecem, ou fingem esquecer: democracia implica responsabilidade, direitos e deveres. Vale-tudo é apenas o nome de um esporte violento.

- Os blogs comprovam: blogueiro pode fazer jornalismo; logo, é jornalista.

Comentário: Existem blogs jornalísticos e blogs pessoais (ou seja, calcados nas experiências cotidianas do indivíduo), entre outros, como empresariais, etc. Os blogs jornalísticos devem ser escritos por jornalistas. Neste caso, quem pode ser jornalista? A opinião deste articulista, há anos, é esta: jornalista é quem produz jornalismo, e isso independe de formação específica. Ou seja, jornalista que é jornalista nasce jornalista, por vocação, e forma-se como bem entender, seja cursando faculdades de jornalismo, seja cursando outras faculdades, seja cursando a faculdade da vida, em busca de prática e conhecimento. Importante é, essencialmente, ser. Os blogs jornalísticos devem ser escritos por jornalistas, com todas as (amplas) exigências e implicações iminentes a essa atividade.

- Se jornalistas fazem mau jornalismo, então qualquer um pode fazer

jornalismo na internet. É um ato democrático que garante a veracidade dos fatos.

Comentário: Se um médico erra na cirurgia, isso não me dá o direito de realizar a seguinte, pela simples razão de que não tenho a formação necessária para revolver o corpo das pessoas. É a velha questão da responsabilidade. O leigo pode e deve fiscalizar os jornalistas. O leigo pode e deve abrir espaços livres de opinião e de informação. O leigo pode, se quiser, tornar-se jornalista, desde que o seja na prática, na alma e na intenção revestida pela formação. Mas, enquanto for leigo, nos espaços jornalísticos sempre será o público, jamais o jornalista. E não se iluda: leigo ou não, estará sujeito a publicar bobagens, como todo mundo que respira. É o que comumente se verifica em diversos fóruns de leitores eletrônicos: as idéias ficam em vigésimo plano, e o que predomina é o argumento ad hominem, aquele que, na ausência da vontade de analisar os fatos com a frieza que a razão exige, ataca a pessoa que escreveu ou foi citada em um determinado artigo. Eis um dado exemplar que apenas reforça uma constatação antiga: pouco importa o meio; ainda que seja eletrônico ou moderno, sem educação (intelectual e moral) continuaremos como estamos: orgulhosos, mas na idade da pedra do pensamento.

Orkut: Viagem pelo universo do ódio e da intolerância

Walter Falceta Jr.

22 de fevereiro de 2005. nº 317, ano 10¹¹²

Na segunda-feira, dia 14 de fevereiro, o professor negro Durval Arantes acordou angustiado. Afinal, no dia anterior, seu time do coração, o Corinthians, havia sido derrotado por 3 a 0 pelo Santos. Arantes resolveu recorrer ao Orkut, a mega-rede mundial de comunidades da internet, para desabafar e discutir as razões do insucesso. Depois de consultar algumas mensagens dos confrades alvinegros, entretanto, o professor trocou a tristeza pela decepção. Alguns torcedores faziam referências de cunho racista a Robinho, o craque santista, autor de dois gols no dia anterior. Chamavam-no, por exemplo, de 'macaco', repetindo um tipo de provocação que há tempos macula o bem-organizado e lucrativo futebol europeu.

Arantes protestou veementemente. Numa mensagem, disse que aquelas referências o enojavam. Segundo ele, o Corinthians, reduto cultural multiétnico, marcado historicamente pela tolerância e pela mestiçagem, jamais poderia patrocinar aquele tipo de discriminação. Instaurou-se uma viva discussão sobre o tema, com 94 comentários. A maioria apoiou o protesto. Alguns, no entanto, consideraram a reação exagerada, uma tempestade em copo d'água. Houve quem argumentasse que os termos tinham Robinho como alvo específico e não a comunidade negra. Houve quem considerasse 'normais' as expressões utilizadas.

(...)

Não deixa de ser curioso que os fanáticos corinthianos tenham posto temporariamente de lado o debate estritamente futebolístico para embrenharem-se numa discussão de fundo sobre comunicação e diversidade étnica. Pode-se imaginar que se trate de um fato corriqueiro, de mais uma 'treta' entre torcedores, como tantas que agitam os estádios e adjacências em dias de jogos. Mas talvez não seja.

Epidemia social

Segundo Jeremy Rifkin, autor de *A era do acesso*, iniciamos uma nova

(112) <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/viagem-pelo-universo-do-odio-e-da-intolerancia/>

fase na história, marcada pela desmaterialização dos bens, pela ascendência de ativos inatingíveis e pela transformação de relacionamentos e experiências em commodities. Rifkin alerta que a própria discussão acerca da propriedade tem deslocado seu eixo, posto que a posse é cada vez menos importante que o acesso. Ricos e poderosos são os conectados. Os pobres, mais do que famintos, são os excluídos das interações instantâneas pelo meio eletrônico. Desse ponto de vista, ganhar admiração e respeito numa comunidade virtual é algo de grande valor.

A rede Orkut carrega o nome de seu criador, o turco-alemão Orkut Buyukkokten, um funcionário do Google, o maior motor de busca da internet. Nele, os usuários cadastrados expõem sua biografia, manifestam preferências, falam da família, publicam fotos e, sobretudo, exibem orgulhosamente seus amigos. O cruzamento dessas informações com outras requeridas pelo Google permite à empresa criar perfis de consumo e mapas de demanda, o que ajuda, por exemplo, a selecionar e customizar os anúncios em suas páginas.

Do ponto de vista antropológico, trata-se de uma espécie de mega-big-brother, em que o povo do planeta Terra se exhibe numa casa de vidro digital. Em termos de conceito, o Orkut tem como base os pressupostos do estudo de Sistemas Não-Lineares e da Geometria Fractal, descendentes da Teoria do Caos. No âmbito das relações, o projeto descende diretamente da experiência dos Six-Degrees [*toda pessoa na Terra está a no máximo seis graus de separação de qualquer outra*], tema que virou livro e filme de sucesso.

Mais da metade dos orkutianos é de brasileiros, fato que até hoje é motivo de polêmicas entre pesquisadores da comunicação, sociólogos, antropólogos e psicólogos. O fenômeno, considerado uma 'epidemia social' pelos engenheiros do Google, revelaria cinco características dos plugadíssimos cidadãos da nova Pindorama: são ótimas matrizes conectoras, são gregários por natureza, valorizam objetivos comunitários, gostam de se exhibir e adoram bisbilhotar.

(...)

Cultura do 'eu odeio'

A rede Orkut, capaz de patrocinar notáveis encontros entre voluntários em trabalhos de prevenção à Aids, também reúne impressionante número de comunidades radicais. Os administradores do sistema freqüentemente banem grupos que pregam o ódio racial ou que difundem doutrinas basea-

das no preconceito. Entretanto, tão logo um grupo é fechado, outro semelhante é aberto, muitas vezes com outra denominação e moderador. Os diferentes idiomas utilizados no sistema, por exemplo, dificultam a identificação dos grupos. Alguns permanecem meses incólumes, em ativa propaganda para difundir a violência, o ódio e a intolerância.

A retórica da discórdia e do enfrentamento é semeada em terreno fértil. Na data de redação deste artigo, havia nada menos que 27.630 comunidades em português destinadas a reunir pessoas que odeiam alguém ou algo. Nessa cultura infantil de reclamação e recusa, há gente que apenas odeia acordar cedo, mas são muitos os pequenos exércitos empenhados em combater negros, pobres, defensores dos direitos humanos e outros 'diferentes', sempre responsabilizados pelas mazelas do mundo.

(...)

Voluntária do bem

Ora, mas o Orkut certamente não é somente reduto de mocinhas radicais de direita. Jane Silva, uma recepcionista de 22 anos, quase foi crucificada na comunidade do Corinthians, a mesma que citamos no início desta matéria, por pertencer a duas comunidades sinistras: 'Nazismo' e 'Odeio Pretos'. Os moderadores do grupo, entretanto, perceberam que Jane havia se agregado a essas comunidades justamente para fazer a defesa dos preceitos de tolerância e civilidade.

Este jornalista localizou Jane, que tem um pseudônimo no Orkut, e lhe fez duas perguntas:

1) Como tem sido a experiência de se agregar a essas comunidades? É possível empreender uma luta de argumentos nesses grupos radicais?

Bom, fui expulsa de ambas. Na verdade, estava lá apenas pra 'pagar com a mesma moeda'. Faço sem a menor intenção de ativismo. Acho que, no fundo, isso é um desejo de dizer a eles: 'vocês têm oposição'.

(...)

Na verdade, não adianta tentar conversar, pois são paranóicos. Achem que tudo é uma conspiração pra acabar com a raça branca. Para eles, todas as informações são manipuladas por uma mídia anti-branca.

(...)

A verdadeira piada é ser racista num país como o Brasil. Nosso país foi construído com tanta miscigenação. Por isso, pessoas que defendem o domínio da 'raça ariana' não podem ser levadas a sério.

(...)

A mídia não sabe cobrir o Judiciário

Alberto Dines

29 de novembro de 2005. nº 357, ano 10¹¹³

O Supremo Tribunal Federal é a vedete do momento e a imprensa não está sabendo como acompanhar os seus trabalhos. No país dos bacharéis, faltam bacharéis nas redações.

No âmago da mais grave crise política dos últimos 50 anos gera-se uma crise institucional com inevitáveis impasses e colisões entre os poderes. Quem deve dirimi-los é o Judiciário, mas para que a sociedade avalie e julgue os juízos dos juizes é indispensável que a imprensa reaprenda a cobrir e a analisar o que se passa no distante e misterioso mundo togado.

O julgamento do último recurso do deputado José Dirceu no STF, para impedir o prosseguimento do seu processo na Câmara (quarta-feira, 23/11), revelou a precariedade da nossa cobertura forense. Dos três jornais nacionais, apenas um, *O Globo*, examinou no dia seguinte o voto de cada um dos 10 ministros e o troca-troca de opiniões ao longo do julgamento. E o fez num pequeno quadro dentro da matéria sobre a sessão.

No sábado, 26/11, depois de ouvir alguns juristas, *O Estado de S. Paulo* apontou o erro do presidente da suprema corte, ministro Nelson Jobim, numa pequena matéria (pág. A 26). Ao declarar a votação empatada, Jobim considerou o voto do ministro Cezar Peluzo como favorável à suspensão do julgamento do deputado Dirceu.

Na realidade, o ministro Peluzo entendeu que o julgamento poderia continuar desde que do relatório da Comissão de Ética fosse retirado o depoimento da presidente do Banco Rural, Kátia Rabello. Portanto, votou a favor da continuação do processo e contra José Dirceu.

Jobim errou a segunda vez ao considerar que a votação estava 5 a 4. Neste caso, o ministro-presidente não deveria ter provocado o empate já que a sua função precípua é desempatar. O correto seria esperar até a sessão seguinte (quarta, 30/11) e, só então, depois do voto do ministro Sepúlveda Pertence, se manifestar.

(113) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-midia-nao-sabe-cobrir-o-judiciario/>

Especializada e autônoma

Não são firulas nem irrelevâncias. O STF é a instância máxima, espécie de vitrine da lisura e da transparência. Pequenas falhas nos procedimentos da suprema corte podem causar danos irreparáveis não apenas na vida de cidadãos, mas na credibilidade e sobrevivência do próprio regime.

Quem julga o STF? O recém-criado Conselho Nacional de Justiça, cujo presidente é também o presidente do STF? Ou esta tarefa cabe à imprensa?

A imprensa tem a delegação da sociedade para acompanhar o que se passa na esfera forense, da primeira à última instância. Tem legitimidade para isso. Não dispõe de poderes efetivos, mas detém algo ainda mais poderoso: a capacidade de informar.

Mas, para isso, precisa estar tecnicamente preparada. Para cobrar e fiscalizar é indispensável um mínimo de conhecimento e competência. E, naturalmente, algum apetite para mexer numa área considerada inviolável e inacessível, sempre acima de qualquer suspeita.

A desatenção dos diários (e, por extensão, do resto da mídia) para os incidentes no julgamento da quarta-feira (23/11) pode estimular repetições e, eventualmente, desdobramentos ainda mais graves. A desenvoltura com que o senador Renan Calheiros, presidente do Senado e chefe do Legislativo, estimula a candidatura do ministro Nelson Jobim, chefe do Judiciário, a disputar a chefia do Executivo nas próximas eleições presidenciais dá uma idéia do desprezo da classe política pelas mais comezinhas convenções e procedimentos (ver *Estadão*, domingo, 27/11, pág. A 6).

Passou o tempo do jornalismo generalista. A cobertura do Judiciário deve ser tão especializada e autônoma quanto a cobertura econômica ou internacional. Jornais responsáveis não podem contentar-se com os releases fornecidos pelas assessorias de imprensa dos diferentes tribunais.

Sem o charme da cobertura política, neste momento uma judiciosa cobertura do Judiciário pode ser decisiva para o futuro do país.

Jornalões não querem acuar o Congresso. Deveriam

Alberto Dines

11 de setembro de 2007. nº 450, ano 12¹¹⁴

Qualquer que seja o significado que se atribua ao verbo *acuar*, uma coisa é certa: o Senado deveria estar sendo acuado pela imprensa para decidir em sessão aberta e voto aberto o futuro do senador Renan Calheiros. Se a tropa de choque do presidente do Congresso não se sentisse acuada ele não teria sido condenado de forma tão flagrante na Comissão de Ética. Se a imprensa não pressiona os poderes constituídos, quem o fará?

A sociedade brasileira só foi informada na segunda-feira (10/9) que há um ano está estacionada na Câmara a emenda constitucional que acaba com o voto secreto no Congresso. Foi aprovada em primeiro turno em 5/9/2006, por 383 a zero. Normalmente, o segundo turno costuma ser votado cerca de 30 dias depois, informou a *Folha de S.Paulo*, em matéria de Ranier Bragon e Fábio Zanini. Se a imprensa se movimentasse com a devida antecedência e a necessária energia, a burocracia da Câmara não teria engavetado o andamento da PEC durante um ano – e, na quarta-feira (12/9), Renan poderia ser julgado pelos pares sem voto secreto.

Fora de lugar

Acontece que a imprensa não se fascina com o trabalho escoteiro, de formiguinha, prefere as denúncias sensacionais ou as grandes especulações políticas – com as honrosas exceções de praxe. Basta ver o teor das matérias que produzem manchetes não apenas nas edições de domingo, mas nos dias úteis.

Na mesma segunda-feira (10), a manchete da *Folha* entusiasmava-se com a tecnologia e proclamava que 'Ensino a distância se sai melhor em exame'. E daí? O que importa saber que os alunos de turismo (das universidades privadas, naturalmente) têm melhor desempenho em cursos não presenciais? Mais importante, decisivo para o futuro do país, seria converter em manchete a chamada de uma coluna no pé da primeira página ('Emenda do fim do voto secreto pára na Câmara e ajuda Renan'). Por que

(114) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornaloes-nao-querem-acuar-o-congresso-deveriam/>

razão não optou por uma manchete jornalística e cidadã?

Seria injusto dizer que este que se assume como 'o jornal a serviço do Brasil' está favorecendo Renan Calheiros, melhor imaginar que gosta de atender ao lobby do ensino privado.

Imprensa burocrática

O *Estado de S. Paulo* saiu-se ainda pior: a manchete de primeira página no mesmo dia foi nitidamente a favor do senador acusado de quebrar o decoro parlamentar e envergonhar o Legislativo: 'Renan articula e lembra o rigor da pena – pode ficar 12 anos fora da política'. O próprio evangelizador do jornal (Carlos Alberto di Franco) espuma de raiva na página 2 por causa do congresso do PT realizado 10 dias antes e passa ao largo dos pecados capitais e veniais cometidos pelo chefe do Poder Legislativo.

Não fosse a manchete do *Globo* ('Oposição quer sessão aberta para tentar cassar Renan') seria possível montar uma teoria comprovando que os jornalões não querem acuar o presidente do Congresso (ao contrário de *Veja* e do *Jornal Nacional*).

A grande imprensa diária burocratiza-se visivelmente, perde o elã, cumpre esquemas e fórmulas concebidas pelos marqueteiros e estrategistas e manda às favas sua agilidade e seus compromissos públicos. Não apenas num caso aberrante como este em que um senador-réu tem o privilégio de presidir a sessão que deverá julgá-lo.

Baixa umidade

A cobertura simplista do debate sobre o futuro da CPMF é outro indício do ramerrame vigente. Entre o 'sim à CPMF' e o 'não à CPMF' existem inúmeras opções democráticas, criativas e modernas. Ao invés de reduzir a discussão sobre a continuação do tributo ao confronto Oposição vs. Governo desperdiça-se uma preciosa oportunidade para discutir a reforma tributária e simplificar o emaranhado de taxas que torna tão atraente a sonegação.

A entrevista publicada pela *Folha* na segunda-feira (10/9, pág. A-12) com o vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Cintra, deve ser vista como uma pauta de reportagens para as próximas semanas. É, ao mesmo tempo, um puxão de orelhas pelas toneladas de papel gastas em esquentar e politizar um assunto imperiosamente técnico.

A baixa umidade e a falta chuvas tirou o fôlego dos jornalões. Renan Calheiros está adorando.

Palocci para editor-chefe

Mauro Malin

22 de agosto de 2005. nº 343, ano 10¹¹⁵

No processo de aprimoramento das instituições brasileiras a grande imprensa começou a ficar para trás. Dá a tentação de dizer, sem nenhuma base científica, que a imprensa está num plano semelhante ao do Poder Legislativo, da Polícia ou da Justiça.

A apuração competente faz e fez muita falta: à boca pequena já se sabia de muita coisa, e ninguém, antes ou depois de Carlos Chagas na *Tribuna da Imprensa*, em fevereiro de 2004, e do *Jornal do Brasil* em setembro do mesmo ano, deu nada até que malandros brigassem e os esquemões do PT e da chamada base aliada em estatais e outras instâncias de governo se tornassem públicos. Isso para não falar no caso de Santo André, que antecede a própria eleição de Lula.

Na crise do "mensalão" a mídia trabalhou bem em vários momentos com informações alheias, embora tenha aceitado a tese maluca segundo a qual tudo o que os Robertos Jeffersons da vida dizem acaba se comprovando verdadeiro. Exemplo positivo foi dado ainda no domingo (21/8), no *Estado de S. Paulo*. Uma entrevista de Luiz Maklouf Carvalho com um integrante da direção nacional do PT dá uma boa pista para a história dos dinheiros delu-bianos e valerianos: caixa para a campanha de José Dirceu em 2010. É uma acusação, precisa ser provada, mas ajuda a pensar. E não é em *off*.

A mídia trabalhou bem, em alguns poucos casos, com apuração própria. Teve a necessária cautela durante boa parte do tempo. Mas a partir de um determinado momento soltou as rédeas. E, no último fim de semana, capotou na primeira curva fechada. Entre sexta-feira (19/8) e domingo todos os grandes veículos caíram no mais irresponsável jornalismo declaratório. "Buratti diz, Palocci diz, Lula diz".

O cadáver de uma reportagem

A imprensa às vezes é um tigre de papel. Ou, se preferirem, um tigre

(115) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/palocci-para-editorchefe/>

digital. (Que a frase não vá sem manifestação de antagonismo visceral à figura de Mao Tsé-Tung e ao maoísmo.)

Quando o fim de semana começou, Antonio Palocci estava na lona, e Lula ia junto. Uma coluna produziu no *Globo* de domingo esta pérola: "Mais cedo ou mais tarde, o país entrará no pós-lulismo e no pós-PT". Quem vai dizer que não, "mais cedo ou mais tarde"?

Quando o fim de semana terminou, o vilão da história tinha colocado os mocinhos para correr, sem dar um tiro. Um *Matar ou Morrer* às avessas. E os mocinhos tinham desistido de disparar – ou seja, de fazer perguntas inquietantemente pertinentes. Em outro contexto, seria cômico.

O cadáver da reportagem da *Veja* baseada em tráfico barato de informações que pretendia acabar com Palocci está estendido no chão, e vários colegas deste *Observatório* já o dissecam desde a manhã de segunda-feira. No próprio site da revista a reação do público mostra quem levou a melhor no duelo. Numa enquete que tinha 7.360 respostas na noite de segunda-feira (22/8), 57% diziam que Palocci foi convincente durante a entrevista de domingo.

Vai aqui uma pergunta que alguém deveria ter feito antes de fechar o texto da reportagem que mereceu a chamada de capa "Denúncias atingem Palocci": para que o ministro da Fazenda precisaria de um equipamento de escuta telefônica? Para ouvir e gravar o quê? Mais grave, mas omitido em todos os telejornais de segunda-feira que trataram do assunto, foi a revelação de Palocci de que seu chefe de gabinete contestou a informação em e-mails que a *Veja* simplesmente ignorou.

Os telejornais de sexta-feira e as edições do fim de semana foram açodados, levianos, embarcaram em denúncias vagas e mal formuladas. Os próprios repórteres que escreveram sobre o depoimento de Rogério Buratti fizeram questão de dizer que ele não apresentou provas das denúncias mais graves que fez. Mas não. Os editores não deram bola. Registre-se que a revista *Época* se desgarrou dessa manada.

Há denúncias sérias contra Lula e Palocci

Antes que alguém se assanhe, este texto não é uma defesa do governo Lula ou da atuação do ministro Palocci. Aqui o assunto é jornalismo. Fazer essa crítica ao trabalho da mídia não significa dizer que o PT (e não apenas alguns indivíduos), o governo e o presidente Lula não cometeram irregularidades, ou não fugiram aos padrões de comportamento ético que apregoaram ao longo dos anos.

Os dólares na cueca, as revelações feitas por insiders como Delúbio Soares, Marcos Valério de Souza e Duda Mendonça, as renúncias de José Genoíno e José Dirceu, o rebaixamento de Luiz Gushiken, as notícias sobre charutos, bebidas e garotas de programa, dezenas e dezenas de podres trazidos à tona – em poucos casos por investigação jornalística, embora em muitos casos só tenha faltado se esfregarem na cara dos jornalistas – balizam os contornos de uma grande maracutaia. Mas a maneira como cada um dos personagens ou grupos se relaciona à maracutaia, ou pratica irregularidades, varia enormemente. E na política, portanto no jornalismo político, essas diferenças são relevantes.

Do ponto de vista jornalístico, publicar informações que não se sustentam é desastroso. Quando há difamação, desastroso para reputações. Mas sempre desastroso para a credibilidade, maior patrimônio da imprensa séria.

O ministro Palocci, pelo seu papel central desde que substituiu na campanha de Lula o prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, não está tão isento de responsabilidades pelos malfeitos no PT e no governo como deu competentemente, na exemplar coletiva de domingo, a impressão de estar. É impossível ser tão importante no partido e no país e ignorar tanta coisa escandalosa.

Isso se aplica, com mais razão, ao presidente da República. O presidente talvez seja quem menos manda – havia aquele dito segundo o qual “prefeito manda, governador pensa que manda e presidente, nem pensa” –, mas o presidente é quem mais sabe.

(...)

Democracia tem rito

Na opinião de um amplo espectro de forças (alguns dirão que são só as que a mídia seleciona em sua conspiração a favor do governo, porque ele agrada as elites), Palocci é o que há de melhor no governo Lula – o que não quer dizer, é preciso ainda uma vez insistir, que ele não seja politicamente solidário com malfeitos do PT e do governo.

Mas quem tem o mandato é Lula, e é seu mérito, aceitas as premissas do raciocínio, apoiar uma política que, mais do que de Palocci, é de um conjunto dominante de forças políticas e sociais. Palocci não é insubstituível nem insinuou qualquer tipo de chantagem no altar da estabilidade. Mas tirar Palocci do governo hoje é deixar as mais sérias diretrizes de Lula expostas a forças que querem obrigá-lo a romper o compromisso assumido em meados de 2002, na “Carta aos Brasileiros”. Forças que não estão só na

esquerda ou à esquerda do PT, longe disso. Se a inflação está sendo derrotada no plano dos fundamentos da economia, ainda estão longe da derrota as forças sociais que se beneficiaram longamente dela, fora e dentro do Estado, contra o povão. O mesmo se pode dizer da abertura da economia e da responsabilidade fiscal.

Os editores dos veículos que resolveram embarcar numa linha golpista – golpista do ponto de vista jornalístico, porque trabalharam com acusações, suposições e insinuações como se fossem fatos –, e seus patrões, não têm lastro político para entender a dimensão da tragédia que está em curso. Não têm sagacidade nem pensam no interesse público. E não foram eleitos para nada, muito menos para derrubar alguém. Esses processos seguem um rito institucional, é bom que a mídia ponha isso na cabeça. Ou pare de encher a boca com a palavra democracia.

(...)

Pode ser que Palocci caia, pode ser que Lula caia. Se isso acontecer, fica aqui a sugestão: Palocci para editor-chefe de algum grande órgão de comunicação. Em uma só coletiva de imprensa ele mostrou, com simplicidade, mais discernimento e competência para comunicar do que a mídia em cem dias de crise do “mensalão”.

Gafe exige mais que um pedido de desculpas

Ligia Martins de Almeida

19 de junho de 2007. n^o 438, ano 12¹¹⁶

A mídia, tão atenta aos deslizes ministeriais, perdeu uma excelente oportunidade com a desastrosa declaração da ministra Marta Suplicy sobre a crise aérea. A frase, aconselhando os passageiros a relaxar e aproveitar, foi destaque em todos os jornais e revistas semanais. E acabou entrando para a coletânea de foras do governo Lula. O máximo que os noticiários fizeram foi atribuir a frase à origem profissional da ministra, que antes de entrar para a política ficou famosa como sexóloga que dava conselhos às mulheres num programa matutino da TV Globo.

O fato de ser ou ter sido sexóloga e ter se declarado feminista torna a declaração ainda mais grave. O fato de Marta ter usado apenas parte da frase, não a torna menos grosseira. A frase que deu origem à declaração está lá, com todas as letras, no artigo de domingo (17/6) de Sérgio Augusto, 'Mistérios gososos', no *Estado*:

'O último lambari verbal do presidente foi mais lamentável do que a recomendação da ministra para que relaxássemos quando vitimados pelo caos aéreo. Afinal de contas, ela é sexóloga de formação. Natural que tudo veja pela perspectiva do sexo, inclusive o turismo, até porque o nosso forte é, mesmo, o turismo sexual. E como o que se padece atualmente nos aeroportos brasileiros configura uma violação dos direitos mais elementares do cidadão, seu conselho ('Relaxem e aproveitem') faz sentido. Ou vocês já se esqueceram da frase original? 'Se o estupro é inevitável, relaxe e aproveite'.' (O *Estado de S. Paulo*, 17/06/2007).

Direitos desrespeitados

Como sexóloga e mulher, Marta Suplicy deveria saber o quanto esta piada é infeliz. Mulher nenhuma, submetida à violência de um estupro, terá condições de relaxar e, muito menos, aproveitar. Como ministra do Turismo, ela deveria saber, mas provavelmente não faz idéia, o quanto é desgastante enfrentar filas no aeroporto tentando obter um serviço pelo qual pagamos.

(116) <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/gafe-exige-mais-que-um-pedido-de-desculpas/>

(...)

Agora, o que ela deve é um pedido de desculpas às mulheres e a seus antigos colegas de profissão, os sexólogos, que tentam ajudar mulheres vítimas de violência sexual.

Seria interessante que a imprensa pesquisasse com os ex-colegas de Martha, com psicólogos e psiquiatras e com organizações de defesa da mulher se, como no caso dos turistas brasileiros, um pedido de desculpas resolve tudo e se alguém pode relaxar e aproveitar quando vê seus direitos desrespeitados.

Nem mesmo Freud explicaria o ódio a Lula

Otaciél de Oliveira Melo¹¹⁷

23 de dezembro de 2008. nº 517, ano 13¹¹⁸

O que o PIG, o Partido da Imprensa Golpista, ainda não entendeu ou não quer aceitar de forma alguma é o fato de Lula ser, na qualidade de político e presidente da República, o maior fenômeno de comunicação de massa de todos os tempos. E onde está o segredo? Simples: Lula fala na linguagem do povo e com muita, muitíssima sinceridade. Por isso, inspira (e transpira) confiança. Exatamente por isso, ele se apresenta como massa fermentada de bolo: quanto mais os adversários batem, mais ele cresce nas pesquisas que avaliam seu governo.

No momento, o PIG insiste que o Brasil vai sofrer terrivelmente as conseqüências da crise econômico-financeira gerada nos Estados Unidos. E acha que Lula deveria gritar 'Fogo, o Brasil vai arder em chamas!' No passado recente, o PIG nos aterrorizou com diversas crises: com a do apagão elétrico (os reservatórios voltaram a encher), com a da febre amarela (algumas pessoas morreram porque tomaram dose dupla de vacina) e com a do 'causaéreo' (em todo lugar do mundo avião atrasa, mas aqui Lula foi responsabilizado, inclusive, pelo acidente da TAM), para ficar nos exemplos

(117) Otaciél de Oliveira Melo é professor do Departamento de Geologia de UFC, Fortaleza, CE

(118) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/nem-mesmo-freud-explicaria-o-odio-a-lula/>

mais conspícuos de terrorismo midiático. Agora, o PIG torce escancaradamente para o Brasil quebrar. Que masoquismo! O grande crime de Lula, hoje, seria o de aconselhar a população brasileira a consumir o necessário. Como viver sem o necessário?

Um dia desses apareceu um representante do PIG na televisão contestando Lula porque este havia falado que os brasileiros iam ter um excelente Natal (em termos de consumo, claro) este ano; o cidadão tinha saído de uma missa (salvo engano), mas cuspiu labaredas de ódio em todas as direções ao questionar a declaração de um Natal farto.

Coerência e otimismo

São numerosos e freqüentes os exemplos dessas manifestações iracundas contra um governo que conta com a aprovação de 78% da população brasileira de todas as classes sociais. A elas são dadas um destaque especial pela mídia tupiniquim. Elas aparecem nas rodas de samba dos programas de televisão, nas declarações de pessoas 'letradas', nos editoriais de jornais, nos artigos escritos pelos membros da comunidade do PIG, enfim, em quase toda mídia verde-amarela. Tais declarações, muitas vezes textos, raramente são questionadas e na maioria das vezes tudo fica por isso mesmo.

(...)

Um último exemplo, quase hilariante se não fosse desrespeitoso. O apresentador José Luiz Datena, conhecido pela arrogância com que trata os bandidos pé-de-chinelo, apareceu recentemente na Bandnews (canal por assinatura) entrevistando o presidente Lula. O assunto foi, mais uma vez, a crise econômica. Datena repetiu algumas perguntas que já tinham sido formuladas dezenas de vezes ao presidente por outros apresentadores e jornalistas. Mas, todas as vezes em que o Lula tentava responder-lhe, Datena o interrompia como se quisesse dizer 'você não sabe o que está falando, cara, deixe de conversar besteira'. Um tremendo desrespeito ao Lula e aos telespectadores que queriam ouvir as respostas do seu presidente.

Mas o que mesmo se podia esperar de um apresentador que bate boca e atira objeto em idoso em hospital?

O grande editor da imprensa nacional

Rolf Kuntz

09 de setembro de 2008. nº 502, ano 13¹¹⁹

O editor mais poderoso da imprensa brasileira é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele cita com frequência o nome de Getúlio Vargas, mas, quando se trata de lidar com os meios de comunicação, seu mestre deve ser mesmo Jânio Quadros. Jânio, em seu segundo mandato como prefeito de São Paulo, sempre decidiu quando ocupar as primeiras páginas, ou, no mínimo, ganhar destaque no dia-a-dia. Virava notícia quando deixava a barba crescer. Virava notícia, de novo, quando cortava a barba. Quando pendurou chuteiras na porta de seu gabinete, insinuando a intenção de se aposentar, todos correram para fotografá-las. Nada precisava fazer de importante para ocupar o noticiário. Lula tem-se mostrado igualmente hábil na produção de noticiário sem fato relevante. Quem precisa de fatos, quando é tão fácil ocupar espaço nos jornais e tempo nos meios eletrônicos?
(...)

Ato falho ou boca torta?

Gilson Caroni Filho¹²⁰

10 de junho de 2008. nº 489, ano 13¹²¹

Diz a psicanálise que é através do ato falho que o inconsciente realiza seus desejos. Como Freud não admitia espaço para o acaso, nenhum gesto, palavra ou pensamento acontece acidentalmente. Em tudo há uma intencionalidade, oculta ou não.

O que ocorreu com a edição de domingo (8/6) do *Jornal do Brasil*? Ao

(119) Gilson Caroni Filho é professor titular de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), Rio de Janeiro, RJ

(120) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-grande-editor-da-imprensa-nacional/>

(121) http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/ato_falho_ou_boca_torta/

tratar do escândalo que atinge o governo de Yeda Crusius (PSDB-RS), os editores não hesitaram em caprichar no significativo título: 'Corrupção abala governo do PT'. Ao leitor mais desatento foi isso que ficou marcado na retina.

'Um escândalo de corrupção pode forçar a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), a promover alterações no primeiro escalão de sua administração. Na pior crise política de seu governo, Yeda vê seus auxiliares mais próximos sendo envolvidos por gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal e até pelo vice-governador Paulo Feijó (DEM).'

(...)



Reprodução do Observatório da Imprensa

Grande mídia esfria sucessão presidencial

César Fonseca

28 de agosto de 2007. nº 448, ano 12¹²²

O presidente da República dá uma entrevista de quatro páginas para o *Estado de S. Paulo*, no domingo (25/8), colocando ponto final na especulação sobre o já comentado terceiro mandato – que viria, como se cogita, por Constituinte exclusiva. E nos jornais de segunda, impressos e online, da grande mídia, o tema não foi realimentado da forma que merecia, por se tratar de algo importante, ou seja, a declaração de um presidente com exclusividade a um grande jornal brasileiro sobre algo que sempre coloca fogo no palheiro.

Antigamente, a mídia era acusada, benfazejamente, de esquentar os noticiários políticos, especialmente, se a motivação estivesse encenada pelo titular do poder. Hoje, esfria. Todos corriam atrás das sinalizações, especialmente, quando um fura o outro, como foi o caso do *Estadão*: o titular do Planalto, falando sobre tudo, ou quase.

Os concorrentes fizeram o antijornalismo: para eles não existiu a entrevista, salvo o *Jornal do Brasil*, que repercutiu em matéria de Alexander Bicca. Mais do que antiprofissionalismo, cegueira. O *Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, que têm muita força na capital da República, não deram pelota. Não interessa à opinião pública ou a opinião pública não interessa ao jornalismo?

Leitores e leitoras dos jornais impressos e online, bem informados e curiosos, não gostariam que todos aprofundassem o tema, pluralizando opiniões e antagonismos, no dia seguinte, com mais espaço para argumentações e entrevistas com a oposição e a situação?

Afinal, Lula deu a dica que uma mulher terá grande chance de vencer e que Ciro Gomes e Nelson Jobim não podem ser ignorados. Prato cheio para repercussões. E o resto que articula seus respectivos nomes, mesmo que sejam para exercitar a corrida do cavalo paraguaio, não estariam interessados em falar, também, sobre as apreciações presidenciais, quantíssimas, para o mundo político?

(122) <http://observatorioidaimpresa.com.br/caderno-da-cidadania/grande-midia-esfria-sucessao-presidencial/>

Samba quadrado

Se a fala presidencial não esquentou o noticiário da sucessão, o que teria poder maior do que esse para agitar o contexto político nacional, a fim de ombrear com os outros dois assuntos quentes da semana, o julgamento do STF sobre os 40 mensaleiros dependurados na brocha sem escada e o calvário político do senador Renan Calheiros?

Ou a fala presidencial deixou de ser relevante para a grande mídia?
(...)

A imprensa desarvorada

Alberto Dines

19 de outubro de 2010. nº 612, ano 15¹²³

Galvanizada pelas pesquisas, empurrada pelos debates televisivos, sedenta por novos escândalos e incapaz de situar-se na grande barafunda institucional, nossa mídia está devendo à sociedade uma cobrança rigorosa ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral sobre o destino dos votos dados aos candidatos sem ficha limpa. Se preferirem o prejulgamento, os fichas sujas.

Estão sob embargo judicial cerca de 250 candidaturas e mais de oito milhões de eleitores. Houve promessas solenes de que tudo seria resolvido antes de 31 de outubro. Até agora nada aconteceu: o processo eleitoral encerra-se em poucos dias e ninguém parece estar incomodado com a real possibilidade de assistirmos à proclamação do novo presidente da República numa eleição ainda *sub judice*. A questão não é protocolar: um pleito ainda não julgado, duvidoso, traz embutida uma sensação de desconfiança, desconforto e – por que não? – suspeição.

Situações-limite

O populismo anda à espreita, alguns dos seus expoentes estão no banco dos réus. Se prejudicados, ganharão uma coleção de bandeiras explosivas. Se beneficiados, garantem a impunidade e a perenidade da corrupção política.

(123) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-imprensa-desarvorada/>

Mesmo que os votos com destino incerto não se refiram à eleição para a chefia do Estado, esta incerteza traz consigo uma forte dose de inquietude. Um resultado apertado no topo do processo eleitoral pode potencializar insatisfações capazes de contaminar o processo inteiro.

Em meio aos rancores e ressentimentos produzidos numa campanha eleitoral excepcionalmente feroz, a incerteza jurídica relativa à Lei da Ficha Limpa acrescenta-se como fator de acirramento e exaltações. A percepção infelizmente generalizada de que a cúpula do Judiciário receia se pronunciar em situações-limite, graves, compromete ainda mais a imagem da República e a envolve no clima de desleixo e constrangimentos num momento em que deveria irradiar garbo, solidez e respeitabilidade.

Mundo em transformação

Quem tem autoridade para denunciar o descaso, o desmazelo e cobrar pressa? O chefe do Executivo abdicou do papel de magistrado e está praticando o seu esporte preferido – subir nos palanques. O Legislativo está em recesso e acéfalo: o presidente da Câmara dos Deputados é candidato a vice de uma coligação e o do Senado não tem credibilidade para fazer qualquer apelo cívico.

Resta a imprensa. Fragilizada por uma devastadora crise de identidade, pulverizada em centenas de recantos opinativos sem qualquer expressão, visivelmente desorientada diante de um mundo que se transforma em todas as direções, o Quarto Poder corre atrás, desorientado, de língua de fora, sem agenda e sem projetos, incapaz até de se mirar na passada importância.

O visual feminino no poder

Ligia Martins de Almeida

17 de outubro de 2005. nº 351, ano 10¹²⁴

Uma física de 51 anos é a nova primeira-ministra da Alemanha. Sua vitória suada foi registrada pela imprensa do mundo todo, com poucos detalhes de sua biografia: formada em Física, nasceu na Alemanha comunista, é filha de um pastor protestante e só começou a carreira política depois da queda do Muro de Berlim. Está no segundo casamento – o primeiro com um físico, o segundo com um professor de Química, e não tem filhos. Uma mulher que dificilmente conseguiria espaço numa revista feminina.

Que interesse teriam as leitoras de uma revista feminina em uma mulher que não tem experiência com filhos, ficou mais tempo na universidade do que no lar e não pode ser acusada de ter esmero com as roupas que escolhe, a maquiagem e o cabelo?

Angela Merkel já está sendo comparada, na imprensa internacional, à ex-primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher. O que elas têm em comum?

Não se parecem em nada com as atraentes e sexy figuras escolhidas pela mídia para ilustrar a capa das revistas especializadas que reservam 90% de seu espaço para falar de produtos de beleza, objetos de decoração, receitas ou matérias de comportamento que ensinam a 'segurar seu homem' ou educar os filhos.

Formas exuberantes

Thatcher e Merkel não podem ser acusadas de fazer a alegria de costureiros ou da indústria da beleza. Usam um batom discreto, cabelos curtos que passam a impressão de não darem trabalho ao cabeleireiro e, na hora de escolher a roupa, preferem terninhos de cor escura, enfeitados, no máximo, com um discreto colar. Nos momentos mais solenes vão de tailleur e o clássico colar de pérolas. Um visual que parece ter sido eleito o uniforme das mulheres determinadas que agem politicamente e acabam vencendo os homens no seu campo de jogo: o jogo do poder.

(124) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/o-visual-feminino-no-poder/>

Terninho ou tailleur de cores sóbrias, esse é o uniforme de Angela Merkel, foi a marca registrada de Margaret Thatcher e aqui, entre nós, é a roupa predileta das deputadas Denise Frossard e Zulaiê Cobra. A mesma versão, um pouco mais colorida, é adotada por Condolleeza Rice e Hillary Clinton (as possíveis candidatas a presidente dos Estados Unidos em 2006). Mulheres que, com seu visual, parecem estar dizendo que é impossível ser respeitada quando os atributos femininos são valorizados demais. Especialmente se o objetivo é vencer no mundo dos negócios e da política.

Tanto no mundo da política quanto na mídia parece haver uma nítida distinção entre sexos: homens se destacam por idéias ou realizações, mulher, para ser notícia, precisa ser uma Cicciolina, ex-prostituta de formas exuberantes que encantou a Itália e a mídia mundial com seus atributos. Ou então aceitar seu lugar de esposa, dando suporte ao grande líder, como a sra. Schoreder (ex-primeiro-ministro alemão), uma 'exuberante' loira, bem vestida, maquilada com esmero, sempre acompanhando o marido nas solenidades públicas, e que disse, da nova primeira-ministra:

'A biografia de Merkel não personifica a experiência da maioria das mulheres da Alemanha, que se preocupam em conciliar família com emprego, vivem o dilema de como melhor educar os filhos e precisam se decidir se ficam em casa alguns anos após o parto' (*Estado de S. Paulo*, 16/10).

Mais do que consumidoras

O mais incrível é que as mulheres, mesmo as mais politizadas, entram no jogo da mídia, na hora de criticar as que se destacam na política. Como foi o caso da maior líder feminista alemã ao cobrar atitudes da nova chanceler: 'Cara Sra. Merkel, mostre-nos que também é uma mulher. Fique à vontade para usar terninhos e desempenhar o papel de chefe da festa. Mas, por favor, não se esqueça das nossas preocupações'.

Preocupações que, segundo o artigo de Dorrit Harazim (*Estado de S. Paulo*, 16/10) não são poucas. 'Segundo levantamento do banco de dados Hoppenstedt, a ausência de mulheres no alto escalão empresarial da Alemanha é espantosa: há apenas 9,2%, contra 18% na Inglaterra. Mulheres só puderam ingressar nas Forças Armadas em 1975 – apenas como médicas, sem treinamento militar. Apesar de ostentar uma cultura universitária quase milenar, na Alemanha de 2005 menos de 10% dos postos de professor titular estão em mãos femininas. O próprio Paul Kirchhof, professor da Universidade de Heidelberg e candidato a ministro das Finanças do novo governo, redigiu um memorando em 2002 defendendo a permanência da

mulher no lar, junto dos filhos, cabendo aos pais o sustento financeiro da família'.

A conclusão é que se até nos países do Primeiro Mundo ainda se acredita que lugar de mulher é na cozinha, as mulheres na política têm mais é que usar terninho. E quanto mais sóbrio e masculino melhor. Isso, até que a mídia descubra que, apesar de bonitas e vaidosas, bem vestidas e maquiadas, as mulheres não são apenas grandes consumidoras.

Sem internet, Obama perderia a eleição

Caio Tulio Costa e Caique Severo¹²⁵

08 de novembro de 2008, nº 510, ano 13¹²⁶

(...)

No painel 'Web e Política', no congresso de cúpula da Web 2.0, em São Francisco, Arianna Huffington, dona de um dos mais influentes blogs e sites sobre política, o *The Huffington Post*, afirmou que sem a internet Barack Obama não teria sido eleito.

Para Arianna, a internet matou a velha política de Karl Rove – o responsável pelas campanhas eleitorais de McCain e George W. Bush. Sua fala poderia também ser traduzida assim: a internet matou os marqueteiros tradicionais de campanha eleitoral.

'A campanha de McCain não tinha a menor idéia de como usar a internet', afirmou ela. Foi além: 'O problema da campanha republicana não era que o candidato era velho, mas que suas idéias eram velhas'.

A escritora e jornalista frisou que seis milhões de pessoas assistiram os 37 minutos do discurso do presidente-eleito dos Estados Unidos pela internet.

Joe Trippi, assessor de campanhas políticas, participante do mesmo painel, lembrou que Obama conseguiu que as pessoas assistissem via internet o total de 14,5 milhões de horas de seus vídeos de campanha. Isso

(125) Caio Tulio Costa e Caique Severo são jornalistas e respectivamente, presidente e diretor de conteúdo do iG

(126) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/sem-internet-obama-perderia-a-eleicao/>

equivaleria a US\$ 45 milhões na aquisição de espaço na TV americana.

Distante, muito além

Outra consequência do impressionante impacto da internet nas eleições norte-americanas é a diminuição da dependência dos políticos em relação aos partidos tradicionais – principalmente dos dois que praticamente dividem os americanos, o partido Republicano e o Democrata.

O jornalista John Heileman, moderador do debate, aposta que o presidente eleito pode usar a rede de apoiadores que conseguiu montar pela internet para governar com mais independência inclusive em relação ao seu próprio partido, o Democrata.

Gavin Newsom, prefeito de São Francisco e quarto participante do painel, se disse obcecado pelo Facebook (rede social similar ao Orkut). Ele tem 11 mil 'amigos' no site. Para Newsom, hoje um político precisa ter muito cuidado com o que fala em público, pois tudo está sendo registrado pelas próprias pessoas. 'Uma vez que está na internet, fica lá para sempre.'

Trippi, com experiência em várias campanhas, reconhece que as ferramentas da internet evoluíram muito nos últimos anos. 'Há quatro anos, não tínhamos nem Google Maps.' Acrescentou: 'Nesta campanha era possível organizar grupos de apoiadores até pelo CEP deles'.

Tudo muito distante e muito além da política brasileira – que ainda proíbe políticos de terem qualquer coisa além de uma única página na internet em tempos de eleição.

(...)

Cobertura reveladora da posse de Obama

Venício A. de Lima

27 de janeiro de 2009. nº 522, ano 14¹²⁷

A edição do jornal *O Globo* de quinta-feira (22/1), dois dias depois da posse de Barack Obama, é histórica. Merece ser guardada. Não somente pela cobertura dada ao primeiro presidente negro dos Estados Unidos, mas, sobretudo, porque inaugura o media criticism na primeira página de um dos mais importantes jornais do país. Está lá, na capa, em box sem assinatura, o título 'Mídia: China censura, Cuba minimiza e EUA ignoram família Obama', seguido do texto:

'A mídia estatal chinesa censurou o discurso de Obama. Na internet e na TV houve corte nas traduções para o chinês nos trechos em que Obama abordou temas como comunismo. Já o Granma, jornal oficial de Cuba, noticiou a posse em nota de rodapé da primeira página. E a imprensa americana ignorou a presença da família queniana de Obama nos festejos.'

(...)

Para comemorar

De qualquer maneira, só se pode celebrar o que foi feito por *O Globo*. Primeiro, por incluir, na sua primeira página, um box crítico da cobertura da mídia. Segundo, pela admissão implícita de que as coberturas jornalísticas sofrem distorções e que estas distorções ocorrem tanto em países onde a mídia é controlada pelo Estado como em países em que é controlada pelo mercado. E terceiro, por haver evidenciado a necessidade e a conveniência da observação crítica permanente da mídia, seja onde for.

(...)

A edição de *O Globo* da quinta-feira (22/1) é, sem dúvida, um precedente histórico para ser guardado e comemorado. Parodiando título de artigo de Alberto Dines neste *OI* (edição nº 520), 'Bem-vindo ao *Observatório, O Globo!*

(127) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/cobertura-reveladora-da-posse-de-obama/>

O GLOBO

SEXTA-FEIRA 12 DE JUNHO

100 ANOS JORNAL DO GLOBO 12 DE JUNHO DE 1909 • ANO LXXVII • Nº 21.262

SEXTA-FEIRA 12 DE JUNHO

BC anuncia corte e bancos já reduzem juros

• O Conselho de Política e Monetária do Banco Central reduziu a taxa básica de juros em um ponto percentual, para 12,75% ao ano, dentro das expectativas. A decisão aconteceu nesta quinta-feira em Brasília. O BC elevou também a taxa de spread de seis pontos, equivalente a dezesseis pontos

baseais. A taxa é gerada pelo Banco Central e tem efeito imediato. O BC também anunciou a redução da taxa de spread de seis pontos, equivalente a dezesseis pontos

IMPACTO DO CORTE DE Juros
A taxa básica de juros caiu de 13,75% para 12,75% ao ano. O Banco Central também anunciou a redução da taxa de spread de seis pontos, equivalente a dezesseis pontos

BNDES socorrerá Petrobras com até R\$ 20 bi
O BNDES anunciou que vai socorrer a Petrobras com até R\$ 20 bilhões. A decisão foi tomada pelo Conselho de Administração do BNDES

Paraguai segue Espanha
O Paraguai decidiu seguir a Espanha e não a França. A decisão foi tomada pelo Conselho de Estado

Obama congela salários, limita o lobby e intervém em Guantánamo

Prisão será fechada em um ano e julgamentos ficarão suspensos por 120 dias



• No primeiro dia de trabalho como presidente, Barack Obama anunciou que vai congelar os salários dos funcionários do governo federal. Ele também anunciou que vai limitar o lobby e que vai fechar a prisão de Guantánamo em um ano. Os julgamentos dos presos serão suspensos por 120 dias

Baila contigo



• Obama acabou que não ficou muito tempo no baile. Ele chegou ao baile às 10h e saiu às 11h. Ele ficou com Michelle Obama e com alguns convidados

Mídia: China censura, Cuba minimiza e EUA ignoram família Obama

• A mídia mundial cobriu o anúncio de Obama. A China censurou, Cuba minimizou e os EUA ignoraram a família Obama



Mangabeira critica furo do Bolsa Família
Página 1

Ministério da Saúde
Página 1

Fuerzas terão R\$ 60 milhões do Pronacaf
Página 1

Recrutamento começa sábado na Avenida Brasil
Página 1

União Europeia
Página 1

Brasil em crise
Página 1

100 ANOS JORNAL DO GLOBO 12 DE JUNHO DE 1909 • ANO LXXVII • Nº 21.262

O dia em que os mancheteiros quebraram a cara

Alberto Dines

04 de dezembro de 2007. nº 462, ano 12¹²⁸

A boca-de-urna falhou na Venezuela, o eleitor driblou os pesquisadores, deu uma rasteira em Hugo Chávez e, de quebra, mostrou aos jornalistas que a sua obrigação não é adivinhar.

(...) todos comeram mosca nas manchetes do dia seguinte. Alguns mais do que outros, simplesmente porque os editores brasileiros vivem aferrados ao mito da infalibilidade das sondagens antes de computados os votos nas urnas.

- *O Globo*: 'Boca-de-urna dá vitória a Chávez com alta abstenção. 'Sim' alcança até oito pontos de diferença em referendo ignorado por 50% dos eleitores'
- *Estado de S. Paulo*: 'Referendo aumenta poderes de Chávez; pesquisas de boca-de-urna dão vitória para reforma do presidente da Venezuela, que terá direito de tentar a reeleição quantas vezes quiser'
- *Folha de S.Paulo*: 'Referendo na Venezuela tem disputa acirrada; pesquisas de boca-de-urna indicam vitória de Chávez, mas governo evita comemorar antes do resultado final'

A simples insistência na palavra pesquisa no lugar de sondagem revela uma devoção cientificista e acadêmica. Cientistas sociais constroem suas hipóteses e, eventualmente, doutrinas com base em levantamentos de opinião pública. Jornalistas, porém, deveriam lidar apenas com fatos, fatos acontecidos, indubitáveis, inquestionáveis.

Tropeço coletivo

'O futebol é uma caixinha de surpresas', mote vigente em nossas editorias de Esporte, deveria ser estendido e imposto às demais editorias. Tudo pode surpreender – eleições, loterias, concursos de beleza, votações no Congresso, prêmio Nobel e desfiles de escolas de samba. Se os jornalistas desacostumarem os leitores deste jornalismo divinatório, poderão livrar-se

(128) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o_dia_em_que_os_mancheteiros_quebraram_a_cara/

da diabólica exigência de antecipar resultados de algo que ainda não aconteceu para concentrar-se na sua missão estrita – reportar o acontecido.

Se o jornalismo impresso com, pelo menos, quatro séculos de vivência, ainda não aprendeu a valorizar todo o seu potencial e suas vantagens competitivas, o jornalismo digital – teoricamente imbatível – mostra-se totalmente despreparado (ou desestimulado, dá no mesmo) para substituir o veterano rival.

Num dia em que o leitor dos jornais foi lesado pelo profetismo dos gatekeepers da mídia impressa, cabia aos vanguardeiros do jornalismo digital mostrar o potencial de fogo do seu *medium*. Ao longo da manhã e da tarde de segunda-feira (3/12), as manchetes dos portais de notícias fixavam-se ora no rebaixamento do Corinthians, ora na numerologia do IBGE sobre ao aumento da nossa longevidade.

A barrigada coletiva confirma que jornalista não é mágico, nem oráculo. Profissionais impacientes chegam mais cedo em casa, mas de lá podem ir direto para o olho da rua.¹²⁹

Manchetes para o comandante

Gabriel Perissé¹³⁰

26 de fevereiro de 2008. nº 474, ano 13¹³¹

Muitos esperavam (torciam para...) que Fidel Castro falecesse em 2007. Ou no início de 2008. A surpresa foi sua decisão de renunciar ao cargo supremo em Cuba, agora que o presidente norte-americano também se prepara para sair. O mundo, atento às campanhas políticas na grande potência, voltou os olhos para a pequena ilha.

Manchetes nas primeiras páginas de jornais dos cinco continentes, na quarta-feira (20/2), registraram a relevância do acontecimento histórico. Para não ir muito longe, o *Daily News* (Nova York) usa palavras em espa-

(129) Nota do OI: Este artigo inspirou um editorial do jornal Público, de Lisboa (quarta, 5/12), assinado por José Manuel Fernandes. Clique aqui para ler o texto

(130) Gabriel Perissé é doutor em Educação pela USP e escritor

(131) <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/manchetes-para-o-comandante/>

nhol – 'No más!' –, com foto de Fidel contrastando com a do presidencial democrata Barack Obama. 'What next?', pergunta-nos o *The Miami Herald*. O Orlando Sentinel também pergunta sobre o futuro: 'Will Cuba change?'. Já *El Universal* (Caracas) expressa outro ponto de vista: 'Cubanos esperan cambios tras la renuncia de Castro'. Em Bogotá, o jornal *El Tiempo* se põe no lugar do próprio Fidel: 'Adiós a medio siglo en el poder'. *La Hora*, jornal equatoriano, relativiza a idéia de que o ditador renuncia à ditadura: 'Fidel dice no a reelección'.

No Brasil, muitos jornais recorreram ao título-clichê: 'Fidel sai de cena' (lembrando eufemismo para 'morrer'). O *Estado de Minas*, O *Dia* (Rio de Janeiro), o *Diário Gaúcho* (Porto Alegre) e vários outros, de norte a sul. O protagonista abandona o palco político. O *Diário da Região* (São José do Rio Preto), o *Jornal da Tarde* (São Paulo) e o *ValeParaibano* (São José dos Campos) adotaram uma outra solução imediata e óbvia: anunciar que estamos assistindo ao fim de uma era.

O *Diário de S. Paulo* banaliza a despedida com a informalidade: 'Tchau, Fidel'. A *Gazeta do Povo* (Curitiba) fez outra interpretação: 'Troca de comando', com um Fidel Castro em foto menos recente, olhando o relógio como quem receia perder a hora. Não é o fim de uma era, mas apenas nova etapa dentro da mesma história. Já *O Globo* pareceu otimista: 'Saída de Fidel abre espaço para transição em Cuba'. O *Estado de S. Paulo* fez questão de frisar que foram 49 anos no poder. O *Zero Hora*, com 'A renúncia de Fidel', solenizou.

Os que detêm o poder têm igualmente o poder de virar notícia. Eis mais um lance de Fidel Castro, agora no jogo da Idade Mídia. Sua saída, voluntária ou não, celebrada ou não, tornou-se manchete praticamente obrigatória.

O combate que valeu a pena

Alberto Dines

29 de junho de 2004. nº 283, ano 09¹³²



Se depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia/ Não há nada mais simples/ Tem só duas datas – a da minha nascença e a da minha morte/ Entre uma coisa e outra coisa todos os dias são meus./ Sou fácil de definir... (Fernando Pessoa, 'Poemas Inconjuntos', em Ficções do Interlúdio)

Para que servem biografias – apenas para revelar intimidades e fofocas? Elas seriam o 'recheio' de vivências mencionado por Pessoa entre as datas do início e fim de uma vida?

Biografia, além de gênero literário, é gênero jornalístico – reportagem vital, humana. Biografias podem ser publicadas em livro, jornal, revista e mostradas em rádio, cinema, televisão. Fazem parte do obituário mas nada têm a ver com elogios fúnebres. Não precisam ser portadoras de tristezas, podem ser mensageiras de grandes proezas. De qualquer forma, em qualquer tamanho ou formato, a biografia não pode escapar da sua obrigação liminar: mostrar uma pessoa através dos feitos e defeitos.

Para evitar perfis biográficos ou obituários escritos às pressas, todas as redações costumam manter em seus arquivos material biográfico sobre as principais figuras do noticiário (ou as mais idosas). Veículos mais preocupados com a qualidade dos seus textos encomendam obituários por antecipação, periodicamente revistos e atualizados. Nenhuma superstição:

(132) <http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/o-combate-que-valeu-a-pena/>

o de Winston Churchill ficou mais de duas décadas nas gavetas dos principais jornais ingleses.

Leonel Brizola gozava de excelente saúde, sempre ativo, explosivo, alerta. Ninguém poderia prever que estivesse com as artérias entupidas e que aquela infecção intestinal, aparentemente insignificante, poderia desdobrar-se perigosamente.

Não se pode prever coisa alguma – este é o princípio que rege a organização de uma redação. Mas é possível criar sistemas e normas capazes de enfrentar surpresas e conviver com o inesperado. Graças ao *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* – organizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (5 volumes, também em versão eletrônica) – e um mínimo de discernimento, pode o jornalista brasileiro montar perfis biográficos de todos os grandes políticos vivos ou matérias de suporte sobre eventos dos últimos 50 anos. Mas é preciso consultá-lo.

Na noite de segunda-feira (21/6), quando chegou às redações a notícia da morte súbita de Brizola, aparentemente poucos se lembraram dele. Os diferentes materiais publicados pelos três jornalões nacionais no dia seguinte (22/6) é francamente insatisfatório em matéria de conteúdo, embora com generosos espaços. Fica evidente que faltou costura aos recortes digeridos apressadamente e paciência para ler o verbete inteiro do DHBB.

A edição seguinte (quarta, 23/6) foi um show-room de sacadas e *achismos*, tanto da parte de alguns colunistas como dos articulistas convocados para analisar a trajetória do falecido. O dado mais relevante (lembrado por diversos autores) foi o absoluto desprezo de Brizola pelos marqueteiros, mero recurso para fazer um contraste ao presidente Lula.

Última palavra

Além do rumoroso episódio da Proconsult, que envolveu o Grupo *Globo*, e das menções obrigatórias sobre a Cadeia da Legalidade, nada ou quase nada foi lembrado sobre o desempenho e experiências midiáticas de Brizola, o político que melhor soube tirar partido dos meios de comunicação na segunda metade do século passado (Carlos Lacerda não conta: além de político, era um grande jornalista).

Quando ainda prefeito de Porto Alegre (1955-1959), Brizola iniciou as conversas radiofônicas de madrugada, decisivas para a sua eleição para o governo do estado. São a origem da própria Cadeia da Legalidade, talvez a última grande experiência de mobilização nacional através do rádio neste país.

Inovou também na campanha para o governo investindo pesadamente numa série de anúncios nos jornais do Rio Grande do Sul para mostrar os feitos que a imprensa conservadora local não gostava de exhibir. Talvez inspirado nesta experiência, ao perceber nos anos 1980 que perdia terreno na grande mídia – em parte pelo próprio desgaste –, resolveu comprar espaço em páginas nobres de alguns jornais para reproduzir as suas opiniões e posições. No princípio enormes (daí a alcunha de ‘tijolões’), posteriormente encolhidos, mostram um político tenaz e enérgico, disposto a resistir ao castigo de ostracismo que a mídia tentava impor-lhe.

Sem que isto signifique um endosso genérico às suas posições nos enfrentamentos com a mídia – muitos de baixo nível, como as diatribes xenófobas contra a Editora Abril – é imperioso reconhecer que Brizola foi o único político brasileiro com coragem para encarar e confrontar o poder da grande imprensa.

No caso da Proconsult, sem que isto implique num veredicto a seu favor ou contra, importante registrar que Brizola foi também o único político brasileiro que confrontou o mais poderoso grupo de comunicação do Brasil, a Rede Globo. O senador capixaba João Calmon, na sua campanha contra a parceria Globo/Time-Life, não estava ali como político: era o ex-empresário, herdeiro das ruínas do império de Assis Chateaubriand.

Leonel Brizola é um enorme conjunto de contradições. Coerentemente desenvolvida ao longo de meio século de ação política foi a sua postura de recusar que a última palavra fosse obrigatoriamente a dos donos das palavras – jornais ou jornalistas. Fez-se ouvir. Quando e como queria.

A morte e a morte de Augusto Pinochet

Carlos Brickmann

19 de dezembro de 2006. nº 315, ano 11¹³³

O general Augusto Pinochet não morreu apenas uma vez. Morreu antes, quando, com a arrogância e o isolamento típicos dos ditadores, achou que poderia convocar um plebiscito e vencê-lo. Perdeu e deixou o poder. Morreu de novo quando, por ordem de um juiz espanhol, foi preso na Inglaterra – justo na Inglaterra, que apoiara na Guerra das Malvinas. Morreu uma terceira vez quando se descobriu que, por trás da imagem de ditador duro e cruel, mas honesto, havia um pinocheduto ligando o Tesouro chileno às suas contas privadas no exterior.

Deus concedeu a Pinochet o martírio de uma vida longa, longa o suficiente para ser preso e desonrado, longa o suficiente para ver Michele Bachelet, a moça torturada por seu regime, chegar à presidência da República.

A imprensa, no geral, cumpriu seu papel ao tratar de Pinochet. Há quem se ressinta da falta de mais elogios ao programa econômico do ditador, mantido em suas linhas gerais até hoje, que promoveu o desenvolvimento do Chile; há quem se queixe de que, ressaltando também seu êxito econômico, parte da imprensa deixou de informar que não há sucesso na economia fundado sobre a barbárie.

Mas é preciso, desde já, lembrar que Pinochet não era o único ditador da América. Outro, mais antigo do que ele, mais insensível – tanto que, ao contrário de Pinochet, jamais admitiu deixar o poder – responsável por mais mortes, sem qualquer êxito econômico a mostrar, tem problemas de saúde que parecem insolúveis. A mesma imprensa que destacou a barbárie de Pinochet não poderá tratar Fidel Castro como herói romântico. Ditador é ditador, assassino é assassino. Como Pinochet, Fidel Castro tem as mãos sujas do sangue de seu povo.

(133) <http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/a-morte-e-a-morte-de-augusto-pinochet/>

O campo de batalha somos nós

Alberto Dines

30 de dezembro de 2003. nº 257, ano 08¹³⁴

Mídia vai à guerra: em 2003, criou-se uma rubrica circunstancial para abrigar o material de análise sobre a cobertura da guerra do Iraque.

Em 1968, o escritor e jornalista Fausto Wolf lançou uma novela que denominou "O Campo de Batalha Sou Eu" (José Álvaro Editor, Rio), em que o protagonista é um ser humano que perdeu as pernas e os braços, só lhe restou a capacidade de lembrar e denunciar. Com a devida permissão do autor utiliza-se uma variação do título e do mote.

Comunicadores e comunicados já perceberam que estamos enfiados num grande lance da História com desdobramentos imprevisíveis? Já ficou claro que a guerra e o pós-guerra vão embolar numa coisa só? Alguém tem dúvidas de não se trata de um confronto Bush-Saddam e o número de beligerantes está fadado a aumentar?

As empresas jornalísticas do mundo inteiro acreditaram que o conflito seria rápido e cirúrgico, investiram recursos fabulosos (ou endividaram-se ainda mais) e agora estão com pelo menos dois problemas: os leitores-ouvintes-telespectadores-internautas continuam perdidos na enxurrada de informações e, o pior, os recursos terão que ser geridos de forma mais parcimoniosa.

Esta não pode ser considerada uma guerra local: os exércitos regulares enfrentam-se no Iraque, os irregulares em todo o Oriente Médio e as batalhas políticas travam-se pelo mundo afora.

(134) <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-campo-de-batalha-somos-nos/>

Os historiadores de plantão talvez relutem em designá-la como Guerra Mundial, mas é preciso levar em conta que os historiadores de plantão em geral não têm perspectiva para dimensionar e batizar os eventos. Tanto que a 1ª Guerra Mundial não foi mundial (embora os alemães se esforçassem para ampliá-la), foi no máximo uma Guerra Euro-Asiática, razão pela qual muitos insistem em designá-la como Grande Guerra.

O dado novo e crucial é que a conflagração iniciada em 19 de março de 2003 é fenômeno global: desenrola-se num imenso cenário intercontinental e multisetorial onde opera-se a fusão do real com o virtual, do tempo com o espaço, dos meios com as mensagens, do emissor com o receptor.

Esta é a 1ª Guerra Midiática

O campo de batalha somos nós – enquanto leitores, ouvintes, telespectadores, internautas e jornalistas. Não estamos sendo atacados por foguetes ou bombas inteligentes mas por uma gigantesca barragem de informações, espertas ou estúpidas, corretas ou falsas, objetivas ou ensandecidas.

Diante deste bombardeio, como se fora acionado pelo radar, começou a funcionar imediatamente um sistema de defesa. A partir do primeiro final de semana depois de iniciado o conflito, ao lado das imagens cinematográficas, do fartíssimo noticiário militar e dos vistosos infográficos, a mídia passou a ocupar-se da mídia.

A mídia midiaticizou-se

Não apenas nos recantos especializados ou autarquias opinativas mas junto da própria informação. Porque o juízo sobre a informação tornou-se tão importante quanto a própria informação. O território da crítica expandiu-se de forma tão extraordinária que os críticos tornaram-se criticados e a matéria criticada tão importante quanto aquela tida como acrílica.

A internet consagrou-se imediatamente como canal alternativo para fugir dos impasses produzidos pelos grupos de pressão na grande imprensa. E, na semana seguinte, os blogs de soldados, jornalistas ou civis envolvidos surgiam como alternativa da alternativa.

(...)

No grande circo da mídia de nada adiantam lantejoulas, aparelhos, músculos e ousadia. Equilíbrio significa treino, experiência, consciência.

Por mais informações que estejam sendo disseminadas, por mais acessos que estejam sendo oferecidos, por mais ferramentas que estejam sendo disponibilizadas, o leitor-ouvinte-telespectador-internauta necessita de

alguém capaz de oferecer-lhe os ingredientes para juntar os fragmentos, colar as sobras, fundir estilhaços. Perdido no campo de batalha, está reclamando uma voz ponderada capaz de desvendar a dimensão do acontecimento no qual está envolvido e, ao mesmo tempo, acalmar seus medos diante dos seus desdobramentos.

Procuram-se personal editors.

Ondas gigantes e redações vazias

Alberto Dines

04 de janeiro de 2005. nº 310, ano 10¹³⁵

O maremoto pegou os países do Oceano Índico de surpresa. Não possuíam sistemas de detecção de cataclismos e não puderam avisar as populações litorâneas para procurar abrigo em lugares mais altos. Mas se porventura possuíssem algum tipo de alarme, ousariam assustar os milhares de turistas que lotavam os resorts na temporada mais quente do ano? Correriam o risco de produzir um alarme falso e provocar milhares de cancelamentos em aviões e hotéis?

Já surgiram diversas teorias conspiratórias, George W. Bush naturalmente aparece na maioria delas como o principal culpado. Se tivesse assinado o Protocolo de Kyoto os deuses certamente refreariam a ira e diminuiriam o tamanho das ondas que mataram cerca de 150 mil pessoas.

A mídia precisa de réus e bodes expiatórios, sobretudo quando os mediadores não têm apetite ou competência para oferecer explicações, informações ou reflexões mais aprofundadas. Apesar da caça aos culpados pelo tsunami nenhum jornal ou revista teve a coragem de discutir os efeitos predatórios do turismo de massa.

Sem os paraísos desconhecidos no mundo subdesenvolvido (onde o dólar mesmo enfraquecido vale ouro), como enganar as multidões de europeus e americanos (do norte e do sul) que necessitam do exotismo para sentirem-se seguros e superiores?

(...)

(135) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ondas-gigantes-e-redacoes-vazias/>

O tsunami desvendou mais uma vez a fragilidade do esquema operacional da nossa mídia. Nos feriados, nas férias de verão, nas festas de fim de ano e Carnaval evidenciam-se em toda a extensão o enjugamento do pessoal, do papel e o descaso pela qualidade da informação.

(...)

Com a fatura de informações transmitidas por agências e veículos internacionais ninguém foi furado, mas o material publicado no Brasil – comparado com a imprensa internacional – saiu apertado, tosco e mal editado.

Uma gafe na paulicéia merece ser citada como paradigma da improvisação: enquanto na sexta (31/12), na última edição do *Estado de S. Paulo* (pág. A 11), dizia-se que 'Tribos aborígenes sobrevivem', no mesmo dia, com destaque ainda maior (manchete de página, pág. A-11) a *Folha* proclamava: 'Populações nativas de ilhas indianas correm o risco de ter sumido – Mar pode ter submergido culturas inteiras'.

Qual dos dois sensacionalismos é o correto? A *Folha* não acusou o erro e o *Estadão* nem deve ter reparado. Aparentemente, os aborígenes se salvaram porque não querem saber de turistas nem de praias paradisíacas. Preferem lugares altos e distantes.

Há que rezar

A *Folha* foi o único dos três jornalões a despachar um jornalista da sede para cobrir a tragédia in loco. A primeira matéria da repórter Fabiane Leite, em Phuket e Phangnga, Tailândia, é impressionante. Descreve o seu trabalho carregando cadáveres, obrigada a ajudar. 'Não havia tempo para tristezas', comenta. A *Folha* concorda: impassível, incapaz de refletir a emoção da repórter, publicou a chamada lá embaixo, nos porões da primeira página, lugar das tragédias velhas – a da boate em Buenos Aires era mais quente.

Veja (nº 1.886, 5/1/05) desperdiçou a oportunidade de fazer uma edição histórica como a do massacre terrorista na escola de Beslan. Havia anunciado que não sairia no Natal (como o fazem diversos semanários), portanto o tsunami com todos os seus horrores seria seu na primeira edição do ano. Não foi: a matéria é mirrada (apenas 6 duplas), sem elementos novos, convencional. Salvou-se a foto da capa, excepcional. O editor de fotografia (ou de arte), tal como aconteceu com a capa de Beslan, soube encontrar naquela montanha de fotos horripilantes, a mais tocante. A mesma usada pelo *Economist*.

Os cronistas-vedetes ofereceram charmosos vexames. No domingo (2/1), o impagável Luis Fernando Verissimo resolveu tratar do tsunami e re-

gistrou que no momento em que escrevia havia a notícia de 20 mil mortes (cifra registrada nos jornais da terça-feira anterior). Cinco dias depois, quando a matéria foi publicada (*O Globo*, pág. 7), o número de mortos chegava a 150 mil. Crônica também é informação – sim ou não ?

(...)

Precisamos rezar para que não aconteçam mais tsunamis. Por inúmeras razões.

Blogs agem mais rápido que o governo

Carlos Castilho

06 de setembro de 2005. nº 345, ano 10¹³⁶

Os blogs americanos de todos os tipos mostraram que, pelo menos na tragédia do furacão Katrina em Nova Orleans, a solidariedade online foi muito mais efetiva e rápida do que o governo do presidente George W. Bush

As primeiras redes de auto-ajuda começaram a se formar já na quarta-feira (31/8), quando os blogueiros se deram conta de que algo muito sério estava acontecendo com seus colegas da área de Nova Orleans, pois 80% deles emudeceram repentinamente.

Nem no caso do tsunami asiático houve um colapso tão grande nas comunicações via telefone celular, numa área específica.

A impressionante agilidade demonstrada pelas mais diversas organizações mostrou como ações promovidas por grupos menores e identificados com as bases de uma comunidade conseguem aquilo que a mastodôntica burocracia estatal leva dias para movimentar.

Um caso que merece ser mencionado é o do site CraigList, um megaclassificado de busca e oferta de empregos, que em menos de um dia mudou a sua estrutura para apoiar as vítimas da inundação em Nova Orleans. O Craig List passou a ser a principal referência para pessoas procurando pessoas desaparecidas, enquanto o site MoveOn, normalmente especializado na organização de reuniões políticas, criou rapidamente um site para ajudar as pessoas a encontrar abrigo e casas para dormir.

(136) <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/blogs-agem-mais-rapido-que-o-governo/>

Governo atropelado

Enquanto isso o governo americano batia cabeça numa lamentável demonstração de despreparo e amadorismo num desastre de proporções bíblicas e organizações internacionais como a Cruz Vermelha adotavam posturas burocráticas como a de só aceitar donativos em dinheiro, conforme revelou publicação online Wired News.

Até mesmo os sites universitários foram mais rápidos do que as autoridades da Federal Emergency Management Agency (FEMA), entidade equivalente à nossa Defesa Civil. A revista Online Journalism Review, da Universidade do Sul da Califórnia, criou, já no dia primeiro de setembro, uma página especial para monitorar a cobertura da imprensa americana sobre o drama de Nova Orleans.

E a rede de televisão NBC instruiu todos os seus repórteres e âncoras para participarem do blog do principal noticiário da emissora para tranquilizar os moradores em áreas atingidas pela inundação, prevista com dias de antecedência pela imprensa mas ignorada pelo presidente George W. Bush, até o momento em que a tragédia ameaçou atropelar o governo americano. [Postado às 20h01 de 3/9/2005]

O jornalismo chamado às falas

Ulisses Capozzoli

1º de março de 2005. nº 318, ano 10¹³⁷

Na repercussão do assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, a mídia tem insistido na expressão 'ausência do Estado'.

O que significa isso?

Que seria o bastante a estrutura formal do Estado, de um ponto de vista conceitual, que remete a Montesquieu e seu Espírito das Leis (1748), envolvendo a divisão dos poderes legislativo, executivo e judiciário? Certamente que não é assim, a menos que se acredite num congelamento da História, quando as relações sociais teriam cessado e, por isso, sínteses novas deixado de ocorrer.

A alegada 'ausência de Estado' certamente é verdadeira, mas não no sentido restrito de se pretende dar a essa expressão.

O Estado moderno, desde que parcelas significativas das diferentes sociedades foram alfabetizadas, não pode, de forma alguma, ser separado da imprensa, da mídia, do jornalismo que se pratica nas sociedades. E se esta proposição for aceita, a conclusão é de que a 'ausência do Estado' nessas áreas de violência e injustiça equivale a 'ausência de imprensa', no sentido de sua obrigação de denunciar as desestruturações sociais fermentadoras de situações de caos.

Um leitor ou leitora poderia facilmente argumentar que as guerras de narcotraficantes nos morros do Rio de Janeiro, por exemplo (mas não só no Rio), refutam essa hipótese, já que a mídia está freqüentemente relatando ocorrências no front desses enfrentamentos. Este é um caso onde a lógica fácil pode conduzir a conclusões rápidas, mas profundamente equivocadas.

Para deixar discussões urbanas como os confrontos dos morros para uma outra ocasião, vamos dizer apenas que o fato de a mídia tocar no assunto não significa que esclareça ocorrências mais profundas sobre esse

(137) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-jornalismo-chamado-as-falas/>

mesmo assunto. Ou, em uma palavra apenas, a mídia oferece soluções tóxicas para enfermidades sociais sistêmicas – para tirar partido da analogia, ligadas a uma falência múltipla de órgãos.

A conclusão, neste caso, é que a mídia está despreparada para retratar a realidade que tem diante dos olhos e as razões para esta impotência são múltiplas.

(...)

Mais do que um surto, será apenas um susto?

Gabriel Perissé

15 de janeiro de 2008. nº 468, ano 13¹³⁸

No século 18, não há registro de epidemia de febre amarela no Brasil, apenas casos isolados. Em 1892, porém, a moléstia matou 1.742 pessoas na cidade de Santos, em São Paulo. Em 1896, 788 pessoas morreram em Campinas. Em um só dia do verão de 1894, 59 pessoas faleceram no Rio de Janeiro. Entre 1897 e 1906, na então capital do país 4 mil imigrantes morreram do temível mal.

Uma das filhas do presidente Rodrigues Alves morreram de febre amarela. Seu empenho em debelar a doença levou-o a apoiar Osvaldo Cruz numa campanha agressiva, gostassem ou não a população e os jornais naquele início de século 20. O termo 'campanha' era proposital, como explica Moacyr Scliar em seu livro *Do mágico ao social: trajetória da saúde pública*. Associava-se a campanha militar, o que traduzia o 'caráter organizado, autoritário, do trabalho a ser realizado'.

Em 1908, declarou-se erradicada a febre amarela no Brasil, o que não correspondia bem à verdade. Sobretudo no norte do país continuaram existindo focos da doença. E, como alertou o médico e escritor Pedro Nava num de seus livros, qualquer epidemiologista sabe que moléstia infecciosa alguma está totalmente extinta...

(138) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/mais-do-que-um-surto-sera- apenas-um-susto/>

Valorizando a informação

Quase um século depois, houve 18 mortes em 1999, e 39 em 2000. Entre 2001 e 2007 registraram-se 63 casos fatais. Em 2004, o dr. Drauzio Varella contraiu a febre amarela numa de suas viagens à Amazônia. 'Bobeei', como disse em entrevistas, com sinceridade e humildade. Quase morreu, e aproveitou a ocasião para escrever um novo livro: O médico doente.

Começo de 2008, a febre transformou-se em notícia urgente, renitente e recorrente. A população e seu medo inconsciente de voltar ao século 19, sofrendo o que os nossos avós e bisavós sofreram. A febre propalou-se muito mais pela mídia do que por qualquer outro meio de disseminação. A corrida aos postos de vacinação reflete a onipresença e insistência da notícia. Se redundasse em imunização ouvir mais de cinco vezes por dia que a febre amarela quer recuperar o espaço perdido, bastaria assistir aos telejornais.

Mais do que surto, será apenas um susto? O susto é bom; previne. Sinal também de que a população valoriza a informação. Por outro lado, várias Secretarias de Saúde observam que muitos se vacinam sem necessidade. Pessoas que já haviam recebido a vacina nos últimos 10 anos fazem questão de 'garantir'...

Furo galáctico

Marinilda Carvalho

31 de agosto de 2004. nº 292, ano 09¹³⁹

Um furo galáctico, histórico. Depois de uma cobertura espetacular das Olimpíadas, com câmeras exclusivas e equipe gigantesca, a TV Globo deixou de exibir ao vivo o acontecimento mais extraordinário dos Jogos: o ataque de um irlandês mentalmente perturbado a Vanderlei Cordeiro de Lima, o brasileiro que liderava a maratona e estava a poucos quilômetros da chegada. A Globo exibiu um filme dos Trapalhões em lugar do 'evento nobre das Olimpíadas' – nas palavras de Galvão Bueno na mesa-redonda que dividia todas as noites com Armando Nogueira e Renato Maurício Pra-

(139) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/furo-galactico/>

do, no canal pago Sportv!

Pois a Band mostrou. E furou a poderosa concorrente.

(...)

A exclusividade da cabeçada de Zidane

Alberto Dines

11 de julho de 2006. nº 389, ano 11¹⁴⁰

A cabeçada de Zidane em Materazzi na final da Copa do Mundo é extraordinariamente simbólica. Destrói a encenação em torno desta Copa da Conciliação e mostra que, enquanto os alemães conseguiram cicatrizar suas grandes feridas, outros europeus simplesmente as escondem.

O que disse Materazzi ainda não se sabe. Mas disse algo muito violento. A cabeçada é um golpe muito usado no mediterrâneo árabe. Normalmente, visa a testa do adversário e, quando bem aplicada, pode fazê-lo desmaiar. Zidane reprimiu-se, atingiu o italiano no peito – e o cara desabou.

Algo muito brutal disse o italiano para soltar os instintos mais primitivos do cerebral Zidane. Os 800 jornalistas presentes à Copa da Conciliação eram capazes de citar estatísticas, fazer elaboradas previsões numerológicas, mas não conseguiram entender o final infeliz da Copa do Entendimento e da Amizade.

Aquela cabeçada ainda vai dar muita dor de cabeça. Sobretudo a nós, brasileiros. Aquela cena histórica pode ser reproduzida em fotos, pode ser narrada em palavras, mas as imagens em movimento estão embargadas. Aquilo que o Jornal Nacional mostrou na segunda-feira faz parte da história e não apenas do futebol mas está embargado, vetado. Pertence apenas à Globo (e às emissoras que compraram a exclusividade de transmissão pela TV paga).

O jornalismo-espetáculo finalmente mostrou-se por inteiro, exibiu todas as suas aberrações: chegamos ao cúmulo de trancar os fatos dentro dos cofres. Quando um documentarista do futuro pretender contar a his-

(140) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-exclusividade-da-cabecada-de-zidane/>

tória da intolerância neste ano de 2006, será obrigado a deixar em branco algumas cenas da final desta Copa. Ou tapá-las.

A história do mundo agora tem dono.

O papa que a mídia mostrou ao maior dos países católicos

Luiz Weis

26 de abril de 2005. nº 326, ano 10¹⁴¹

A última vez que se escolheu um papa – aliás, dois, porque o primeiro morreu aos 33 dias de pontificado – foi em 1978, quando a maioria dos atuais jornalistas brasileiros que participaram de alguma forma da cobertura da eleição de Bento 16 provavelmente ainda não eram nem projeto de foca.

Começou por aí o desafio de contar da melhor forma a história de um evento de interesse mundial cuja mais recente versão se deu há 27 anos – e ainda por cima para um país onde o catolicismo, embora em queda ininterrupta desde 1950 e acelerada desde 1980, ainda é, de longe, a religião predominante, com o maior número de fiéis do mundo.

Sem falar que o trabalho da mídia passou nessas quase três décadas por uma mudança muito mais radical do que a substituição da pena pela máquina de escrever, nas redações, ou do advento do fotolito e da composição a frio, nas oficinas.

'Quando João Paulo II foi eleito', comentou David Carr sábado passado, 23, no *New York Times*, 'não havia imprensa livre na Polônia, muito menos a internet e a cobertura 24 horas por dia das TVs a cabo, obrigando a mídia a confiar nas biografias oficiais do Vaticano, acompanhadas de entrevistas aparentemente aleatórias com cidadãos poloneses'. 'Muito diferente é o mundo da mídia que saúda Bento', escreveu ele no artigo 'A mídia e o Vaticano: metas opostas'.

As implicações são claras. Daquela vez se tratava de descobrir, com as mencionadas limitações políticas e técnicas, quem era esse tal de Karol Wojtyla – a respeito de quem a desinformação geral era agravada por ser

(141) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-papa-que-a-midia-mostrou-ao-maior-dos-paises-catolicos/>

ele polonês e não italiano –, por que o colégio cardinalício tomou tão extraordinária decisão e o que se poderia esperar do seu pontificado.

Desta vez, a imprensa banhada em olor de tecnologia – os repórteres credenciados recebiam os alertas do Vaticano nos seus celulares – tinha diante de si um ilustre conhecido, 'que entrou papa e assim saiu do conclave', conforme o fecho glorioso, como se diz em jornalês, de um texto de Marcelo Godoy, no *Estado de S. Paulo* de quarta-feira, graças a uma votação em que 'deu ao mesmo tempo a lógica e a zebra', na bem empregada terminologia esportiva do colunista Luis Fernando Verissimo, no *Globo* de domingo.

(...)

Editoriais divergentes

Em geral, nenhum dos jornalões brasileiros fez feio ao apresentar o sucessor de João de Deus com os devidos pertences. Mas houve importantes variações de abordagem e ênfase. Começando pela primeira página: enquanto a *Folha* falou em 'conservador alemão' já na manchete, e *O Globo* em 'conservador puro e duro', além de 'Panzer Kardinal' no título de uma chamada e 'Divisão no Brasil' em outro, o mais perto da controvérsia que o Estado se permitiu chegar está na última frase da chamadona: 'Na Alemanha, a nomeação foi recebida com considerável reserva'.

Já *O Globo* não precisava dizer logo de saída que Ratzinger fala 10 línguas como exemplo de sua 'consistência intelectual'. Por esse critério, Silvia Broome, a personagem vivida por Nicole Kidman no filme *A intérprete* teria um intelecto mais notável do que o seu rosto.

As discrepâncias das primeiras páginas se repetiram nos editoriais. A *Folha* ('Bento 16, opção ortodoxa') disse que a sua eleição 'representa uma inequívoca vitória da ala mais conservadora da Igreja Católica'. Já o Estado ('O sucessor natural de Wojtyła') não viu no conclave 'vencedores e vencidos'. *O Globo* ('Enigmas romanos') se perguntou 'se este seria o nome mais indicado para atender às atuais expectativas de católicos e não católicos em face da Igreja de Roma'.

Nessa mesma linha, a *Folha* sustentou que os cardeais fizeram 'uma aposta de risco', ao escolher um 'europeu, centralizador, arqui-conservador', responsável pela 'grande proximidade (de João Paulo II) com prelações tradicionalistas, como o Opus Dei'.

Se dos três diários a *Folha* foi o mais crítico – lembrando ainda que Ratzinger, além de próximo de um 'fundamentalismo católico', acredita que o

catolicismo é superior às outras igrejas cristãs, 'e mais ainda sobre outros credos' –, o Estado foi o mais 'católico'.

Afirmando que em 1978 foi Ratzinger quem propôs o nome de Wojtyla, como 'alguém com autoridade moral para conter os excessos e capaz de produzir uma nova evangelização', o jornal opinou: 'O rebanho católico quer um timoneiro de mão firme no comando da barca de Pedro'.

No entanto, uma enquete do Portal *Estadão*, na véspera, deu que 68% dos respondentes não gostaram da escolha do papa (32% gostaram).

(...)

Duas questões sobre a visita do cowboy

Alberto Dines

09 de março de 2007. nº 423, ano 12¹⁴²

Duas perguntinhas relacionadas com a visita do presidente Bush ao Brasil:

1) Por que a nossa mídia está usando a palavra etanol em vez de álcool? Se os dois nomes referem-se ao mesmo produto e se usamos o álcool nos carros desde 1975, quando começou o Pró-Álcool, por que, de repente, nossa imprensa adotou o modismo do etanol, oriundo do inglês? Para ficar mais chique? Experimentem ir a um posto de gasolina e pedir ao atendente para encher o tanque com... etanol. Justo no momento em que os Estados Unidos se curvam diante de nossa tecnologia e da nossa inventividade, a nossa mídia volta ao antigo 'entreguismo' e entrega-se à velha fantasia de imaginar-se americana. Pelo menos ainda não estão escrevendo etanol com o 'h' depois do 't'.

2) A outra pergunta: 'visita de trabalho' só pode realizar-se em São Paulo? Por acaso não se trabalha em Brasília? Todas as visitas de chefes de estado são encontros de trabalho para firmar acordos negociados com muita antecedência. A verdade que a mídia não revelou é que o Itamaraty não queria receber Bush na Capital Federal para desobrigar-se das inevitáveis

(142) <http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/duas-questoes-sobre-a-visita-do-cowboy/>

pompas protocolares. Pretendia assumir uma certa superioridade diante do poderoso chefão, mas quem está pagando o pato desde ontem é o paulistano, torturado pelo caos no trânsito. Para não parecerem 'entreguistas' nossos diplomatas entregaram São Paulo à prefeitura de Bagdá.

A tragédia virou novela

Alberto Dines

Editorial do *Observatório da Imprensa* na TV nº 457, no ar em 15/4/2008¹⁴³

Bem-vindos ao *Observatório da Imprensa*.

A tragédia da menina Isabella Nardoni converteu-se numa telenovela policial. Com a ajuda dos poderosos holofotes da mídia estamos transformando o país num imenso fórum de Sherlocks Holmes.

A violência contra uma criança de cinco anos vem sendo gradualmente esquecida, Isabella já não horroriza nem comove. Aparentemente esganada e em seguida jogada do sexto andar, Isabella tornou-se secundária. A vítima está importando menos do que o seu ou seus assassinos.

Ao contrário do que ocorreu há pouco mais de um ano, quando o menino João Hélio foi despedaçado pelas ruas do Rio, Isabella passou a ser mero pretexto para despertar o espírito detetivesco, tanto dos mediadores como dos mediados.

Uma das funções da mídia, entre outras, é fazer pensar. Mas, neste caso, ninguém quer pensar – prefere-se acusar, julgar e encerrar o assunto. Mas o interesse da sociedade é fazer justiça. Fazer justiça é uma das maneiras de encerrar este ciclo de crueldade pelo qual pouca gente está realmente se importando.

(143) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/caso-isabella-interesse-publico-ou-do-publico/>

Tropa das elites

Luiz Humberto Viana

22 de julho de 2008. nº 495, ano 13¹⁴⁴

As pesquisas em Comunicação discutem há algum tempo os efeitos das comunicações de massa. Com certeza, uma das contribuições mais utilizadas nos estudos na área é a hipótese do agenda-setting. Tal teoria fala sobre a maneira como a mídia, entendida aqui em sua totalidade (jornais, revistas, televisão, cinema, publicidade etc.), é capaz de influir nos assuntos discutidos pela sociedade.

No ano passado, o filme *Tropa de Elite*, do cineasta José Padilha, causou um reboliço. Ganhador de prêmios e quebrando recordes, a obra ganhou muito espaço nos meios de comunicação, que repercutiam exaustivamente os louros colhidos pela equipe de produção. No entanto, um tema foi excluído da agenda da imprensa – exceto pela posição de alguns articulistas. A maneira como *Tropa de Elite* tornava a ação truculenta e despreparada de policiais que ‘subiam o morro pra deixar corpo no chão’.

Aqueles que não conhecem a história, devem ser alertados de que o herói do filme é um policial do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio de Janeiro chamado de capitão Nascimento. A trama se desenvolve na procura do protagonista em achar um substituto para a chefia. Nesse trabalho, o personagem, interpretado por Wagner Moura, entra nas favelas matando e utilizando métodos de tortura contra os criminosos, suspeitos ou culpados.

Uma estranha ética

É indiscutível que o filme foi sucesso de público, quem sabe um dos mais vistos – contabilizadas as cópias piratas – da história do cinema nacional. Existem relatos de que ao final das exhibições de estréia no cinema, o público gritava ‘caveira’, o símbolo do Bope. *Tropa de Elite* reavivou uma demanda antiga da sociedade brasileira, um pensamento que deseja uma polícia pronta para matar pobres e negros, pois seriam eles as ‘ervas dani-

(144) http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/tropa_das_elites/

nhas' do país, um renascimento do Esquadrão da Morte.

Esse tipo de tática de policiamento, que mantém tropas para isolar as periferias das grandes cidades, que foram regularmente sufocadas pela expansão dos condomínios de luxo, funciona como um cordão sanitário com o intuito de manter os traficantes, e não os produtos por estes comercializados, longe do asfalto. Esse comportamento é valorizado por nossas elites, quando voltado para os pobres.

A capacidade da mídia em criar modelos de comportamento pode ser comprovada nos efeitos que condenam jovens à anorexia e a outras deformações do corpo, por meio de anabolizantes ou remédios para emagrecer. Tropa de Elite elevou à condição de ídolo um policial que mata e tortura, em prol de uma estranha ética e de uma razão que parece, de acordo com o filme, ser justificada em si mesma.

O morro e o asfalto

Quais os efeitos dessa forma de narrar o cotidiano na criação de modelos de comportamento? É claro que não se pretende defender que pessoas normais vão metralhar outras em nome do bem comum – apesar de apoiarem que as instituições que possuem o monopólio da violência legítima façam isso. No entanto, é possível que essa adoração influencie o comportamento de policiais espalhados pelo Brasil?

Há poucos dias, o menino João Roberto Amorim Soares, de apenas três anos de idade, foi assassinado por policiais que participavam da perseguição de um carro do mesmo modelo, que a mãe da criança dirigia. Os dados da perícia e as imagens de um circuito interno de segurança de um prédio próximo confirmam a truculência com que a PM carioca agiu. Foram disparados, pelo menos, 16 tiros contra o automóvel.

Vítima de um seqüestro-relâmpago, Luiz Carlos da Costa, de 36 anos, foi assassinado no fim da noite de segunda-feira, dia 14, no Rio de Janeiro. O alarmante do fato é que quem matou o rapaz foi a própria polícia, numa perseguição em que os policiais dispararam contra o carro e acabaram acertando Luiz.

Estes eventos, que distam oito dias um do outro, refletem exatamente a forma como a Tropa de Elite e o capitão Nascimento agem, mas na favela. Quando os tiros disparados acertam pessoas que habitam o asfalto, os policiais viram bandidos, monstros e despreparados. É claro que estão errados os que matam na favela e os que matam no 'asfalto', são ambos policiais que recorrem a violência como recurso no combate à criminalidade.

(...)

Compete à imprensa ser crítica em relação àquelas cenas do filme de José Padilha. No entanto, as reportagens e matérias serviram como tribuna para que o diretor afirmasse que seu filme não era fascista e que não espetacularizava a violência policial. Desta maneira, os meios de comunicação contribuíram para a formação no Brasil de uma Tropa das Elites que pode matar, torturar e exterminar aqueles que estão nas favelas. E insiste em ignorar o fato de que existe uma 'tropa de elite' que elege padrões de comportamento e influência policiais a agirem sem respeito à vida humana, tanto no morro quanto nos condomínios de luxo.

Quem matou Eloá?

Nelson Hoineff

21 de outubro de 2008. nº 508, ano 13¹⁴⁵

A desastrosa participação da mídia eletrônica no episódio do seqüestro de Santo André (SP) revela menos sobre o seqüestro do que sobre a própria mídia. O seqüestrador não tinha antecedentes e estava tomado pela emoção. Tornou-se um assassino pela sua inabilidade em lidar com uma situação circunstancial. A televisão, porém, essa incentivou – e provocou – o assassinato.

A mídia tinha inúmeros antecedentes – e estava movida pela cobiça. O seqüestrador vai passar alguns anos numa penitenciária, apanhar bastante, possivelmente ser estuprado e ser devolvido para a sociedade inutilizado. A mídia, nesse período, já terá tirado proveito de várias dezenas de casos semelhantes. Para os programas policiaiscos, o caso de Santo André será na melhor das hipóteses lembrado como um número. Um bom número que só interessa ao Comercial.

A impunidade de um tipo de 'jornalismo' (o nome vai entre aspas para preservar a dignidade da atividade) movido pela hipocrisia, pela estupidez e pela maldade só não é maior que o dinheiro que ele gera. No episódio de

(145) <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/quem-matou-eloa/>

Santo André, a mídia (ou uma certa mídia) foi um agente ativo dos acontecimentos. O desfecho só foi possível pela ação direta da cobertura ao vivo da TV sobre o seqüestrador, pela sua capacidade em entronizá-lo como uma rápida celebridade midiática (não mais efêmera do que qualquer outra), de transtorná-lo, de amplificar uma ação criminosa pueril e deixar o seqüestrador sem opções. Tudo, enfim, o que já é conhecido por quem acompanhou o caso.

Não há dúvida possível sobre quem de fato matou a jovem de 15 anos. Para a mídia que matou a jovem não há punição e muito menos remorso. Já na manhã seguinte, as emissoras disputavam o privilégio de falar com a nova advogada do seqüestrador, uma pobre senhora já àquela altura deslumbrada com os holofotes, isca viva de repórteres e 'âncoras' à espera da carniça.

Quem saca primeiro

O mau jornalismo que se pratica em boa parte da televisão brasileira tem a perversa característica de não alimentar dúvidas do espectador sobre o que ele está vendo. Ele – que para as emissoras não é um indivíduo, mas um consumidor – dificilmente se dá conta das circunstâncias que levam à espetacularização do fato policial e do que isso representa para a sua banalização.

Os espectadores são levados a acompanhar o desfecho de um seqüestro da mesma forma como acompanham o grand finale de uma série de ficção, sem perceber que ambas estão sendo escritas da mesma maneira: a ficcional tendo como base o papel, a real como matéria-prima a manipulação dos sentimentos dos protagonistas – a audiência e os diretamente envolvidos nos acontecimentos. Uns como os outros, seres humanos.

Na cobertura do dia-a-dia, helicópteros e holofotes acompanham ao vivo até as mais banais rixas de rua, e é um milagre que não as transformem todos os dias em crimes pesados. Isso acontece para gerar um ponto percentual de audiência, e para que isso aconteça os espectadores são induzidos a acreditar na relevância daquelas pequenas disputas.

A má televisão não hesitou um segundo em transformar um obscuro namorado abandonado de 22 anos numa celebridade instantânea, como se fosse um reality show com direitos gratuitos. A morte de uma menina e a destruição de famílias foram corolários espetaculares desse sucesso. Está na hora das suítes, depois os especiais e as matérias requentadas, até que

essa mesma televisão transforme outro infeliz no sucesso do momento – e o repórter que sacar primeiro um celular gere aquele 0,1% de audiência capaz de vender algumas caixas de iogurte a mais.

A propósito: como era mesmo o nome completo daquela menina que jogaram pela janela.

E a imprensa arremeteu

Gilson Caroni Filho

24 de julho de 2007. nº 443, ano 12¹⁴⁶

A fumaça ainda escapava dos escombros do prédio onde funcionava o terminal de cargas da TAM. Os bombeiros tentavam conter as chamas e ainda não haviam conseguido chegar ao avião. Era impossível determinar o número de pessoas mortas. Ainda assim, sem qualquer possibilidade de precisar os fatos, o jornal da família Marinho, com edição fechada poucas horas depois da tragédia, chegava às bancas na quarta-feira (18/7) com as causas do desastre elucidadas.

'Dez meses depois do que tinha sido o maior acidente da aviação brasileira, um Airbus A-320 da TAM, com 176 pessoas a bordo – 170 passageiros e seis tripulantes – explodiu por volta das 18h50m de ontem, após derrapar na pista principal do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, tentar arremeter, atravessar a movimentada Avenida Washington Luís e se chocar, do outro lado da pista, contra um prédio onde há um depósito de combustível da própria TAM.' (*O Globo*, 18/7/2007)

O texto não deixava qualquer margem para dúvidas.

Sem dispor de qualquer informação confiável, a matéria, intitulada 'Tragédia anunciada', é uma demonstração cabal de como se faz jornalismo quando a pauta sobredetermina a apuração e a edição. Mesmo não dispondo das imagens da torre de controle e de dados retirados da caixa-preta devidamente periciados, a imprensa não hesitou em inserir o acidente numa suposta crise gerencial do setor aéreo.

(146) <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/e-a-imprensa-arremeteu/>

Tratava-se de encontrar a ranhura que atingisse o governo. O que estava em causa era a construção da 'crônica da tragédia anunciada'. Ao incluir as vítimas fatais no seu cálculo político, mais uma vez a mídia folhetinizou a tragédia, banalizando a vida. O desrespeito aos mortos e a falta de solidariedade às famílias estiveram presentes em quase tudo que se leu, falou ou ouviu na imprensa nativa, horas depois do acidente.

Falha mecânica

O bordão 'quase 350 mortes em dez meses', repetido à exaustão por quase todos os veículos, busca dar por comprovada uma grave crise na aviação comercial brasileira sem, no entanto, estabelecer os nexos causais que o demonstrem. Se em 2006, a direita golpista e sua mídia não consumaram a tentativa de golpe institucional, as tentativas não cessarão na guerra declarada no segundo mandato.

Passados três dias, as imagens mostraram que o Airbus da TAM pousou no ponto ideal, porém, em vez de perder velocidade, acelerou de tal forma que atravessou em três segundos determinado trecho da pista. Onde está a derrapagem do parágrafo transcrito acima?

É bem verdade que a TV Globo deu a informação sobre a falha no reversor da turbina direita do avião. Cumprindo a liturgia do Jornal Nacional, programa de maior intensidade dramática da emissora, William Bonner anunciou, na edição de quinta-feira (19/7), com a habitual locução dramática:

'O avião da TAM que se chocou contra o prédio da empresa, em Congonhas, tinha um defeito no reversor da turbina direita desde o dia 13, sexta-feira passada. O problema tinha sido detectado pelo sistema eletrônico de checagem do próprio avião, mas o avião da TAM continuou a voar, nos dias seguintes, com o reversor direito desligado.' (...) 'A confirmação de que o avião prefixo MBK, destruído na tragédia de terça-feira, foi o mesmo que quase se acidentou na véspera, reforça a hipótese de que o acidente tenha sido consequência de falha mecânica.'

'...e não se sabe o que houve'

Respondendo ao repórter César Tralli sobre a contribuição da pista molhada para o acidente, o brigadeiro Jorge Kersul Filho, chefe da comissão que investiga o acidente, afirmou tratar-se de 'chuva leve, que daria uma camada de 0,6mm na pista. Então a probabilidade de que água na pista tenha influenciado nesse acidente é pouco provável, mas ainda assim é uma

hipótese a ser considerada'.

O que temos, então? A primeira notícia do *Globo*, dada como fato irrefutável, é uma hipótese pouco provável. Como explicar a grave derrapagem da imprensa brasileira? Falta de grooving na apuração e edição? Desligamento do transponder ético? Ou problema no reversor da turbina que instrumentaliza politicamente a dor de mais de 200 famílias que choram seus mortos?

Qual será o foco agora? O gesto feito por Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, e rapidamente interpretado como sendo de comemoração? Com seu campo de ação no episódio ficando menor que a pista de Congonhas, para onde nossa imprensa vai arremeter? Qual o próximo choque com a verdade?

O momento pede consternação e não gestos rápidos. A manchete de quinta-feira (19/7) do *Globo* foi emblemática: 'Infraero, Anac, Decea, Cindacta, FAB... e não se sabe o que houve'. Como não se sabe? Os editoriais estão carregados de certezas.

PS: Este artigo foi concluído na sexta-feira (20/07), às 19h. É provável que até sua publicação neste Observatório novas informações tenham surgido. Nada que altere as idéias centrais nele contidas.

O bom senso desmoronou no buraco da Linha 4

Luciano Martins Costa

23 de janeiro de 2007. nº 417, ano 12¹⁴⁷

Dona Augusta, 63 anos, mãe de Reinaldo Aparecido Leite, motorista do microônibus que foi tragado pela cratera surgida na obra do metrô na Zona Oeste de São Paulo, fez ao repórteres presentes ao enterro do seu filho, na sexta-feira (19/1), as perguntas que nenhum jornalista havia até então apresentado às autoridades e responsáveis pela construção.

Ela começou contestando o modelo de negociação geralmente utilizado nas desapropriações para obras públicas, que consiste basicamente em estrangular o proprietário até fazê-lo aceitar o menor preço. 'Por que pagar o valor venal do imóvel, se vale mais?', perguntou, em sua simplicidade, questionando por que esses processos não consideram o valor real de mercado dos imóveis. Mais adiante, levantou a hipótese de o consórcio responsável pela obra ter negligenciado a necessidade de interditar a rua Capri aos primeiros sinais de instabilidade no terreno.

Dona Augusta compôs suas dúvidas durante o tempo que passou conversando com moradores de casas interditadas na região. Desenvolveu suspeitas, como um jornalista deveria fazer, e lançou-as ao ar quando teve a oportunidade e microfones diante de si. Iniciou sua resposta aos jornalistas pontificando sobre a simplicidade e os valores de sua família. 'Somos pobres, mas trabalhadores, gente honesta', declarou, e alinhou as perguntas que, segundo ela, sua família gostaria de ver respondidas.

De resto, as dúvidas de dona Augusta são muito semelhantes às questões que ficam para a opinião pública, passados mais de dez dias do acidente que paralisou a cidade e que provavelmente vai afetar a reputação da Companhia do Metropolitano, até aqui muito bem avaliada pelos usuários de transporte coletivo.

Maximizar lucros

Por trás dos questionamentos da mãe do motorista Reinaldo, sobram espaços para a sociedade discutir as relações entre a imprensa e o poder

(147) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-bom-senso-desmoronou-no-buraco-da-linha-4/>

público e entre a imprensa e as empresas encarregadas das grandes obras de infra-estrutura.

No momento em que o governo federal conclui seu PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em meio a discussões sobre o papel do governo e da iniciativa privada no financiamento de obras públicas, parece interessante analisar o comportamento da mídia diante do desastre que coloca em questão o modelo de concessão de obras no qual a presença fiscalizadora do Estado é considerada irrelevante.

Primeiramente, convém observar que, para a imprensa em geral, é quase tabu questionar a qualificação técnica do setor privado. O máximo que se constata é a alegação genérica de 'falha humana' ou 'falha técnica', como um evento circunstancial, e não como um risco altamente previsível, diante do modelo que comprime investimentos considerados não essenciais.

Como disse um engenheiro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas ao comentar o desastre, 'se houve falha e o consórcio admite, podemos esperar mais segurança na seqüência da obra; mas, se, como quer fazer crer a imprensa, o desastre foi resultado de uma sucessão de fatalidades como a chuva ou as falhas geológicas do terreno, melhor não andar de metrô daqui para a frente'.

Também faz sentido lembrar que o modelo de negócio em si, que o governador José Serra chamou de 'porteira fechada', no qual o Estado contratante descreve suas exigências e deixa tudo por conta das empresas contratadas, é aceito genericamente pela imprensa como a única forma de melhorar a infra-estrutura do país.

O noticiário dos últimos dez dias, rico em detalhes técnicos sobre a construção do túnel, apenas resvalou nos riscos inerentes a contratos nos quais o interesse público colide com o interesse privado de maximizar os resultados de investimentos – com a inquestionável tentação de reduzir custos onde for possível.

Noticiário e o 'opiniário'

Por trás do noticiário sobre uma tragédia, pode-se notar claramente os sinais das escolhas ideológicas dos meios de comunicação. Nos últimos dez anos, consolidou-se no imaginário da imprensa a idéia de que apenas a privatização pode nos resgatar do subdesenvolvimento.

Desde os protestos diante da Bolsa do Rio, durante os leilões de privatização das empresas de telefonia e de energia elétrica, quando os manifestantes eram tratados como marginais irracionais, fixou-se na mídia a tese

de que o Estado é incompetente para cuidar de si mesmo.

Evidentemente, os benefícios das escolhas de políticas públicas nunca podem ser avaliados no curto prazo, e a revolução que ocorreu no setor de telecomunicações no Brasil deve-se em grande parte aos investimentos privados, mas também é preciso considerar que a qualidade dos serviços só vem se tornando aceitável com as mudanças no sistema de monitoramento por parte do poder público e com a imposição de maior competição entre as empresas operadoras.

Há certamente um ponto de equilíbrio entre as estratégias de financiamento de obras de interesse social – seja através da concessão de direito a exploração de serviços públicos a empresas privadas, seja pela operação direta do serviço por gestores do Estado. O que não se vê, no Brasil, é um debate maduro e equilibrado sobre o tema.

Para a imprensa, em geral, privatize-se tudo e ponto final. Para alguns protagonistas influentes, entre os quais alguns ministros do atual governo, manter tudo sob o manto do Estado é a melhor solução.

Esta é a semana em que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), marco inaugural do novo governo do presidente Lula da Silva, começa a ser destrinchado por articulistas, editorialistas, comentaristas e especuladores em geral. O noticiário e o 'opiniário' que nos foi oferecido nos últimos dez dias à beira da cratera na Zona Oeste de São Paulo não deixa muita margem para otimismo quanto à possibilidade de sermos apresentados a um debate enriquecedor sobre nossa estratégia de desenvolvimento.

O bom senso parece ter rolado para o buraco junto com a rua Capri.

Os dois corpos de M.J.

Muniz Sodré

07 de julho de 2009. nº 545, ano 14¹⁴⁸

É famosa a análise do alemão Ernst Kantorowicz (1895-1963) sobre o fenômeno do desdobramento do corpo do rei na monarquia absoluta. Haveria o corpo natural e o corpo divino: ao lado da dimensão física, mortal, se alinha a simbólica, suprarreal, crística, que asseguraria o poder quase divino do soberano. Um e outro convivem numa unidade, em que parece vigorar uma alteridade interior.

Essa hipótese do 'dois em um' encontra hoje uma variante na esfera global do entretenimento, onde um superstar pode transitar fisicamente na terra e, ao mesmo tempo, no espaço mítico dos seres de espírito. É assim possível que, extinto o corpo físico, sobreviva o simbólico, sustentado por valores que nada têm de abstratos, já que se traduzem materialmente em cifras.

Isso ocorreu com Elvis Presley, por exemplo, e tem tudo para se repetir agora com Michael Jackson. O primeiro indício é a cobertura midiática da morte do artista. Na internet, com todas as suas inovações em acesso (Facebook, Twitter etc.), o acompanhamento do fato foi maior do que aquele que se seguiu à eleição de Barack Obama. Em todas as outras formas de mídia, do papel à eletrônica, o acontecimento recebeu acolhida espaçosa.

Paradigmas do horror

Talvez não seja para menos. A morte de um compositor-cantor-performer, com um crédito de 750 milhões de discos vendidos, como que obriga o sistema de informação pública, visceralmente conectado com o sistema de entretenimento, a mobilizar-se até a exaustão dos detalhes. No primeiro momento se esmiuçam as circunstâncias algo novelescas do falecimento, a situação dos filhos, os depoimentos dos próximos e os informes sobre a péssima condição financeira do astro. Depois virá certamente o drama das querelas judiciais em torno do espólio, avaliado pelo alto em 800 milhões de dólares.

(148) <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/os-dois-corpos-de-mj/>

Não se pode deixar de observar, porém, que Michael Jackson caminhava há muito tempo numa zona de sombras. E não era em moonwalk (o famoso 'passeio lunar'), já que suas pernas, dizia-se, andavam enfraquecidas, devido à saúde precária e ao paraíso do Demerol. Aliás, ele próprio teria declarado, durante um dos ensaios para a tournée iminente, estar 'acabado, morto'. Psicologicamente, era de fato penosa a sua condição: um infantilismo progressivo (regressivo em estrutura), que o levava a inclinar-se obsessivamente sobre a própria infância e sobre infantes outros, com a má repercussão pública que se conhece.

(...)

Com tal pano de fundo, não é de se estranhar o tamanho do espaço dedicado pela mídia à morte do show-man. Não é tanto porque tenha desaparecido o corpo físico, mas possivelmente porque passe a viver com força ainda maior agora o corpo simbólico. Haverá, como no caso de Elvis Presley, romarias ao túmulo, multidões de fãs em Neverland, clones que tentarão imitá-lo em covers performáticos, monumentos feitos de bits na internet, programas de TV sobre aspectos da vida do astro. Cada um terá muito a se comover com cada instante narrado de sua existência, certamente muito mais do que aparentam seus próximos ou mesmo o seu pai, que aparece sorridente nas fotos, falando de negócios. Em imagem nenhuma se viu alguém chorando ou compungido com a morte de M.J. É que no bios da mídia parece a todos garantida a eternidade dos corpos virtuais.

No mais, indústria, parentes e atravessadores estarão de olho na possibilidade de mais 750 milhões de itens vendidos.

Desamor à primeira vista

Alberto Dines

Editorial do *Observatório da Imprensa* na TV nº 458, no ar em 22/4/2008¹⁴⁹

Quando se fala em prejulgamento da imprensa, não se deve pensar apenas na cobertura de crimes e casos passionais. A grande imprensa costuma exibir os seus preconceitos em outras questões, inclusive no debate sobre mídia. Foi o caso da criação da TV Pública.

Antes mesmo de se conhecer o seu formato, os grandes grupos de mídia comercial já manifestavam desaprovação. Foi um caso de desamor à primeira vista. Como se uma TV Pública não fosse necessária ao próprio desenvolvimento da TV privada.

Este pool de má vontade foi finalmente rompido na semana passada pela *Folha de S.Paulo*, ao organizar um debate em seu auditório com entrada franca, com os presidentes das duas redes públicas de TV, um ex-presidente da Radiobrás e o novo ouvidor do jornal.

É um sinal promissor, indício de que este tipo de antagonismo visceral não pode florescer num regime democrático. A TV Pública e a mídia privada são complementares, o cidadão necessita de ambos, justamente porque oferecem visões divergentes.

O debate da *Folha* deixou evidente que, como todas as inovações, a TV Pública não é estática, é um projeto em construção, progressivo, permanentemente renovado e aperfeiçoado.

O clima de confronto parece que está se esvaziando; esperemos que não se esvazie a determinação de manter o projeto da TV Pública em constante evolução.

(149) <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/midia-privada-debate-a-tv-publica/>

O ano é de festa

Cássio Gusson

12 de fevereiro de 2008. nº 472, ano 13¹⁵⁰

2008 foi um ano de datas redondas: 200 anos do nascimento da imprensa no Brasil, 100 anos de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 40 anos da edição do AI-5, 20 anos da promulgação da Constituição Federal e 10 anos do *Observatório da Imprensa* na TV.

Quando os primeiros tipos 'imprimiram' que o verbo pairava sobre as águas, a narrativa do Gênesis assumiu outras proporções e o Pentateuco passou a ser escrito de outra forma, através das novas possibilidades dos tipos móveis. Davi atirava a pedra em Golias.

Porém, depois das primeiras publicações do livro sagrado, a idéia de Gutenberg 'pegou' e a imprensa, que desde a Árvore de Cracóvia circulava com seus comentários, vendo que tudo aquilo era bom, não descansou e aproveitou-se de sua mobilidade, agilidade e 'massificação'. Davi assumia seu lugar junto aos reis.

E, assim como os reinados, a imprensa foi crescendo, progressista aqui, régia acolá. Fixou-se como instrumento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e, saindo do velho testamento, chegou ao novo mundo, que já não era tão novo assim.

Desembarcou em 1º de junho de 1808, provavelmente alguns dias antes, e, sob o nome de *Correio Braziliense*, instituiu o gênero no fatídico dia. Publicando decretos, análises, fofocas, literatura e anúncios de compra e venda de escravos, a imprensa brasileira foi crescendo e reivindicando sua importância na construção desta nova sociedade moderna, que surgia pós-revolução industrial e com o enfraquecimento da monarquia. O verbo se fez carne.

(150) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/o-ano-e-de-festa/>

O pagamento do dízimo

Habitando entre nós há 200 anos, a imprensa passou por várias mudanças – no formato, na estética, na circulação, na distribuição, nas editorias, no texto, na orientação e na finalidade. Já foi perseguida e já perseguiu, já disse a verdade, a mentira e o que ouviu dizer. Já publicou receita de bolo que muitas vezes desandava gerando vistosas reclamações ao editor. Perdoai, eles não sabem o que fazem.

No Brasil, a imprensa é abençoada. Afinal, hoje ela adota os moldes lançados por Assis Chateaubriand, que também lançou a revista Cruzeiro, a TV Tupi e criou o Masp. Isto sem contar os coronéis, digo, fiéis que fez pelo Brasil afora, como os Magalhães e os Marinhos e outros tantos que estão longe das capitais, mas que nos seus redutos do interior nunca perdem um bom jabá, digo, furo de reportagem.

Como a imprensa é uma comunicação e, sendo assim, possui um receptor, este por sua vez, nem sempre estava satisfeito. Duvidando de sua autoridade, começou a exigir respostas. A imprensa, então, resolveu a questão com uma solução nos moldes da igreja, e instituiu a cestinha de pedidos, no caso em questão, o ombudsman. Isso proporcionou aos leitores a possibilidade de enviarem suas reclamações, às quais a imprensa, como a igreja e seu cesto de pedidos, finge que dá atenção, ao mesmo tempo em que volta a insistir no pagamento do dízimo.

Honra ao mérito

O tempo, porém, é de orgulho. Afinal, é preciso ressaltar sempre o maior mérito da imprensa brasileira, que foi o de ter conquistado sua liberdade. Tarefa de empreitada tamanha que nela fracassaram não menos que Moisés, Maomé e Ghandi, para citar apenas alguns. Através desta liberdade, a imprensa torna-se o arauto das informações e com textos mais claros, objetivos e imparciais brinda os leitores com os fatos efêmeros do cotidiano. Iluminando o caminho dos formadores de opinião e, colocando-se, como dizem, a serviço do Brasil. Portanto, afim de defender este bem supremo, chamado liberdade a imprensa, institui que quem a desobedecer e acatar seus atos, por menor que seja, e ensinar os outros a fazer o mesmo, será considerado o menor.

Mas, neste ano, nada de molestar a imprensa, o ano é de comemorações. O vinho acabou, mas outro já está sendo providenciado por um jovem de barba, vindo das camadas pobres – o motoboy que foi buscar um pouco

mais com aquele senhor que sempre aparece no jornal na época de eleição e depois faz com que o editor coloque um PL (pega leve) no auto da pauta. Duzentos anos..., duzentos anos. Depois de tudo isto, certamente, o ano é de festa e que venham os louros, as comemorações e as homenagens de honra ao mérito. Afinal, em 200 anos foram muitas as transformações.

Na próxima página, trecho do *Correio Braziliense* de 1º de junho de 1808, data considerada como o surgimento da imprensa no país. Entretanto, Mario Messagi Jr., em texto publicado no Observatório da Imprensa, demonstra o equívoco da data, já que o jornal de 1º de junho publicou notícia sobre um fato ocorrido em 15 de junho. Além disso, o autor descreve o processo de impressão e envio da época que demonstraria que a data provável seria setembro de 1808.

CORREIO BRÁZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvera la chegara.

CAMOENS, C. VII. e. 14.

Londres, 11 de Julho. Aqui se publicou hoje a seguinte noticia official. Secretaria do Almirantado, 11 de Julho, de 1808. Recebêram-se Despachos esta manhaã, nesta Secretaria, do Vice-Almirante Lord Collingwood, e do Almirante Cavalleiro Carlos Cotton, que fôram trazidos a Plymouth no *Primrose*. Pelo primeiro se vê, que a esquadra Franceza em Cadiz arxiou bandeiras aos Hespanhoes, e se rendeo ás sette horas da manhaã, no dia 14 de Junho, e immediatamente se içãram as bandeiras Hespanhólas a bordo das mesmas. Os navios Francezes não ficãram muito damnificados, nem houve grande perca de parte a parte. De Portugal ha o seguinte.

Correio Braziliense, julho de 1808, página 143.

Fonte: MESSAGI JR., M. "Bicentenário comemorado na data errada".¹⁵¹

(151) http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/bicentenario_comemorado_na_data_errada/

Outras verdades sobre o PCC

Luciano Martins Costa

15 de fevereiro de 2008. nº 472, ano 13¹⁵²

As notícias sobre os coronéis que tentaram controlar a quadrilha que domina a Polícia Militar na região norte de São Paulo indicam que a imprensa andou frangando importantes informações durante a crise de segurança no governo Geraldo Alckmin.

Em 2006, no período de agitações, incêndios de ônibus e assassinatos de policiais que os jornais creditaram à organização criminosa PCC, a Zona Norte de São Paulo se destacou pelo grande número de mortes de suspeitos.

Parece que a história não era bem aquilo que foi relatado pela imprensa na ocasião.

Posteriormente, investigações comandadas pelo coronel José Hermínio Rodrigues revelaram que atuava na região um grupo de matadores formado por policiais militares, e que provavelmente muitos dos casos relacionados ao movimento do PCC não tinham a ver com a organização criminosa, mas com interesses de policiais corruptos.

O *Estado de S. Paulo* revela que o coronel Hermínio tentou identificar e punir os policiais criminosos, numa ação praticamente solitária, contando apenas com a ajuda de seu colega tenente-coronel João Osório Gimenez.

Hermínio foi assassinado em 16 de janeiro deste ano, e Gimenez teve que pedir proteção à Polícia Civil, pois o comando da Polícia Militar de São Paulo não lhe deu garantias.

O *Estado de S. Paulo* tem feito nesta semana um bom trabalho de investigação, ouvindo testemunhas anônimas e revelando que o foco dos grupos de extermínio é o 18º Batalhão da PM.

O comando da Polícia Militar e a Secretaria da Segurança ainda não se manifestaram. Mas tudo indica que o noticiário sobre ataques do PCC, que aterrorizou a população paulistana em 2006, escondia ações criminosas de policiais que a imprensa ignorou.

O esforço do *Estadão* pode acabar revelando que a história era bem

(152) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/outras-verdades-sobre-o-pcc/>

outra. Nada como a boa e velha reportagem, ainda que tardia, para trazer a verdade à tona.

(...)

Neste ano eleitoral, enquanto nossos jornais selecionam declarações para fazer suas manchetes, provavelmente as quadrilhas estão compondo suas chapas para as eleições municipais. Este é o momento de identificar os movimentos de aproximação entre agentes políticos e representantes do crime.

Olhar para trás, sim

Luiz Weis

26 de janeiro de 2007. nº 417, ano 12¹⁵³

Chamado a comentar a idéia que estaria circulando entre oficiais de pijama, de requerer à Justiça que declare terem sido 'terroristas' militantes de organizações de resistência à ditadura militar de 1964-1985, o deputado federal Fernando Gabeira – citado como um deles por sua participação no sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969 – aparece nos jornais de hoje dizendo que tem mais a fazer do que 'olhar para trás'.

Ele diz que do passado só lhe interessa 'promover a divulgação completa dos documentos' do período em que perto de 400 pessoas foram mortas e muitíssimas mais foram torturadas pelas matilhas do regime.

Mas isso é, sim, olhar para trás. Por mais que se diga que não se devem reabrir cicatrizes de um tempo que a maioria dos brasileiros só conhece de ouvir falar – pela mídia, ou por livros e filmes –, e olhe lá, o segredo que protege as evidências documentais ainda não destruídas dos horrores daqueles anos de chumbo é uma afronta a um dos direitos fundamentais das sociedades democráticas: o de conhecer a história de seus países.

Mas, no Brasil que ainda mantém trancados os papéis da Guerra do Paraguai (1865-1870), que devem incluir provas das atrocidades cometidas pela tropa brasileira contra a população civil paraguaia, a luta pelo conhecimento da verdade recente tem escassa ou nenhuma chance de vingar até onde a vista alcança.

(153) <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/olhar-para-tras-sim/>

Na mídia, por exemplo, o assunto só interessa a uns poucos jornalistas louvavelmente teimosos e justificadamente curiosos, entre outras coisas, pelos nexos entre os altos escalões do poder militar e o que se passava nos porões do regime. Dos grandes jornais, apenas a *Folha*, salvo engano, de vez em quando invoca em editorial o imperativo de resgatar os fatos sequestrados pelos que têm motivos para temer que saiam à luz do dia.

Não se pode, porém, impedir as pessoas de olhar para trás. É o que fez a família de Criméia de Almeida, ex-militante do PC do B. Ela pede, com base em provas, que a Justiça declare torturador o já reformado coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ele comandou o infame DOI-Codi de São Paulo, onde morreu sob tortura o jornalista Vladimir Herzog, cujo 'suicídio' desencadeou a primeira grande manifestação pública de repulsa ao regime ditatorial.

Boa parcela do oficialato mais idoso de pijama, incluindo dois ex-ministros do Exército já no país redemocratizado, é solidária com Ustra. Cerca de 500 deles se reuniram ontem no Clube Militar, no Rio, para um almoço de desagravo ao seu 'amigo', como a ele se referiu, falando à *Folha*, um desses ex-ministros, general Zenildo Zoroastro de Lucena, no início dos anos 1990.

O próprio Ustra foi quem falou aos jornalistas da idéia de imitar de ponta-cabeça a iniciativa da família do casal que teria sido torturado no DOI-Codi na presença dos seus filhos pequenos, o que Ustra obviamente nega.

Ao justificar o troco, perguntou: 'Eles não querem que eu seja chamado de torturador?'

Além de Gabeira, Ustra inclui na categoria dos 'terroristas' o secretário de Governo de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira. Ele foi da Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Se a idéia de Ustra & Cia é criar um clima político adverso a ações como a que corre na Justiça paulista, o resultado pode ser um tiro no pé.

Isso não impedirá que pessoas comuns tenham motivos plenamente justificados para revolver o passado. E quanto mais se o fizer, mais fatos de interesse público acabarão por emergir. A Lei da Anistia não pode ser um Muro de Berlim para impedir que a verdade fuja do calabouço onde foi trancada.

'Ustra defendeu a Constituição', diz o delegado David dos Santos Araújo, que trabalhou sob suas ordens no DOI-Codi. 'Ele era a legalidade. Os demais é que eram a ilegalidade.'

Para o eventual leitor que tenha acabado de desembarcar de Marte: en-

tre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, o governo legal e legítimo do presidente João Goulart foi derrubado por uma intervenção militar que criou a sua própria 'legalidade' e 'legitimidade', cujo ponto culminante foi o tenebroso Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 – o golpe dentro do golpe.

Pode-se condenar, ou não, no plano dos valores políticos ou no da adequação dos meios aos fins, atos cometidos pelos movimentos de oposição à tirania que recorreram à luta armada. Mas a resistência à opressão é um direito consagrado desde a criação dos Estados Unidos da América.

Os comentários serão selecionados para publicação. Serão desconsideradas as mensagens ofensivas, anônimas, que contenham termos de baixo calão, incitem à violência e aquelas cujos autores não possam ser contatados por terem fornecido e-mails falsos.

A presunção de inocência

Dalmo de Abreu Dallari

19 de janeiro de 2010. nº 573, ano 15¹⁵⁴

De acordo com o que dispõe a Constituição brasileira no artigo 5º, inciso LVII, 'ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória'. Esse dispositivo é o reflexo, na legislação, do princípio denominado 'presunção de inocência', consagrado na doutrina jurídica democrática e atenta à proteção dos valores e direitos fundamentais da pessoa humana. Um fato trágico ocorrido recentemente na França e divulgado com certa ênfase pela imprensa, tanto pelos jornais quanto pela televisão, dá ensejo a que se verifique, pelo tratamento dado à matéria e pela linguagem utilizada, o estrito respeito da imprensa francesa pelo princípio da presunção da inocência, em contraste com o que frequentemente se verifica na imprensa brasileira.

É interessante observar, antes de tudo, que no caso da França o respeito à presunção de inocência tem um significado histórico. A Constituição francesa atual, que é de 1958, não contém um dispositivo expresso sobre esse princípio, mas deixa claro o seu acolhimento quando estabelece, no Preâmbulo, que o povo francês proclama solenemente sua vinculação aos Direitos Humanos definidos pela Declaração de 1789. E no artigo 9º dessa Declaração está expresso que toda pessoa será presumida inocente até que seja declarada culpada em julgamento regular. Assim, pois, é muito significativo que a imprensa de hoje demonstre estrito acatamento a um princípio enunciado em 1789.

O fato que dá ensejo a estas considerações ocorreu no dia 8 de janeiro de 2010, em local público e à luz do dia, não havendo dúvidas quanto aos seus contornos gerais. Dentro das dependências do Liceu Darius-Milhaud, escola de nível médio localizada na região parisiense, um aluno de 18 anos de idade esfaqueou um colega da mesma idade, que acabou falecendo num hospital poucas horas depois. Segundo depoimentos de outros colegas, o que originou a tragédia foi o fato de que a vítima namorava ou tentava namorar uma irmã do agressor, também aluna da mesma escola.

(...)

(154) www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-presuncao-de-inocencia/

Evitar antecipação de julgamentos

O fato não deixou de ser noticiado, com toda a ênfase justificada por seu significado humano e social. Dois ministros de Estado, o da Educação e o do Interior, foram ao Liceu conversar com os responsáveis pelo estabelecimento para ter informações precisas e avaliar os aspectos relacionados com a segurança nas escolas. Mas o drama humano e familiar, decorrente da morte trágica de um jovem e do envolvimento de um colega na ocorrência, perceptível nas entrelinhas, não teve tratamento escandaloso e sensacionalista, como, infelizmente, é muito comum na imprensa brasileira e, certamente, seria a linha adotada numa eventual ocorrência como essa.

Como fica evidente pelo tratamento dado ao caso pela imprensa francesa, o respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência tem extraordinária importância pelos reflexos, de várias naturezas, no tratamento de uma ocorrência grave. O respeito a esse princípio não acarreta o cerceamento da liberdade de imprensa, não impede que a opinião pública seja informada e mesmo alertada quanto a possíveis riscos e, num sentido positivo, evita a antecipação de julgamentos e colocação injusta de estigmas em pessoas e famílias que, além de vítimas por uma tragédia, passam a ser vítimas da curiosidade ou da execração pública.

Tecnologia sozinha não liberta ninguém

Alberto Dines

21 de dezembro de 2010. nº 621, ano 15¹⁵⁵

'É tarefa dos governos, e não da imprensa, manter os segredos enquanto possam, e não serei eu a discutir esse direito, certamente legítimo, desde que isso não encubra fatos dolosos ou enganosos. Mas o principal dever de um jornal consiste em publicar aquilo que tenha averiguado e buscar as notícias onde possa consegui-las.'

Estas são as conclusões de um longo artigo publicado no domingo (19/12) com grande destaque no *El País* e assinado pelo diretor de Redação, Javier Moreno (...). O maior e mais importante diário de língua espanhola e também um dos mais respeitados do mundo é, no Grupo dos Cinco, o campeão de aproveitamento dos informes do Wikileaks. Na mesma edição dominical, o EP publicou 9 páginas com revelações, análises e depoimentos relacionados com o site criado por Julian Assange (todas as menções ao grupo de veiculadores referem-se aos cinco pioneiros).

Javier Moreno começou como químico, depois foi atraído para o jornalismo ao qual se dedica com corpo e alma. É um espanhol tranqüilo, sossegado, nada veemente – e absolutamente convicto. Suas conclusões são impecáveis. E óbvias: governos devem se encarniçar na defesa dos seus interesses e a imprensa deve empenhar-se nos seus: conseguir, averiguar e publicar notícias atendendo suas responsabilidades perante a cidadania.

Conspiração internacional

A coisa pega nos significados do verbo averiguar – apurar, verificar, inquirir, duvidar. Ainda é válido o desabafo do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a um interlocutor norte-americano reconhecendo a 'loucura e perversidade' do esquema do mensalão? O desabafo se deu em 2005, há cinco anos. Nada mudou de lá para cá? Em que circunstâncias ocorreu a confissão? Qual o tipo de relacionamento entre o principal assessor da Presidência da República e um diplomata estrangeiro?

(155) <http://observatoriadaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/tecnologia-sozinha-nao-liberta-ninguem/>

O Globo e Folha de S.Paulo reproduziram o informe do Wikileaks sobre o mensalão (segunda, 20/12), mas apenas o jornal paulista tentou uma averiguaçãozinha: falou pelo telefone com José Dirceu em Lisboa e publicou um burocrático 'outro lado' de 15 linhas.

O El País está levando a coisa a sério; o verbo 'averiguar' é para valer, as manchetes se sucedem, envolvem todos os tipos de assuntos e países, não se limitam à pauta doméstica. Com os respectivos desdobramentos. De centro-esquerda, mas não antiamericano, o jornal sente-se à vontade para denunciar em editorial o pacto entre o governo socialista e a oposição (francamente direitista) com o objetivo de não valorizar os informes do Wikileaks. (...)

(...)

Jornalismo sem jornalistas?

Paranóia? Fadiga? Erro estrutural: o Wikileaks foi montado a partir de uma figura central, um Quixote digital – o desgaste era inevitável e já estava visível no contraditório perfil que o diário espanhol traçou de Assange muito antes do megavazamento. Também inevitável uma cisão nas hostes do Wikileaks pela própria velocidade em que se deu sua ascensão. A cria, o Openleaks, ficou com parte da equipe, mantém os mesmos objetivos e serve-se de outro esquema: mais participação e menos personalismo.

A quimera da transparência está sendo badaladíssima, mas não se materializou. E assim ficará até que as volumosas pautas fornecidas pela guerrilha cibernética sejam averiguadas por repórteres capazes de fazer as perguntas certas e duvidar das respostas enganosas. Jornalismo sem jornalistas, nem com robôs e engenhocas.

Como anotou o historiador inglês Timothy Garton Ash (na mesma edição do EP): a tecnologia sozinha não liberta ninguém. As pessoas é que libertam as outras pessoas.

Por que a mídia não se autoavalia?

Venício A. de Lima

28 de dezembro de 2010. nº 622, ano 15¹⁵⁶

Final de ano é tempo de balanços e previsões. Pessoais e institucionais. É momento de parar e refletir sobre o que se fez, identificar erros e acertos, corrigir o que pode ser melhorado, reavaliar caminhos e objetivos, planejar o futuro.

A grande mídia faz avaliações públicas e previsões de e para tudo: de todos os setores do governo, da iniciativa privada, das ONGs, da política, de todas as artes, esportes, religiões, do clima, das tendências... Por óbvio, a grande mídia faz avaliações e previsões internas, como em todas as empresas privadas comerciais que precisam dar conta a acionistas de metas e resultados.

O que a grande mídia não faz são avaliações públicas de si mesma, de seu próprio desempenho, de sua parcialidade, de seus preconceitos, de suas tendências, de suas omissões, de suas escolhas, de seu papel na democracia. O que a grande mídia omite é a avaliação de si mesma como um serviço que, apesar de explorado pela iniciativa privada, não perde sua natureza de serviço público.

Por que será que a mídia, apesar da indiscutível posição de centralidade que ocupa nas sociedades contemporâneas, não pauta o debate sobre seu papel como faz permanentemente em relação a todas as outras instituições na sociedade?

Adaptação do panem et circenses

A explicação da grande mídia será sempre aquela que atribui ao mercado o papel de seu único e supremo avaliador. A grande mídia dirá que é permanentemente avaliada por seus consumidores/leitores/ouvintes/telespectadores e que seu sucesso ou fracasso comercial significa o cumprimento ou não de sua missão e o atendimento ou não das necessidades de seu 'público'. Se o jornal é comprado por X consumidores é porque satisfaz a eles. E essa é a melhor avaliação que pode existir. Essa é uma das versões

(156) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/por-que-a-midia-nao-se-autoavalia/>

da conhecida 'teoria do controle remoto': se o consumidor não gosta do que vê, ele pode trocar de canal ou desligar o aparelho de TV.

Como já argumentei em outra oportunidade [ver 'Donos da mídia – A falácia dos argumentos'], a 'teoria do controle remoto' ignora como se formam, se desenvolvem e se consolidam os hábitos culturais, incluindo aqui o hábito de assistir determinados canais e/ou programas de TV ou de ler determinadas revistas e/ou jornais. Este é um fascinante campo da complexa 'sociologia do gosto'. Quando se atribui, sem mais, ao mercado o papel de supremo avaliador, reduz-se toda a problemática da comunicação de massa a uma única dimensão – do 'consumo' individual – e ignora-se a complexa questão da formação social do gosto e do papel determinante que a própria mídia nela desempenha.

Além disso, o argumento pressupõe um mercado de mídia democratizado, onde estariam representadas a pluralidade e a diversidade da sociedade, o que, por óbvio, não existe. Ignora ainda o fato elementar de que não se pode gostar ou deixar de gostar daquilo que não se conhece ou cujas chances de se conhecer são extremamente reduzidas.

No fundo, trata-se de uma adaptação contemporânea [sem as problematizações levantadas por historiadores como Renata Garraffoni] do *panem et circenses romano*. Naturalmente, o sacrifício de cristãos, entregues às feras em espetáculos públicos, não torna a prática dos imperadores romanos correta. Dito de outra forma, nem tudo que agrada a parcela importante da população é automaticamente ético e correto.

Omissão grave

A transparência que a grande mídia corretamente cobra de outras instituições – públicas e privadas –, ela não pratica em relação a si mesma. Permanecemos em 2010 sendo um país democrático onde sequer existe um cadastro geral com acesso público dos concessionários do serviço de radiodifusão.

A transparência pública aplicada aos grupos dominantes da grande mídia certamente revelaria redes de interesses e compromissos – nem sempre legítimos – dos mais variados tipos, locais e globais. No que se refere à radiodifusão, por exemplo, revelaria os absurdos do 'coronelismo eletrônico' enraizado em diferentes esferas do poder público; a propriedade cruzada como prática garantidora de oligopólios e monopólios; a exclusão de muitos e a liberdade de poucos apresentada e defendida em nome dos valores universais da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Ainda não será ao final deste ano de 2010 que a grande mídia fará uma avaliação pública de si mesma. Mas, com certeza, esta omissão grave já não passa despercebida para um número cada vez maior de brasileiros.

Sapatadas de fim de ano

Alberto Dines

19 de dezembro de 2008. nº 516, ano 13¹⁵⁷

Antes do Natal costuma-se falar em botas, as botas de Papai Noel carregadas de presentes. Neste ano, as botas foram substituídas por um par de sapatos convertidos em projéteis por um jornalista iraquiano e instantaneamente transformados em objetos de culto em todo o mundo.

Na história mundial da sapataria jamais um calçado ganhou tal notoriedade. É bizantina a discussão sobre o comportamento ético do jornalista da TV Muntadhar al-Zaidi que investiu contra o seu entrevistado, o presidente George W. Bush, numa entrevista coletiva em Bagdá.

Como escreveu na quinta-feira Eugênio Bucci, (...) aquela não era uma situação normal, a entrevista coletiva era uma farsa, não se pode exigir do jornalista uma postura respeitosa se tudo ali era desrespeitoso.

Preferência pela piada

Por outro lado, é imperioso lembrar que na maioria absoluta dos países islâmicos seus dirigentes não concedem entrevistas coletivas nem a imprensa tem liberdade para o desempenho de suas funções. Se, por um acaso, um jornalista jogasse uma sandália no presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad seria imediatamente enforcado.

Os sapatos de al-Zaidi deram uma grande exposição aos problemas da mídia. E os problemas da mídia de repente ganharam dimensões planetárias, não porque o Chicago Tribune pediu concordata, mas porque um jornalista sentiu-se violentado e protestou publicamente.

O presidente Lula, como sempre, preferiu fazer piada na cúpula da América do Sul e Caribe. Conviria perguntar aos seus assessores quantas entrevistas coletivas concedeu neste ano. ●

(157) <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/sapatadas-de-fim-de-ano/>

A era (interrompida) de Dilma

O período de 2011 a 2016 é de profundas mudanças nas formas de produção e circulação de informações a partir da popularização das redes interconectadas, com consequências nos negócios do jornalismo e em toda a dinâmica social. O debate permeia o conteúdo do *Observatório* no contexto dos acontecimentos desses seis anos. O primeiro mandato de Dilma, as manifestações de 2013 e 2015, a crise econômica, a Lava Jato, a Copa do Mundo no Brasil, o impeachment. No plano internacional, as mudanças no Vaticano, a visita de Barack Obama a Cuba, a eleição de Donald Trump, os atentados pelo mundo, os fluxos dos refugiados num mundo hostil. O *Observatório da Imprensa* esteve atento a esses acontecimentos, e os diferentes pontos de vista no conjunto dos textos publicados no período refletem um país e um mundo em ebulição.



Inacreditável, derrotada há 70 anos a brutalidade fascista revigora-se nos quatro cantos do mundo. Socialistas abdicaram do sonho da terceira via. E o capitalismo não consegue livrar-se do seu instinto predador. Quinhentos anos após o renascimento e trezentos depois do iluminismo, o amor à condição humana, o chamado humanismo, não se impôs aos dogmas nem venceu a exclusão. Os magníficos avanços científicos esticam a nossa vida, mas produzem novas e terríveis doenças que nos empurram velozmente para o apocalipse ambiental. A quantidade de informações não trouxe conhecimento. Trouxe, apenas, desorientação."¹⁵⁸

(158) <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/2015-o-que-deu-errado/>

Dilma e a mídia, a primeira vitória

Por Ligia Martins de Almeida, jornalista

11 de janeiro de 2011, nº 624, ano 16¹⁵⁹

'Homens e mulheres podem ser competentes ou não. Sensíveis ou não. Honestos ou não. Mas da primeira brasileira que chega à Presidência da República o eleitorado espera, além da eficiência, um novo jeito de fazer política, diferente daquele que o mundo masculino produziu até aqui. E que deixe no governo a marca da mulher. Esse é o maior desafio de Dilma Rousseff.'

Este é o texto de abertura da revista Claudia de janeiro, comemorando a posse de Dilma Rousseff. O texto está certíssimo, só tem um erro de data. O desafio começou antes da posse. Decidida a ter um terço do ministério composto por mulheres, Dilma só conseguiu emplacar nove, a maioria para ministérios das áreas sociais. O PT foi quem mais indicou mulheres. Os partidos aliados alegaram não ter nomes representativos para indicar.

Para justificar a nomeação, essas mulheres vão ter que trabalhar muito mais do que os colegas porque partem de uma desvantagem: seus erros serão atribuídos, antes de mais nada, ao fato de serem mulheres. E os partidos que relutaram em fazer a indicação vão ficar cheios de argumentos para fazer a substituição por homens. Para fazer sucesso, como aconteceu com Dilma Rousseff, elas vão ter que ir além da competência, abrindo espaço no governo e impondo sua vontade sem se preocupar com simpatia ou feminilidade. Correm o risco de serem chamadas de 'dama de ferro' ou coisa pior.

(...)

Desigualdade entre homens e mulheres

Com um time feminino aquém do desejado, Dilma, no entanto, já conseguiu uma primeira vitória: a imprensa está – como deveria – mais preocupada com o que a presidente faz do que com seu visual. À exceção de um artigo da *Folha de S.Paulo* (9/1) sobre o fato de ela ter escolhido uma

(159) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/dilma-e-a-midia-a-primeira-vez/vitoria/>

costureira para fazer seu vestido de posse – o que, segundo o texto, é ruim para a indústria da moda brasileira, pois demonstra que as grifes não fazem roupas para mulheres comuns – nada mais se falou sobre o tema. O que é um bom sinal.

Sinal de que as futilidades (exceto a discussão sobre o cabelo e maquiagem da primeira mulher presidente do Brasil) não combinam com a imagem que a imprensa faz da presidente. Para alegria da mídia, a área do charme, beleza etc. etc. está sendo preenchida pela jovem esposa do vice-presidente, destinada a satisfazer a necessidade das revistas de fofoca e celebridades. Melhor para Dilma, melhor para as mulheres, melhor para o país.

(...)

Ao que tudo indica, a imprensa está madura para conviver com uma mulher presidente, preocupada com seus atos e não com seu sexo ou seu visual. Vamos esperar que a presidente não esqueça seu compromisso de 'honrar as mulheres' e que os partidos políticos descubram que está na hora de valorizar seus quadros femininos, e não apenas dar lugar às mulheres para preencher a cota de 30% de candidatas imposta por lei.

Dilma é presidente, mas, como mostrou a *Folha de S.Paulo* (9/1), 'o Brasil situa-se no 81º lugar no ranking de desigualdade entre homens e mulheres de 134 países, tendo como indicadores o acesso à educação e à saúde e a participação econômica e política das mulheres (relatório Global Gender Gap)'.

A avalanche de versões no caso bin Laden

Carlos Castilho

05 de maio de 2011, nº , ano 16¹⁶⁰

A polêmica sobre as várias hipóteses da morte de Osama bin Laden mostra como na era da avalanche informativa provocada pela internet é cada vez maior o espaço ocupado pela exploração das nuances numa notícia, indicando as enormes dificuldades que o jornalismo tem para ater-se a uma de suas regras básicas, que é a identificação da verdade.

(160) <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/a-avalancha-de-versoes-no-caso-bin-laden/>

(...)

Este é um caso típico de eventos jornalísticos com os quais teremos que defrontar no futuro e onde os profissionais não poderão assumir que estão publicando a verdade. Há muitas verdades em torno do mesmo fato e nós somos incapazes de reproduzir ou contextualizar todas elas.

O caso de bin Laden mostra de forma clara como o jornalista tem sempre duas opções a tomar diante de cada fato com que se defronta: acreditar e assinar embaixo das versões ouvidas, ou adotar uma postura crítica, consciente de que não existe uma verdade absoluta.

O dever da liberdade

Eugênio Bucci

25 de agosto de 2011. nº 656, ano 16¹⁶¹

Este texto se utiliza de trechos de dois artigos que publiquei anteriormente. O primeiro, chamado "O Desejo de Censura", saiu no jornal *O Estado de S. Paulo* em 31 de julho de 2011, no caderno especial "Sob Censura", página H7, H8 e H9. O segundo é um ensaio ("A imprensa brasileira") publicado no livro *Agenda Brasileira*, organizado por Lilia Moritz Schwarcz e André Botelho, pela Editora Companhia das Letras, 2011, pp. 266-277. A leitura, realizada durante a VI Conferência Legislativa sobre Liberdade de Expressão, na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 23 de agosto de 2011, não seguiu rigorosamente o texto. Pequenos comentários foram introduzidos de improviso, e outras passagens foram abreviadas.

Hoje, em vários países, há discussões sobre a interferência do Poder Judiciário ou de alguma outra forma de controle estatal sobre o livre fluxo de idéias, opiniões e informações jornalísticas. Na Inglaterra e, de modo mais amplo, no Reino Unido, estão em pauta as chamadas "superinjunctions", medidas preventivas que impedem um jornal de tocar num assunto determinado e também o proibem de mencionar o impedimento.

Em nome da proteção à privacidade do indivíduo, o jornalismo vem sofrendo restrições, ou tentativas de restrições, quase sempre abusivas. Nos

(161) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-dever-da-liberdade/>

Estados Unidos, tem prevalecido o entendimento de que, em casos de segurança nacional, os jornalistas não podem invocar o sigilo da fonte. Para os que cultivam a idéia de que a liberdade de imprensa tem lugar de pedra fundamental na democracia, há motivos de preocupação.

No Brasil, especialmente. A mentalidade autoritária, entre nós, não é apenas um fator conjuntural que distorce o debate público. Ela tem raízes mais fundas. Sem medo de errar, podemos dizer que ela está na estrutura da nossa instituição de Estado. Faz parte do DNA da nossa cultura política. Retarda, quando não inviabiliza, a consolidação histórica da ordem democrática. Trata-se de um anacronismo persistente que nos prende ao atraso. Essa mentalidade preserva o patrimonialismo e perpetua a opacidade na gestão pública, o mandonismo, o clientelismo e as formas mais ancestrais de corrupção. É ela quem fustiga os jornais e dissemina a ilusão de que jornalistas precisam de uma autoridade que lhes sirva de pajem, de feitor, de vigia. Preventivamente.

(...)

Pendor pela censura

Liberdade de imprensa, ao contrário do que alegam muitas das autoridades, não significa impunidade. É bem o contrário. A liberdade impõe uma enorme carga de responsabilidade aos jornalistas, que devem responder pelos excessos que praticarem – na Justiça. A liberdade não é um conforto, mas um dever para o jornalista. Quem tem direito à imprensa livre é a sociedade. Quanto ao jornalista, este tem o dever de exercer a sua liberdade e de construir, no exercício da sua profissão, as bases da imprensa livre. Em nome desse dever, que é a mais alta forma de respeito ao direito à informação do cidadão, muitos são os jornalistas que arriscam e mesmo perdem a vida.

Só o que cabe às autoridades é proteger a liberdade de imprensa e a integridade de seus profissionais. Da parte do Estado, o respeito à liberdade de imprensa se traduz numa renúncia: o governante de vocação democrática sabe se recusar a usar seu poder com o objetivo de interferir na mediação do debate público.

No Brasil, a mentalidade autoritária tem apreço pela figura do Estado senhor do monopólio da força. De outro lado, não aprendemos que não há democracia sem que o Estado renuncie a exercer controle prévio sobre fluxo das informações e das idéias na sociedade. E essa idéia é chave.

O Estado só existe quando, a favor dele, os cidadãos renunciam ao

uso da força, para lembrar aqui a noção que foi tão bem demonstrada por Weber, numa passagem clássica, em que ele cita o líder bolchevique León Trotsky, para o qual “todo Estado se funda na força”. Pois bem: assim como o Estado só existe quando detém o monopólio da violência, a democracia só existe quando, a favor dos cidadãos, o Estado renuncia à tentação de interferir sobre a formação, a manifestação e o trânsito das opiniões e das informações.

Dessa compreensão, lamentavelmente, estamos longe. Na nossa cultura política, a brutalidade do Estado se manifesta na falta de cerimônia com que as autoridades atacam a imprensa. Essa mentalidade, além do monopólio da força, pretende ter o monopólio da opinião.

Daí esse pendor pela censura, essa inclinação incorrigível de tomar conta dos jornalistas. O tema da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa continua na ordem do dia em nosso país. Houve avanços nessa matéria? Sim, houve. Mas a mentalidade autoritária ainda persiste, manifestando-se a toda hora. Se queremos liberdade, não podemos mais deixá-la tão à vontade.

Mídia brasileira à direita dos conservadores

Alberto Dines

06 de novembro de 2012, nº 719, ano 17¹⁶²

Em 2008, era Oba-Oba-Obama. Numa rara recaída idealista, nossa grande imprensa então o saudou como símbolo dos novos tempos, foi adjetivado como “pós-racial”, “pós-ideológico” e coroado como novo Roosevelt.

Na sexta-feira (2/11), quando começou a circular sua última edição antes das eleições americanas, o semanário *The Economist*, com 169 anos de existência, surpreendeu a fina flor do empresariado global com o endosso à reeleição de Barack Obama. O entusiasmo não foi o mesmo do pleito anterior, mas a opção foi inequívoca e jornalisticamente audaciosa:

(162) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/midia-brasileira-a-direita-dos-conservadores/>

"Muitos empresários americanos podem achar que nada seria pior do que conceder mais quatro anos a Obama. Pedimos licença para discordar. Por trás de suas intenções empreendedoras, Romney tem um plano econômico que só funcionará se não acreditarmos no que ele prega. Não é o tom apropriado para um executivo-chefe. E apesar de todas as suas deficiências, Obama tirou a economia da beira do desastre e exibiu posições decentes em política externa. Este jornal prefere continuar com o diabo que conhece e aposta na sua reeleição."

No sábado (3), fim de semana do feriadão, dos jornalões nacionais apenas *O Globo* noticiou o importante apoio; dos regionais, somente o *Correio Braziliense*. O resto enrustiu a notícia, não quis passar uma má impressão do seu candidato in pectore, Mitt Romney.

(...)

Na segunda (5/11), repetiu-se a história com o anúncio do apoio do Financial Times, a bíblia cor de salmão do mundo econômico, a um presidente que na melhor das hipóteses seria classificado como "centrista". Este segundo apoio foi mais enfático e destacado do que o do semanário publicado pelo mesmo grupo Pearson:

"Obama é a melhor aposta para os EUA em crise. Romney não inspira confiança para tocar uma agenda clara. Seu plano de cortar impostos não vai reanimar a economia."

A notícia não provocou a menor reação nos veículos digitais ao longo do dia. Esta omissão aponta para três clamorosas disfunções:

1. A esmagadora maioria dos gatekeepers de nossas redações não conhece, não lê e não avalia a importância das duas publicações;
2. Nossa grande imprensa (nela compreendidos conglomerados regionais) deixou-se contaminar por uma ortodoxia ideológica incompatível com as noções de diversidade e pluralismo, indispensáveis a uma sociedade democrática;
3. Nossa mídia digital não tem dimensão, é absolutamente secundária: os portais de notícias são meras extensões da mídia impressa – burocráticos, burros, banais.

Anestesia geral

Então, como explicar a substituição em apenas quatro anos de uma generalizada empatia em favor do presidente americano pela clara antipatia ao candidato à reeleição?

Responsáveis pela mudança teriam sido as intervenções de Obama no

mercado financeiro, na indústria automobilística ou o lançamento do plano nacional de previdência médica (Medicare)? Ou foi a súbita entrada do Tea Party no cenário político americano o fator que excitou os correligionários nacionais e os estimulou a criar um símile nacional?

Outra hipótese para explicar a súbita má vontade da nossa mídia contra Obama: reação ao simpático empurrão que deu ao então colega brasileiro quando disse “Lula é o cara”.

(...)

O Chávez que não era Chávez

Luiz Egypto

24 de janeiro de 2013. nº 730, ano 18¹⁶³

Jornalismo é uma disciplina de verificação. Esta regra de ouro é o que faz do jornalismo profissional com compromisso público algo distinto dos achismos e das verdades verdadeiras que inundam jornais picaretas, blogs ideologizados, sites reducionistas e manifestações eivadas de delírios de toda ordem vocalizadas nas redes sociais com foros de “matéria jornalística”. Nas redações, o exercício do ceticismo responsável sempre implicará checagens, rechechagens, novas verificações e questionamentos até que se chegue à versão mais próxima da verdade que se possa obter a respeito de um fato. Dá trabalho, mas é assim que se faz. Às vezes perde-se o furo, mas se publica uma matéria melhor, mais útil ao leitor.

Pois um dos jornais mais importantes do mundo derrapou feio na quinta-feira (24/1) ao negligenciar os controles que deveria exercer antes da divulgação de uma notícia. Na madrugada de quinta, o site do diário espanhol *El País* publicou a foto de um homem entubado, em uma sala de cirurgia, que identificou como o presidente venezuelano Hugo Chávez – que desde o início de dezembro está internado em um hospital de Havana para tratamento de um câncer pélvico. O personagem mostrado pela imagem tem semelhança com Chávez, mas se tratava de outra pessoa.

A foto foi retirada do site do *El País* depois de meia hora, quando se

(163) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o_chavez_que_nao_era_chavez/

constatou o engano. Mas o pior estava por vir. Afora o constrangimento suscitado por um erro dessa magnitude, a impressão da edição em papel do jornal precisou ser interrompida – com sérios prejuízos à logística de distribuição – para que a “barriga” fosse eliminada de suas páginas. A mal-fadada foto estava estampada na primeira página, em quatro colunas (a página padrão do *El País* é de cinco colunas), com uma chamada de quatro linhas, no alto, à direita: “O segredo da doença de Chávez” (El secreto de la enfermedad de Chávez).

Foi, certamente, uma madrugada terrível para os editores do jornal. No entanto, além dos prejuízos éticos e financeiros, depois do cristal trincado será sempre muito difícil recompô-lo.

Reação dos leitores

(...)

A descoberta da fraude foi atribuída, segundo o *Clarín*, ao internauta Ernesto G. Aroca (@ErneX), residente em Barcelona. Com o barulho em torno do achado, ainda segundo o jornal argentino, a edição digital do *El País* começou a receber duros comentários de seus leitores, criticando o jornal pelo erro. A foto e o texto foram, então, retirados do site. E teve início a corrida atrás do prejuízo da edição impressa.

Santo padroeiro

Descoberta a lambança, o site do *El País* publicou um pedido de desculpas aos seus leitores “pelos prejuízos causados” e anunciou ter aberto “uma investigação para determinar as circunstâncias do ocorrido e dos erros cometidos na verificação [da autenticidade] da fotografia”. Antes, o site havia informado que a tal foto fora fornecida pela agência Gtres Online, “afirmando que se tratava de Hugo Chávez, presidente de Venezuela”.

Para um jornal que em outubro passado enfrentou uma tempestade corporativa por causa da crise econômica, com a demissão de 128 jornalistas e redução de salário dos que permaneceram empregados, 24 de janeiro será para sempre uma data aziaga. Quanto mais não fosse por ser este o dia de São Francisco de Sales, tido como patrono dos jornalistas.

Tragédia em Santa Maria: O horror e o limite da linguagem

Luciano Martins Costa

28 de janeiro de 2013, nº 730, ano 18 ¹⁶⁴

Comentário para o programa radiofônico do
Observatório, 28 de janeiro de 2013

Este é um daqueles momentos em que o jornalismo se defronta com os limites da linguagem: não há como descrever, ainda que de forma aproximada, o que aconteceu no casa de shows Kiss, da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na madrugada de domingo (27/1).

Os números dão uma dimensão da tragédia, os elementos que se juntaram para agravar as consequências do incidente conduzem os sentimentos na direção da indignação, mas mesmo assim estaremos muito distantes do significado do acontecimento em sua plena extensão. E mesmo que as imagens técnicas, demonstrando mais uma vez seu predomínio nos tempos atuais, avancem na explicitação do fato em si, ainda resta a dor para ser descrita.

Os jornais de segunda-feira (28/1) tentam superar a perplexidade, mas essa é a expressão que define exatamente até onde pode chegar a narrativa especializada: quanto mais as palavras e as imagens nos aproximam da verdade, menos aceitável ela se torna.

Nas primeiras páginas dos diários, os próprios números se desencontram: a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* falam em 231 mortos; o *Estado de S. Paulo* diz que foram 233. O esforço de reportagem produz listas de vítimas, mas quanto maior o número delas, mais distante fica o leitor do drama de cada uma daquelas famílias.

O inaceitável é produto da “imprudência, das falhas na fiscalização, da ganância. A revolta pede providências para que tragédias assim não se repitam”, diz o cronista Luis Fernando Verissimo no *Estadão*.

(164) http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o_horror_e_o_limite_da_linguagem/

As redações se dedicam a pesquisas e vão buscar outros fatos correlatos em outros tempos, em outros lugares, mas cada tragédia tem sua dor muito específica e as comparações apenas realimentam a perplexidade: o que poderia ter sido feito para evitar tantas mortes?

(...)

Morrer em Santa Maria

O *Estadão* fala em “série de erros”, *O Globo* se refere a “descaso”, todos os jornais destacam o fato de que algumas mortes podem ter sido provocadas porque os seguranças tentaram impedir os jovens em desespero de escapar da boate, porque julgavam que pretendiam sair sem pagar a conta.

Mas nenhum dos grandes diários de circulação nacional foi capaz de produzir um perfil dos donos da casa noturna, apontar antecedentes, explorar indícios de relações viciadas entre eles e as autoridades encarregadas de fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos desse tipo.

(...)

Quando ultrapassa certos limites, a tragédia paralisa e embota o instinto investigativo e nem mesmo a disponibilidade de muita tecnologia é capaz de expandir a capacidade de significar a realidade.

É preciso admitir que há acontecimentos que simplesmente não podem ser descritos e que a mediação é apenas um recorte numa fração da realidade. Talvez por isso, dois dos grandes jornais nacionais, *O Globo* e o *Estado de S. Paulo*, aceitaram a oferta do midiático poeta gaúcho Fabrício Carpinejar, que publicou em seu blog e enviou às redações o poema intitulado “Tragédia em Santa Maria”.

Diz o poeta: “Morri em Santa Maria hoje/ Quem não morreu?/ Morri na Rua dos Andradas, 1925./ Numa ladeira encrespada de fumaça”.

O modelo 'franciscano' de jornalismo

Alberto Dines

19 de março de 2013, nº 738, ano 18¹⁶⁵

A queda no faturamento dos jornais e a relação do jornalismo local com a cidadania têm sido, no decorrer do tempo, uma regularidade editorial importante debatida pelo *Observatório da Imprensa*.

Em apenas 29 dias – do Carnaval à metade da Quaresma – a igreja católica deu uma das mais surpreendentes guinadas nos seus 20 séculos de história. Com uma abdicação – e não com um golpe de poder – desatou-se o nó que enredava enorme teia de escândalos, malfeitorias, desvios morais e espirituais. Um formidável conjunto de transformações foi magicamente acionado e a mídia, ainda ofegante e embaçada, não consegue avaliar o que está efetivamente acontecendo.

A perturbação dos mediadores patenteou-se simbolicamente no próprio ato da renúncia de Bento XVI, que poderia ter passado despercebido não fosse uma jornalista italiana, proficiente em latim, ter entendido que aquele comunicado aparentemente burocrático continha uma inédita e retumbante proclamação.

Sem questionar as manhosas explicações da Cúria, a mídia aceitou ingenuamente a tese da enfermidade e fragilidade do pontífice, não notou o extraordinário vigor de suas palavras nos dias seguintes, sobretudo as acusações contra a hipocrisia e o carreirismo religiosos.

Ninguém se deu ao trabalho de acessar o Google para descobrir qual foi o teólogo alemão que em passado distante também deblaterou contra a hipocrisia da Santa Sé. Se o fizessem teriam percebido que o adversário da Santa Madre Igreja não é o luteranismo, mas os seus quase espúrios descendentes – os evangélicos neopentecostais – que estão arrebanhando grandes contingentes de crentes em territórios e segmentos que deveriam estar no rebanho católico.

(165) http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o_modelo_lsquo_franciscano_rsquo_de_jornalismo/

Com a preparação do conclave que escolheria o sucessor de Bento XVI, a mídia entrou no clima de torcida organizada. Uma vasta legião de vaticanistas começou a palpitar sobre os papáveis, os papabili, logo transformados em cassandras profissionais: trabalham de graça e são incapazes de dizer heresias.

Nenhum repórter foi gastar sola de sapato nas vielas da Cidade Eterna para saber qual foi o segundo colocado no último escrutínio que elegeu o cardeal Joseph Ratzinger, em 2005. Se o fizessem, saberiam que o argentino Jorge Mario Bergoglio tinha mais chance de ser eleito do que todos os candidatos americanos ou italianos que apareciam nas bolsas de apostas.

Acostumada a reproduzir as frases peremptórias de políticos e empresários, a mídia não percebeu que a retórica eclesiástica é diferenciada. Sermões, homilias e encíclicas são expressos em linguagem não cotidiana, servidas por eufemismos e sutilezas. O mais importante estudioso contemporâneo da inquisição portuguesa, Elias Lipiner, produziu um clássico filológico – Terror e Linguagem, um dicionário da Santa Inquisição (Ed. Contexto, Lisboa, 1998). A igreja paira na esfera sagrada, não pode ser óbvia, razão pela qual o genial sermonista padre Antonio Vieira só conseguiu destacar-se utilizando altas doses de drama e poesia.

A igreja cansou de caçar e fabricar hereges, a Inquisição foi desativada, mas para acompanhar os próximos lances da Virada Vaticana os jornalistas especializados necessitarão passar por um intenso treinamento para entender a cifrada linguagem e as nuances semânticas empregadas.

Milagre na mídia brasileira

(...)

Na competição entre os semanários, Época ganhou de goleada de Veja com uma matéria onde nada faltou. O texto “Os padres e os generais”, de autoria de Alberto Bombig e Angela Pinho, é simplesmente aterrador não apenas pelo flagrante do ditador Jorge Rafael Videla (condenado à prisão perpétua) comungando inocentemente, mas pela revelação de que apesar dos arrufos dos Kirchner com setores eclesiásticos, o casal sempre conviveu pacificamente com uma aberração política – o Artigo 2º da Constituição argentina, onde está garantida a sujeição do Estado à Igreja. Razão pela qual o muçulmano sunita Carlos Menem precisou converter-se ao catolicismo para formar-se em Direito e seguir a carreira política.

Veja tentou esmerar-se numa história da Companhia de Jesus, mas

quebrou a cara. Menciona em passant o padre Antonio Vieira, mas esquece que o jesuíta foi preso pela Inquisição portuguesa e para escapar da pena de “relaxamento” (execução) foi convocado para viver no Vaticano.

(...)

O tripé franciscano do bom jornalismo

O encontro do novo pontífice com a imprensa reunida em Roma foi solene, aconteceu no sábado (16/3), presentes quatro mil profissionais. Não foi uma entrevista coletiva, foi um pronunciamento destinado a reforçar a natureza da igreja, suas motivações espirituais e não políticas ou terrenas, e oferecer uma plataforma comum baseada numa tríade constituída de verdade, bondade e beleza.

Da santíssima trindade de jornalões nacionais de domingo (17), apenas um, *O Globo*, reproduziu o modelo integralmente. *Folha de S.Paulo* e *Estado* contentaram-se apenas com a verdade. O que não é pouco. Esqueceram bondade (ou generosidade) e beleza (ou inteligência).

Anorexia e lipoaspiração na Capadócia

Alberto Dines

30 de abril de 2013, nº 744, ano 18¹⁶⁶

De repente, a esqualidez coletiva, a magreza como exercício de descartabilidade. O suicídio assumido publicamente pelo antigo *Estadão* a partir da segunda-feira (22/4) foi compartilhado com uma sensação de alívio pela concorrência. O novo figurino Ersatz – sucedâneo inferior – caiu do céu, presente dos deuses. É extremamente conveniente aos diários ditos nacionais e regionais, finalmente desobrigados de competir em qualidade e densidade.

As elites endinheiradas não gostam de jornais opulentos, substanciosos, preferem a sublime dramaturgia das telenovelas, fingem que são informadas pelas mídias sociais e adoram desfolhar revistas com as irresistíveis citações proferidas por celebridades de shortinho.

Já as empresas jornalísticas, incapazes de multiplicar talentos e há décadas apostando em estrelas fatigadas pela rotina da submissão, começaram a afiar bisturis e guilhotinas, ávidas para cortar custos e gorduras.

Sem alma

Mesmo que a internet não apareça como vilã dessa crise, a verdade é que nossa economia não tem fôlego para sustentar uma imprensa bem nutrida, criativa, variada, estimulante.

Aquela sucessão de anúncios de página inteira vendendo a felicidade imobiliária dá prejuízo, as construtoras e incorporadoras gozam de tremendos descontos, condenadas a servir de atração para o negócio de classificados tal como as montadoras de carros que só conseguem escapar da anorexia com o corte no IPI.

Nossa indústria de eletrodomésticos esgotou-se, os aparelhos são os mesmos há anos, os cadernos do último fim de semana só ofereciam celulares e tablets. Razão pela qual nenhum jornal se arrisca a denunciar o desastroso serviço das operadoras de telefonia e provedoras de acesso digital.

(166) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/anorexia-e-lipoaspiracao-na-capadocia/>

A autoflagelação do antigo *Estadão* é apenas o começo de uma perigosa desertificação jornalística. Se até agora se gastava no fim de semana pelo menos duas horas para ler a safra de jornais e revistas, o tempo de leitura vai se reduzir substancialmente. Pouco adiantará esticar os infográficos, dramatizar os episódios policiais e as abobrinhas oriundas da TV.

Nosso jornalismo esgotou-se, patina na desimportância, incapaz de reencontrar as fontes de vitalidade e renovação. Nem a antecipação do embate presidencial conseguirá aumentar a circulação ou a receita da mídia impressa porque onde não há diversidade, não há surpresas. O inesperado não se sustenta automaticamente.

Consolo da telinha

Ao anúncio da estagnação doméstica somou-se o súbito falecimento da edição sul-americana do *El País*, impresso no Brasil e na Argentina. A subsidiária local da PRISA avisou laconicamente que não aceitará renovação das assinaturas, saiu do mercado. Danem-se os viciados em jornalismo inteligente.

Foi suprimido o privilégio oferecido a alguns leitores brasileiros de ler diariamente um diário global impresso localmente. Mesmo que o exemplar custasse três vezes mais do que os concorrentes tupiniquins valia a pena, dava dimensão à fragmentação digital.

A catástrofe que desabou sobre a Espanha foi responsável pelo abate do EP/Brasil, mas é preciso admitir que o brasileiro é cada vez mais monoglota, provinciano, apesar de voar ao exterior em todos os feriados. Se é para ler um veículo "estrangeiro", melhor que seja em inglês – "pega bem", mesmo que a compreensão seja nula. Ou quase.

Imperioso constatar que a edição sul-americana do diário espanhol estava sendo editada de forma burocrática. Inapetente. Na verdade, para o brasileiro não existe uma América do Sul, o bolivarianismo cansou. E a Espanha, matriz de uma civilização, apesar de conservar o velho brilho cultural está enfiada num buraco não apenas econômico, mas igualmente institucional. Evaporou o charme daquela monarquia liberal que, com tanta ousadia, fez a transição do fascismo para a democracia. Desgraçadamente, o EP/Brasil teve a mesma sorte.

Em compensação, fomos transferidos para uma Capadócia moral graças ao talento dos autores do pastelão das nove, Salve, Jorge. Merecemos.

Quem matou o 'Sabático'?

Alberto Dines

12 de abril de 2013, nº 741, ano 18¹⁶⁷

Melancólico, mesquinho, miúdo assim foi o anúncio da morte do *Sabático*, o caderno de cultura do *Estado de S. Paulo*. Em outras circunstâncias o passamento teria dimensões heroicas ou trágicas. Neste país apalhaçado e prematuramente envelhecido, sem apetite para desafios, o fim do melhor caderno semanal de cultura – e herdeiro do mais importante suplemento literário – foi encenado de maneira rigorosamente canhestra.

As 40 demissões (inclusive a do editor do caderno) ocorreram na sexta-feira (5/4), mas na edição de domingo (7/4), num pé de página da seção de Economia (pág. B-10), anunciou-se timidamente que o jornal estreará em 22 de abril um “novo projeto gráfico” com a reorganização dos cadernos e um novo aplicativo destinado a celulares. Aplicativo é uma poção mágica que desta vez soou pífia, falsa, medíocre.

Entrementes, no sábado (6), pipocavam na internet os abaixo-assinados e protestos contra o atentado à cultura cometido pela direção do *Estadão*. Grandes nomes do circuito acadêmico e literário encheram-se de coragem e saíram da sombra para proclamar a sua indignação contra a decisão do jornal. Os mais veementes foram os responsáveis pelo caderno (demitidos na sexta), que enfatizaram a sensação de “dever cumprido” e a satisfação pela repercussão que o caso provocou.

(...)

A direção do *Estadão* agiu de forma desastrada, amadora, impensada, quase irresponsável: não percebeu que com algumas doses de dignidade, criatividade e, sobretudo, audácia poderia disfarçar o recuo e convertê-lo em novidade, até mesmo apresentá-la como avanço empresarial, abrindo o capital da empresa, transformando o leitor em acionista.

De que adianta acreditar no capitalismo sem disposição de experimentá-lo integralmente? A direção da empresa preferiu um engodo esfarrapado. Criou uma expectativa tão negativa em torno das próximas mudanças que truque algum poderá reverter.

(167) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/quem-matou-o-lsquo-sabatico-rsquo/>

Lançado espetacularmente em 13 de março de 2010, o *Sabático* terá vida curta. Seu algoz não foi a internet, foi uma imensa e poderosa incapacidade para ousar.

Faça como Warren Buffett, compre um jornal

Alberto Dines

07 de maio de 2013, nº 745, ano 18¹⁶⁸

Enquanto todos se entregam ao pessimismo e garantem o fim do impresso, ele aposta em jornais locais, focados na comunidade. O portfólio da holding Berkshire Hathaway já tem quase 100 títulos.

(...)

“Ele” é Warren Buffett, o terceiro homem mais rico do mundo (às vezes passa para o segundo posto), o capitalista que vota em Barack Obama, adora desafiar os republicanos, deserdou os filhos e deixou grande parte de fortuna para a obra filantrópica do amigo Bill Gates na África.

Veja a íntegra da entrevista com Warren Buffet no programa de TV em 21 de janeiro de 2014¹⁶⁹

Convicções liberais

Ao discutir os nomes para o especial que abriria as comemorações dos 15 anos do programa *Observatório da Imprensa*, Buffett foi o mais votado. Estava nas manchetes, acabara de comprar mais alguns títulos e a carta semestral aos acionistas da Berkshire Hathaway (geralmente escrita por ele) estava sendo comentada em todas as grandes colunas de economia e

(168) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed745_faca_como_warren_buffett_compre_um_jornal/

(169) <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/entrevista-com-warren-buffet/>

negócios do mundo. Sobretudo no tocante ao futuro dos jornais comunitários e o modelo de negócios capaz de garantir a sobrevivência dos impressos diante avassaladora onda digital.

A aposta jornalística de Buffett nos leva naturalmente à história da imprensa americana. Sem uma pequena imprensa comprometida com a vida comunitária não haveria uma grande imprensa tão aferrada as seus deveres públicos. Nos clássicos do faroeste, ao lado do saloon, do armazém, da delegacia, lá está quase sempre um jornalzinho denunciando os bandidos e corruptos. Sua obsessão por jornais "indispensáveis", focados nos interesses imediatos dos leitores, tem condições de dar um sentido ao jorro contínuo de fragmentos digitais que mais desnortheia do que informa

Mais jornais, melhor jornalismo

Alberto Dines

12 de novembro de 2013, nº 772, ano 18¹⁷⁰

Em 2012, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), havia 727 diários impressos no Brasil.

É razoável? É pouco?

Pouquíssimo: deveríamos ter, no mínimo, o dobro – 1454. Sem contar os digitais, os bissetemanais e trissetemanais. Com 5.570 municípios, deveríamos alcançar ao menos a média de um veículo jornalístico por município. O fenômeno da concentração da imprensa não se resume ao número reduzido de grandes empresas de comunicação e à forte tendência para a formação de oligopólios regionais. O mais grave são os vazios, os bolsões de silêncio, as manchas cinza, ocas, espalhadas entre as 727 ilhas do Arquipélago Gutenberg.

(...)

(170) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/mais_jornais_melhor_jornalismo/

Mídia local, transformações e desafios

Celestino Vivian

15 de abril de 2014. nº 794, ano 19¹⁷¹

Dezenas, ou centenas, de médios e pequenos jornais impressos do interior do país, representativos em suas comunidades e com longa história de lutas, enfrentam hoje dificuldades para sobreviver. A internet e a tecnologia mudaram a forma de fazer comunicação. A notícia está ao alcance dos dedos em uma infinidade de aparelhos móveis. Quanto maior a crise, menor a força desses diários para manter a independência e fugir às pressões de grupos políticos econômicos.

A realidade é mais dura do que pode parecer. A falência de um jornal comunitário com trinta, cinquenta ou mais de um século de vida representa uma perda de referências para a comunidade e região em que circula. Pode ser substituído por uma boa rádio, por um bom portal de notícias, pelo jornalismo de um canal de TV? Pode. Mas, no geral, essas mídias ainda não carregam plenamente a principal característica de um diário independente: a de apresentar a informação de forma organizada, com análises, comentários e diferentes opiniões. Desde que preservada, cada vez menos importará se essa característica continuar no impresso tradicional – distribuído a assinantes ou vendido em bancas – ou estiver disponível na versão digital do jornal na web.

O que não pode morrer é o conteúdo de qualidade, o jornalismo isento e imparcial, a cobertura que atende aos interesses do leitor local. Boa informação ajuda na formação de cidadãos esclarecidos e conscientes – condição vital para a consolidação da democracia e o desenvolvimento sustentado do país.

Foi com base nessa convicção que o Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo lançou o Projeto Grande Pequena Imprensa. A ideia original é de Alberto Dines. Com patrocínio da Fundação Ford, Google, Odebrecht e outras entidades, está levando apoio técnico a jornais do interior nas áreas de redação, mercado publicitário, tecnologia da informação, gestão financeira e administrativa, logística e circulação. Neste ano de 2014, o GPI está beneficiando cinco diários de regiões economicamente importantes.

(171) http://observatoriodaimpresa.com.br/grande-pequena-imprensa/_ed794_midia_local_transformacoes_e_desafios/

(...)

Um dos jornais atendidos pelo GPI está obtendo grande sucesso com o lançamento de encartes específicos para pequenos anunciantes do setor de serviços, sempre enriquecidos com uma reportagem sobre o seu desempenho. Outro transformou o lançamento de uma revista segmentada em rodada de negócios para os anunciantes. Resultado: agradou ao leitor, fidelizou o anunciante e tornou a revista um sucesso.

Um dos grandes objetivos do GPI é fazer com que os pequenos e médios jornais do interior compartilhem as boas experiências e soluções. Busca-se ainda, através da união de forças de todas as entidades representativas da área da comunicação, oferecer apoio na solução de outros problemas recorrentes como sucessão familiar, processos por dano moral, relacionamento com os sindicatos etc. Para o Projor, também responsável pelo Observatório da Imprensa, é fundamental buscar formas de fazer com que os veículos de comunicação – jornais, rádios, revistas, TVs situados fora dos eixos mais ricos – consigam sobreviver economicamente e oferecer produtos de qualidade.

A Gazeta, um grampo esquecido

Mauro Malin

25 de maio de 2013. nº 747, ano 18¹⁷²

(...)

O jornal *A Gazeta*, de Vitória, sofreu em 2005 escutas telefônicas ilegais no contexto das investigações sobre o assassinato do juiz Alexandre Martins, ocorrido dois anos antes.

O governador era Paulo Hartung, e a Secretaria de Segurança, de onde partira o pedido de escuta concedido pelo Judiciário local, era dirigida pelo delegado da Polícia Federal Rodney Miranda.

O jornalista e professor da Universidade Federal do Espírito Santo Victor Gentilli, colaborador do Observatório da Imprensa, relata que o jornal protestou veementemente contra o atentado à liberdade de expressão durante um mês, depois abandonou o assunto. A tal ponto que, em março de 2013, reportagem sobre os dez anos da morte do juiz nem menciona o episódio.

Em alguns momentos, nesses anos, Gentilli questionou dirigentes do jornal sobre o silêncio. A resposta era: se surgissem fatos novos, eles seriam noticiados. Para a Justiça, o assunto está encerrado. Venceu a tese de que a *Gazeta* não foi alvo de interceptação, mas vítima de erro de um funcionário da empresa telefônica local.

Ninguém checou nada?

A polícia teria pedido o telefone da empresa de fachada de um criminoso e recebido o de uma linha PABX da empresa jornalística. "Houve prorrogação do pedido de interceptação, concedido pela Judiciário. Ora, se os policiais encarregados da escuta constataram que o número não era da empresa visada, ou se não estavam ouvindo o que era gravado, por que solicitaram a prorrogação?", questiona Gentilli. "E o desembargador que a concedeu – Pedro Valls Feu Rosa, hoje presidente do Tribunal de Justiça – também não tomou conhecimento de nenhum conteúdo?"

O governador havia mandado comprar um sistema chamado Guardiã, usado em diferentes instâncias federais e estaduais, capaz de interceptar simultaneamente centenas de linhas. Ligações de duzentos jornalistas da

(172) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/lsguo_a_gazeta_rsquo_um_grampo_esquecido/

Gazeta foram grampeadas, embora só dois ou três estivessem designados para cobrir o andamento do processo aberto para punir os assassinos de Alexandre Martins.

(...)

Vida fácil para a Justiça

Não se entende que a redação da *Gazeta* tenha se esquecido de um atentado tão grave. A menos que esteja satisfeita com as sentenças da Justiça local a respeito do grampo de 2005. Uma Justiça que, entre outras ações criticadas, respaldadas por instâncias federais, ainda não liberou a ida a júri popular dos denunciados como mandantes do assassinato do juiz Alexandre Martins.

A agonia da empresa jornalística familiar

Carlos Eduardo Lins da Silva

07 de agosto de 2013. nº 758, ano 18¹⁷³

A venda do jornal *The Washington Post* para o empresário Jeff Bezos, anunciada na segunda-feira (5/8), além de carregar uma simbologia extrema sobre as mudanças radicais que vêm ocorrendo há duas décadas no mercado de comunicação, é mais um duro golpe contra a instituição do jornal controlado por famílias, que foi dominante na imprensa americana no século passado e teve forte influência na brasileira.

Cem anos atrás, quase todos os jornais dos EUA pertenciam a famílias. Em 2013, dos 1.500 diários existentes, cerca de 200 são familiares. Agora, dos principais diários, só o *New York Times* ainda é controlado por uma família, a Sulzberger. O *Post* deixa de pertencer à família Graham, como, antes, os Bancroft haviam vendido o *Wall Street Journal*, os Chandler perderam o controle do *Los Angeles Times*, entre outros que deixaram o modelo.

Quando essa tendência se intensificou, no primeiro ano deste século, Katharine Graham, a matriarca do *Post*, a lamentou e disse: "Não acho que seja por acidente que os jornais conhecidos como os de melhor qualidade

(173) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a_agonia_da_empresa_jornalistica_familiar/

do país sejam, ou tenham sido até recentemente, controlados por famílias”.

Tampouco foi por mera coincidência que a venda dos jornais de família se tornou quase corriqueira a partir de 2000. Nos anos 1990, a internet se disseminou e começou a ficar claro que o tal “modelo de negócios” para os veículos jornalísticos impressos estava à beira de sofrer um xeque-mate.

Excesso de confiança

O debate sobre as virtudes e vícios do modelo de propriedade familiar sempre foi pontuado por ingenuidade, desconhecimento, hipocrisia ou desonestidade, em diversos graus, tanto por parte dos que se opunham a ele quando dos que o exaltavam.

Quase tudo, evidentemente, sempre dependeu de que família ou de que empresa controlava que jornal, ou de que geração familiar ou de que executivo de empresa tomava as decisões em que veículo. Obviamente, muito sempre se dependeu da conjuntura econômica.

Por mais que os valores de uma família pudessem ser sólidos, ninguém jamais foi capaz de garantir que eles prevaleceriam em qualquer circunstância. Por exemplo, o *Los Angeles Times* passou por fases de enorme qualidade e exemplar independência editorial sob os Chandler, mas também sob eles foi um jornal ruim e eticamente condenável.

(...)

Direitos da criadagem, essa afronta

Sylvia Debossan Moretzsohn

02 de abril de 2013. nº 740, ano 18¹⁷⁴

“Em 1871, quando o Parlamento discutia a Lei do Ventre Livre, argumentou-se que libertando-se os filhos de escravos condenavam-se as crianças ao desamparo e à mendicância. ‘Lei de Herodes’, segundo o romancista José de Alencar.

“Quatorze anos depois, tratava-se de libertar os sexagenários. Outro absurdo, pois significaria abandonar os idosos. Em 1888, veio a Abolição (a última de país americano independente), mas o medo a essa altura era menor, temendo-se apenas que os libertos caíssem na capoeira e na cachaça.

“Como dizia o Visconde de Sinimbu: ‘A escravidão é conveniente, mesmo em bem ao escravo’.”

As referências de Elio Gaspari em artigo sobre as cotas nas universidades, publicado há um ano (25/4/2012), se aplicariam perfeitamente ao alvoroço em torno da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que estabelece para o trabalho doméstico os mesmos direitos das demais atividades assalariadas. Não apenas porque esse trabalho deriva historicamente da nossa herança escravocrata: também, ou talvez principalmente, porque, no campo das relações trabalhistas, notórios “especialistas” são recorrentemente convocados a bater na tecla do direito como um entrave à livre negociação entre as partes, como se essas partes estivessem em pé de igualdade.

Não só na vida privada se recorre a eufemismos para nomear os subalternos: também nas grandes empresas começa a se disseminar o costume de chamar seus empregados por “colaboradores”, o que eventualmente pode sugerir uma alteração na relação contratual, nesses tempos de “flexibilização”, mas não esconde a tentativa de riscar a palavra “trabalhador” do mundo do capital. O que não altera a relação de exploração, mas pode mascará-la por esses artifícios de linguagem.

(174) http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed740_direitos_da_criadagem_essa_afronta/

A lógica invertida

Foi, portanto, previsivelmente por essa lógica invertida – e pervertida – que os principais jornais pautaram suas reportagens sobre a PEC das Domésticas: chamando os “especialistas” de sempre para alertar para o risco de desemprego e o estímulo à informalidade que a lei provocaria, e para o transtorno que as novas obrigações representariam: calcular horas extras, recolher FGTS, pagar auxílio-creche exigiriam a contratação dos serviços de um contador e, conseqüentemente, mais gastos para o cidadão já massacrado por despesas de toda ordem para manter seu nível de vida – a casa, a escola e as múltiplas atividades dos filhos, o(s) carro(s), a ida a cinemas, restaurantes e shows, a academia, as festas, viagens e demais formas de lazer.

(Não deixa de ser curioso que, nas sucessivas reportagens sobre inadiplência, endividamento, aumento do custo de vida ou mesmo ecologia – sobre o desperdício de água, por exemplo – e estilo de vida, esses mesmos “especialistas” recomendem didática e pacientemente medidas de cortes de gastos ou mudança de hábitos, mas não se tenham lembrado disso no caso dos direitos das domésticas).

Ao mesmo tempo, ao montar um quadro comparativo entre as regras vigentes e as que passarão a vigorar a partir deste mês de abril, cada jornal trabalhou com os números como quis. Assim, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* se pautaram pela comparação mais lógica entre os gastos com a empregada contratada, o que evidencia um aumento de menos de 10%. Já *O Globo*, além desse quadro, elaborou outro para a hipótese de dispensa da empregada, de modo a sustentar o alarme na chamada da primeira página de quinta-feira (28/3): “Doméstica: custo de demissão dobra”, embora o texto informe que esta é apenas uma possibilidade e que a indenização do FGTS ainda depende de regulamentação.

O “espaço sagrado” do (nosso) lar

Na véspera, o mesmo jornal dedicara três páginas para tratar da lei recém-aprovada. Numa delas, destacava a turbulência vivida no “espaço ‘sagrado’ do lar” – o nosso lar, naturalmente, que o das domésticas ninguém sabe onde fica – e o “estresse” pelo qual os empregadores estariam passando. Na matéria, a voz principal é de uma professora “com tese de doutorado sobre relações de consumo” e “especialista” – sempre eles – “no comportamento de empregadas domésticas”. Ela diz: “Passar de uma relação personalista para uma relação impessoal é muito doloroso porque acontece no ambiente doméstico, na casa das pessoas, onde elas estão

acostumadas a ter algum tipo de sentimento de dominação" (o grifo é meu).

Acrescente-se, portanto, a terapia como mais uma despesa causada pela nova lei, para tratar de superar esse nefasto sentimento.

Mas o melhor vem a seguir: "Deixar de ter uma empregada é um pequeno grande drama na casa das pessoas porque não temos estrutura social para deixar as crianças".

Alguém alguma vez se incomodou com a falta de estrutura social para as domésticas deixarem as suas crianças?

O abismo social

(...)

Muito além dos 20 centavos

Sylvia Debossan Moretzsohn

15 de junho de 2013, nº 750, ano 18¹⁷⁵

Em junho de 2013 e nos meses subsequentes, o *Observatório da Imprensa* foi um dos mais importantes pontos de conexão das reflexões sobre as manifestações no Brasil e as relações entre poder e mídia. O debate esquentou!

Os dois principais jornais paulistas amanheceram na quinta-feira (13/6) com editoriais que conclamavam a polícia à ação: "Retomar a Paulista", pedia a *Folha de S.Paulo*; "Chegou a hora do basta", enfatizava o *Estado*, apelando ao "maior rigor" na repressão aos protestos contra o aumento das tarifas de ônibus.

Ao fim daquele dia, tiveram o que pediram: a polícia esmerou-se no que melhor sabe fazer e distribuiu seus coices indiscriminadamente, atingindo inclusive jornalistas, alguns dos quais feridos com gravidade por balas de borracha no rosto. Um deles, um fotógrafo, corre o risco de perder a visão.

Estaria aí, talvez, o motivo principal para a "virada na cobertura" apon-

(175) <http://observatoriodaimpresa.com.br/caderno-da-cidadania/muito-alem-dos-20-centavos/>

tada neste *Observatório*: a imprensa sempre se sensibiliza quando alguns dos seus são atingidos. Até então, tanto os jornais paulistas quanto *O Globo* e as redes de televisão carregavam nas tintas contra os atos de vandalismo praticados por uma minoria que sempre se infiltra em manifestações desse tipo – como se isto, por si, invalidasse a mobilização e, pior, justificasse a repressão indiscriminada e truculenta.

Bem a propósito, *O Globo*, na primeira página de quarta-feira (12/6), referia-se aos protestos no Rio como “a marcha da insensatez” e, no dia seguinte, acusava – o verbo é precisamente este – o Movimento Passe Livre paulista de ter “apoio de partidos”, como se isso fosse um absurdo. Mais grave, afirmava, logo na abertura da matéria, que os organizadores eram responsáveis pelos atos de vandalismo, embora eles próprios argumentassem que não tinham controle da situação. No mesmo parágrafo, condenava – o verbo também é este – a suposta artificialidade da causa, que embutiria interesses ocultos e inconfessáveis, já que aqueles jovens não compunham o grupo social “mais afetado pelo reajuste da tarifa de transporte”. Como se existisse legitimidade apenas em reivindicações do interesse imediato de cada um.

Não há exagero em apontar a lógica elementarmente fascista desse raciocínio que põe cada macaco no seu galho e rejeita qualquer perspectiva de mobilização solidária em torno de causas comuns.

(...)

Os jornais, em suma, precisariam demonstrar que a questão vai muito além dos 20 centavos. Ou que 20 centavos são só a gota d’água. Porque, como diz um slogan que circula na rede, “não é por centavos, é por direitos”.

Ao agirem como agiram até agora, os jornais cultivam a ignorância dos analfabetos políticos que compõem parte de sua audiência. É uma opção arriscada, sobretudo em tempos de internet. Depois não poderão reclamar das consequências.

Mídia e crise de representação, tudo a ver

Venício A. de Lima

25 de junho de 2013, nº 752, ano 18¹⁷⁶

(...)

Mudança radical

O que se observa, no entanto, na cobertura que a grande (velha) mídia tem oferecido das manifestações é uma mudança radical. O que começou com veemente condenação se transformou, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes.

Aparentemente a grande (velha) mídia identificou nas manifestações – iniciadas com um objetivo específico, a redução das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo – a oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes – não só de jovens, mas da imensa maioria da população brasileira. Mais do que isso, identificou também uma oportunidade de “desconstruir” as inegáveis conquistas sociais dos últimos dez anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza.

Não é a primeira vez em nossa história política recente que a grande (velha) mídia se autoatribui o papel de formadora e, simultaneamente, de expressão da vontade das ruas – vale dizer, da “opinião pública”.

(...)

(176) http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed752_midia_e_crise_de_representacao_tudo_a_ver/

Sem script, sem cronograma

Alberto Dines

25 de junho de 2013, nº 752, ano 18¹⁷⁷

(...)

A perplexidade na noite da segunda-feira, 17 de junho, foi ampla e irrestrita: não desnoiteou apenas governantes e políticos, também surpreendeu estrategistas, consultores, mídia e a formidável legião de acadêmicos. Aferrada às suas convicções, profundas teorias e interesses imediatos, a grande maioria desses observadores recusa-se ainda a olhar em outras direções. Doravante terão que admitir que são falíveis.

Quando o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto de Carvalho, responsabiliza diretamente a imprensa por insuflar o povo com um “moralismo despolitizado”, fica nítido o grau de atonia e aturdimento que domina a instância máxima do Executivo (*Estado de S. Paulo*, 22/6, pág. A-8; *Folha de S.Paulo*, idem, pág. C-3).

Mas quando um jornal com o prestígio e recursos da *Folha* publica em plena crise, numa edição dominical, uma manchete baseada em sondagem de rua com apenas 606 entrevistados e com ela tenta montar uma tendência dominante, então se percebe o esvaziamento das nossas redações ou, o pior, seu grau de inexperiência ou irresponsabilidade (“A maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas”, domingo, 23/6, pág.1).

Exuberância de recursos, vazio de sentidos

Um dos maiores movimentos políticos da nossa história foi acompanhado por uma televisão altamente equipada em matéria de tecnologia. Mas o suporte informativo, sobretudo nos estúdios e bancadas, apresentou enormes falhas. Também nas ilhas de edição e nas mesas de comando. Atropelos e equívocos eram tão evidentes que nem se pedia desculpas aos telespectadores ou “assinantes”.

Apresentadores viciados no uso do teleprompter (TP), quando obrigados a fazer relatos de improviso, deram seguidos vexames, muitos até mostravam desconhecer suas próprias cidades e ignorar fatos históricos

(177) http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/sem_script_sem_cronograma/

relevantes. ncoras de rádio, sentindo-se na obrigação de opinar sobre a transcendência do momento, cometeram incríveis barbaridades.

A depredação do palácio do Itamaraty – valioso museu de arte e um dos melhores projetos de Oscar Niemeyer em Brasília – não conseguiu emocionar nenhum dos narradores. Só no dia seguinte, e nos jornais.

É válido o recurso de convocar acadêmicos para contextualizar nos estúdios os acontecimentos exibidos nas telas, porém mantidos durante muito tempo longe dos acontecimentos das ruas, tornam-se repetitivos. Não merecem.

Para proteger suas equipes contra eventuais violências, a Rede Globo pode dar-se ao luxo de cobrir ao vivo, a partir de helicópteros, manifestações simultâneas em diversas capitais e durante longos períodos. Mas o material quente, de rua, teve que ser mostrado no dia seguinte. E misturado aos eventos correntes. Confusão total.

Reconheça-se: não temos experiência em coberturas tão tensas, intensas e traumáticas. E os profissionais mais habilitados, vividos, estão sendo despachados para suas casas. A garotada que os substitui não tem rodagem nem bagagem. Convém prepará-la – se não para repetições, pelo menos para valorizar o conteúdo do meio televisivo, o mais rico da comunicação contemporânea.

POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores

Elizabeth Lorenzotti

25 de junho de 2013. nº 752, ano 18¹⁷⁸

(...)

N.I.N.J.A., sigla em português para Narrativas Independentes Jornalismo e Ação é o grupo responsável pela POSTV, sua mídia digital independente. E não nasceu agora, mas há um ano e meio, e está ancorada no movimento nacional Circuito Fora do Eixo. Nas manifestações que tomaram as ruas de várias capitais, ganhou maior visibilidade e chegou a picos de audiência de 120 mil espectadores. O que significa uma marca de 1,2 dos

(178) http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_tespectadores/

ibopes oficiais – e não é pouco, pois muitos programas da TV aberta não o atingem.

Nesses tempos fora do eixo e de paradigmas, talvez seja este o embrião da nova mídia do futuro que já é hoje – uma POSTV feita por pós-jornalistas, para pós-telespectadores.

Com seus smartphones e câmeras, eles protagonizam uma grande novidade na cobertura dessas manifestações e na alternativa à mídia tradicional. Segundo um dos ninjas, Bruno Torturra, trata-se de outra concepção de mídia. E sua diferença com a tradicional começa pela “honestidade, a ética, o posicionamento integrado dentro dos protestos e não lançando mão de analistas; sem drones, sem helicópteros, mas testemunhando. E a credibilidade pela não edição, a não mediação de interesses comerciais. A grande mídia teve e tem grande papel no tamanho da alienação política do país”.

“Tenho de ficar”

Mas o que é, e como é feita a POSTV? Na semana passada, no meio das manifestações, um garoto tuitava: “Não precisamos de mídia partidarista, temos celulares!”.

Síntese perfeita de novos tempos aos quais os jornalistas da mídia tradicional precisam ficar atentos. Enquanto a Globo ficava do alto de edifícios, sitiada, a mídia independente sempre esteve no meio das ruas nesses dias de rebelião. “Estamos aqui, do alto deste edifício”, diziam os repórteres globais. Mas quem quer ficar vendo manifestação do alto de edifícios?, eu me perguntei. E fui às redes, onde encontrei www.postv.org por meio de chamadas no Facebook, onde o N.I.N.J.A. tem uma página.

(...)

A cobertura via internet chama-se streaming. Da Wikipédia:

“Streaming, fluxo de mídia, é uma forma de distribuir informação multimídia numa rede através de pacotes. É frequentemente utilizada para distribuir conteúdo multimídia através da Internet. Em streaming, as informações multimídia não são, usualmente, arquivadas pelo usuário que está recebendo o stream (a não ser a arqueação temporária no cache do sistema ou que o usuário ativamente faça a gravação dos dados) – a mídia é reproduzida à medida que chega ao usuário, desde que a sua largura de banda seja suficiente para reproduzir os conteúdos em tempo real. Isso permite que um usuário reproduza conteúdos protegidos por direitos de autor, na Internet, sem a violação desses direitos, similar ao rádio ou televisão aberta. A informação pode ser transmitida em diversas arquiteturas,

como na forma Multicast IP ou Broadcast."

A POSTV utiliza o TwitCasting, mas é possível usar também o Android, entre outras plataformas. E o trabalho é completamente copyleft. Em todas as praças, eles explicam como transmitem e convocam as pessoas a também serem o que chamam de "midialivristas". Com um celular, uma banda 3G e um laptop na mochila para recarregar. A cada meia hora saem do ar, recarregam e voltam em minutos. Claro que perdem espectadores; os insistentes voltam, outros chegam.

Há dificuldades de sinal quando há muita gente com celular, há raros locais com wi-fi. "Fazemos cobertura de rua faz tempo, criando tecnologia há um ano e meio", conta Bruno Torturra. E não é só streaming. A mídia tem fotógrafos que mandam da câmera para o fone, do fone para a rede, e a cobertura é instantânea na página do Facebook. "A gente faz o que dá, mas vai até o fim. Se não tem 3G, temos alguém com carro, que leva o cartão do fotógrafo até onde encontra internet e volta".

Liberdade de expressão e força da rede

O projeto começou em junho de 2011, após o sucesso das transmissões ao vivo das Marchas da Maconha e da Liberdade, em São Paulo. Depois, foram lançados alguns programas, como o Supremo Tribunal Liberal (Claudio Prado), o Segunda Dose (Bruno Torturra) e Desculpe a Nossa Falha (Lino Bocchini). E começaram as transmissões de festivais independentes de música em todo o país.

Eles explicam que a POSTV, na prática, reinventa e potencializa a tecnologia do streaming, baseando-se em dois pontos centrais: "Liberdade de expressão absoluta (aproveitando que não temos anunciantes nem padrinhos) e a força da nossa rede, que é grande e divulga forte todos os programas".

Os formatos também são livres: programas de debate, transmissão de shows, sofá armado no meio da rua com o apresentador entrevistando os passantes. E como estão na internet sempre ao vivo, a interatividade é outro ponto responsável pelo sucesso da iniciativa. Quem está assistindo manda comentários e perguntas por Twitter, e-mail e até mesmo entra por Skype e participa do papo. Já deram vários furos, como as imagens da prisão do rapper Emicida durante um show em Belo Horizonte. E também foi o veículo escolhido pelo ex-ministro Franklin Martins para sua primeira entrevista após deixar o governo.

E o financiamento? Quem sustenta?

A rede Ninja faz parte do Circuito Fora do Eixo; em São Paulo tem base em uma das Casas, no Cambuci. Circuito Fora do Eixo é uma rede de trabalhos concebida por produtores culturais das regiões centro-oeste, norte e sul no fim de 2005. Começou com uma parceria entre produtores das cidades de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR) que queriam estimular a circulação de bandas, o intercâmbio de tecnologia de produção e o escoamento de produtos nesta rota desde então batizada de Circuito Fora do Eixo.

Hoje o circuito está em 25 das 27 unidades federativas do Brasil. O sul, o centro-oeste, o sudeste e o norte são regiões totalmente associadas, já que contam com todos os estados inclusos. Há 72 pontos espalhados pelo país, que “gostam de produzir eventos culturais, debater comunicação colaborativa, pensar sustentabilidade, pensar políticas públicas da cultura”.

Dezesseis gestores de diferentes pontos do Brasil migraram para São Paulo, formando a Casa Fora do Eixo SP, nos limites da Liberdade. “Mas basicamente, nós experimentamos, compartilhamos e aprimoramos tecnologias livres de se produzir cultura”, dizem em seu site.

Atualmente a sustentabilidade da POSTV se dá via Circuito Fora do Eixo, mas continuam as discussões sobre crowdfunding – ou financiamento coletivo, que consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo por meio da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas nos projetos – e toda e qualquer ideia de autossustentabilidade.

Aliás, na terça-feira (25/6) foi convocada uma discussão aberta na Praça Roosevelt, em São Paulo, atual “Praça Rosa”, para “discutir as saídas para garantir a comunicação como um direito e não como um simples negócio comercial”.

Esta é a íntegra da convocação

“A cobertura das manifestações mostrou que a velha mídia está mais caduca do que nunca, mas que ainda tem um grande poder. A mídia tradicional no Brasil é concentrada, nada plural e nada diversa. Muitas vezes ela se comporta como um partido político, tentando dar a pauta e organizar os setores mais conservadores. Enquanto isso, a internet tem sido o espaço arejado de diálogo e organização, mas o acesso à rede ainda é limitado a 40% das residências, com um serviço péssimo das empresas de telecomunicações, que ainda querem acabar com a neutralidade da rede. As grandes corporações que atuam na rede faturam bilhões sobre a violação de priva-

cidade dos usuários, e vários governos usam essas informações para controlar os cidadãos. Venha discutir as saídas para garantir a comunicação como um direito e não como um simples negócio comercial.

Censura no Facebook

No sábado (22/6), amigos denunciaram no Facebook o bloqueio da página do N.I.N.J.A.

"Fomos denunciados por conteúdo impróprio ou pornográfico. Estão 'analisando o caso'. Mas não tivemos qualquer argumento detalhado ou chance de defesa escrita. Acreditamos que pode ter sido fruto de denúncias de usuários contra fotos da manifestação anti-cura gay, anti-Feliciano de ontem. Fotos em que não havia qualquer pornografia, apenas material de afeto e felicidade explícita. Pedimos que compartilhem e pressionem o Facebook a recolocá-la no ar. Infelizmente, por enquanto, essa é nossa principal plataforma de divulgação da nossa dedicada cobertura independente dos protestos no Brasil."

A página foi desbloqueada depois de cerca de quatro horas. O mesmo não aconteceu com a do jornal Brasil de Fato, bloqueada desde o dia 16 de junho. Os jornalistas não conseguem postar a não ser com um programa especial (ver aqui). [Nota do OI: O bloqueio ao Brasil de Fato foi suspenso em 22/6.]

Portanto, não se trata de paranoia, e existem páginas em todo o mundo denunciando a censura no Facebook. No ano passado, jornalistas, escritores, poetas e artistas protagonizaram um "Dia contra a Censura ao Nu no Facebook". O robô censor de Mark Zuckerberg atira a esmo e censura qualquer nu, seja de Michelangelo, Leonardo, os grandes clássicos e/ou menos famosos. Nem Lady Godiva escapou. Além de mãos amamentando, que são alvos planetários da censura facebookiana. O protesto consistiu em publicar nus variadíssimos e foi parar nos jornais.

Instalou-se a discussão sobre quem censura. Robôs? Censores contratados? Denúncias de anônimos? Muitos concluíram que se trata de todas as alternativas, em vigor até hoje. O portal UOL divulgou texto, no ano passado, afirmando a existência de censores contratados em todo o mundo por um dólar a hora de trabalho. Além de imagens, textos também são censurados. O que se estranha é que, por mais que denúncias sejam feitas, páginas como "Golpe Militar 2014" continuem no ar, assim como páginas neonazistas e propagadoras de violência (ver aqui).

O poeta, ensaísta e tradutor Claudio Willer deste então compõe um dossiê sobre censura nesta rede, que até o dia 24 de junho contabilizava 61 relatos (ver aqui).

Não é livre, não é jornalismo, mas vai ficar

Mauro Malin

20 de agosto de 2013, nº 760, ano 18 ¹⁷⁹

Ascensão espetacular

O Ninja sai espetacularmente de dentro do vulcão de junho. Ascensão triunfal em menos de três meses. Entretanto, o coletivo se vincula umbilicalmente ao Fora do Eixo (FdE), que nesta altura do campeonato dispensa apresentações (quem, entretanto, não sabe do que se trata pode navegar aqui).

O FdE é pelo menos sete anos mais velho do que o Ninja, mas a mídia jornalística inverteu a cronologia da vida e deu ao filhote grande destaque sem ter apresentado devidamente ao público o pai.

Esse reparo não é fruto de implicância e aplica-se a mim mesmo, na qualidade de observador da mídia. Acontece que é impossível entender como funciona o Mídia Ninja desconhecendo o FdE, que lhe fornece recursos financeiros e instalações (a redação do Ninja fica na Casa do FdE do Cambuci, em São Paulo).

Se o Ninja depende tanto do FdE, a respeito do qual recentemente foram reveladas conexões com poderes governamentais (federal, estaduais, municipais) e partidários (PT, PV, PSDB), não se aplica a suas narrativas o qualificativo de “independentes”. Não é uma “mídia livre”, se é que existe alguma.

Como também não se trata de “jornalismo”, embora se trate claramente de “ação”, a identidade do grupo tem que ser questionada. É o que está sendo feito, muito tardiamente e em tom de Fla-Flu, para variar, por Dona Imprensa.

Recomenda-se mais diálogo e menos vociferação. Mais colaboração e menos imprecisão. De parte a parte, evidentemente. O Ninja, e o que mais vier compor o cenário midiático, não podem mais sair de cena. Nem devem.

(179) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed760_ nao_e_livre_nao_e_jornalismo_mas_vai_ficar/

O surgimento dos 'coxinhas'

Sergio da Motta e Albuquerque

03 de setembro de 2013, nº 762, ano 18¹⁸⁰

(...)

O que é, afinal, um "coxinha"? O que é ser "coxinha"? O vocábulo, amplamente usado nos protestos, era um enigma para mim. Encontrei duas publicações que tentaram explicar o novo significado do velho e gorduroso petisco de botequim: ano passado, a *Folha de S.Paulo* (22/04/2012), em sua revista de domingo, fez uma boa tentativa. Começou com uma explicação de sua abrangência geográfica: trata-se de gíria paulistana. Para explicar o novo significado da palavra entrevistou pessoas que já tinham ouvido falar dela. Logo surgiu um consenso sobre o seu significado: "coxinha" é gente engomada, certinha, que segue a maioria. Gente convencional e conservadora, em suma.

Mas foi o diário *Correio do Brasil* (23/06) que apresentou a melhor explicação para o vocábulo que tomou conta dos protestos. O periódico não buscou somente a nova acepção da palavra, mas sua relação com os protestos. Juntou o sociólogo Leonardo Rossato e o professor de português Michel Montanha, que elaboraram uma "análise sociológica" do coxinha e apresentaram uma hipótese sobre sua origem:

"Coxinha, sociologicamente falando, é um grupo social específico, que compartilha determinados valores. Dentre eles está o individualismo exacerbado e dezenas de coisas que derivam disso: a necessidade de diferenciação em relação ao restante da sociedade, a forte priorização da segurança em sua vida cotidiana, como elemento de "não-mistura" com o restante da sociedade, aliadas com uma forte necessidade de parecer engraçado ou bom moço."

(180) http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed762_o_surgimento_dos_coxinhas/

A autocrítica como autodefesa

Sylvia Debossan Moretzsohn

03 de setembro de 2013, nº 762, ano 18¹⁸¹

Não, não foi um delírio, nem obra de algum hacker brincalhão. No fim da tarde de 31/8, em sua página na internet, *O Globo* anunciava o lançamento de seu Projeto Memória e destacava: "Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro". Uma autocrítica inédita, previsivelmente louvada com as palavras protocolares de praxe pelos políticos e demais fontes chamadas a se pronunciar para "repercutir" a notícia, que ocupou página inteira na edição dominical (1/9) impressa.

O gesto, entretanto, está muito longe da nobreza pretendida. A começar pelo próprio texto de apresentação, que abre com um dos slogans mais enfáticos nas manifestações dos últimos meses: "A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura". O redator assume a dureza dessa verdade, mas argumenta que, "há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro". Não justifica o motivo para tanta demora em expor esse reconhecimento, uma lerdeza incompatível com a agilidade requerida para a atividade jornalística: afirma apenas que o lançamento do "Memória *O Globo*" – um projeto dedicado a "resgatar e preservar a história do jornal" – seria uma boa oportunidade para "tornar pública essa avaliação interna". A coincidência com o recrudescimento das críticas à empresa seria apenas isso: uma coincidência, aliás muito bem-vinda, uma resposta ao "clamor das ruas".

O texto que se segue é desses exemplos de contorcionismo verbal que fazem a alegria dos linguistas e dos que se divertem com as agressões à lógica. O apoio ao golpe se justificaria em nome da democracia – afinal, no contexto internacional da Guerra Fria, estávamos diante da ameaça de radicalização à esquerda do governo constitucional de João Goulart, que resultaria numa ditadura proletária; para prevenir esse perigo iminente, os militares intervieram, prometendo eleições para muito breve – e os inú-

(181) http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed762_a_autocritica_como_autodefesa/

meros exemplos dessa História sempre citada não foram suficientes para levantar suspeitas sobre a distância entre as intenções declaradas e a prática da repressão crescente para a consolidação dos golpistas no poder; o apoio do jornal – e das Organizações Globo, de modo geral – permaneceu até o fim do regime, embora sempre com o alerta sobre a necessidade do retorno, “no menor prazo possível”, à “normalidade democrática”. Finalmente, “os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História”; porém, agora, à luz dessa mesma História, é forçoso reconhecer que o apoio ao golpe foi um erro.

(...)

Mas há dois complicadores nesse processo. O primeiro é que projetos de “memória” trazem embutidos um sentido de referencialidade enganador, porque a memória é sempre seletiva. O segundo é que a Globo, pretensamente “o” lugar de encontro de todos os brasileiros – “a gente se vê por aqui” –, é uma referência para o público. Fala direto a ele e reconta a própria história diariamente.

Outras versões estão disponíveis. Mas quem sabe disso?

Mídia não explica, demoniza

Alberto Dines

27 de agosto de 2013, nº 761, ano 18¹⁸²

Há quase dois meses discute-se a implementação do programa "Mais Médicos" para atender as exigências dos manifestantes de junho. Vacilante, o governo foi apresentando uma sucessão de idéias incompletas que as corporações médica e acadêmica foram torpedeando implacavelmente. Com o decidido apoio da corporação jornalística.

O projeto sobrevivente e o mais consistente, apresentado pela própria presidente Dilma Rousseff em seguida às manifestações, previa a importação de médicos do exterior. Inclusive cubanos. Não era novidade: médicos desse país já prestaram serviço em diversos pontos do Brasil, com excelentes resultados.

À medida que a ideia se cristalizava, aumentava a histeria anticubana que se estendia a candidatos de outros países, especialmente Portugal e Espanha.

Acusações primárias se alternavam: ora dizia-se que os cubanos viariam como espões ou agentes provocadores, ora que chegariam aqui na condição de escravos (ganhando salários irrisórios enquanto o governo de Havana ficaria com a parte do leão dos 10 mil reais mensais pagos pelo governo brasileiro). Alegou-se que cláusulas especiais foram impostas para evitar que os cubanos pedissem asilo político (por isso vinham sozinhos, sem a família). Nenhum editor deu-se ao trabalho de esclarecer, explicar vantagens e desvantagens.

Gestos e opções

Nos últimos dias, em desespero de causa, celebrados opinionistas acusaram os irmãos Castro de converter seus médicos em simples commodities, fonte de divisas para financiar um país falido. Argumento pueril, enganoso: commodities são bens em estado bruto, médicos são bens com alto valor agregado. A Índia estimula a saída dos seus cientistas e especialistas em informática de olho no retorno que trarão ao país; o mesmo acontece com Israel, que há décadas exporta agrônomos para os quatro cantos do mundo.

(182) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/midia_ao_explica_demoniza/

O exercício da medicina não pode ser examinado sem levar em conta o seu caráter humanitário. Levar médicos aos grotões do país – além de salvar vidas preciosas, contribuirá decisivamente para desmonetizar uma profissão que vem perdendo velozmente o seu caráter original, solidário e altruísta.

Nossa mídia embarcou de corpo e alma nessa cruzada egoísta, antissocial, fomentada primordialmente pela poderosa corporação médica, pelas empresas de ensino superior & adjacências. E isso no pós-junho, quando nas passeatas ainda reverberam referências pouco airoso à insensibilização de jornais e jornalistas.

Acusa-se o PT de aparelhar o governo, porém a mesma obsessão ideológica domina os mais instintivos gestos e opções da grande e média imprensa brasileira.

Um jornalista que ouve o coração

Neste ambiente ríspido, desprovido de solidariedade, a coluna de Ricardo Noblat (segunda-feira, 26/8, *O Globo*, pág. 2) funciona como um alento e, talvez, como um divisor de águas.

O experiente repórter, editor e agora bem-sucedido blogueiro não se deixou enredar pelas armadilhas ideológicas, preferiu entregar-se aos valores morais, como se fazia antigamente quando os jornalistas naquelas redações barulhentas ouviam as batidas do coração e a pressão da consciência.

“Só vejo vantagens” – apesar do pragmatismo e objetividade do título, trata-se de uma calorosa convocação para que os jornalistas deixem as trincheiras partidárias que tanto prejudicam os seus dotes narrativos e se entreguem a devoções mais profundas, essenciais.

“Mais Médicos” é um programa da saúde pública. “Mais humanidade” pode ser um projeto de renovação jornalística.

As prisões e a política como espetáculo

Lília Diniz

29 de novembro de 2013, nº 774, ano 18¹⁸³

Oito anos depois de eclodir o escândalo do mensalão, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os condenados na Ação Penal 470 devem começar a cumprir as penas imediatamente. Dos 25 réus considerados culpados no esquema de pagamento a parlamentares em troca de apoio no Congresso Nacional, 12 tiveram a ordem de prisão expedida. Ex-dirigentes do PT, como José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares, e o operador do esquema, o publicitário Marcos Valério, entre outros, se entregaram às autoridades. O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, fugiu para a Itália e é considerado foragido.

(...)

O *Observatório da Imprensa* exibido ao vivo na terça-feira (26/11) pela TV Brasil discutiu a postura da mídia diante da prisão dos condenados no processo do mensalão. Alberto Dines recebeu no estúdio do Rio de Janeiro os jornalistas Janio de Freitas e Marcelo Beraba: <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-midia-e-o-mensalao/>

A “legião dos imbecis” e o discurso do ódio

Carlos Eduardo Lins da Silva

04 de julho de 2015. nº 857, ano 20¹⁸⁴

Desde que pronunciou em 11 de junho a expressão “legião de imbecis” para se referir aos que antes “falavam apenas em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”, Umberto Eco se tornou o centro de polêmica mundial a respeito do direito de expressão nas mídias sociais.

(183) http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/as_prisoas_e_a_politica_como_espetaculo/

(184) <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-legiao-dos-imbecis-e-o-discurso-do-odio/>

No Brasil, a repercussão aumentou após a entrevista que Eco deu à revista *Veja*, publicada na semana passada, na qual ele tentou contemporizar um pouco a força de suas palavras originais: “veja bem, num mundo com mais de 7 bilhões de pessoas, você não concordaria que há muitos imbecis? Não estou falando ofensivamente quanto ao caráter das pessoas. O sujeito pode ser um excelente funcionário ou pai de família, mas ser um completo imbecil em diversos assuntos. Com a internet e as redes sociais, o imbecil passa a opinar a respeito de temas que não entende”.

Afinal, a expressão pejorativa “legião de imbecis” para se referir a quem expressa opiniões, ainda que infundadas, ilógicas, mal formuladas, cheias de erros gramaticais, contradiz o pensador que um dia defendeu que todos deveriam, “antes de tudo, respeitar o direito da corporalidade do outro, entre os quais o direito de falar e pensar”, como bem realçou recentemente em seu blog o professor Carlos Chaparro.

De fato, “ignorantes” (no sentido não ofensivo que define alguém que ignora determinados assuntos) não devem ter contestado seu direito de se expressar publicamente pelas mídias sociais, por mais disparatadas que sejam suas falas. Mesmo porque elas podem ofender o bom senso, o vernáculo, a sensibilidade estética, mas não causam real prejuízo a ninguém.

Muito diverso, no entanto, é o discurso de ódio disseminado em larga escala pelas redes virtuais, como o de que tem sido alvo a jornalista Maria Júlia Coutinho, da Rede Globo de Televisão.

Os comentários racistas de internautas na página do “Jornal Nacional” no Facebook e em outras mídias sociais não podem ser admitidos e merecem investigação que leve à punição de seus autores, como já foi solicitado ao Ministério Público.

O caso de Maju é um dos mais expressivos, inclusive pelo componente de racismo, que remete aos linchamentos literais de que foram vítimas centenas de negros nos EUA durante muitos anos há pouco mais meio século. Aqueles linchamentos físicos, que inspiraram Billie Holiday a compor a pungente canção “Fruta Estranha” (“Árvores do sul produzem uma fruta estranha/Sangue nas *Folhas* e sangue nas raízes/Corpos negros balançando na brisa do sul/ Fruta estranha penduradas nos álamos”) eram quase tão corriqueiros como são agora os linchamentos morais via internet.

Outra vítima recente da sanha linchadora eletrônica é o jornalista Zeca Camargo, também da Globo, que sofreu com a ira dos que se enfureceram por um comentário sobre a cobertura feita da morte do cantor sertanejo Cristiano Araújo, na qual ele colocou em discussão os critérios da pauta do

jornalismo cultural brasileiro atual, sem ter sido minimamente desrespeitoso com o artista.

Igualmente da Globo, Jô Soares sofreu até ameaças de morte por causa da entrevista que fez com a presidente Dilma Rousseff porque alguns “imbecis” o consideraram muito condescendente com ela.

Imbecis que só falam são relativamente inofensivos. Mas os que lincham moral ou fisicamente não podem ser tolerados em sociedades democráticas. As leis de repressão a crimes de informática devem ser usadas para conter e punir os que as desrespeitam. Censura prévia, é claro, não pode ser admitida. Mas a condenação legal pelos efeitos do discurso de ódio é imprescindível, bem como a reação em defesa dos atingidos, como expressão de solidariedade a eles e de repulsa coletiva aos linchadores.

'Estamos órfãos do direito de resposta'

Luiz Egypto

11 de junho de 2014. nº 802, ano 19¹⁸⁵

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) instituiu uma Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão, vinculada à direção da entidade, que foi empossada em Brasília na segunda-feira (2/6). A comissão é presidida pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto. Na solenidade de posse, o presidente da OAB Marcus Vinicius Furtado Coêlho afirmou, conforme nota publicada no site da entidade, que “permitir que a liberdade de expressão e de imprensa se desenvolva é uma forma de efetivação da Constituição Federal”. Disse também que “numa democracia, os inimigos da comunicação e da liberdade são mais sutis do que em uma ditadura” – e por isso apontou a necessidade de uma vigilância permanente, papel a que se propõe a comissão. De sua parte, Ayres Britto sublinhou que “não há democracia sem liberdade de imprensa”, para reiterar que “a democracia se constrói com liberdade de expressão, o debate crítico é emancipador e libertário”.

A Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão da OAB é

(185) http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/lquo_estamos_orfaos_do_direto_de_resposta_rsquo/

integrada por 14 juristas, entre os quais está a advogada Taís Gasparian. Paulista (1958), ela é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela mesma instituição, e atua, por intermédio do escritório do qual é sócia – Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian Advogados – como advogada do jornal *Folha de S.Paulo*. É com ela a entrevista a seguir.

A liberdade de expressão não está garantida na Constituição? Por que ela precisa de defesa?

Taís Gasparian – Temos diversos [elementos], desde decisões judiciais como iniciativas do Congresso e do Executivo que podem afetar a liberdade de expressão para o lado negativo, no sentido de limitá-la. A OAB resolveu instituir essa Comissão de Liberdade de Expressão justamente para poder acompanhar o que anda acontecendo e também oferecer sugestões para o Conselho Federal [da entidade] tomar algumas decisões – como alguma medida judicial, ou emitir uma opinião, ou tomar alguma atitude no sentido de defender a liberdade de expressão.

Pode dar exemplos de iniciativas que comprometem a plena vigência da liberdade de expressão no país?

T.G. – Nós ainda não fechamos completamente [na Comissão] quais serão as primeiras linhas de análise e de debates. Mas já conversamos sobre alguns aspectos que poderão ser abordados. Um deles é a questão do Marco Civil da Internet, sobretudo a neutralidade da rede. A neutralidade da rede não está exatamente ligada à liberdade de expressão, mas diz respeito a um conceito correlato que é a liberdade de as pessoas receberem informação.

Vocês estão preocupados com a regulamentação dos dispositivos do Marco Civil?

T.G. – Esse é um dos pontos, a regulamentação desses dispositivos. Que foram bem tratados, de modo geral, pela lei; mas isso, para se manter, precisa de uma regulamentação, sobretudo nessa parte da neutralidade da rede, que vá de acordo com tudo isso e aprofunde. Outra questão, que foi levantada pelo Manoel Alceu Affonso Ferreira [também integrante da comissão], foi o da censura togada – e o caso exemplar é o do *Estado de S. Paulo*. Isso é importante ser observado principalmente agora, quando temos eleições: é a época mais propícia para haver essas iniciativas. O que eu sempre aponto nesses casos é que a imprensa lida com uma questão que é o timing da notícia. Não adianta muito interromper agora a divulga-

ção de uma notícia sobre um candidato para só poder divulgar essa notícia depois da eleição. A imprensa lida com a atualidade, e [por isso] tem uma certa urgência [nas decisões editoriais]. Uma outra questão que abordamos [na primeira conversa] foram três dispositivos do Código Civil – e eu me bato contra esses dispositivos há alguns anos. São os artigos 17 [“O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.”], 20 [“Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.”] e 21 [“A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.”], que são os que muitas vezes dão o fundamento jurídico de um pedido para suspender a divulgação de uma matéria jornalística, ou então para retirar uma notícia da internet. Então, se houver uma ameaça de uma ofensa a um nome ou uma ameaça de ofensa moral, está lá nos dispositivos, de um modo geral, que o juiz pode determinar a suspensão do ato ilícito. São dispositivos que têm validade e eles são constitucionais no que diz respeito a diversos aspectos da vida. Mas eles não são constitucionais, a meu ver, no que diz respeito à imprensa – óbvio, havendo interesse público: nós estamos falando de interesse público e de pessoas públicas.

São esses dispositivos, pelo menos dois deles, que acabam impedindo ou atrapalhando a produção de biografias. Isso agora está sendo discutido, tem até projeto de lei para biografias, mas não tem o mesmo para a imprensa. A meu ver, esses dispositivos são inconstitucionais no que diz respeito à imprensa e à edição de livros.

(...)

As capas da derrota

Taís Brem, jornalista

16 de julho de 2014, nº 807, ano 19¹⁸⁶

(...)

Não foi um dia qualquer. Como bem sugeriu o Hora de Santa Catarina, o dia seguinte à amarga derrota da Seleção brasileira para a Alemanha na Copa que sedíamos poderia ser chamado de “Quarta-feira de cinzas”. Realmente, os sete gols que levamos geraram um misto de frustração, vergonha e indignação. Porém, o que se viu no dia 9 mostrou a enorme capacidade da imprensa brasileira de não conseguir separar as coisas, enfatizando a máxima de que o futebol é mesmo uma paixão nacional. O negócio acabou, realmente, indo para o lado pessoal.

Se a escolha pela cor preta define bem o sentimento de luto que a torcida brasileira sentiu naquela quarta-feira, muitos foram os jornais que optaram por ela para cobrir suas capas. Uma das mais ousadas foi a do jornal Meia Hora, do Rio, que destacou a frase “Não vai ter capa” – fazendo um trocadilho com o famoso bordão “Não vai ter copa” – e justificou que os editores estavam abalados demais para pensar noutra opção de primeira página. Na contramão, o Lance deixou a capa em branco e sugeriu que os próprios leitores escrevessem nela o que sentiam após o fracasso da Seleção brasileira. Indignação, revolta, pena e frustração foram algumas das sugestões deixadas pela publicação.

Uma sacada interessante e criativa

Houve quem optasse apenas por palavras únicas de impacto em letras garrafais, como fiasco, vexame, ressaca. O Diário do Nordeste ainda destacou os números que ninguém conseguirá esquecer por um bom tempo: “Humilhação, 7 x 1”. E, logo após: “Foi duro. O placar diz mais que qualquer texto”. O Correio do Povo, de Porto Alegre, resumiu: “1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 x 1. Foi isso”.

(186) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/as_capas_da_derrota/

O jornal NH conseguiu ser solidário com o nosso camisa 12. Mostrando o goleiro Julio César sentado, atonitamente, o periódico estampou na capa a frase: "Dizer o quê?". E complementou: "Coitado, não teve o que fazer". Já o Diário Gáucho desabafou: "6 era sonho. 7 é pesadelo".

Dentre todos os veículos que aproveitaram para chutar o balde e colocar o sentimento de revolta na frente de qualquer princípio editorial, O Dia, certamente, foi destaque. "Vá pro inferno você, Felipão", imprimiu, com fúria, a publicação na capa. "Ele ganha cerca de R\$ 1 milhão por mês, é o maior garoto-propaganda do país, não treinou, escalou mal e substituiu errado. Foi responsável pela pior humilhação da Seleção em mais de um século de história. Semana passada, questionado sobre suas atitudes, ele disse: 'Vou fazer do meu jeito. Gostou, gostou. Quem não gostou, vá pro inferno'", concluiu.

Mas foi justamente desmistificando a que se considerava a nossa pior derrota como país-sede de um Mundial que o Extra e o Diário de Pernambuco conseguiram se diferenciar dos colegas. As alfinetadas à atual equipe, é claro, não ficaram de lado. Entretanto, o reconhecimento à Seleção de 1950 foi uma sacada interessante e criativa, que acabou virando homenagem. "Parabéns aos vice-campeões de 1950, que sempre foram acusados de dar o maior vexame do futebol brasileiro. Ontem, conhecemos o que é vexame de verdade", disse o Extra. O Diário de Pernambuco optou pela frase "Barbosa, descanse em paz", uma alusão à injusta culpa que o goleiro do Brasil na ocasião, Moacir Barbosa Nascimento, carregou até mesmo depois de sua morte, em 2000, por ter tomado dois gols do Uruguai em pleno Maracanã.

No mínimo, um bom material a ser discutido nos cursos de Jornalismo país afora.

A cobertura da morte de Eduardo Campos

Alberto Dines

19 de agosto de 2014. programa nº 738, ano 19

Assista ao programa de TV do *Observatório da Imprensa* sobre a morte de Eduardo Campos¹⁸⁷

O ritmo eleitoral impôs-se ao luto. A tragédia ainda não assimilada ficou para ser sofrida mais tarde.

Quando?

Talvez nunca. O povo brasileiro é um povo triste que abomina a tristeza. Porque transbordava de vitalidade, Eduardo Campos parece não ter morrido.

Bola pra frente é o moto nacional, bandeira, veneração, regra básica do nosso manual de sobrevivência. Então vamos em frente porque a velocidade que impusemos às nossas vidas não nos oferece outra alternativa. Reclamamos da internet mas foi o ser humano quem a inventou e a desenvolve. Denunciamos a superficialidade da mídia digital, porém nós a montamos exatamente assim. Reclamamos de uma imprensa leviana, apressada, mas pouco ou nada fazemos para torná-la mais densa, menos fugaz e fragmentária.

Dos ancestrais portugueses herdamos o culto pelos sumidos e encobertos. O sebastianismo começou com a morte do jovem rei desaparecido aos 24 anos. Ignez tornou-se rainha depois de morta, Tiradentes virou pai da nossa independência 30 anos depois de enforcado.

O luto foi brevíssimo, a luta será demorada.

(187) <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-cobertura-da-morte-de-eduardo-campos/>

Cultura não é adereço

Belisa Ribeiro

26 de maio de 2015. nº 852, ano 20¹⁸⁸

Saudades do B. Quem se lembra do *Caderno B*? O segundo caderno do *Jornal do Brasil* foi pioneiro na divulgação do nosso teatro, da nossa música, da nossa literatura e determinante em mostrar que cultura é notícia séria e, é claro, pode, sim, mudar o mundo.

Norma Couri foi uma de suas melhores e mais importantes repórteres, capaz de demonstrar mais: que cultura também rende hardnews. No trecho da entrevista que me deu para o projeto *Jornal do Brasil – História e Memória* (livro que escrevo para a editora Record e que também está rendendo um documentário em vídeo), Norma relembra algumas de suas notáveis reportagens e a importância do “B”. Sua fala não deixa de ter farpas certas contra o empobrecimento do jornalismo atual. Mas as lembranças são bem humoradas e deliciosas porque demonstram a vitória de uma maneira especial de se fazer jornalismo: com profissionalismo, talento, ousadia, espírito de equipe, liberdade e coragem. A maneira que tornou o JB um veículo inesquecível.

Bem assim, à maneira de Norma Couri. No site www.jbmemoria.com.br é possível acessar o vídeo e ver como ela conseguiu, por exemplo, entrar, disfarçada de terapeuta, em um manicômio para mostrar que ali havia arte e, com sua matéria, ajudar a dra. Nise da Silveira a salvar pacientes da degradação. E ainda entrevistar Carlos Drummond de Andrade sem ele saber que estava sendo entrevistado... É possível bem mais: concordar com Norma Couri sobre um fato entristecedor: a Cultura já foi bem melhor tratada pelo jornalismo brasileiro.

(188) <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/cultura-nao-e-adereco/>

O silogismo da grande mídia e o ódio ao Nordeste

Fábio Agra

14 de outubro de 2014, nº 820, ano 19¹⁸⁹

(...)

As agressões que estão sendo proferidas e vistas nas redes sociais por todo o Brasil em relação aos povos que vivem no Nordeste foram e estão sendo disseminadas antes de tudo pelas construções midiáticas. Há um "orientalismo" em pleno vapor sendo desenvolvido do Sudeste em relação ao Nordeste. O que Edward Saïd indicava que acontecia da Europa para os países árabes chegou a terras brasileiras. O Oriente é aqui. O Oriente é o Nordeste. O que a *Folha de S.Paulo* tem feito nos últimos dias, por exemplo, é levantar a espada e manter com alguns de seus leitores uma atmosfera de total animosidade sobre os indivíduos e territórios que estão localizados acima de Minas Gerais, além de querer criar a sensação de culpa nos nordestinos baseada em números e narrativas rasas.

Em três dias, a partir da eleição de primeiro turno, a *Folha* publicou uma série de textos, entre matérias e artigos de opinião, reforçando estereótipos e tomando como exemplos poucos sujeitos para representar os nove estados nordestinos. Típica, palavra utilizada nas matérias para indicar os pobres que vivem com ajuda do Bolsa Família e são, segundo o jornal, eleitores de Dilma Rousseff, está sendo a prevalência de uma campanha sórdida em querer fazer o Brasil crer que este Nordeste desenhado à distância deva ser execrado.

Respeito à diversidade cultural

Tenta-se criar um silogismo mais inescrupuloso e rasteiro ao utilizar as premissas Nordeste e eleitor pobre que resulta na reeleição de Dilma Rousseff. Pinta-se o mapa do Nordeste de vermelho, trajam-se senhores com camisas quadriculadas e chapéus, estereotipando-os, e, principalmente, revela-se que aqueles indivíduos só estão ali, tendo suas "histórias de vida" contadas, por conta do Bolsa Família, por conta de sua pobreza que, de acordo com os meios de comunicação, alimenta a reeleição de Dilma Rou-

(189) http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed820_o_silogismo_da_grande_midia_e_o_odio_ao_nordeste/

sseff. Faz com que o restante do país aponte o dedo, inventa-se a culpa, que surge das entrelinhas dos textos e sobressai transfigurada em ódio na boca dos mais desavisados.

Isso pode?

Norma Couri

20 de maio de 2015. nº 851, ano 20¹⁹⁰

Primeiro foi Fátima Bernardes que virou salsicha. Agora é o estranho caso do jornalista Pedro Bial que virou corretor de vendas de carro. Fátima vendeu salsicha depois de sair do jornalismo para dançar todas as vezes em que apresenta seu programa matinal de amenidades, Encontro, divertindo as donas de casa (ainda existem?) enquanto cuidam de outra coisa. Bial começou a vender carro depois que Fátima Bernardes teve permissão para receber R\$ 5 milhões e virar notícia, ela própria, em páginas inteiras de jornais ao lado de coxas e sobrecoxas enquanto as folhas ao lado se encarregam de fazer jornalismo.

Mas o caminho de Pedro Bial é tortuoso. De correspondente internacional ele virou animador do Big Brother Brasil e nos intervalos apresenta o programa Na Moral – depois de BBB, não sabemos com qual. No meio do tempo filmou Jorge Mautner, O Filho do Holocausto, com Heitor D’Alincourt. No Fantástico de domingo (17/5) Bial voltou a Londres não como correspondente, mas como jornalista para narrar o show de Roberto Carlos gravado nos estúdios dos Beatles em Abbey Road, onde o rei deu uma palinha: “O amor está sempre em alta, quem ama quer ser amado”. Profundo. Faltou a doleira Nelma Kodama cantando “Amada Amante” sobre seu romance com o doleiro delator premiado Alberto Youssef.

Que delícia o jornalismo brasileiro. Roberto Carlos é a favor da censura aos biógrafos, mas quem foi rei será sempre majestade e coroa até uma sessão solene da CPI da corrupção do Lava Jato. Virou notícia. Bial, alguns momentos depois de vender Fiat na televisão, no mesmo canal entrevista o rei em Londres, ali onde a Globo tem sua sede europeia e onde o jornalista

(190) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/isso-pode/>

produziu muita matéria internacional, inclusive a surpreendente queda do muro de Berlim e o fim da URSS. Isso, antes. Mas depois do BBB já participou de entrevista de político e fez matérias como a morte do papa na Polônia e um especial sobre Lech Walesa e o Solidariedade. Isso pode?

Viva o espetáculo

Numa entrevista ao Último Segundo em 2012, quando o BBB completava 10 anos, Bial admitiu: “O Brasil é muito confuso em relação à moral”. Noutra entrevista, dizia: “No BBB esqueci o jornalista”. E também que o motivo do sucesso do reality show foi ter sido feito “com fé, vontade e honestidade”.

Como disse o filósofo e sociólogo francês Jean Baudrillard, diante de um reality show o espectador assiste a vida dos outros como se fosse a própria, e de zapping em zapping, para ficar na mesma. É McLuhan quem tinha razão, o meio realmente engoliu a mensagem.

Talvez vender salsicha ou vender carros com fé, vontade e honestidade torne doce a vida de jornalista. Isso pode? Mas como ter moral para voltar ao jornalismo? A concorrência com Xuxa, com a viúva de Senna, Adriane Galisteu, Ana Maria Braga e Serginho Groisman é um caminho sem volta para o jornalismo – ou deveria ser.

Misturar iê-iê-iê com notícia espetaculariza o jornalismo e ninguém sabe mais se é tudo mentira... ou tudo verdade. O jornalismo está tão desprestigiado, e a nova safra de jornalistas tão mal informada, que o caldo engrossou com o de-tudo-um-pouco. Jornalismo sério? O que é isso? E quem emprega esse jornalista sem o atrativo do espetáculo?

Estamos regredindo e perdendo o espaço que ganhamos quando, lá atrás, jornalista era recebido na cozinha e ganhava do entrevistado o dinheiro da viagem. Numa entrevista à *Folha de S.Paulo* (18/5/2015) o sociólogo espanhol Manuel Castells acertou quando disse que a imagem mítica do brasileiro só existe no samba. Ainda não sabemos onde vai parar a imagem mítica do jornalista brasileiro.

'Charlie Hebdo' é a imprensa livre

Rui Martins

13 de janeiro de 2015, nº 833, ano 20¹⁹¹

O fanatismo religioso matou hoje um punhado dos melhores e mais ousados caricaturistas franceses, na sede da revista Charlie Hebdo, mas Wolinski, Cabu, Gotlib e os outros não morreram, se transformaram nos símbolos da liberdade de expressão contra todo tipo de obscurantismo. Liberdade conquistada à custa de tantas lutas e que por nós terá de ser defendida.

O atentado não foi apenas contra a revista satírica Charlie Hebdo, mas contra todo o legado da Renascença, dos Anos Luzes, da Revolução Francesa, da vitória contra os nazistas, legado que é a base da cultura, do pensamento livre e da estrutura laica democrática da nossa sociedade.

Ao tentarem destruir Charlie Hebdo. aos brados de Alá é Grande, os terroristas despertaram os franceses, e não só os franceses, quanto ao risco representado pelo fanatismo islamita, seu culto da morte, quanto às leis cruéis e abomináveis dos jiadistas, determinados a destruir os infiéis. Embora circunscritos ao Oriente Médio, onde criaram um Estado Islâmico que espalha o terror, os jiadistas aspiram aumentar sua área de influência, servindo-se de um movimento centrífugo, capaz de criar pequenos núcleos distantes de terroristas agindo de maneira independente.

(...)

Assista ao programa de TV do *Observatório da Imprensa* dedicado ao tema.¹⁹²

(191) http://observatoriodaimpresa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed833_charlie_hebdo_e_a_imprensa_livre/

(192) <http://observatoriodaimpresa.com.br/oitv/atentado-ao-jornal-charlie-hebdo/>

Neste últimos dois anos, os países muçulmanos tentaram obter do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, a afirmação de se dever respeito às figuras religiosas, com o objetivo de proteger Maomé. Caso tivessem obtido essa declaração, seriam proibidas as caricaturas de Maomé e seriam também justificadas as condenações à morte nos países que executam na forca por blasfêmia contra Alá.

As duas últimas tentativas quase saíram vitoriosas (uma próxima ainda sairá) mas foram derrubadas pelos países ocidentais em nome da liberdade de expressão e de que uma lei internacional protegendo símbolos religiosos seria o fim mundial da laicidade. No dia em que o Conselho dos Direitos Humanos, sob pressão dos países muçulmanos, aprovar como ofensa o desrespeito às figuras religiosas, estaremos entrando numa nova Idade Média e se tornarão raros os livros, caricaturas, músicas e filmes criticando ou mostrando tais figuras.

Haverá novos atentados?

Haverá um clima de novos atentados na França ou na Europa? Esse o temor dos governos, sabendo-se que mais de um milhar de jovens fanáticos islamitas foram lutar com os jihadistas na Síria e no Iraque. Durante esse estágio, convivem com a morte e aprendem a matar. No retorno à Europa, poderão querer espalhar o terror e transformar algumas cidades, como Paris, em Beirute nos anos de guerra.

Coincidentemente, estava sendo lançado hoje, em Paris, o livro de Michel Houellebecq, *Submissão*, um romance contando como a França, em 2022, passa a ter um presidente muçulmano, cujas primeiras medidas são a de transformar a Sorbonne numa Universidade Islamita e de adotar as leis muçulmanas, a poligamia e proibir o trabalho às mulheres, obrigando-as a usarem o véu ou chador.

Relatório coloca imprensa diante do espelho

Luciano Martins Costa

11 de dezembro de 2014, nº 828, ano 19¹⁹³

Comentário para o programa radiofônico
do *Observatório*, 11/12/14

A apresentação do relatório final da Comissão da Verdade, em solenidade oficial, marca o momento histórico em que as instituições brasileiras são colocadas diante da escolha entre consolidar a democracia ou manter ao relento os fantasmas da ditadura. O destino do documento não é tão importante quanto as responsabilidades que ele coloca diante da sociedade, num contexto em que uma parcela da população, ainda que mínima, se sente encorajada a pedir a volta do regime de exceção.

Os três jornais de circulação nacional, que conduzem a agenda pública e ancoram os principais temas que circulam nas redes de comunicação, destacam o assunto em manchete e, em graus variados de sutileza, tratam de desencorajar o passo seguinte, que seria o processo de punição dos autores dos crimes de tortura, assassinato e desaparecimento de pessoas colocadas sob sua guarda. A leitura criteriosa de cada um deles revela que tanto *O Globo* quanto a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* prefeririam não ter que lidar com esse legado macabro.

(...)

Encarando o passado

Dos três principais diários do País, o único que evita abordar o assunto em editorial é a *Folha de S. Paulo* – que preferiu citar em nota curta o trecho do documento que se refere ao apoio que parte da imprensa deu ao golpe militar em 1964.

(193) http://observatoriодаimprensa.com.br/jornal-de-debates/relatorio_coloca_imprensa_diante_do_espelho/

Também há referência ao trecho em que o relatório acusa a empresa Folha da Manhã de haver financiado a Oban (Operação Bandeirantes, nome que se deu a um dos grupos do sistema repressivo) e de ter cedido veículos para suas ações. O texto reconhece que “em 1964, a *Folha* apoiou o golpe, como quase toda a grande imprensa”, mas nega que o jornal tenha dado suporte financeiro ao sistema repressivo ou emprestado carros de sua frota para as ações ilegais.

Não era necessário haver um esquema oficial: pelo menos dois dos jornais do grupo eram dirigidos por policiais e empregavam agentes ligados ao sistema, que faziam jornada dupla, servindo ao jornalismo e ao aparato do Estado e circulavam à vontade a bordo das peruas pintadas de amarelo.

O Estado de S. Paulo e *O Globo* encaram em editoriais o passado que, confessadamente, prefeririam ver esquecido. O jornal paulista propõe uma forma estranha de resolver pendências históricas, ao dizer que a Lei da Anistia cobre todos os atos daqueles tempos: “Não se tratava de perdoar crimes, mas de deixá-los no passado, no âmbito da história”, diz o texto. *O Globo* alinha as virtudes do relatório, principalmente o fato de iluminar os porões da repressão e ajudar a “manter viva a memória dos horrores da ditadura”, mas também se manifesta contra o julgamento dos acusados.

De modo geral, o conjunto das reportagens e trechos do documento citado e comentado pelos três diários contribui para dar ao leitor uma ideia do que foram aqueles tempos de horror.

Destaque-se o texto em que *O Globo* reproduz depoimentos de vítimas que sobreviveram às sevícias, cuja leitura ajuda a entender a extensão daqueles crimes. Observe-se também que o título escolhido pela *Folha* para a reportagem principal distorce o sentido de justiça, propósito original da Comissão da Verdade: “Acerto de contas”, diz o jornal.

A linguagem jornalística tem dessas sutilezas.

Vlado Herzog fez da Sé um templo da paz

Alberto Dines

27 de outubro de 2015. nº 874, ano 20¹⁹⁴

Nasceu gótica, germânica, robusta, rebuscada: setecentos anos depois, a imprensa se expressa através de sinais florentinos e venezianos – inclinados, ágeis, velozes, cursivos, corridos. Tal como as catedrais do medievo marcadas por arcos, curvas, ogivas e altas abóbodas destinadas a oferecer aos cantos ressonâncias celestiais, a caligrafia gótica pretendia-se eterna. Decisiva, mas apenas efêmera.

A imponente Catedral Metropolitana de São Paulo, a Catedral da Sé, um dos cinco maiores templos neogóticos do mundo, na realidade é uma edificação moderna (iniciada em 1913, concluída em 1967, remodelada em 2002) nas cercanias de onde foram erigidos os dois antecessores.

Por ironia, nos últimos quarenta anos, a sede arquiépiscopal paulista serviu como cenário para dois atos inter-religiosos emocionantes, transcendentais, únicos em significado político.

Em 31 de Outubro de 1975 lá foi celebrado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor James Wright um ato ecumênico em memória do jornalista Vladimir Herzog, torturado e assassinado dias antes nos porões do DOI-CODI.

A secretaria de segurança paulista, então dirigida pelo coronel do exército Erasmo Dias (alinhado de Erasmo Noites pelas ostensivas vinculações com a tenebrosa máquina da repressão) tentou diversos expedientes para desestimular o ato, inclusive uma intensa boataria sugerindo confrontos na praça diante do templo. O ato transcorreu sem incidentes, na maior ordem e respeito, com a participação de no mínimo oito mil pessoas que cabem na nave.

Dias antes, no Cemitério Israelita do Butantã, quando o Rabino Sobel, depois de examinar o corpo do jornalista, determinou que Herzog não fosse enterrado como suicida (conforme os preceitos judaicos e contrariando o laudo emitido pelas autoridades), mas como vítima da violência dos seus

(194) <http://observatoriodaimprensa.com.br/dossie-vladimir-herzog-1937-1975/na-catedral-da-se-30-anos-depois/>

captores, a tensão tomou conta do país. A distensão política proclamada pelo então presidente, general Ernesto Geisel, fora desafiada pelos militares da linha-dura.

O ato inter-religioso para lembrar o assassinato de Herzog e os 40 anos do início do fim da ditadura militar também se realizou na Catedral da Sé, no aniversário da sua morte (25 de Outubro). Como pano de fundo, um clima tenso, rancoroso, fraticida. Realizado pelo Instituto Vladimir Herzog e dirigido por seu filho, Ivo, com o apoio da Oikoumene, Casa da Reconciliação, da Rede Cultural Luther King e da entidade coral "Canta S. Paulo".

(...)

Rolaram lágrimas, apertos de mão, abraços e uma serena sensação de pertencimento e união. O jornalista, documentarista e diretor de jornalismo da TV-Cultura, Vladimir Herzog, 38 anos, filho de Zygmund e Zora Herzog, marido de Clarice, pai de Ivo e André, nascido na antiga Iugoslávia (hoje Croácia), teria feito um emocionante filme sobre aquela rara aliança espiritual, inter-religiosa, supra-religiosa.

Como escreveu Marco Antonio Rocha em Dias de Terror, publicado dia 24/10 no *Estadão* : "Vlado fugiu do nazismo mas os gorilas do DOI-CODI o pegaram" . O ato serviu também como um protesto contra o aumento da violência policial em São Paulo.

A Folha não merecia ser furada

Em 1975, dias antes da prisão e morte de Herzog, o jornal denunciou as chantagens que jornalistas a serviço da repressão publicavam contra ele. Revelada a sua morte no domingo 26/10, apesar das ordens da censura ainda vigente, o jornal (então dirigido por Cláudio Abramo), não se intimidou.

No último domingo, quarenta anos depois, por distração ou troca da guarda a "*Folha*" deixou a data passar em branco. Na edição do dia seguinte, segunda-feira, o diretor de plantão esqueceu de noticiar a edificante metamorfose ocorrida no grande templo católico paulistano. Ai, os plantões...

O jornalismo e o mercado de notícias

Norma Couri

19 de agosto de 2014. nº 812, ano 19¹⁹⁵

O Mercado de Notícias, a peça, tem 389 anos, escrita por um contemporâneo de Shakespeare, Ben Jonson, três anos depois do nascimento do primeiro jornal em Londres.

O Mercado de Notícias, o filme, acaba de estrear com trechos da peça montada pelo diretor gaúcho Jorge Furtado e depoimentos de 13 jornalistas. Peça e depoimentos entrecortados, parece que Ben Jonson é contemporâneo, vive aqui ao lado.



Reprodução do *Observatório da Imprensa*

(195) http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed812_o_jornalismo_e_o_mercado_de_noticias/

A profissão mais antiga do mundo, tirando aquela, é representada e relatada no documentário com as mesmas qualidades e defeitos de quase quatro séculos atrás. A manipulação da informação, a relação promíscua do jornalista com a fonte, as fofocas, o jornalismo de celebridades, o jornalista interferindo, às vezes alterando, às vezes intermediando o encontro do leitor e o fato.

É o primeiro documentário do cineasta que não terminou nenhuma das faculdades que cursou, incluindo as de Jornalismo e de Medicina, que entre direção e roteiro acumula cerca de 50 títulos na filmografia de curtas, longas e séries de TV, além de nove livros. Ilha das Flores, de 1989, uma obra-prima sobre um lixão frequentado por porcos e humanos, ganhou o Urso de Prata no festival de Berlim, e os outros filmes, duas dúzias de prêmios.

Mas por que logo agora que a profissão como a conhecemos quase despenca, e muda os contornos para alguma coisa desconhecida, Jorge Furtado resolveu tratar dela?

O documentário ouviu Janio de Freitas, Mino Carta, José Roberto Toledo, Fernando Rodrigues, Bob Fernandes, Cristiana Lobo, Geneton Moraes Neto, Leandro Fortes, Luis Nassif, Maurício Dias, Paulo Moreira Leite, Raimundo Pereira e Renata Lo Prete.

E cita, por exemplo, Millôr Fernandes: "Jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados"; Jorge Luis Borges: "Jornalismo é um museu de miudezas efêmeras"; o historiador britânico Arnold Toynbee, sobre a cobertura política: "Quem não gosta de política está condenado a ser governado por quem gosta"; o editor-chefe da revista People Richard Stolley, sobre matérias que atraem o público: "Jovem é melhor do que velho, rico é melhor do que pobre, bonito é melhor do que feio, música é melhor do que cinema, qualquer coisa é melhor do que política e nada é melhor do que uma celebridade morta".

Furtado mantém atualizado o site www.omercadodenoticias.com.br, onde estão as entrevistas, a peça completa em inglês e português e a pesquisa de oito anos ao custo de R\$ 660 mil bancados pelo Ministério da Cultura e a Casa de Cinema de Porto Alegre. Mas não perca o filme.

(...)

A presidente está morta

Jota Alcides

30 de junho de 2015, nº 857, ano 20¹⁹⁶

“Que vantagem tem uma pessoa mentirosa?” Esta pergunta provocativa do filósofo grego Aristóteles, professor de ética e de política de Alexandre, o Grande, célebre conquistador do mundo antigo, cabe muito bem no cenário sombrio e atordoante da escalada de notícias ruins deste segundo mandato do governo Dilma Rousseff, que bate recordes de rejeição e agora só tem a aprovação de 10% dos brasileiros, segundo a mais recente pesquisa *DataFolha*. É uma bomba atrás da outra.

Primeira explosão: somente agora, nos primeiros seis meses deste 2015, o Brasil ficou sabendo, pela Operação Lava a Jato da Polícia Federal, do tamanho absurdo do esquema de propinas que corroeu os cofres da Petrobras, a maior empresa brasileira e uma das maiores petroleiras do mundo. Depois de instaurados 600 procedimentos de apuração, tendo como alvo 494 pessoas – entre elas, ex-executivos da estatal e de empresas privadas, além de políticos, apareceu o volume da corrupção: cerca de R\$ 21 bilhões.

Esse é o montante desviado da Petrobras durante os anos de governo petista, segundo estimativa do banco americano Morgan Stanley. Como a operação está em andamento, todo santo dia é dia de notícia ruim para o governo Dilma. Sim, porque o tamanho do roubo do Petrolão, no governo Dilma já é considerado 33 vezes maior do que o roubo do Mensalão, no governo Lula.

Segunda explosão: manobras fiscais de Dilma entre 2012 e 2014 aumentaram a dívida do governo com os bancos em R\$ 40 bilhões, conforme o Tribunal de Contas da União. Como assim? Sem dinheiro do Tesouro Nacional, ela mandou que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal pagassem os benefícios sociais e previdenciários, como Bolsa Família, seguro-desemprego e abono salarial.

(196) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-presidente-esta-morta/>

A doação da Camargo Correa

Como se nada de errado estivesse acontecendo, os beneficiários receberam tudo em dia porque os bancos assumiram essas despesas com recursos próprios, o que é proibido por lei. Em 2014, as contas públicas tiveram resultado ruim devido ao aumento de gastos do governo em ano eleitoral. Agora, a presidente Dilma tem 30 dias para explicar ao TCU suas contas irregulares ameaçadas de rejeição.

Terceira explosão: descoberto pelo Ministério Público esquema de propinas milionárias em contratos da empresa Sete Brasil com a Petrobrás para construção de 29 sondas de exploração de petróleo em águas profundas do mar – pré-sal. Contratos giram em torno de US\$ 2,4 bilhões, depois de a mesma empresa ter fechado com a estatal, em 2011, contrato no valor de US\$ 25 bilhões também para construção de sondas petrolíferas.

Esses contratos de 29 sondas da Sete Brasil são um ponto de partida da força-tarefa da Operação Lava Jato na ofensiva para comprovar que o esquema de corrupção nas obras de refinarias da Petrobrás, entre 2004 e 2014, está sendo reproduzido em contratos do bilionário mercado do pré-sal.

Para agravar esse cenário explosivo, o Ministério Público descobriu que a empreiteira Camargo Correa doou R\$ 4,5 milhões ao ex-presidente Lula, R\$ 3 milhões para o Instituto Lula, e R\$ 1,5 milhão por palestras dele ao preço de R\$ 300 mil cada. Pelas investigações, tudo indica que esse dinheiro é fruto de propinas da Petrobras.

“Ninguém acredita mais nela”

É por tudo isso que a presidente Dilma está despencando em popularidade. Sua queda começou logo após a reeleição com as primeiras medidas do novo governo denominadas de ajuste fiscal, segundo a propaganda do Palácio do Planalto “ajustar para avançar”. Mas logo os brasileiros perceberam duas coisas: que a Presidente mentiu na campanha eleitoral dizendo que estava tudo sob controle, quando havia um grande rombo nas contas do governo; e que a população estava sendo escalada para cobrir esse rombo de responsabilidade única da má gestão do governo. Então, o que era apenas desconforto ou desconfiança virou indignação e ódio. Não é que a imprensa esteja ávida para derrubar Dilma, PT e Lula. O problema é que eles teimam em produzir escandalosas mafeitorias que geram notícias ruins.

(...)

Mar de lama: Tragédia em Mariana

Alberto Dines

OI na TV, 27 de novembro de 2015, programa nº 795, ano 20¹⁹⁷

O maior desastre ambiental na história do país, o rompimento das barragens em Mariana, motivou o debate sobre o papel do jornalismo nas cobranças das responsabilidades.

A maior tragédia ambiental da história do país deixou 12 pessoas mortas, 11 desaparecidas, uma cidade destruída, um rio morto e a mídia nacional na berlinda. A barragem que se rompeu em Mariana, Minas Gerais, no dia 05 de novembro, jogou no solo e nos rios detritos de minérios altamente poluentes como manganês, ferro e mercúrio. Os dejetos tornaram a terra infértil, mataram fauna e flora. É tão grave que ambientalistas ainda não sabem avaliar com precisão o futuro da vida naquela região. Apesar da catástrofe sem precedentes, a imprensa demorou mais de 10 dias para dar o devido destaque e a dimensão que o assunto merecia.

No Brasil existem 402 barragens de minérios, desse total 16 estão em risco, mas a opinião pública só agora conhece este perigo. Nem as primeiras imagens da televisão mostrando o lodaçal em que se transformou a cidade de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, foram suficientes para que as principais empresas jornalísticas enviassem equipes e repórteres para o local do desastre.

Jornais como o *Zero Hora*, de Porto Alegre, que tradicionalmente cobre bem assuntos internacionais, se apressaram em enviar uma equipe para cobrir os atentados em Paris no dia 13, mas não enviaram, na época, um repórter para Minas Gerais.

(197) <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/tragedia-em-mariana/>

O *Observatório da Imprensa* quer aprofundar estas questões no programa e contribuir na construção de uma imprensa mais atenta, mais crítica com empresas e governantes e responsável com o meio ambiente.

Carta aos estudantes de jornalismo em Minas Gerais

Yago Sales e Juliana Junqueira

20 de novembro de 2015, n° 877, ano 21¹⁹⁸

Jornalismo é para se fazer insurgir

Por isso escrevemos esta carta aberta aos estudantes de Minas Gerais, sobretudo de Jornalismo – com seu estigma de relatar – a produzir um material produtor sobre a tragédia de Mariana. Empenhem-se em trabalhar com narrativas voltadas à tragédia. Escrevam livros-reportagens, artigos, ensaios. Arquem com o compromisso, primordial do Jornalismo, de remontar histórias. Deem voz a emudecidos pelo terror de enxergar o barro sobre a própria história. Devolvam à sociedade um jornalismo de verdade. Investiguem. Aprofundem o assunto. Abandonem as coberturas superficiais. Deem nomes aos bois. Apontem os culpados. Explicitem as causas e consequências do fato. Tratem o ocorrido como um crime ambiental e não como um acidente. Expliquem à sociedade que a tragédia poderia ter sido evitada. O compromisso do jornalismo é com a verdade e não com os interesses econômicos.

Informação é direito da sociedade e dever do jornalista. Os cidadãos devem ter acesso a notícias que façam com que eles possam participar, de alguma forma, da vida pública. O jornalista é como um promotor público, como um advogado, como um médico. Nossa atuação é de extrema importância. Um erro, várias consequências. Uma reportagem superficial, cidadãos desinformados. Percebam isso, estudantes! Não é clichê e nem utopia, podemos contribuir com uma sociedade melhor, se quisermos.

Jornalismo não é pra enterrar, imergir, minimizar, como fazem muitos veículos de comunicação quando surgem novos fatos. Jornalistas, não entrem a memória do Estado de Minas Gerais. A tragédia enterrou vidas.

(198) <http://observatoriodaimprensa.com.br/ensino-do-jornalismo/carta-aos-estudantes-de-jornalismo-em-minas-gerais/>

Nós devemos desterrá-las para que acontecimentos como este não voltem a ocorrer. Não deixem que o assunto saia da agenda setting dos veículos de comunicação. Uma cobertura jornalística responsável é fundamental para o esclarecimento dos fatos. Para que os interesses econômicos não vençam.

Mais do que os critérios de noticiabilidade, jornalismo é para se fazer insurgir, relembrar, ritualizar. Jornalismo é para isso, gente. Jornalismo serve para escavar a lama endurecida e remontar, dos escombros, vidas.

(...)

Estudantes de Minas Gerais, de todo o Brasil de tragédias, produzam narrativas responsáveis. Legitimem nosso caráter intermediador. Não se calem, apurem, descrevam.

A mídia no caso Cunha

Alberto Dines

OI na TV, 26 de agosto de 2015, programa número 784, ano 20¹⁹⁹

O escândalo envolvendo o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mobiliza a mídia nacional muito antes da denúncia chegar ao Supremo Tribunal Federal encaminhada pelo Procurador-geral da República Rodrigo Janot. O parlamentar é acusado de ter se beneficiado de um esquema por onde circularam 40 milhões em propina. O dinheiro passou por contas na Suíça e Uruguai. O Ministério Público pede que o deputado e a ex-deputada federal Solange Almeida devolvam 80 milhões de dólares aos cofres públicos. Mesmo com todas as evidências, Eduardo Cunha se declara inocente e diz que a renúncia não faz parte do vocabulário dele.

Os juristas ouvidos pela imprensa avaliam que o teor do crime, a variedade de provas e o uso do cargo podem acabar com o pouco prestígio do presidente da Câmara, abrindo espaço para a cassação do mandato. Jornais e revistas abrem espaço e deram destaque expressivo ao caso nas capas e principais colunas. Telejornais, sites e blogs atualizam as notícias minuto a minuto. Mas será que a mídia está tratando do assunto com firmeza? O *Observatório da Imprensa* analisa a cobertura da mídia no caso que mobiliza a sociedade e que pode mudar os destinos do país

(199) <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-midia-no-caso-cunha/>

Relações Cuba – EUA

Alberto Dines

OI na TV, 22 de julho de 2015, programa nº 780, ano 20²⁰⁰

Desde o dia 17 de dezembro o mundo voltou o olhos para a pequena ilha no Caribe quando Estados Unidos e Cuba anunciaram o acordo, intermediado pelo Papa Francisco, que pôs fim ao último capítulo da Guerra Fria no Continente americano. Depois de 54 anos as duas nações voltam a se aproximar e no próximo dia 20 reabrem as duas embaixadas em mais um passo para o restabelecimento total das relações diplomáticas. Em dezoito meses de diálogo, Cuba já conseguiu sair da lista dos países que apoiam o terrorismo. Mas o entrave final ainda não foi derrubado: o embargo econômico imposto à ilha desde a revolução de 59 que colocou no poder Fidel Castro e estabeleceu o regime socialista no país. Só o Congresso americano pode levantar o embargo.

A decisão pode polemizar a campanha presidencial americana. O pré-candidato republicano Jeb Bush, o senador Marco Rubio e o senador e também presidenciável republicano Ted Cruz já manifestaram oposição aos esforços de Obama. Quando foi anunciada a retomada das relações diplomáticas, todos criticaram uma suposta conivência com violações de direitos humanos na ilha. Segundo a Comissão Cubana de Direitos Humanos ainda existem 60 presos políticos.

(...)

(200) <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/relacoes-cuba-eua/>

Grampos e as responsabilidades da mídia

Rogério Christofolletti

24 de março de 2016, nº 895, ano 21²⁰¹

(...)

Não é consensual a interpretação da conversa entre Lula e Dilma. Há quem veja uma trama para obstruir a justiça e há quem não considere nada comprometedor. Se houvesse elementos mais nítidos, possivelmente não renderia tanta discussão em meios políticos, jornalísticos e jurídicos. O teor é polêmico, a sua gravação e divulgação não. Essas foram ilegais, pois não seguiram os ritos da lei.

Passado o frenesi da divulgação da polêmica conversa, alguns setores da media mainstream começaram a se preocupar com possíveis excessos de Moro. Foi assim com a *Folha de S.Paulo*, que publicou editorial na sexta-feira, 18 de março, alertando para o que chamou de "protagonismo perigoso" de certos atores do Judiciário. Observadores distintos e igualmente respeitados como Jânio de Freitas e Elio Gaspari, no mesmo jornal, chamaram a atenção para a necessidade do fortalecimento das instituições e os perigos de se cair no canto das sereias da fama e da adoração pública. Na revista *Época*, Leandro Loyola lembrou que o juiz passou de herói a incendiário em poucos dias. O alerta foi soado para além das fronteiras nacionais, como se pode ver em artigo de Eliane Brum para *The Guardian*, e na ampla reportagem de Glenn Greenwald, Andrew Fishman e David Miranda para *The Intercept*. No português Público, a professora Sylvia Moretzsohn expandiu a lente para além do foco em Moro, captando também movimentos do ministro do STF Gilmar Mendes.

Os gritos dos manifestantes contrários ao impeachment e as queixas de vozes influentes chamam a atenção para a parcialidade da cobertura jornalística e para a falta de isenção da justiça, duas feridas com que regimes democráticos não podem conviver. É evidente que o jornalismo precisa fiscalizar os poderes. Mas insisto no plural, o que inclui o Judiciário, sempre tão temido (ou poupado). É evidente que o Judiciário tem que fazer seu papel e punir a quem tiver cometido crimes. Mas é admissível um processo

(201) <http://observatoriodaimprensa.com.br/crise-politica/grampos-e-as-responsabilidades-da-midia/>

que seja embasado em provas irregulares ou ilícitas? Ou que esse mesmo processo seja conduzido por quem se mostra parcial?

A soma de cobertura parcial, de pré-julgamento nas redações, de excessos do juiz Moro, de declarações que demonstram parcialidade (como do juiz Catta Preta e de Gilmar Mendes) e o acirramento da polarização política criam um ambiente inflamável. Os contrários ao impeachment bradam que há um golpe jurídico-midiático em curso. Os favoráveis taxam seus adversários de cúmplices da corrupção. É um choque de narrativas e muitos sentidos estão em disputa. O jornalismo joga um papel muito importante nesse embate.

(...)

O que fica, então?

Como estamos no meio da tempestade, medir seus estragos e antever seu fim são tarefas para os profetas. Pessoalmente, não sei como sairemos disso. Mas como já disse, o jornalismo tem um papel importantíssimo no jogo da crise: pode apontar caminhos para as investigações, deve morder os calcanhares dos poderosos, desviar de vaidosos e pretensos heróis, e oferecer um conjunto de elementos que permitam o julgamento e o discernimento das audiências.

O nome do jogo é credibilidade.

Jornalistas têm o dever de apurar se Lula, Dilma e tantos outros cometeram crimes. Têm o dever de investigar se os esquemas de corrupção se limitam aos governos petistas. Precisam manter uma faísca de dúvida diante de dossiês que chegam às redações, de vazamentos seletivos, de delações premiadas, de depoimentos das mais diferentes partes. Jornalistas não julgam. E mesmo quem deve julgar, deve fazê-lo de forma serena e equilibrada, sem paixões ou cores partidárias.

Jornais apoiam o impeachment de Dilma?

Cileide Alves

30 de abril de 2016, nº 900, ano 21²⁰²

A cobertura do impeachment da presidente Dilma Rousseff ainda está em andamento. Olhar os fatos de tão perto impede uma visão do conjunto. A vista embaçada e o campo de visão diminui confundindo a visão. Diante disso, decide por uma metodologia de trabalho para tentar enxergar um pouco melhor como esses três jornais se posicionaram agora.

Estadão se manifesta pelo impeachment de Dilma em 7/4/16

Selecionei os editoriais de janeiro a 20 de abril, apenas nos dias úteis, deste ano que tratam do escândalo envolvendo a presidente Dilma Rousseff, seu partido e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Fiz uma tabela de Excel para facilitar a análise. De cara já foi possível perceber grandes mudanças em relação ao impeachment de 1992.

O *Globo* e o *Estadão* deixaram o tom solene que adotaram em 92 e assumiram um tom bem agressivo. O jornal carioca, econômico nos editoriais na era Collor, não ficou um dia sem fazer uma crítica ao governo, a Dilma ou seus aliados. O *Estadão*, que publica três editoriais por dia contra um no tempo de Collor, chegou a dedicar os três várias vezes para seus ataques. A imparcialidade que o *Estadão* cobrou em 1992 foi esquecida agora. Também não se preocupou com o uso do impeachment por grupos adversários como trampolim para ascender ao poder.

O jornal paulista publicou 83 editoriais sobre o tema neste período. Foi o mais duro contra o governo, Dilma, Lula e o PT como em O asceta de Guaranhuns, em que diz ser "notável o atrevimento com que o personagem [Lula], que ficou rico na política, se apresenta como monopolista das mais pristinas virtudes". (21/1/16)

Repete o ataque em 29 de janeiro: "Lula sempre foi conhecido pela liberalidade e indulgência com que trata questões éticas" e em A farsa desmontada (2/2/16), ao dizer que Lula não é o homem honesto que dizia ser. Usa e abusa de expressões como sandices, demagógicos, populistas, truculência, lulopetismo, bolivarianismo, falta de vergonha e histórica (se referindo à presidente). Escreveu que Lula e Dilma vivem "aos berros".

(202) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornais-apoiam-o-impeachment-de-dilma/>

Referiu-se aos militantes petistas e de movimentos sociais pró-governo como “tigrada”; acusou o governo de tentar um “golpe de Estado” com a nomeação de Lula para ministro-chefe da Casa Civil e Dilma de promover uma “guerra ao Estado de Direito” por se dizer vítima de um golpe. Nem de longe a posição editorial do *Estadão* lembra os cuidados e preocupações de 1992.

O *Globo* não foge à linha do *Estadão*. Publicou 29 editoriais no período de minha pesquisa. Foi igualmente duro na escolha dos adjetivos e no tom dos ataques. Usou bastante as expressões lulopetismo, sempre em tom pejorativo, e bolivarianismo, para definir ideologicamente o governo e o PT. Em 25 de janeiro, afirmou que o governo realizava o “projeto de equiparar o Brasil à Venezuela”. Escreveu que “impeachment não é golpe” em mais de um editorial. Lendo esses textos, impossível não lembrar o esforço do *Estadão* em 1964 para explicar que “revolução não era golpe”. Disse que “vale-tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade” e que a presidente fala de um “país imaginário”.

A *Folha de S. Paulo* foi o único dos três que teve uma postura mais próxima da de 1992. Como há 24 anos, também publicou com antecedência um editorial na capa, dizendo que “não lhe restará (a Dilma), caso se dobre sob o peso da crise, senão abandonar suas responsabilidades presidenciais e, eventualmente o cargo que ocupa” (Última chance, 13/9/15). Em outras palavras defendeu a renúncia como fizera com Collor. E o fez em uma segunda vez em Nem Dilma nem Temer (02/04/16) quando pediu a renúncia da presidente e do vice-presidente Michel Temer. Ao longo do período pesquisado, a *Folha*, que publica dois editoriais diários, fez duras críticas ao governo e seus aliados em 23 textos.

(...)

Temer errou com a EBC

Eugênio Bucci

31/05/2016 na edição 905²⁰³

O leitor talvez não se lembre dessa sigla, EBC. Trata-se da Empresa Brasileira de Comunicação, a estatal que controla a TV Brasil e a Rádio Nacional, entre outras emissoras de rádio e televisão, além da Agência Brasil. A EBC também é a responsável por preparar os 20 minutos diários que cabem ao Poder Executivo federal no mais antigo (e esdrúxulo) programa de rádio deste país continente, A Voz do Brasil. Dito assim, parece um ente irrelevante, mas não é.

A EBC custa à União cerca de R\$ 750 milhões, um orçamento cinco vezes maior que o da Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo, que em 2015 gastou R\$ 140 milhões (desses, apenas R\$ 93,4 milhões vieram dos cofres públicos, o restante veio de publicidade e de outras operações comerciais). Não sai barato. Deveria merecer muito mais atenção do governo.

É bem verdade que o Palácio do Planalto tem outras urgências na agenda. Num país em que, a cada semana, pelo menos uma autoridade altíssima despenca, abatida por denúncias calamitosas, em que as cifras da corrupção reduzem o orçamento anual da EBC à insignificância de uma esmola, um presidente da República tem mais o que fazer além de se preocupar com o funcionário que edita A Voz do Brasil. Não obstante, o presidente interino, Michel Temer, foi se ocupar justamente disso. Mas ao não dedicar a devida atenção ao tema, errou feio.

No dia 17 de maio ele exonerou o diretor-presidente da EBC, o jornalista Ricardo Melo. Profissional competente, íntegro e respeitado pelos pares, Melo sofreu um agravo ao ser demitido como foi. Ele tinha tomado posse de seu cargo em 10 de maio e, de acordo com a Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, estava investido de um mandato de quatro anos. Mesmo assim, foi alijado de suas funções legais, sendo exposto a um constrangimento indevido e imerecido. Na defesa de seus direitos, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para reaver o posto e a estatal passou a viver dias de tensão. O limbo de interinidade alcançou-a.

(203) <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/temer-errou-com-ebc/>

Entre a posse de Ricardo Melo (no dia 10 de maio) e sua demissão (dia 17 de maio), o Senado Federal afastou a presidente Dilma Rousseff, o que já era mais do que esperado. Ao decapitar a EBC, a intenção do substituto temporário de Dilma teria sido – como se especula em artigos e notas na imprensa – cortar pela raiz o aparelhamento ideológico que a titular teria plantado ali. A justificativa não passa de pretexto. A insensível exoneração não vai curar a doença do aparelhamento ideológico – apenas o mudará de lado, como sói enunciar a coisa.

Sem dúvida, a EBC fazia propaganda pró-Dilma, uma propaganda alucinada. A Voz do Brasil, por exemplo, na semana que antecedeu a votação do impeachment na Câmara dos Deputados, virou um vozerio contra o “golpismo”, num claríssimo (e ridículo) desvio de função. Sob Dilma, a estatal era partidarizada, é verdade, mas o ponto não é esse – o ponto é que ela sempre, ou quase sempre, foi assim. O falatório governista não é exceção na história da EBC (e de sua antecessora, a Radiobrás), mas a regra. Até hoje. Até agora. Ouça A Voz do Brasil hoje à noite e você vai comprovar: o governo interino é saudado a toda hora como a própria “salvação nacional”. Sai de cena o populismo esquerdotário, entra em cena o temerismo temerário. O sinal é invertido. O governismo é o mesmo.

O presidente da República teria outros instrumentos, mais legítimos e menos deselegantes, para mudar tudo na EBC. Poderia ter proposto ao Congresso Nacional um projeto de lei (ou medida provisória) alterando as regras internas da estatal. Depois de aprová-la, poderia seguir com a troca do comando. Havia mais alternativas, igualmente legais, mas elas não vêm ao caso agora. Seriam menos canhestras, mas igualmente erradas.

Atropelos planaltinos

O problema real é menos de forma e muito mais de substância. Esses atropelos planaltinos vão ferir de morte a causa da comunicação pública no Brasil. Fui presidente da extinta Radiobrás entre 2 de janeiro de 2003 e 20 de abril de 2007. A partir da carcaça da antiga estatal procurei construir uma prática jornalística minimamente apartidária. Meu trabalho talvez tenha contribuído um pouco para uma discreta mudança de cultura, não mais que isso. Depois da minha saída vieram alterações estatutárias positivas, mas insuficientes. Com a criação da EBC o diretor-presidente ganhou um mandato de quatro anos – o que não existia na Radiobrás –, mas o poder dentro da empresa foi mantido nas mãos do Conselho de Administração, diretamente controlado pela Presidência da República e por uns poucos

ministérios centrais.

Resultado: a EBC, como a velha Radiobrás, não tem autonomia editorial, política e administrativa (nisso, é mais atrasada que a Fundação Padre Anchieta). Para piorar as coisas, é vinculada à Presidência da República, que manda e desmanda lá dentro. O certo teria sido vinculá-la ao Ministério da Cultura e dotá-la de um conselho independente (com representantes da sociedade civil), encarregado de eleger o diretor-presidente (hoje nomeado pelo presidente da República, claro).

Foi assim que a EBC ficou aquém do que a democracia espera dela. É um monstrego estatal-governista, embora tenha uma lei capenga a protegê-la. Em vista dessa lei, a exoneração de seu diretor-presidente foi um erro formal, um sinal (involuntário, espera-se) de descaso com a liturgia estabelecida em ato jurídico perfeito.

Há notícias de que o Planalto se deu conta do deslize e estaria preparando uma medida provisória para dar legalidade (provisória) à exoneração. Se for mesmo nesse rumo, vai agravar o retrocesso. A República certamente não precisa de uma estatal desse tamanho para edulcorar a imagem de quem governa, mas a sociedade brasileira precisa de uma boa instituição de comunicação pública, independente, plural, arrojada e ativa. O PT não teve a grandeza para criá-la. O poder que aí está parece não ter a consciência.

Um pontapé na consciência de todos nós, jornalistas

Carlos Castillo

11 de setembro de 2015, nº 867, ano 20²⁰⁴

A era digital está cobrando um preço alto dos repórteres e correspondentes destacados para cobrir eventos como a crise dos refugiados na Europa. A repórter Petra Lazlo, do canal N1TV, de Budapest, que o diga. Ela foi demitida depois de ser filmada dando uma rasteira num refugiado que carregava um filho no colo, quando ele tentava escapar da polícia húngara.

Não é a primeira vez que um/a jornalista assume uma atitude prepotente em relação a protagonistas de um evento trágico ou interfere num acontecimento que ele deveria cobrir com a maior isenção possível. Mas a visibilidade imediata proporcionada pela internet e pelas redes sociais tenderá a torná-los menos frequentes, do que no passado quando eram ocultados pela falta de provas visuais ou pela cumplicidade de colegas de profissão.

(...)

O caso da repórter húngara remete a outra situação muito comum num trabalho em situações complexas. Um jornalista deve ou não denunciar à polícia ou militares um fugitivo escondido? A resposta não está nos manuais de redação e sim na consciência do profissional. Não há regras em situações como esta, porque cada caso é um caso. Em situações críticas, o repórter quase sempre não tem muitas escolhas, geralmente resumidas a um sim ou não. Antes, ele pagava sozinho pela opção errada. Agora, ele pode até ter justificativas, mas será julgado por um público que levará em conta fatores totalmente alheios às circunstâncias concretas em que a escolha teve que ser feita.

Petra Lazlo, cujo canal foi apontado como ultraconservador pelo jornal britânico *The Guardian*, provavelmente achou que deveria colaborar com as autoridades para impedir a fuga de um pai desesperado. Mas a imagem caiu na internet e foi julgada por milhões de pessoas com valores e comportamentos totalmente diferentes. Para a esmagadora maioria dos internautas a rasteira no refugiado e seu filho foi covarde e reveladora da insensibilidade e hostilidade da jornalista aos protagonistas do drama que ela presenciava.

(204) [http://observatoriodaimprensa.com.br/a-tragedia-dos-refugiados/um-pontape-na-consciencia-de-todos-nos-jornalistas/os comentarios](http://observatoriodaimprensa.com.br/a-tragedia-dos-refugiados/um-pontape-na-consciencia-de-todos-nos-jornalistas/os-comentarios)

A repercussão foi tamanha e tão rápida que o canal não teve muitas alternativas senão anunciar a demissão da repórter, apesar a Hungria ser governada por um político autoritário sem a menor simpatia pelos milhares de refugiados que buscam a Alemanha e os países nórdicos na esperança de um emprego e segurança pessoal.

Riscos e responsabilidades na era dos mega vazamentos de dados

Carlos Castilho

06 de abril de 2016, nº 897, ano 21²⁰⁵

(...)

O vazamento dos Panamá Papers divulgados agora bate todos os recordes em matéria de volume de dados pois chegam a 2,6 terabytes, o equivalente a 2,6 milhões de megabytes, 52 mil vezes mais do que o total de documentos incluídos nos Documentos do Pentágono, e duas mil vezes maior que o Wikileaks. O escândalo envolve a empresa panamenha Mossack Fonseca especializada na criação de empresas offshore, cuja clientela é composta de 214 mil empresas, pelo menos seis chefes de estado e 29 dos 500 homens mais ricos do mundo.

A continuar neste ritmo de crescimento é impossível prever onde iremos parar, mas uma coisa é certa. Com o avanço da digitalização de documentos cresce exponencialmente a massa de dados passíveis de vazamentos e, paralelamente, a transparência dos negócios dentro da globalização financeira. O problema é que a avalanche de dados acaba se tornando inócua e até trivial caso eles não sejam contextualizados com a identificação de motivações, procedimentos, beneficiados e prejudicados.

Mapa Knight Center

O Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo, baseado em Washington e vinculado ao Center for Public Integrity (CPI), reuniu 376 jornalistas e 109 publicações de 76 países para analisar 11,5 milhões de documentos vazados por uma fonte anônima para o *Suddeutsche Zeitung*,

(205) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/riscos-e-responsabilidades-na-era-dos-mega-vazamentos-de-dados/>

sediado em Munique. Aqui no Brasil, participaram jornalistas do Universo Online (grupo *Folha*), O Estado de São Paulo e Rede TV. Foi um trabalho complexo desenvolvido em sigilo, ao longo de um ano de investigações.

Para que toda esta massa de dados ganhe significado e possa influir na mudança de comportamentos nas finanças internacionais e nacionais é necessário agora que a imprensa inicie um trabalho de contextualização local dos dados selecionados e organizados pelo ICIJ.

Além disso, devem ser investigadas várias questões obscuras nos Panama Papers, como a identidade e motivações do denunciante anônimo que entregou os documentos ao jornal alemão. O repórter Bastian Obermayer, do *Suddeutsche Zeitung* destruiu o computador onde foram registradas as conversações com o informante. Um volume tão grande de informações dificilmente estaria nas mãos de uma única pessoa e a entrega dos documentos seguramente foi feita por meio de equipamentos sofisticados de armazenamento de dados.

(...)

Com tantos documentos e quase igual número de dúvidas, o trabalho de contextualização será tão ou até mais complexo do que o realizado pelo ICIJ. Com as redações reduzidas ao mínimo necessário para o atendimento das pautas diárias é pouco provável que os jornais brasileiros tenham condições financeiras para arcar com o custo de investigações longas e complicadas. Será preciso muita criatividade para achar soluções alternativas como, por exemplo, a adotada pelo jornal *The Guardian*, que em junho de 2009 pediu a ajuda de seus leitores para investigar 700 mil documentos relacionados a despesas pessoais de membros do Parlamento britânico.

A imprensa é a única instituição que teria condições de contextualizar, a partir da lógica do interesse do cidadão comum, toda esta massa de documentos que começa a se tornar pública em todo o planeta. Mas isto implica um compromisso com um mínimo de isenção e objetividade, dois elementos que estão fazendo muita falta em nossa mídia.

Radicalismo nas redes sociais ganha espaço com erros da imprensa

Carlos Castilho

18 de novembro de 2016, nº 926, ano 21²⁰⁶

A eleição de Donald Trump tornou evidente um paradoxo muito preocupante. Ao mesmo tempo em que vivemos a era da abundância informativa gerada pela internet, verificamos que a imprensa se enclausurou numa bolha informativa deixando o cidadão comum sem elementos para poder situar-se no mar de desinformação criado nas redes sociais.

A vitória de Trump foi um choque de realidade para a maioria esmagadora dos leitores, ouvintes e telespectadores que verificaram de forma brutal como estavam condicionados por um tipo de informação produzida por uma imprensa enclausurada num sistema (establishment) composto pelas elites tomadoras de decisões no âmbito da política, econômica, justiça e administração pública.

Tanto nos Estados Unidos, como na Inglaterra, a imprensa recorreu ao eufemismo da surpresa para explicar seus erros de previsão de fatos políticos, como o desfecho de uma campanha presidencial e o voto pela saída da Comunidade Econômica Europeia (Brexit).

Desculpas como volatilidade eleitoral ou equívocos técnicos na verdade escondem algo mais profundo que é essencialmente político. A imprensa não percebeu uma mudança no contexto informativo com a massificação do uso das redes sociais, onde só o Facebook tem cerca de 1,7 bilhão de usuários no mundo inteiro.

O enclausuramento de imprensa na bolha do establishment levou-a a aferrar-se a uma agenda noticiosa determinada pelos grandes tomadores de decisões, afastando-se do cidadão comum que passou a encarar os jornais como parte de um sistema que pensa e age em função dos seus próprios interesses. O distanciamento em relação à imprensa, levou o cidadão desiludido e contaminado pela sensação de desamparo a buscar nas redes sociais o conforto de encontrar pessoas com as mesmas frustrações.

(...)

(206) <http://observatoriodaimprensa.com.br/sem-categoria/erros-politicos-da-imprensa-beneficiam-radicalismo-em-redes-sociais/>

Acontece que as redes sociais tem dois grandes problemas: são ótimas para a disseminação de rumores e boatos e para a formação de guetos informativos. No boca a boca virtual, as pessoas dizem o que pensam, a maioria sem muita preocupação com causas e consequências do que publicam. As pessoas ainda não distinguem o que dizem numa rede social daquilo que proclamam num papo de botequim. Acontece que no bar, o dito fica restrito aos colegas de mesa, enquanto no Facebook se espalha por milhares de usuarios.

Do Brasil e seus heróis

Alberto Dines

26 de novembro de 2016, nº 926, ano 21²⁰⁷

Na mesma edição de jornal , 21 caixões e vários corpos “encontrados” dividem as chamadas com a privada polonesa de 500 dólares da ex-Primeira Dama do Rio, Adriana Anselmo, e os 20 ternos Ermenegildo Zegna do marido e então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o filho. Na mesma matéria , a renúncia do ex-Ministro da Cultura, Marcelo Calero, acusando “pressão” de Geddel Vieira Lima pedindo para interferir no IPHAN na liberação de um apartamento de R\$ 2,5 milhões comprado em Salvador pelo ministro baiano. Pela explicação do ministro, foram apenas “ponderações” , “mal entendidos” .

Enquanto um via suborno e aviltamento, o outro ironizava sobre a “doçura” do diplomata Calero que não entendeu o espírito de como se faz política em Brasília. Calero negou-se a aceitar o projeto estapafúrdio da vaquejada como cultura e da maracutaia como forma de fazer política. Na suíte do caso, Temer teria enquadrado Calero, o caso acabou respingando no presidente, mas Calero saiu, Geddel ficou – só não aguentou a pressão, agora da população inteira, e uma semana depois pediu “exoneração do honroso cargo”. Tarde. Na mesma denúncia de propina nas páginas que destrincham a falência do Rio, vem a explicação de uma simples “oxigenação” .

(207) <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/do-brasil-e-seus-herois/>

Na mesma revolta da população inteira que inclui canto de servidores revoltados com trechos de Carmina Burana de Carl Orff e Carmen de Bizet diante da Assembléia Legislativa do Rio, a declaração de Sergio Cabral, "estou com a consciência limpa, indignado com acusações". Neste Brasil grande cabe tudo, Caixa Dois por um lado e pressa para descriminalizar o que é crime.

Esta semana Temer montou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social alegando que assumiu um Brasil com déficits de verdade e muito ilusionismo contábil. Garantiu "entramos na era da lucidez". Na mesma edição, Temer qualificava então o escândalo Calero-Geddel de "um acidente" menor.

O mesmo ex-governador do Rio, Antônio Garotinho, que ia levar "um bombom Garoto" para Sérgio Cabral quando o desafeto fosse preso, acabou em Bangu, junto com Cabral. Antes, tentou oferecer R\$ 5 milhões para não ser preso e apresentou um diploma universitário duvidoso para escapar do xilindró.

A era do esquecimento

Um bombom, um acarajé, um kibe, bacalhau, propina não. "Fumar um charuto", "tomar um vinho", assim o ex-diretor de Serviços da Petrobrás, Renato Duque, marcava encontros com os operadores para receber contratos malocados. O ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto cunhou como "pixuleco" aquilo que Carlinhos Cachoeira preferia denominar "assistência social". Luis Rogério Gonçalves Magalhães em conversa com Wagner Garcia, preso em Bangu, preferiu noticiar três dias antes a prisão de Cabral assim, "entregou a rapadura com raspas de limão". Já Cabral preferia negociar propinas com a Andrade Gutierrez utilizando nome de mulher, Nelma de Sá Saraca, em alusão à histórica secretária d'*O Pasquim*, tabloide fundado entre outros pelo Sergio Cabral pai, criador do musical Sassaricando.

A era é a do esquecimento, Sergio Cabral não sabe como pagou as joias da mulher em dinheiro vivo, algumas no valor de R\$100 mil. Sua mulher não sabe como R\$ 10 milhões foram parar na sua conta. A era é a do deslumbramento, da ostentação, do triplex em Guarujá que é de ninguém, de mais uma delação premiada do senador cassado Delcídio Amaral dizendo que o ex-presidente Lula, que não sabia de nada, tinha "conhecimento absoluto". E todo Congresso, que diz não temer nada, tremendo diante do acordo de delação dos 80 executivos da Odebrecht, empreiteira que mantinha um departamento de propina para suprir as demandas e agora pode atingir 130 políticos.

A era é a da pos-verdade, do virtual que não é real, da anti-humanidade de Donald Trump respingando temores nos ilegais brasileiros. A era é a do nacionalismo, da ultradireita antisemita, racista, xenófoba, homofóbica, neonazista ganhando espaço no mundo. A era é a da pós Petrobrás, empresa das mais poderosas do mundo, transformada na mais endividada do planeta com 132 bilhões de dólares. E é ainda o pré-sal, os royalties do pré sal que vão saldar parte do endividamento dos estados.

Na era da "lucidez" que é a dos reality shows, devem se suceder as operações Calicut, My Way, Nessun Dorma, Caça-Fantasma, Resta Um e uma nação que segue atônita com verdades partidas, em busca de seus heróis – ou pelo menos de políticos éticos –, e de um espelho que não reflita a face de uma pós-verdade tão mentirosa.

A imagem da tragédia

Alberto Dines

05 de dezembro de 2016. nº 927, ano 21²⁰⁸

Semana pródiga em tragédias, não foi difícil para a mídia mergulhar e produzir resultados emocionantes. Que uma imagem vale por mil palavras, quem é do ramo sabe. Nesses momentos uma enxurrada de palavras poluem a leitura como foi o caso da capa da *Folha de S.Paulo* domingo 26 depois da morte anunciada em maratonas de documentários um dia antes. "Fidel Castro Está Morto" foi manchete sobre o óbvio, além de uma foto de Fidel, em cores.

Perdia longe para a dramaticidade dos concorrentes *O Globo*, "Adeus ao Senhor da Ilha" e o *Estadão*, sem título, ambos com o comandante em fotos abaixo da dobra, em preto e branco. O momento é dramático, a morte de Fidel marca ao mesmo tempo a despedida do século XX e do líder que nos anos 60,70 deu ao continente o sentimento da latino-americanidade, o que não se apaga com todas as contradições de seu governo de mais de meio século.

O jornal carioca acertou novamente na cobertura da tragédia que se seguiu, quase esquecendo o velório de nove dias de Fidel. Foi o voo dos

(208) <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/imagem-da-tragedia/>

chapecoenses que matou 71 pessoas e um time inteiro. *O Globo*, agora em cores, dá a foto do menino Richard Ferreira do Nascimento, de 7 anos, na arquibancada vazia da Arena Índio Condá. A Manchete? "A Tristeza É Verde". Num caderno separado " O Dia Em Que o Futebol Perdeu".

As manchetes enormes e descritivas da *Folha* e do *Estadão* podem ter informado logo na capa, mas se a imprensa quer um lugar distinto entre as redes digitais , os jornalões paulistas erraram o caminho.

A mensagem das fotos

Informação, sim, mas entre tantos assuntos políticos desagradáveis que se repetem e só pioram, a saída mais elementar do leitor é parar de ler. Nesse caso , a foto vale mais que palavras , como no confronto Geddel x Calero que varou a semana passada, os olhos arregalados de Marcelo Calero e sua expressão honesta derrubando qualquer explicação sobre o apartamento do ministro Gedder Vieira Lima ,de olhos baixos e mãos na boca na capa da última edição da *Época*, com o título enxuto, "O Velho e o Novo". O "novo" pediu demissão e o "velho" ainda durou uma semana no governo.

Estranho como os editores ainda não percebem contradições gritantes como a foto sorridente da economista do Bradesco, Ana Maria Barufi, abaixo da trágica manchete " Pobres perdem mais com a crise" e acima de outra, "...Pobreza cresce" no *Valor* do fim de semana 26,27,28 / 11.

O *Valor* acertou na capa do dia 2 /12 com o juiz Sérgio Moro olhando para o alto e para a frente ao lado de Renan Calheiros em imagem difusa, meio cabisbaixo. Novamente *O Globo* ganha com poucas palavras que pegam o leitor pelo estômago, "Renan é Réu" e uma foto de rosto do presidente do Senado, atônito , um dedo acusador apontado em sua direção .

Não precisa muito. Palavras sem foco definido só afastam o leitor da leitura. A imprensa precisa sobreviver e não será competindo com o imediatismo e pressa da Internet. O atalho da sobrevida é outro. Vide a capa preta da *Época* desta semana, com o emblema da Chapecoense e o título " Campeã Sul-Americana 2016" em verde, cor do time catarinense. Ou a capa da *Veja*, coberta apenas com um gramado verde, e o título "Enquanto o Brasil Chorava a Tragédia... Deputados Entravam em Campo Contra a Lava-Jato".

O que uniu as duas principais tragédias da semana foi novamente uma imagem, o traço de Chico na capa d'*O Globo* de domingo 4, Fidel com a camisa do Chapecoense, rendendo homenagem ao time de futebol que sumiu

no espaço da incompetência do piloto. A *Folha* de segunda-feira, 5, abriu a semana com uma tristeza explícita na morte de Ferreira Gullar, na capa uma impressionante foto do poeta em preto e branco com as mãos cobertas de veias salientes encobrindo o rosto inteiro, imagem que prenunciava a morte e a perplexidade de Gullar diante da vida.

Alberto Dines: "Estamos criando midiotas"

Caio Túlio Costa

27 de junho de 2016. nº 909, ano 21²⁰⁹

O congresso anual da associação que reúne os jornalistas investigativos do país, a Abraji, homenageou este ano Alberto Dines, o decano do jornalismo brasileiro. A Abraji fez questão de frisar que o prêmio de Contribuição ao Jornalismo veio pelos 20 anos do trabalho de Dines à frente deste *Observatório*, além dos seus 60 anos de carreira.

Na placa que distingue a homenagem, o pessoal da Abraji escreveu: "Quando o jornalismo se encanta em ser estilingue, o *Observatório da Imprensa* nos recorda que ele é – e sempre deve ser – também vidraça."

Nosso Dines não pôde ir receber a homenagem, recupera-se de um problema de saúde em sua casa. Mas não deixou de enviar uma mensagem tecida com sua característica acidez e assertividade e que foi lida por Norma Couri, companheira de ofício e esposa.

"Todo Jornalismo é investigativo, ou não é Jornalismo. Donde se conclui que o que lemos, ouvimos e vemos todos os dias na imprensa não é Jornalismo", definiu Dines.

Esclareceu também que o que sobra da mídia diária "é o que o olho do público vai buscar nas entrelinhas", ao mesmo tempo em que se cria um "público dispersivo, apático, incapaz de reagir ou questionar". Em decorrência produz-se "midiotas, negligentes e distraídos".

No entanto, esta seria uma falsa questão que se corrige no dia a dia com iniciativas como as propostas pela Abraji, e por aqueles "que escapam do

(209) <http://observatorioidaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/dines-estamos-criando-midiotas/>

engodo e sobrevivem às armadilhas das teorizações apressadas – os que permanecem lúcidos”.

(...)

Eis o texto preparado por Dines e lido por Norma Curi:

Caros amigos, caras amigas:

As circunstâncias me impedem de receber pessoalmente esta homenagem, que muito me orgulha e a que agradeço de coração.

Sobretudo por vir de uma entidade que reúne a nata dos repórteres brasileiros.

Todo Jornalismo é investigativo, ou não é Jornalismo.

Donde se conclui que o que lemos, ouvimos e vemos todos os dias na imprensa não é Jornalismo.

Jornalismo hifenado, interpretativo, opinativo ou meta-qualquer-coisa, ou é um hífen ou uma cláusula limitativa.

Diante de uma premissa tão drástica, qualquer Jornalismo hifenado mais confunde do que esclarece. É uma falsa questão.

O que sobra da mídia diária é o que o olho do público vai buscar nas entrelinhas.

Só se criam caçadores da verdade com treinamento intensivo – com fórmulas – e dedicação – intensivas.

Mas o que estamos criando é um público dispersivo, apático, incapaz de reagir ou questionar.

Estamos produzindo midiotas, negligentes e distraídos – um público disperso.

Essa falsa questão é corrigida no dia a dia com iniciativas como as propostas pela Abraji, por aqueles que escapam do engodo e sobrevivem às armadilhas das teorizações apressadas – os que permanecem lúcidos.

Poucos.

Devem estar nesta plateia e seguramente estarão integrados à Abraji. Ainda bem..

Longa vida para a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

Muito obrigado.

Alberto Dines ●

Desinformação em rede

A apreensão do contemporâneo não é tarefa fácil, ainda mais diante de um contexto de profundas mudanças tal qual vivenciamos. Entre 2017 e 2018, as problematizações em torno das expressões pós-verdade e fake news deram o tom da crítica de mídia no portal em suas relações com os acontecimentos políticos. É o tempo também de projetos que buscam a continuidade da tradição de crítica de mídia do *Observatório*. Destaque para a parceria que tornou possível a publicação dos textos da edição brasileira da *Columbia Journalism Review* e também do projeto Atlas da Notícia, levantamento pioneiro de dados sobre os vazios de jornalismo no território brasileiro.



Ao iniciar o nosso projeto na Universidade de Campinas (Unicamp), no início dos anos 1990, sob o comando do seu reitor Carlos Vogt, pretendíamos introduzir um novo item na agenda nacional: o debate sobre a imprensa. Não exigimos leis, estatutos ou códigos. Optamos por algo mais simples e mais orgânico. Sabemos que ao observar um fenômeno intervimos nele – então, ao observar a imprensa, estimulamos um movimento por mudanças. Interno, endógeno.

Começamos como media watchers, mas o media watching não é um fim em si mesmo, é um meio de buscar a excelência e excelência não pode ser alcançada por decreto. A excelência é uma solução para diversos problemas conjugados.

Nosso projeto de estimular a ocupação dos grandes vazios informativos do interior do país tenta reproduzir o que foi feito nos Estados Unidos no início do século 19, quando junto com o trem vieram os serviços e o serviço mais elementar é a troca – troca de mercadorias, troca de informações. Conhecimento”²¹⁰

(210) Alberto Dines. http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/mais_jornais_melhor_jornalismo/

Morte e vida da imprensa

Carlos Eduardo Lins da Silva

15 de agosto de 2017. nº 954, ano 22²¹¹

(...)

O antídoto para a crise de credibilidade é seguir à risca os códigos de conduta e de ética da profissão e ajudar a sociedade a separar o que é fato do que não é

Em 1966, numa célebre capa, a revista *Time* perguntava se Deus estava morto. Em abril deste ano, a mesma revista – já não tão influente como há cinco décadas – publicou uma capa que remetia àquela de meio século atrás para indagar se a verdade está morta.

Escolhida como a palavra do ano de 2016 pelos Oxford Dictionaries, o termo pós-verdade, carregado de grande carga simbólica, talvez não seja o mais adequado para explicar o fenômeno que enfrentamos.

Verdade é uma palavra grandiosa demais, com enorme poder ideológico e metafísico, que há séculos desafia a compreensão humana. No capítulo 18, versículo 38, do Evangelho segundo São João, Pilatos pergunta a Jesus Cristo: “O que é a verdade?”, sem haver registro de resposta. Se Jesus não ousou enfrentar o conceito, talvez jornalistas não devam lidar com ele.

Pós-fato possivelmente dê conta melhor do problema. Pode ser apenas uma nuance, mas é menos pretensioso e mais simples tentar distinguir entre fato e ficção do que diferenciar verdade de mentira. É mais possível constatar e comprovar fatos do que verdades.

A expressão pós-fato foi criada pelo sociólogo e jornalista Farhad Manjoo, no livro “True Enough: Learning to Live in a Post-Fact Society” (Suficientemente Verdadeiro: Como Viver numa Sociedade Pós-Fato, em tradução livre) de 2008, em que ele falava sobre aprender a viver em uma sociedade pós-factual.

O hábito vem de longe

A existência de não fatos é coisa muito antiga. O historiador Robert Darnton mostra exemplos desde o século 6 a.C., quando o historiador Pro-

(211) <http://observatoriadaimprensa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/da-pos-verdade-ao-risco-da-pos-imprensa/>

cópio espalhava notícias falsas em Roma sobre o imperador Justiniano e as juntou secretamente num volume chamado Anedocta, que só permitiu ser conhecido após a sua morte.

Em 1522, o escritor Pietro Aretino tentou manipular a eleição do papa que sucederia Leão X. Não cumpriu seu objetivo, já que o escolhido foi Adriano VI, e não Giulio de Medici, para quem Aretino trabalhava. Aretino colava suas informações falsas sob o busto de um personagem conhecido como Pasquino na Praça Navona, daí derivando pasquim como veículo com informações falsas ou sensacionalistas.

Depois vieram os canards na França, os tabloides na Inglaterra e os jornais sensacionalistas em todos os países, inclusive no Brasil. Ou seja, o que temos atualmente não é nada de novo.

O que diferencia o que existe hoje do que houve no passado? A velocidade, a simplicidade e o baixo custo para produzir e disseminar falsidades com capacidade de proliferação muito rápida e abrangência geográfica imensa. Mais importante: o não fato é agora divulgado sem nenhum tipo de constrangimento até por pessoas que ocupam altos postos na hierarquia de poder, a começar por chefes de governo e de Estado.

Não que líderes no passado não tivessem mentido. Ao contrário. Provavelmente todo líder político sempre mentiu, quase por definição. Faz parte da política mentir, ocultar fatos, exagerar. A política sempre foi assim e sempre será. É impossível fazer política sendo absolutamente fiel aos fatos. A diferença é que antes isso se fazia dissimuladamente e quem mentia negava mentir. Agora, é despuadorado.

É preciso considerar também que a falsidade se tornou uma fonte de renda lucrativa. Existe a industrialização da notícia falsa, com o objetivo de fazer dinheiro com anúncios que são alocados por instrumentos regidos por algoritmos que premiam sites com maior visibilidade, acesso, compartilhamento. As mídias sociais, ao contemplarem com localização de anúncios as histórias mais compartilhadas, remuneram quem consegue esse resultado.

Mas jornalistas não podem se colocar como simples vítimas. A pós-verdade vem no esteio do descrédito generalizado em relação à imprensa. Não há dúvida de que no mundo inteiro a profissão sofre um processo gradativo de perda de credibilidade, e os jornalistas têm parcela de responsabilidade por isso. E não foi só o jornalismo que perdeu credibilidade com o ambiente da internet. Várias outras instituições seculares também têm sido colocadas em xeque: sindicatos, igrejas, escolas, universidades, empresas,

Legislativo, bancos, hotéis, Justiça, publicidade, institutos de pesquisa, a medicina.

Descrédito generalizado

O conhecimento institucionalizado como um todo sofreu esse processo. Tom Nichols, em "The Death of Expertise" (A Morte da Expertise, em tradução livre), trata do fenômeno. Rejeitar o conhecimento de um expert é afirmar a autonomia da pessoa. Isso também se aplica ao jornalismo: cada indivíduo agora pode se julgar repórter ou editor.

A eleição de Donald Trump no ano passado é de uma significância sem precedentes. É bem verdade que ele perdeu no voto popular, mas ganhou a eleição dentro das regras dos Estados Unidos e contra todas as instituições. Nenhuma delas o apoiou. Dois ou três jornais no país todo o endossaram. Ele quase não fez anúncio de TV. Contou com a oposição dos sindicatos, de Wall Street, das universidades, da intelectualidade, das celebridades da música e do cinema. Os institutos de pesquisa previram que ele ia perder. Venceu só na base do Twitter, das mídias sociais e das falsidades. E a imprensa americana não foi capaz de perceber o que acontecia.

Ela deixou de cobrir e prestar atenção no que acontecia num grupo demográfico importante no país, que são os brancos pobres. Ignorou-os, não falou dos seus problemas. E foi com eles e entre eles que Trump conseguiu a sua vitória.

Isso acontece em parte por causa das bolhas de informação em que as mídias sociais são absolutamente exponenciais, mas que a imprensa repete. As bolhas de informação em que você só ouve o que você quer ouvir e só fala com quem concorda com você também se reproduz na imprensa. Muitos dos nossos veículos só falam para bolhas e só dizem o que os membros da bolha querem ouvir, ignoram problemas de quem está fora da bolha e depois se surpreendem com resultados que estão fora de suas previsões.

Portanto, o nosso desafio é muito grande, e não contamos ainda com muitos estudos acadêmicos que ajudem a nos guiar. Eles apenas começam a ser feitos, mas os primeiros resultados sugerem que sua disseminação é muito grande nas mídias sociais e que um grande contingente de pessoas é incapaz de (ou não está disposto a) discerni-las das verdadeiras.

Pesquisas apontam para uma porcentagem em torno de 25% das pessoas nos Estados Unidos que não percebem a falsidade da notícia ou mesmo que a percebem e ainda assim ajudam a disseminá-la.

Outra tentativa é procurar abrigo em novas leis que punam quem faz o

“mal”. No Brasil há um projeto de lei, o PL 6812/2017, de Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que estabelece pena de detenção de 2 a 8 meses e pagamento de 1,5 mil a 4 mil dias-multa (valor unitário a ser pago pelo réu a cada dia de multa determinado pelos magistrados), por divulgação ou compartilhamento de notícia falsa ou “prejudicialmente incompleta” na internet.

Esse tipo de lei é um perigo, porque ninguém sabe quem vai definir notícia falsa. Para Trump, tudo que o *New York Times* e a CNN veiculam é notícia falsa. Se uma lei dessas é aprovada nos Estados Unidos, Times e a CNN poderiam ser punidos por publicarem diariamente fake news na opinião do presidente ou do juiz que for tratar do caso.

Fenômeno social e cultural

O jornal *O Estado de S. Paulo* está censurado há anos por causa de uma ação em favor do ex-presidente José Sarney. O caso envolve uma notícia absolutamente correta do ponto de vista factual, mas o presidente Sarney, com a ajuda de juízes, mantém o jornal sob censura. Não pode divulgar até hoje detalhes do caso em que o presidente Sarney e seus filhos estão envolvidos.

Não é conveniente procurar abrigo no governo ou na Justiça. Não é esse o caminho. Mesmo com as melhores intenções, definir notícia falsa é complicado. A biblioteca da Harvard University fez uma lista de produtores de notícias falsas nos Estados Unidos. Incluiu *The Onion*, que é um jornal satírico e publica manchetes que são evidentemente não verdadeiras, mas para fazer graça. Harvard também colocou no rol a revista *National Review*, fundada por William Buckley Jr., revista seríssima, de opinião, que defende pontos de vista de direita.

As leis que existem no Brasil sobre os abusos da liberdade de expressão por infâmia, injúria, calúnia e difamação são suficientes. Servem para qualquer pessoa e qualquer jornalista também. Não precisamos criar novas leis para punir um fenômeno que é social e cultural e que tem que ser resolvido socialmente e culturalmente.

A nós cabe cada vez mais ser fiéis aos cânones do jornalismo profissional, às práticas que se solidificaram ao longo de séculos, aplicar-nos cada vez mais na checagem das informações, não nos apressar para publicar notícias para obter furo, principalmente na era da internet, em que segundos parecem fazer diferença.

Temos que amparar as checagens de informações mais do que nunca e seguir os estritos códigos de conduta e de ética de profissionalismo do

jornalismo e ajudar a sociedade a aprender a distinguir entre o que é fato e o que não é fato. Não se vai acabar com o não fato: é impossível. A tendência é isso só crescer daqui para a frente, porque a disseminação das mídias sociais não vai ser estancada de uma hora para outra. O desafio é enorme, mas a nossa única saída é profissionalismo. Se nós não formos profissionais, nós não temos escapatória, não vai ser pelas mãos do governo ou por novas leis que vamos sair dessa enrascada.

Claire Wardle: combater a desinformação é como varrer as ruas Angela Pimenta

14 de novembro de 2017. nº 966, ano 22²¹²

São raros os intelectuais que reúnem três qualidades presentes no trabalho da britânica Claire Wardle: rigor, elegância e pragmatismo. No início de outubro, o Centro Shorenstein da Universidade Harvard decidiu passar a abrigar o First Draft News, uma ONG fundada e dirigida por Wardle desde 2015 para desenvolver diretrizes éticas e fornecer ferramentas para a reportagem jornalística e o compartilhamento de informações no meio digital. Abaixo, algumas ideias de Wardle, editadas e publicadas com a devida sua autorização.

Por que não se deve usar a expressão “notícias falsas”

Trata-se de um termo inadequado para descrever o fenômeno da produção, difusão e consumo de uma gama variada de informações que podem ser comparadas à poluição. Além disso, essa expressão é ambígua e simplista para dar conta tanto da natureza quanto da escala do problema.

Quando falamos de desinformação, estamos nos referindo a conteúdos de natureza muito diversa – desde sátiras e paródias noticiosas [feitas para ridicularizar os poderosos, mas que podem enganar quem as consome], até algo totalmente fabricado, como o que o Papa Francisco teria declarado apoio ao então candidato Donald Trump à presidência dos Estados Unidos.

O que mais me perturba é que em todo o mundo os políticos passaram

(212) <http://observatoriadaimprensa.com.br/credibilidade/claire-wardle-combater-desinformacao-e-como-varrer-as-ruas/>

a usar isso que chamo de “n... f...” como uma arma contra a imprensa e também como uma desculpa para combater a liberdade de expressão.

O ecossistema da desinformação

No início do ano, Wardle publicou o gráfico abaixo para resumir e explicar os sete tipos diferentes de conteúdos noticiosos enganadores. Além de detectar o tipo de manipulação da informação, o diagrama também revela a intenção de quem produz cada tipo de desinformação:

O ecossistema da desinformação



Fonte: Claire Wardle/ First Draft News

Educação midiática: tarefa urgente com resultados de longo prazo

Mesmo se as escolas começassem hoje a ensinar as crianças sobre desinformação, o resultado só apareceria daqui a 20 anos. Ainda assim, esta é uma tarefa urgente. Além de informá-las sobre as formas como a informação pode ser manipulada, a educação midiática precisa discutir o conceito do viés de confirmação [a tendência humana de se lembrar, interpretar ou pesquisar por informações que confirmem crenças ou hipóteses iniciais]. Compreender o viés de confirmação permitirá às crianças aprender a questionar sobretudo os conteúdos que estimulem respostas emocionais.

Novelas brasileiras precisam combater a desinformação

Existem poucos países no mundo com o nível de audiência que o Brasil tem em termos das telenovelas. E nós sabemos que as novelas são um tema incrível para o ensino de tópicos. Na África, com as telenovelas as pessoas aprenderam sobre temas como técnicas agrícolas e práticas sexuais saudáveis. Acredito que é preciso haver campanhas de educação midiática contadas numa narrativa que possa ter um personagem jornalista ou um professor do ensino básico, alguém que fale dessas questões para uma enorme audiência.

As pessoas precisam aprender que a desinformação é um fenômeno social que pode ser comparado à poluição. E combatê-lo é como varrer as ruas.

A transição do poder para as plataformas

Francisco Rolfsen Belda

23 de maio de 2017. nº 943, ano 22²¹³

Francisco Rolfsen Belda – O surgimento e a rápida sucessão de novas tecnologias aplicadas à produção, e em especial à distribuição de notícias, exigem que os jornais se reinventem constantemente. Isso inclui grandes investimentos em tecnologia de software, muitas vezes sem a perspectiva de gerar novas receitas. Como podem as empresas de mídia pequenas e de porte médio competir e sobreviver nesse ambiente?

Joshua Benton – Acredito que uma porção de pequenas empresas acaba fazendo grandes investimentos em software e, em muitos casos, esses investimentos são equivocados. Uma das grandes vantagens de publicar na internet é que cada etapa de seu crescimento é possível com ferramentas gratuitas ou muito baratas. O site Nieman Lab, que eu dirijo, funciona inteiramente a partir de um software de código aberto chamado WordPress, que custa zero dólar. Penso que para a maioria das pequenas publicações esse software atende, basicamente, a todas as suas necessidades. É dirigida por uma comunidade de código aberto e, portanto, se você tem um problema com o WordPress, é bem possível que outra pessoa já tenha tido esse problema e já tenha escrito um código que você pode usar para resolver o problema.

(213) <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/transicao-do-poder-para-as-plataformas/>

Muitos jornais se metem em problemas quando decidem que suas necessidades são muito específicas e muito especializadas. Consequentemente, eles acabam gastando muito dinheiro por um software personalizado que custa dezenas ou centenas de milhares de dólares e que muitas vezes só pode ser trocado ou consertado por uma única empresa que investiu nesse software exclusivo. Frequentemente, isso não se adapta às necessidades do mundo da edição, em mudanças constantes.

Tento pensar que muitas vezes a melhor ideia é não gastar dinheiro com ferramentas tecnológicas. Se você quer mexer com vídeo, você tem que comprar alguns computadores para editar os vídeos, na maioria dos casos. É incrível como você consegue fazer vídeos de excelente qualidade a partir de um smartphone, nos dias de hoje. Há muitas coisas que se você tivesse querido investir há 10 anos, teria comprador aquela porção de equipamentos, todas aquelas câmeras sofisticadas e tudo o mais. Atualmente, em muitos casos você consegue um resultado igualmente bom a partir de um dispositivo que todo mundo tem no bolso. Em me limitaria a dizer que resistiria à ideia de que tem que ser uma estratégia de alto custo.

Acho que a grande questão na passagem para o digital entre os editores tradicionais é cultural e estrutural. Se você tem um negócio que é inteiramente voltado para rodar um jornal uma vez por dia, ou uma vez por semana, então fica difícil ajustar seus fluxos de trabalho, suas estruturas e as normas culturais de sua organização a uma edição feita numa plataforma digital 24/7. Isso significa que tem menos a ver com tecnologia e mais sobre como o negócio é estruturado e organizado.

(...)

Então, as empresas jornalísticas deveriam concentrar seus investimentos na equipe editorial?

J.B. – Nas áreas em que contar com essa capacidade pode fazer a diferença. Se você dirige seus provedores 2% melhor do que o faz outra pessoa a um custo mais caro, isso não seria bom para você.

(...)

Em tempos de incerteza sobre o futuro dos jornais, o debate público sobre o papel da imprensa e da crítica de mídia nas sociedades democráticas parece ser ainda mais importante. Como é que o senhor acha que a nova mídia, as novas linguagens e as novas estratégias podem ser usadas para informar e estimular a percepção e consciência cívica do papel do jornalismo?

J.B. – Pense para trás. Uns 150 anos. Surgem os jornais. Surge o rádio. Surgem as revistas. Surge a televisão. Depois surge a televisão a cabo. A

cada etapa, o novo meio de comunicação surge e confunde todo mundo. As pessoas não sabem como reagir. Algumas pessoas tentam uma porção de coisas diferentes – algumas parecem bastante respeitáveis, outras, não tanto. Leva tempo para que as novas formas de comunicação evoluam. Hoje, nós temos 20 anos de World Wide Web. Temos ainda menos tempo de apps em telefones. Temos 10 anos de podcast. Seja como você dividir essas áreas, a coisa ainda é nova. Acho que ainda estamos negociando quais são as formas certas e quais os veículos que os leitores estão tentando descobrir em que devem confiar e nos que não devem, a quais deles querem pagar dinheiro e a quais não querem.

Mas como é que as pessoas podem ser educadas no sentido de saber se é confiável a informação pela qual estão pagando? Em outras palavras, como podemos criar uma consciência sobre a ética que está por trás de um objetivo do jornalismo?

J.B. – Quando surge uma nova indústria, muitas vezes você tem uma organização profissional, ou uma estrutura profissional, que tenta manter as pessoas afastadas. Com as emissoras de televisão, há um número limitado de licenças para estações de televisão. Então, era fácil manter as pessoas afastadas. No caso dos jornais, nós tivemos, nos Estados Unidos, um jornal por cidade – que ganhou muito dinheiro – e a indústria se padronizou dessa maneira. O que isso significa é que quando você tem um conjunto de produtores sob controle, é muito mais fácil dar forma a percepções dessa indústria. Uma ordem de advogados poderá definir quem é advogado e quem não é. Podem estabelecer regras e diretrizes relativas ao que cabe aos advogados fazer e se você violar essas diretrizes, eles podem expulsá-lo da ordem. Não se trata de uma regulação feita pelo governo, e sim de algo que é profissionalmente regulado. Em 1990, quando as pessoas falavam sobre mídia provavelmente estavam se referindo ao jornal local, a transmissões nacionais pela televisão, talvez – no caso dos Estados Unidos – às revistas *Time* e *Newsweek* e talvez algumas outras poucas fontes – um grupo estrito que talvez não tivesse todos os mesmos padrões, mas basicamente os mesmos padrões. Quando as pessoas pensam em mídia nos dias de hoje, podem estar pensando no *New York Times* ou na CNN, mas também podem estar pensando num blog terrivelmente racista que visitaram, assim como podem num veículo muito tendencioso (...)

O senhor acha que é possível que a mídia, como a conhecíamos antigamente, volte a ter confiabilidade?

J.B. – Não. Na medida em que todo mundo pode publicar o que a in-

ternet trazer, isso não é possível. Qualquer pessoa pode ter uma conta no Twitter. Qualquer pessoa pode ter um blog. Qualquer pessoa pode postar qualquer coisa no Facebook. Qualquer pessoa pode publicar. Na medida em que isso é verdade, a mídia deixa de ser uma referência determinante para confiabilidade porque se torna o equivalente a você perguntar: "Você confia nas palavras que saem da boca das pessoas?" Eu confio nas palavras que saem da boca de uma porção de pessoas, mas não confio em todas as pessoas porque isso seria uma coisa idiota.

Só mais uma pergunta sobre tecnologia. O jornalismo de dados veio para ficar. Alguns pesquisadores estão explorando a automação e o uso de robótica no jornalismo. O senhor acha que chegará uma hora em que poderíamos confiar em robôs que fizessem as reportagens para nossas melhores notícias?

J.B. – Se você pensar no que faziam os jornalistas antes da internet, parte daquilo consistia em identificar matérias. Outra parte, os jornalistas escreviam reportagens. Uma parte, eles escreviam e outra parte eles reuniam outras matérias. Eles decidiam quais matérias iriam para a primeira página, quais iriam liderar o noticiário e quais iriam para o final do noticiário, na página 17. Também distribuía as notícias, passo a passo desse processo. Se você levar em consideração a parte da distribuição, a disposição por importância e a reunião das matérias, os algoritmos já vêm fazendo boa parte desse trabalho. Toda a vez que você vai ao serviço de notícias do Facebook, a disposição é baseada no que o Facebook considera o mais o assunto mais interessante e mais importante, seguindo-se o segundo assunto mais interessante e mais importante. Essa escala de classificação, que antes era uma tarefa jornalística – na reunião da primeira página decidia-se o que vai aqui e o que vai ali –, fica agora por conta de um algoritmo e, em alguns casos, por conta de seus amigos. O que estarão seus amigos compartilhando para levar a isso? Eu acho que há alguns tipos de matérias em que a reportagem algorítmica pode ajudar muito. Há cinco anos, dizia-se que matérias esportivas, nas quais as estatísticas narram a matéria de maneira muito concreta, podiam ser escritas por algoritmos. Isso era verdade há cinco anos e ainda é verdade. Outro exemplo são os balanços financeiros das empresas. Nos Estados Unidos, há uma estrutura oficial, definida pelo governo federal e pela Comissão de Títulos e Câmbio. Você pode ler como se fosse uma máquina e torná-los uma matéria. Quando será dado o próximo passo possibilitando a cobertura de uma entrevista coletiva, ou uma reunião da Câmara Municipal ou a produção de uma matéria (...).

Tribalistas não precisam de jornalismo

Pedro Varoni

15 de agosto de 2017. nº 954, ano 22²¹⁴

O compositor Nando Reis, em entrevista ao programa *Conversa com Bial* na TV Globo sobre o lançamento de seu novo disco “Jardim Pomar” queixou-se da falta de espaço no caderno de cultura do maior jornal de São Paulo por não ter dedicado única linha ao trabalho. Não que precisasse disso, acrescentou, porque hoje os artistas criam espaços diretos de comunicação com o público.

A fala de Nando não teve qualquer traço de arrogância ou mesmo mágoa. Foi um comentário que apontou para um mundo em transformação.



Os Tribalistas: um retorno sem mediação do jornalismo
(Foto: Reprodução/carlinhosbrown.com.br).

(214) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-cultural/tribalistas-nao-precisam-de-jornalismo/>

Não é possível saber se a *Folha* ouviu as queixas de Nando, mas quando se apresentou, em São Paulo, ao lado de Gilberto Gil e Gal Costa no show “Trinca de Ases”, o ex- titã ganhou destaque na edição de domingo com uma reportagem de página inteira na coluna de Mônica Bergamo.

Dias depois, o jornalista Júlio Maria publicou no site do *Estadão* uma crítica a volta dos Tribalistas—Marisa Monte, Carlinhos Brown, Arnaldo Antunes— comentando o fato deles terem feito tudo às escondidas, sem avisar aos jornalistas. Recorrendo às redes sociais, o grupo lançou seu novo trabalho ao vivo no facebook e os números da audiência impressionam.

Os artistas foram vistos por 5,62 milhões de pessoas em 52 países diferentes, incluindo destinos distantes como Rússia e Paquistão. O tom de Júlio é também queixoso: “as redações, ignoradas, até então, só receberam informações na tarde de ontem. Quando vier um show dos Tribalistas, talvez essa informação seja passada em primeira mão aos jornalistas porque “será preciso vender ingressos”, conclui o crítico do *Estadão*.

Os dois episódios são reveladores de uma crise de contato entre o chamado jornalismo cultural e os artistas. Nando parece levemente nostálgico de um mundo onde havia uma relação dialógica que dava significado às obras lançadas a partir da mídia de massa: dos festivais de música exibidos na televisão nos anos 1960 às páginas da *Ilustrada* (caderno de cultura da *Folha de S.Paulo*) vinte anos depois.

(...)

Não se trata de negar a profusão de conteúdo bom relacionado às questões da música brasileira dentro e fora do meio jornalístico. Ensaio recente do psicanalista Tales Ab Saber sobre o antológico álbum “Clube da Esquina”, número 1, ilumina a potência daquela produção e nos convida a uma outra escuta, facilitada porque as canções estão indexadas ao texto.

O texto de Ab Saber não é único, outros tantos circulam sem que deles tomemos conhecimento, o que nos leva a pensar num novo tipo de mediação para o jornalismo cultural: a curadoria de informações. Algo que pode ser muito facilitado pelos meios digitais.

A possibilidade de desenvolver conteúdo interativo, multimídia, sem limitação de tempo e espaço — podendo ressignificar memórias que falem ao presente — abre um leque narrativo para os temas em torno da canção popular brasileira: de estudos acadêmicos ao dia a dia dos artistas.

Num mundo de algoritmos curadores, é tempo do jornalismo se reinventar como presença humana no jogo cultural. A crise que atravessamos demanda, sobretudo, a busca de novas linguagens. Talvez aí esteja o ponto

de intersecção entre as queixas do compositor e do crítico, ambos saudosos do jornalismo que já não há.

Uma entrevista sobre os deslizes do jornalismo

Equipe da Agência Pública

30 de maio de 2017. nº 944, ano 22²¹⁵

Ombudsman da *Folha* e editor do *Nexo* são entrevistados 72 horas após a revelação da conversa pouco republicana entre Temer e o empresário Joesley Batista. No centro do debate: quando o jornalismo erra

Publicada originalmente pela Agência Pública

Setenta e duas horas após a revelação do site do jornal *O Globo* que noticiou uma conversa pouco republicana entre o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista, da JBS, o repórter da Agência Pública Lucas Ferraz se reunia com a ombudsman da *Folha de S.Paulo*, Paula Cesarino, e o editor do *Nexo* Jornal, João Paulo Charleaux, para uma entrevista no quente dos acontecimentos que convulsionou o país.

Se o “erro é da natureza do jornalismo”, como afirmou Cesarino, como é possível reduzir a possibilidade de errar? Qual o impacto que as decisões tomadas nas redações têm na sociedade e qual é o papel do jornalista ao enfrentar os erros?

“A mesa é sobre erros, imprecisões... tudo que está nesse guarda-chuva. Acho que sempre que a gente fornece mais informação e é mais preciso, a gente reduz o risco de errar”, diz Charleaux, que organiza no Congresso da Abraji uma mesa sobre erros na profissão. Como não poderia deixar de ser, a cobertura da Operação Lava Jato pela imprensa foi um dos pontos altos da entrevista realizada na Casa Pública, no Rio.

Os principais trechos você lê a seguir.

Lucas Ferraz - O país teve uma revelação bombástica, feita pelo Lauro Jardim na quarta-feira, dia 17 de maio. Depois, quando as informações começaram a sair, causou uma enorme polêmica a frase citada na matéria: “Tem que manter isso aí”. O áudio da gravação, revelado depois, mostrou

(215) <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/uma-entrevista-sobre-os-deslizes-do-jornalismo/>

que não era bem assim o diálogo entre Temer e Joesley da JBS. Então, queria iniciar essa conversa sabendo o que vocês acharam dessa matéria de O Globo e os seus desdobramentos.

João Paulo Charleaux - Eu trabalhei nesse assunto e ficou forte para mim a cronologia. Muito se falou quando surgiu a informação de *O Globo* e, depois, do Jornal Nacional de que a gravação continha declaração do Joesley dizendo que pagava uma espécie de mesada a Eduardo Cunha na cadeia e que Temer respondeu: "Tem que manter isso aí, viu?"

Essa era a única informação disponível no momento. Era um furo de *O Globo*. E foi com base nisso que aquela noite transcorreu. O Temer, quando fez o discurso dizendo que não ia renunciar, começa dizendo que não teve acesso à gravação. A fonte era, até então, uma só. Só depois é que aparece o áudio que, efetivamente, não fala na palavra mesada, na palavra dinheiro,



O jornalista Lucas Ferraz (à esquerda), da Agência Pública, mediu o debate entre Paula Cesarino e João Paulo Charleaux (Foto: Iuri Barcelos/Agência Pública)

propina... É um diálogo muito menos assertivo, o que fez com que a *Folha de S.Paulo* dissesse que era um diálogo inconclusivo.

A pergunta que a gente se fazia era: de onde veio essa constatação inicial tão forte de que se tratava de um relato de dinheiro? Era uma interpretação de quem? Só então veio o documento da PGR, onde no início se diz que aos 11 minutos e não sei quantos segundos existe um diálogo entre Joesley e o presidente Michel Temer... e aí o procurador preenche as lacunas e afirma que esse trecho do diálogo diz respeito ao pagamento mensal de dinheiro pro Cunha etc. e tal.

Aparentemente, a informação que o Lauro Jardim tinha era essa, e não o áudio. Portanto, o que ele reportou, do meu ponto de vista, foi essa constatação da PGR. Agora quem é a PGR? Ela é que pede a abertura da investigação, ela é que está na parte acusatória. Frequentemente isso vem com essa força, né? A mesa é sobre erros, imprecisões... tudo que está nesse guarda-chuva. Acho que sempre que a gente fornece mais informação e é mais preciso, a gente reduz o risco de errar.

Lucas Ferraz - Paula, você acha que o Lauro Jardim poderia ter sido mais cuidadoso na divulgação dessa primeira reportagem?

Paula Cesarino Costa - Não é meu papel julgar o Lauro. A minha impressão é que em todos esses casos o que é fundamental é passar para o leitor o que você tem, de onde vem a informação e qual é a abrangência dela. A impressão que você tem no caso do *Globo* é que, de fato, ele tinha uma parte da história, mas não tinha a história toda. Precisava ter ficado claro que aquela história era uma parte dela. Em nenhum momento se diz assim: "*O Globo* não ouviu o áudio". Esse cuidado era decisivo. Por que isso leva o leitor a poder julgar. Então, eu posso pelo menos ter o direito à dúvida de que essa informação é exatamente nesse sentido. Os jornais têm que cada vez mais criar mecanismos de como receber essas informações, processá-las e passar para o leitor.

Você tem o desafio da concorrência. Será que você precisa colocar imediatamente e mais rápido que os outros? Sem ter lido, sem ter o mínimo de reflexão, de calma? O que é melhor para o leitor? É ter uma informação mais rápida, mas menos precisa? Ou você ter um pouco mais de tempo para poder dar uma informação de maior qualidade?

No caso específico, o que me estranhou é a reação rápida com que colunistas, jornalistas e mercado condenaram o Temer, já pedindo a renúncia. Foi um caso um pouco surpreendente. E, no dia seguinte, você começa a ter

uma reversão porque as pessoas começaram a ouvir. “É, não é bem assim”; “Será que é?”. Mas ao mesmo tempo não dá para você voltar tudo para trás. Tem uma gravação, tem um encontro de um presidente no subsolo de um palácio. Então, assim, não dá nem para condenar o Temer imediatamente nem para dizer que não tem nada. Acho que a dificuldade dos jornais foi conseguir organizar todo esse material.

Lucas Ferraz - **A gente tem acompanhado uma dependência muito grande dos jornalistas e dos jornais pelos documentos, por aquilo que é vazado ou repassado pela investigação. O que eu queria saber é quais são os erros de procedimento no caso da Lava Jato nos últimos anos.**

Paula Cesarino Costa - Primeiro, a sensação de que os jornalistas esquecem que o Ministério Público é parte. É uma parte da história. Você tem quem acuse, você tem quem defende. Os jornais comem muito na mão do MP. E, como as informações não são dadas oficialmente, são passadas em off, torna a situação pior ainda. Então, uma das falhas é acreditar de mais sem questionar o MP, a qualidade daquelas informações, as contradições e falhas. Acho isso um dos pontos principais.

João Paulo Charleaux - A Lava Jato é muito nova e não tem paralelo. Numa circunstância normal, se uma pessoa tão importante quanto o dono da JBS chega e diz para a Justiça, que é um órgão que tem fé pública: “Eu dei dinheiro para o presidente da República”, normalmente você notícia com a gravidade que isso tem.

O problema é que isso está acontecendo todo dia. E o problema é que o próprio mecanismo da delação premiada, pelo que vai se descobrindo, premia o exagero, aparentemente. Toda vez que um relato é realmente espetacular, aquilo é muito atrativo para a acusação. E, evidentemente, para o leitor através da imprensa. Todo mundo se seduz por uma narrativa espetacular que envolve corrupção de uma pessoa importante no governo.

Então, isso sai com a força que tem e é difícil de conter. Agora, onde é que entra a importância da edição jornalística da coisa? É situar isso no contexto geral. Qual etapa da investigação está? Quem diz isso? Qual o papel do MPF no processo? Qual é o papel do procurador?

Quando o Lula senta na frente do Sergio Moro e fala por cinco horas, e o jornalista reportar aquilo construindo a versão da defesa e colocando os furos que possa ter, as críticas que são feitas. Da mesma forma, quando sai a delação. Para tentar criar um equilíbrio. Não é o papel da imprensa dizer qual dos dois lados vai ter a razão. Isso é um papel da Justiça e depois, lendo o jornal, de cada leitor.

(...)

Douglas Gonçalves - Eu queria saber essa questão de você conferir legitimidade para uma notícia a partir do que alguém disse: "diz delator". O Perseu Abramo fez uma análise no final dos anos 1980 que avalia que conferir título para notícia é um dos padrões de manipulação mais recorrente. Eu queria saber como vocês veem essa questão da manipulação. Tanto no Nexa quanto na Folha.

João Paulo Charleaux - Sempre que eu dou palestra e tem pessoas mais jovens, e eu fazia isso quando eu estava no lugar de vocês, surge a palavra "manipulação". Eu gosto de fazer uma provocação a respeito disso. Eu manipulo informação o dia inteiro, e me pagam para isso, é isso que eu faço. E pôr a mão é manipular a informação. Manipular uma informação não é um problema, é uma coisa boa. O problema começa quando você manipula de forma torpe, quando você manipula com um fim outro que não reportar com fidedignidade o que você está fazendo. Então, assim, a gente manipula, e acho que no Nexa a gente tenta fazer isso de forma a agregar contexto; então, é uma boa manipulação.

O que a gente persegue é exatamente uma manipulação com um critério editorial positivo. Colocar contexto, colocar significado do ponto de vista histórico, quando foi que aconteceu da última vez, que consequência teve, que significado isso pode gerar no futuro, como é que funciona em outro país, qual a ordem de grandeza disso em relação ao todo. Para que o leitor possa tomar decisões.

O "diz que", frequentemente, é um ponto de partida para o jornalismo. "Fulano diz" é declaração. Ao manipular jornalisticamente, com critérios positivos, com competência, o que a gente faz é agregar contexto, e transformar essa declaração numa coisa que tem mais significados, que abre outros caminhos. A gente não tem que se intimidar diante disso. A gente tem que assumir esse papel. Uma das dificuldades que a rede social coloca é que todo mundo manipula. O que a gente tem, na verdade, são mais mãos trabalhando cada uma com seu critério, com seu interesse. É uma oportunidade de o jornalismo mostrar sua relevância de maneira renovada, mostrar que faz essa manipulação com critérios que são positivos para a sociedade. A gente dedica a vida ao nosso trabalho. Então uma foto que tenha sentido, um título que seja correto, uma linha fina que funcione, uma hierarquização da coisa, uma comparação, uma matéria que apoia, uma suíte no dia seguinte. Todos os recursos que o jornalismo tem para extrair o máximo de significado daquele fato. O debate se dá sobre os critérios.

"Tamo manipulando bem?".

(...)

Mariana Simões - Nós não somos jornalistas americanos. E foi falado na época das últimas eleições que os jornalistas estavam convencidos de que a Hillary Clinton iria ganhar. No final, eles erraram. Erraram na convicção de que ela ganharia. O jornalista tem que levar essa culpa? Foi um erro na cobertura?

Paula Cesarino Costa - Eles não viram os EUA inteiros, não perceberam o movimento que havia no país. Claramente há um EUA que estava escondido, digamos assim. E havia uma convicção de que a Hilary era melhor. Mas, no fundo, a imprensa americana tem vários momentos em que ela vacilou, tratou o Trump como uma piada. Acho que houve uma falha de visão do que estava acontecendo. De certa forma, é um erro.

João Paulo Charleaux - A gente não sabe como lidar com esse negócio. Como é que você faz? Ele existe, está lá. Quando você aponta o que você considera grotesco no discurso, isso acaba funcionando como gasolina para pessoas que consideram esse valor positivo. E nós vamos viver isso aqui no Brasil com o Bolsonaro. Como é que vamos cobrir esses fenômenos? É bizarro. Quando você diz que ele é um cidadão que apoia tortura, as pessoas tomam isso como elogio.

Abraji investiga morte de jornalistas do Brasil

Pedro Varoni

30 de outubro de 2017. nº 964, ano 22²¹⁶

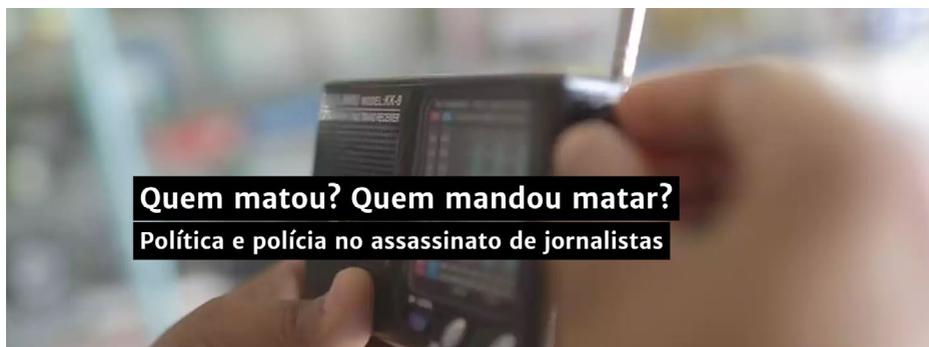
É uma tarde chuvosa de sexta-feira e após duas tentativas frustradas no telefone celular, Bob Fernandes me passa o seu número fixo. É nosso primeiro contato e a sua voz me é familiar. Reconheço o ritmo de narração do repórter de texto econômico, desses que quase já não se fazem mais.

As palavras certas dizem muito, exploram contextos, expõem a clareza de um raciocínio de quem aposta as fichas na autonomia do jornalismo diante dos interesses políticos e econômicos.

É o mesmo estilo que encontro no último material publicado pela Abraji sobre o assassinato de jornalistas no Brasil. "Quem matou, quem mandou matar? – Política e Polícia no assassinato de jornalistas".

As reportagens são de Bob Fernandes e Bruno Miranda e fazem parte do projeto "Programa Tim Lopes" da Abraji, com apoio da Open Society Foundations. O conteúdo inclui narrativas em texto e produções audiovisuais, como um documentário dirigido por Bob Fernandes e João Wainer.

O resultado pode ser descrito como uma grande reportagem transmídia: aprofundamento do tema, narrativa em formatos diversos. É a primeira vez que a Abraji produz conteúdo jornalístico. "Nesses 15 anos nossa opção estratégica sempre foi a de fomentar e estimular o uso de ferramentas e práticas que favorecem o exercício do jornalismo. Quebramos hoje, excep-



(216) <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/quem-matou-quem-mandou-matar/>

cionalmente, este paradigma, para tratar de um dos temas mais caros ao exercício da profissão, o assassinato de comunicadores pelo interior do país”, esclarece a associação em sua página no Facebook.

Dados do Committee to Protect Journalists (CPJ) apontam a morte de 39 jornalistas no Brasil desde 1992, sendo que 25 mandantes ou assassinos continuam impunes.

Para contar a história desses números, o projeto da Abraji percorreu 14.800 quilômetros pelo Brasil. E encontrou, sobretudo, a presença forte do rádiojornalismo. O Brasil tem outorgadas 14.350 emissoras de rádio, com 9.973 outorgas para emissoras nas áreas comercial e educativa e 4.377 para rádios comunitárias.

Na apresentação do trabalho, a equipe do projeto fala da necessidade de prudência no levantamento dos dados de jornalistas mortos no exercício da profissão, principalmente pelas dificuldades em se definir com precisão se o assassinato se deu por motivos ligados ao jornalismo ou por ações pessoais alheias ao exercício profissional.

A partir desses critérios quatro lugares foram selecionados para as reportagens: Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai; Ipatinga, no Vale do Aço em Minas Gerais; Conceição do Ferro, na região de Feira de Santana, na Bahia; e Camocim, no Ceará.

Bob Fernandes, relata na reportagem, outros motivos da escolha.

“Gleydson, em Camocim, Ceará, por ter sido assassinado dentro do estúdio, quando entrava no ar. Crime com repercussão mundo afora.

Rodrigo Neto e Walgney de Carvalho, em Ipatinga, pela reação exemplar do jornalismo aos assassinatos. Pressionado pelo trabalho de repórteres da região, e pelo Sindicato dos jornalistas de Minas, o governo estadual montou uma força-tarefa.

Os dois assassinos, um deles policial, foram condenados e presos. Acusados por outros crimes, 10 policias foram presos. Depois, pouco a pouco, foram libertados. Os mandantes seguem livres.

Em Conceição da Feira, na Bahia, o contrário. Ninguém preso. O delegado que investigou o crime já não está na cidade. Que seguia sem promotor, sem juiz, e sem Fórum.

Em Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, a feroz disputa do narcotráfico, com a presença de ‘Comandos’ que, assim como Brasil afora, guerreiam e ocupam territórios.”

O trabalho de apuração comprovou, na prática, o que pesquisas apontam: entre 80 e 90% dos inquéritos abertos para investigar homicídios são

arquivados sem determinação de autoria e circunstâncias dos crimes. A abordagem do projeto sugere uma meta reflexão sobre a cobertura da violência no jornalismo brasileiro, em grande parte refém de tratamentos sensacionalistas e comprometida com só um lado – o policial – e também fragilizada por um cenário em que a investigação e o aprofundamento podem ser punidos com a vida.

Ao buscar contextualizar as relações de poder por detrás dos assassinatos dos jornalistas, a equipe do projeto “Quem Matou, quem mandou matar” retrata a face real de um país violento e injusto.

A reportagem foi a primeira etapa do projeto. A segunda fase será formada por uma rede de jornalistas, empregados de redações de diferentes partes do país, que acompanhará in loco cada caso de assassinato, sequestro ou tentativa de assassinato de um colega. “O objetivo é dar visibilidade tanto ao crime quanto ao conteúdo que a vítima investigava”, informa o site da organização.

(...)

Encerramos a conversa dialogando sobre as relações de poder na política brasileira e sua influência no jornalismo. Depois da despedida, volto ao texto. “Se no topo o país vive monopólios na indústria de comunicação de massa, imagine-se a fragilidade no Brasil profundo. Emissoras e profissionais, muitas vezes em vão, se esforçam para não se tornarem reféns de anunciantes. Sejam eles de origem privada ou pública.”

Uma Cobertura sem aprofundamento político

Nereide Beirão

21 de março de 2018. nº 979, ano 23²¹⁷

O crime/atentado foi bárbaro e covarde e teve imensa repercussão no Brasil e no mundo. O perfil de Marielle Franco, a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro, ativista, negra, feminista, homossexual, nascida e criada na favela da Maré, socióloga, mestre em administração pública, defensora dos direitos humanos, das minorias e dos mais pobres gerou uma reação difícil de ser contida. Há urgência na solução da questão policial com a identificação e punição dos responsáveis pelo planejamento e mortes dela e de seu motorista, Anderson Gomes, mas o caráter político da execução, no grave momento porque passa o Brasil, e com o Rio de Janeiro sob intervenção federal, criou uma série de indagações e necessidade de pautas, aprofundamento de enfoques, muito além da investigação do crime.

A cobertura variou muito de amplitude e relevância, mas o tom, até nos programas de entretenimento, foi de perplexidade e indignação. Na cobertura da TV Globo, por exemplo, que se destacou pela importância dada ao assunto, houve omissões e equívocos na parte política. Foram boas as reportagens nos telejornais e no Fantástico sobre as investigações policiais e o lado humano de Marielle e Anderson. As relações de amor com suas respectivas companheiras, a vida difícil e repleta de lutas de Marielle na voz da família, amigos, companheiros de partido e de movimentos sociais.

Intervenção no Rio

Na questão política, omissões surgiram já na cobertura das manifestações em várias cidades no Brasil e no exterior. Mesmo que majoritariamente com imagens aéreas, as manifestações desta vez foram mostradas, mas com uma motivação restrita: a indignação pelas mortes. Os protestos, iam além disso. Defendiam as questões que Mariella representava e pelas quais lutava. O já usual grito de "Fora Temer" foi ouvido ao longe durante algumas entrevistas, mas o bordão "Por Marielle, eu digo não, eu digo não à intervenção" foi omitido.

(217) <http://observatoriodaimprensa.com.br/a-crise-na-seguranca-publica/por-marielle-digo-nao-intervencao/>

Por sinal, em toda cobertura faltou aprofundar por quais ideias Marielle lutava. Não houve aparições dela com áudio, defendendo seus pontos de vista, apesar da grande quantidade de falas disponíveis na internet. A sua firme posição contrária à intervenção federal, a experiência da ação militar durante um ano na Maré, que ela acompanhou, e o fato de ser relatora da Comissão da Câmara de Vereadores criada para fiscalizar a medida foram pouco mencionados.

A própria intervenção federal, na cidade onde o crime aconteceu, passou ao largo do noticiário. A repercussão política foi oficial. Houve preocupação em demonstrar que o governo e as instituições federais estavam reagindo ao crime. Todos os poderes da república se manifestaram e foram inúmeras as autoridades ouvidas. Curiosamente faltou a autoridade maior, neste momento extraordinário vivido pelo Rio, o interventor general Walter Souza Braga Neto, responsável pela segurança pública. Ele se manifestou apenas por meio de uma nota curta. Sua primeira aparição falando sobre o crime e defendendo a intervenção foi nos telejornais de sábado, em um pronunciamento feito na véspera, durante uma solenidade militar bem longe do Rio, em Manaus.

Merval Pereira, em seu comentário no Jornal das 10, da GloboNews, no dia 15, deixou claro porque o assunto intervenção não apareceu no noticiário. Não há qualquer relação do crime com a intervenção, garantiu. Mas como desconhecer que o local da ousada ação da dupla execução foi na região central do Rio? A justificativa para a intervenção não foi reduzir a violência, inibir a ação de criminosos? Na mesma noite, no mesmo horário, a execução de um homem a tiros de fuzil, na saída de um restaurante na Barra da Tijuca e o assassinato de outro, na frente do filho, após um assalto, demonstram que, a intervenção e seus resultados, um mês depois, não poderão deixar de ser discutidos e noticiados. E a sequência macabra de violência continuou com novas mortes no fim de semana.

O governo pretendia fazer um balanço de um mês de intervenção, no domingo, no Rio, com a presença de Temer, mas ele foi imediatamente adiado. Foi substituído por uma reunião no mesmo domingo, no Palácio da Alvorada, para anunciar recursos para reforçar a operação. Gerou imagens, matéria no fim do Fantástico, mas ficou faltando a informação principal. Não se sabe ainda o valor que será liberado, e nem quando. Vai depender do Congresso, de uma medida provisória...

Os defensores da ação podem até dizer que a manutenção da violência motiva também a continuidade da intervenção, mas com tanta improvisa-

ção e com os últimos acontecimentos não há oficialismo que resista. A violência e as mortes de Marielle e Anderson ampliaram os questionamentos sobre a questão política. No domingo, novas manifestações banharam com “sangue” a entrada do Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro...

O ponto de partida do mapa do jornalismo brasileiro no século 21

Angela Pimenta

06 de novembro de 2017. nº 965, ano 22²¹⁸

Esta edição especial do *Observatório da imprensa* traz um mapeamento inédito do jornalismo em todo território brasileiro.

Para publicar esta primeira edição, tivemos que recorrer à Lei de Acesso à Informação para obter dados da Secom, órgão da presidência da república. Contamos também com dados obtidos através de uma campanha de crowdsourcing em que colaboradores voluntários indicaram a existência de 287 veículos. Contamos também com um levantamento fornecido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Criado como um banco de dados aberto ao público a ser atualizado anualmente, o Atlas da Notícia visa produzir um panorama dinâmico da profunda transformação do jornalismo – sobretudo o que produz notícias de interesse público no âmbito regional e local – em meio à chamada revolução digital e a uma persistente crise econômica.

Mesmo limitado a ferramentas estatísticas quantitativas, este primeiro retrato do jornalismo brasileiro revela que quando se trata de apurar e publicar notícias, o território brasileiro repete o padrão histórico de grandes desigualdades socioeconômicas.

Enquanto as regiões sul, sudeste e o Distrito Federal concentram a enorme maioria dos veículos, sejam impressos ou digitais, as regiões mais pobres, como o norte e nordeste são aquelas com o maior número dos chamados desertos de notícias. Nosso levantamento detectou “desertos” em 4.500 municípios brasileiros sem nenhum jornal impresso ou site jornalístico.

(218) <http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/o-ponto-de-partida-do-mapa-do-jornalismo-brasileiro-no-seculo-21/>

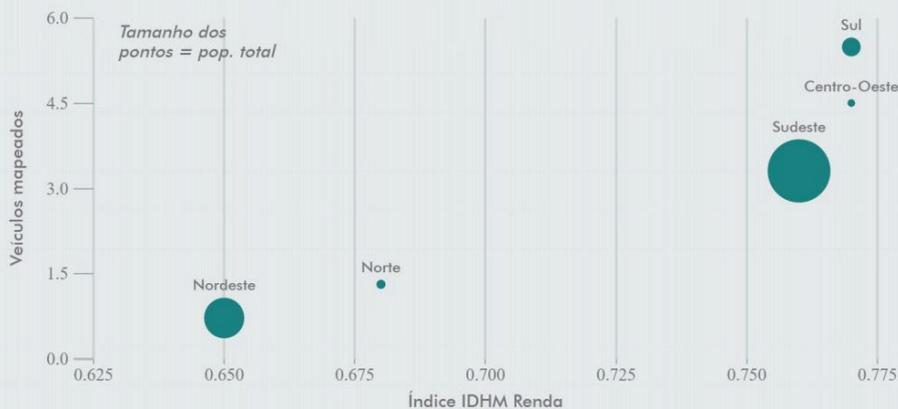
Produzido a partir de informações extraídas do Atlas, o mapa que ilustra este texto traz bons exemplos dessa desigualdade: com uma população de 420 mil habitantes, Florianópolis tem 30 jornais impressos e um índice de desenvolvimento humano municipal, o IDHM, de 0,847, além de uma renda per capita de 1.800 reais.

Já Natal, com 800 mil habitantes, tem apenas seis jornais impressos, apresenta um IDHM de 0,763 e uma renda per capita de 950 reais.

O Atlas também indica desertos de notícias em municípios de extrema vulnerabilidade socioambiental. A mineira Mariana, que assim como grande parte de municípios bacia do rio Doce até hoje sofre com o rompimento criminoso de uma represa de rejeitos da mineradora Samarco, em 2015, não conta com nenhum jornal impresso.

Jornais impressos e online

Proporção de jornais e veículos online mapeados para cada 100 mil habitantes em relação ao fator de renda do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)



Fonte: Atlas da Notícia/PNUD

A

O IDHM-Renda tem forte correlação com a concentração de jornais impressos e online em cada região.
(Crédito: Atlas da Notícia/Projor)

Este também é o caso da paraense Altamira, que sedia a represa hidrelétrica de Belo Monte, às margens do rio Xingu. Nosso levantamento revelou três veículos digitais em Mariana, com 54 mil habitantes, e apenas um veículo digital em Altamira, que tem 100 mil habitantes.

Neste primeiro olhar, nosso levantamento não especifica a circulação impressa e audiência dos veículos e tampouco a qualidade da produção jornalística. De caráter mais granular e qualitativo, tais análises requerem levantamentos sucessivos e minuciosos.

De agora em diante, nossa capacidade de manter o Atlas da Notícia atualizado – indicando a criação, fechamento ou migração de jornais impressos para o meio digital – dependerá sobretudo da continuidade de informações obtidas via crowdsourcing.

Por isso, o Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, que mantém o *Observatório da Imprensa* irá se empenhar na criação de uma rede de colaboradores, idealmente liderada por professores e alunos de jornalismo. Queremos não apenas atualizar, como aperfeiçoar nosso banco de dados.

Mas estamos certos que desde já o Atlas da Notícia representa um acervo precioso para jornalistas, pesquisadores acadêmicos, entidades do terceiro setor e respectivos financiadores, além das empresas de mídia, permitindo a geração de ideias e estratégias capazes de fortalecer a imprensa local e regional.

Cinco possíveis saídas para o jornalismo local no Brasil

Adriana Garcia

06 de novembro de 2017. nº 965, ano 22²¹⁹

O Brasil tem quase 208 milhões de habitantes. Pouco mais da metade está conectada à internet. Quando olhamos para o mapa por regiões, no entanto, vemos uma paisagem virtual semelhante a da existência de jornais: territórios com mais renda têm populações mais conectadas e com mais acesso à fontes de informação verificada do que as regiões mais empobrecidas, como o Norte e o Nordeste.

(219) <http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/cinco-possiveis-saidas-para-o-jornalismo-local-no-brasil/>

Isso nos coloca uma questão: se os jornais estão diminuindo de tamanho em todo o território nacional devido à disrupção tecnológica e à crise econômica, qual papel o jornalismo digital poderia desempenhar para preencher vazios informacionais em nosso país?

Parece fácil imaginar que sim, que os novos empreendimentos em jornalismo, principalmente aqueles adaptados para o telefone celular, poderiam facilmente ocupar esse espaço. No entanto, basta olhar os principais novos empreendimentos digitais para verificar que a maioria ainda se encontra no abastado eixo Sul e Sudeste.

Cobrir um território continental com critérios jornalísticos claros que atendam funções cívicas básicas para manter os cidadãos bem informados – tais como seguir o andamento das sessões das câmaras municipais e ações das prefeituras e procurar entender como são gastas as receitas públicas – são funções básicas de qualquer repórter.

Além disso, conforme sucessivos relatórios do Comitê para Proteção de Jornalistas, muitos dos que estão nas trincheiras espalhados nos rincões mais remotos do país trabalham em meio a ameaças de morte e o risco de processos judiciais.

Se a transformação digital vai nos levar cada vez mais para o ambiente virtual, o que poderia ser feito para garantir que o jornalismo cívico local, feito para o cidadão em sua própria região, possa resistir e se fortalecer?

Como esse cenário não existe, aqui vão cinco exercícios imaginativos para o futuro:

- 1) Fundações, ONGs e bilionários prestariam atenção à quantidade de desertos informacionais, financiando um grande programa de envio de jornalistas experientes, como correspondentes fixos nas capitais e nas principais cidades fora dos grandes centros que merecem ser acompanhadas.

- 2) Um programa de residência jornalística seria criado em parceria com as universidades, ONGs e o poder público para que estudantes de jornalismo ou jovens jornalistas de todo o país pudessem conhecer esses rincões do país e aprender com os correspondentes ali alocados nos meses de férias. O mesmo seria feito para estimular jovens que habitam essas regiões a se engajarem em fazer reportagem logo no início da faculdade.

- 3) Um consórcio entre governos, Sebrae e outras instituições ligadas à inovação e empreendedorismo criaria programas de formação para jornalistas empreendedores locais. Bolsas, capital-semente e orientação seriam concedidos durante a implantação dos novos veículos.

- 4) O poder público criaria um fundo de financiamento para o jornalismo

local, vantagens tributárias não seriam descartadas, para estimular a criação de novos veículos.

5) Jornadas de investigação por meio do design trariam insights sobre a vida das pessoas em suas comunidades, instigando a comunidade brasileira dedicada ao jornalismo de dados a produzir mais material sobre essa regiões e devolver conteúdos aos grandes centros, onde é pouquíssima a informação de qualidade produzida pelo eixo regional; Parcerias com grandes veículos de comunicação dariam reforço institucional e divulgação ao material produzido.

As possibilidades são muitas, os desafios também. O importante é estar ciente de que por si só o jornalismo digital não vai dar conta dos vazios informacionais do país. É preciso que haja uma política – no sentido mais amplo do termo – de conectar o olhar do grande centro com a verdade que emana das comunidades mais longínquas.

A menos de um ano para as eleições presidenciais de 2018, cabe nos perguntar se a cobertura que teremos será falha ou não. Haveria um jeito de unir veículos tradicionais com locais para criar um protocolo comum de atuação? Haveria interesse dos veículos em cobrir mais territórios? Ou de criarem parcerias locais para oferecer um olhar mais aprofundado e complexo sobre uma região?

São perguntas em aberto que, esperemos, chamem a atenção de todos em busca de novos insights para alguns dos mais importantes temas da atualidade: a transformação digital e o que vem depois. ●

Relação de autores e textos

CAPA

Foto da capa
RENE BÖHMER (UNSPLASH)

CAPÍTULO 1

O rapaz que sonhava ser cineasta
FRANCISCO UCHA
06 de março de 2012. nº 684, ano 17

Repórter também é leitor - A criação dos cadernos de jornalismo
ALZIRA ALVES DE ABREU
18 de dezembro de 2017. nº 971, ano 22

Entre o cosmo sangrento e a alma pura
CAIO TÚLIO COSTA
14 de abril de 2016. nº 898, ano 21

A inspiração e a alma
LUIZ EGYPTO
24 de março de 2016. nº 895, ano 21

Ao Dines, com carinho,
CARLOS VOGT
18 de dezembro de 2017. nº 971, ano 22

Um compromisso, uma história, um saldo
ALBERTO DINES
02 de maio de 2006. nº 336, ano 11

CAPÍTULO 2

Quando conseguirão os jornais desatrelar-se dos fascículos?

ALBERTO DINES

1º de abril de 1996. nº 01, ano 01

A melhor profissão do mundo

GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

20 de outubro de 1996. nº 8, ano 01

96, o ano em que o rabo se soltou

ALBERTO DINES

20 de dezembro de 1996. nº 12, ano 01

A imprensa tem obsessão pelo governo

ENTREVISTA COM ROBERTO DAMATTA POR MAURO MALIN

05 de maio de 1997. nº 21, ano 02

Os novos cães de guarda

ENTREVISTA COM SERGE HALIMI POR NORMA COURI

20 de outubro de 1998. nº 55, ano 03

Os interesses das empresas vão induzir a opinião dos jornais

ENTREVISTA COM O PROFESSOR THOMAS SKIDOMORE POR MAURO MALIN

20 de junho de 1997. nº 24, ano 02

Jornalista pode ter amigo?

ISAK BEJZMAN

05 de fevereiro de 2000. nº 83, ano 05

Hora de integrar as mídias

GERALDO IGLESIAS

05 de julho de 1998. nº 48, ano 03

Da letra ao desenho

OS OBSERVADORES

05 de julho de 2000. nº 93, ano 05

Crise nas empresas jornalísticas ou crise do jornalismo?

ALBERTO DINES

05 de outubro de 1998. nº 54, ano 03

Lei da Prensa é o fim

TT CATALÃO

20 de outubro de 1997. nº 32, ano 02

É hora de acionar o Conselho de Comunicação Social

OS OBSERVADORES

05 de dezembro de 1997, nº 35, ano 02

Aberto o debate entre jornalistas e professores

OS OBSERVADORES

05 de agosto de 1997, nº 27, ano 02

Imprensa não assimilou conceito de Saúde universal

RICARDO DE MENEZES MACEDO

20 de junho de 1997, nº 24, ano 02

Maneiras de dizer

ALBERTO DINES

20 de outubro de 1996, nº 8, ano 01

Dor, sangue e silêncio

SÍLIO BOCCANERA

20 de março de 1997, nº 18, ano 02

Equação complicada

OS OBSERVADORES

05 de dezembro de 1999, nº 80, ano 04

Vlado, 22 anos

VICTOR GENTILLI

05 de novembro de 1997, nº 33, ano 02

O general e Herzog

MAURO MALIN

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03

A propaganda do general

MAURO MALIN

20 de junho de 1997, nº 27, ano 02

Naya é estrutural

OS OBSERVADORES

20 de março de 1998, nº 41, ano 03

Rodízio e manipulação

MAURO MALIN

20 de maio de 1997, nº 22, ano 02

Quanto vale a Vale?

MAURO MALIN

20 de março de 1997, nº 18, ano 02

Presidente foi impreciso

MAURO MALIN

05 de junho de 1998, nº 46, ano 03

**O dia em que entramos no Primeiro Mundo
(e a nossa imprensa atolou-se na Banda B)**

ALBERTO DINES

20 de abril de 1997, nº 20, ano 02

Não se pode ignorar um negócio de R\$ 80 bilhões

ALI KAMEL

20 de julho de 1997, nº 26, ano 02

Jornais na Banda B: conflito de interesses

ALBERTO DINES

20 de julho de 1997, nº 26, ano 02

Professor da UnB mapeia concentração dos meios de comunicação no país

MAURO MALIN

05 de julho de 1998, nº 48, ano 03

Dossiê das concessões de TV: A colheita dos coronéis

JAYME BRENER

20 de outubro de 1998, nº 55, ano 03

**Baixaria eleitoral: mídia cabocla sofre do Complexo Lewinsky
(* denunciismo primário, * fofuquismo solerte, * desmentidos, idem)**

OS OBSERVADORES

20 de agosto de 1998, nº 51, ano 03

Mídia garantiu reeleição e cobra o preço do serviço

MAURO MALIN

20 de novembro de 1998, nº 57, ano 03

Do catastrofismo à euforia

(De como a recessão evaporou em menos de 30 dias!)

ALBERTO DINES

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03

Jornalismo pesquisótico, ou: a psicose das pesquisas

OS OBSERVADORES

20 de novembro de 1997, nº 34, ano 02

Obsessão com Zagallo é deprimente

ELIAS AREDES JUNIOR

20 de maio de 1998, nº 45, ano 03

Deixaram a gente sem defesa

NILSON VARGAS

20 de junho de 1998, nº 47, ano 03

Upgrade do cocuruto

LUIZ CARLOS PIRES

05 de outubro de 2000, nº 99, ano 05

E-Notícias: Quebradeira pontocom

LUIZ CARLOS PIRES

20 de novembro de 2000, nº 102, ano 05

Jornalismo Digital: Buraco-negro telemático

CLÁUDIO WEBER ABRAMO

20 de janeiro de 2001, nº 105, ano 06

Lady Xuxa

MAURO MALIN

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03

Mídia de uma nota só

ALBERTO DINES

05 de julho de 1998, nº 48, ano 03

Midiagate, ou com o rabo entre as pernas

ALBERTO DINES

05 de fevereiro de 1998, nº 38, ano 03

O pobre reino do consenso comum

RENATO JANINE RIBEIRO

05 de janeiro de 1998, nº 36, ano 03

Publicar ajuda ou prejudica? Eis a nova questão.

OS OBSERVADORES

05 de junho de 1998, nº 46, ano 03

**Jornalista foi punido porque não adivinhou
o que seria dito 72 horas depois**

AUGUSTO NUNES

05 de setembro de 1998, nº 52, ano 03

Abortos e abutres

SIDNEY GARAMBONE

05 de dezembro de 1998, nº 58, ano 03

Por que 1968 foi mais badalado do que 1964

OS OBSERVADORES

05 de janeiro de 1999, nº 59, ano 04

**Imagem não é documento. Ou, por que
uma ilustração não vale mil palavras**

ALBERTO DINES

20 de janeiro de 1999, nº 60, ano 04

Sepúlveda sepulta jornalismo de vazamentos

ALBERTO DINES

20 de junho de 1999, nº 69, ano 04

Teoria e prática da presunção de culpa

OS OBSERVADORES

05 de junho de 1999, nº 68, ano 04

O Caderno 2 e a inteligência do leitor

FRANCISCO MORENO DE CARVALHO

20 de julho de 1999, nº 71, ano 04

Qualidade na TV: Cartel embrulhado para presente

ALBERTO DINES

20 de setembro de 2000, nº 98, ano 05

Qual o fato midiático mais importante de 1999?

O ano que começou mal e mal começou

OS OBSERVADORES

20 de dezembro de 1999, nº 81, ano 04

Entre o documento e o entendimento

CARLOS MÜLLER

05 de abril de 2000, nº 87, ano 05

Aloysio Biondi e o anti-jornalismo

ARMANDO MEDEIROS DE FARIA

20 de agosto de 2000, nº 96, ano 05

Novos casos de corrupção. Viva!

TOM TABORDA

05 de setembro de 2000, nº 97, ano 05

Caso Tim Lopes: Estão esquecendo o Elias Maluco!

ALBERTO DINES

26 de junho de 2002. nº 178, ano 07

Quem nunca amou que atire a primeira pedra

MAGDA DE ALMEIDA

05 de setembro de 2000, nº 97, ano 05

Título em uma palavra

OS OBSERVADORES

19 de setembro 2001, nº 139, ano 06

Lições do embargo: Nada de novo no controle da informação

ALBERTO DINES

12 de setembro de 2001, nº 138, ano 06

**Mídia na Copa: Anunciantes de cabelo
em pé e jornalismo de pé atrás**

MARINILDA CARVALHO

26 de junho de 2002, nº 178, ano 07

Eleições 2002: O jogo (finalmente) vai começar

CHICO BRUNO

26 de junho de 2002, nº 178, ano 07

Entre o sonho e a realidade

LUIZ EGYPTO

20 de outubro de 2000, nº 100, ano 05

Sistema Totêmico e Sistema Mediático, uma provocação

ALBERTO DINES

20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05

Nu em pêlo diante de Freud

LUÍS EDGAR DE ANDRADE

20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05

Censura e lavagem cerebral

CLÁUDIO WEBER ABRAMO

20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05

Jogo de espelhos

CARLOS VOGT

20 de outubro de 2000. nº 100, ano 05

A novela da morte de Mário Covas

LUIZ ANTONIO MAGALHÃES

20 de janeiro de 2001, nº 105, ano 06

Notícias Populares: Enterro sem epitáfio

OS OBSERVADORES

31 de janeiro de 2001, nº 106, ano 06

Momitor da Imprensa: Centenária e moderninha

OS OBSERVADORES

31 de janeiro de 2001, nº 106, ano 06

Texto Jornalístico: Quanto menor, pior

CLÁUDIO WEBER ABRAMO

31 de janeiro de 2001, nº 106, ano 06

A mira que a mídia idolatra

TT CATALÃO

20 de março de 1998, n. 41, ano 03

CAPÍTULO 3

Depois do jornalismo fiteiro, a reportagem dossiêira (argh!)

ALBERTO DINES

13 de maio de 2008. nº 485, ano 13

New journalism vs. old journalism

NORMA COURI

15 de agosto de 2006. nº 273, ano 11

O jornalismo 'liquidificador'

MARCOS HENRIQUE GUIMARÃES

10 de abril de 2007. nº 428, ano 12

O que significa acreditar na imprensa

EUGÊNIO BUCCI

23 de dezembro de 2008. nº 517, ano 13

Opinião da imprensa não é a opinião pública

VENÍCIO A. DE LIMA

20 de março de 2006. nº 373, ano 11

Qual a saída para jornais e revistas de papel?

LUIZ EGYPTO

11 de junho de 2008, nº 489, ano 13

Crise de gestão: Despedidas, sucessos e sucessões

LUCIANO MARTINS COSTA

19 de agosto de 2003. nº 238, ano 08

Lula faz gols, mídia engole frangos

ALBERTO DINES

17 de junho de 2003. nº 229, ano 08

Censura togada: Mordação em você

ALBERTO DINES

12 de fevereiro de 2003. nº 211, ano 08

O segundo chute na santa

NELSON HOINEFF

26 de fevereiro de 2008. nº 474, ano 13

O seqüestro oficial da fala

MUNIZ SODRÉ

04 de novembro de 2003. nº 249, ano 08

Ombudsman não é panacéia

ALBERTO DINES

05 de agosto de 2003. nº 236, ano 08

O “liberou geral” da educação

VICTOR GENTILLI

09 de setembro de 2003. nº 241, ano 08

Uma decisão polêmica do STF

ELIAS MACHADO

06 de março de 2007. nº 423, ano 12

O jornalismo e a blogosfera

MUNIZ SODRÉ

07 de outubro de 2008. nº 506, ano 13

Para o leigo que acha que faz jornalismo na internet

JOSÉ PAULO LANYI

31 de julho de 2007. nº 444, ano 12

Orkut: Viagem pelo universo do ódio e da intolerância

WALTER FALCETA JR.

22 de fevereiro de 2005. nº 317, ano 10

A mídia não sabe cobrir o Judiciário

ALBERTO DINES

29 de novembro de 2005. nº 357, ano 10

Jornalões não querem acuar o Congresso. Deveriam

ALBERTO DINES

11 de setembro de 2007. nº 450, ano 12

Palocci para editor-chefe

MAURO MALIN

22 de agosto de 2005. nº 343, ano 10

Gafe exige mais que um pedido de desculpas

LIGIA MARTINS DE ALMEIDA

19 de junho de 2007. nº 438, ano 12

Nem mesmo Freud explicaria o ódio a Lula

OTACIEL DE OLIVEIRA MELO

23 de dezembro de 2008. nº 517, ano 13

O grande editor da imprensa nacional

ROLF KUNTZ

09 de setembro de 2008. nº 502, ano 13

Ato falho ou boca torta?

GILSON CARONI FILHO

10 de junho de 2008. nº 489, ano 13

Grande mídia esfria sucessão presidencial

CÉSAR FONSECA

28 de agosto de 2007. nº 448, ano 12

A imprensa desarvorada

ALBERTO DINES

19 de outubro de 2010. nº 612, ano 15

O visual feminino no poder

LIGIA MARTINS DE ALMEIDA

17 de outubro de 2005. nº 351, ano 10

Sem internet, Obama perderia a eleição

CAIO TULIO COSTA E CAIQUE SEVERO

08 de novembro de 2008, nº 510, ano 13

Cobertura reveladora da posse de Obama

VENÍCIO A. DE LIMA

27 de janeiro de 2009. nº 522, ano 14

O dia em que os mancheteiros quebraram a cara

ALBERTO DINES

04 de dezembro de 2007. nº 462, ano 12

Manchetes para o comandante

GABRIEL PERISSÉ

26 de fevereiro de 2008. nº 474, ano 13

O combate que valeu a pena

ALBERTO DINES

29 de junho de 2004. nº 283, ano 09

A morte e a morte de Augusto Pinochet

CARLOS BRICKMANN

19 de dezembro de 2006. nº 315, ano 11

O campo de batalha somos nós

ALBERTO DINES

30 de dezembro de 2003. nº 257, ano 08

Ondas gigantes e redações vazias

ALBERTO DINES

04 de janeiro de 2005. nº 310, ano 10

Blogs agem mais rápido que o governo

CARLOS CASTILHO

06 de setembro de 2005. nº 345, ano 10

O jornalismo chamado às falas

ULISSES CAPOZZOLI

1º de março de 2005. nº 318, ano 10

Mais do que um surto, será apenas um susto?

GABRIEL PERISSÉ

15 de janeiro de 2008. nº 468, ano 13

Furo galáctico

MARINILDA CARVALHO

31 de agosto de 2004. nº 292, ano 09

A exclusividade da cabeçada de Zidane

ALBERTO DINES

11 de julho de 2006. nº 389, ano 11

O papa que a mídia mostrou ao maior dos países católicos

LUIZ WEIS

26 de abril de 2005. nº 326, ano 10

Duas questões sobre a visita do cowboy

ALBERTO DINES

09 de março de 2007. nº 423, ano 12

A tragédia virou novela

ALBERTO DINES

Editorial do Observatório da Imprensa na TV nº 457,
no ar em 15/4/2008

Tropa das elites

LUIZ HUMBERTO VIANA

22 de julho de 2008. nº 495, ano 13

Quem matou Eloá?

NELSON HOINEFF

21 de outubro de 2008. nº 508, ano 13

E a imprensa arremeteu

GILSON CARONI FILHO

24 de julho de 2007. nº 443, ano 12

O bom senso desmoronou no buraco da Linha 4

LUCIANO MARTINS COSTA

23 de janeiro de 2007. nº 417, ano 12

Os dois corpos de M.J.

MUNIZ SODRÉ

07 de julho de 2009. nº 545, ano 14

Desamor à primeira vista

ALBERTO DINES

Editorial do Observatório da Imprensa na TV nº 458,
no ar em 22/4/2008

O ano é de festa

CÁSSIO GUSSON

12 de fevereiro de 2008, nº 472, ano 13

Outras verdades sobre o PCC

LUCIANO MARTINS COSTA

15 de fevereiro de 2008. nº 472, ano 13

Olhar para trás, sim

LUIZ WEIS

26 de janeiro de 2007. nº 417, ano 12

A presunção de inocência

DALMO DE ABREU DALLARI

19 de janeiro de 2010. nº 573, ano 15

Tecnologia sozinha não liberta ninguém

ALBERTO DINES

21 de dezembro de 2010. nº 621, ano 15

Por que a mídia não se autoavalia?

VENÍCIO A. DE LIMA

28 de dezembro de 2010. nº 622, ano 15

Sapatadas de fim de ano

ALBERTO DINES

19 de dezembro de 2008. nº 516, ano 13

CAPÍTULO 4

Dilma e a mídia, a primeira vitória

LIGIA MARTINS DE ALMEIDA

11 de janeiro de 2011. nº 624, ano 16

A avalanche de versões no caso bin Laden

CARLOS CASTILHO

05 de maio de 2011. nº s/n, ano 16

O dever da liberdade

EUGÊNIO BUCCI

25 de agosto de 2011. nº 656, ano 16

Mídia brasileira à direita dos conservadores

ALBERTO DINES

06 de novembro de 2012. nº 719, ano 17

O Chávez que não era Chávez

LUIZ EGYPTO

24 de janeiro de 2013. nº 730, 18

Tragédia em Santa Maria: O horror e o limite da linguagem

LUCIANO MARTINS COSTA

28 de janeiro de 2013. nº 730, ano 18

O modelo 'franciscano' de jornalismo

ALBERTO DINES

19 de março de 2013. nº 738, ano 18

Anorexia e lipoaspiração na Capadócia

ALBERTO DINES

30 de abril de 2013. nº 744, ano 18

Quem matou o 'Sabático'?

ALBERTO DINES

12 de abril de 2013. nº 741, ano 18

Faça como Warren Buffett, compre um jornal

ALBERTO DINES

07 de maio de 2013. nº 745, ano 18

Mais jornais, melhor jornalismo

ALBERTO DINES

12 de novembro de 2013. nº 772, ano 18

Mídia local, transformações e desafios

CELESTINO VIVIAN

15 de abril de 2014. nº 794, ano 19

'A Gazeta', um grampo esquecido

MAURO MALIN

25 de maio de 2013. nº 747, ano 18

A agonia da empresa jornalística familiar

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

07 de agosto 2013. nº 758, ano 18

Direitos da criadagem, essa afronta

SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN

02 de abril de 2013. nº 740, ano 18

Muito além dos 20 centavos

SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN

15 de junho de 2013. nº 750, ano 18

Mídia e crise de representação, tudo a ver

VENÍCIO A. DE LIMA

25 de junho de 2013. nº 752, ano 18

POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores

ELIZABETH LORENZOTTI

25 de junho de 2013. nº 752, ano 18

Não é livre, não é jornalismo, mas vai ficar

MAURO MALIN

20 de agosto de 2013. nº 760, ano 18

A autocrítica como autodefesa

SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN*

03 de setembro de 2013, nº 762, ano 18

Mídia não explica, demoniza

ALBERTO DINES

27 de agosto de 2013, nº 761, ano 18

As prisões e a política como espetáculo

LILIA DINIZ

29 de novembro de 2013, nº 774, ano 18

A "legião dos imbecis" e o discurso do ódio

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

04 de julho de 2015. nº 857, ano 20

'Estamos órfãos do direito de resposta'

LUIZ EGYPTO

11 de junho de 2014. nº 802, ano 19

As capas da derrota

TAÍS BREM

16 de julho de 2014, nº 807, ano 19

A cobertura da morte de Eduardo Campos

ALBERTO DINES

19 de agosto de 2014. programa nº 738, ano 19

Cultura não é adereço

BELISA RIBEIRO

26 de maio de 2015. nº 852, ano 20

O silogismo da grande mídia e o ódio ao Nordeste

FÁBIO AGRA

14 de outubro de 2014. nº 820, ano 19

Isso pode?

NORMA COURI

20 de maio de 2015. nº 851, ano 20

'Charlie Hebdo' é a imprensa livre

RUI MARTINS

13 de janeiro de 2015. nº 833, ano 20

Relatório coloca imprensa diante do espelho

LUCIANO MARTINS COSTA

11 de dezembro de 2014. nº 828, ano 19

Vlado Herzog fez da Sé um templo da paz

ALBERTO DINES

27 de outubro de 2015. nº 874, ano 20

O jornalismo e o mercado de notícias

NORMA COURI

19 de agosto de 2014. nº 812, ano 19

A presidente está morta

JOTA ALCIDES

30 de junho de 2015. nº 857, ano 20

Mar de lama: Tragédia em Mariana

ALBERTO DINES

OI na TV, 27 de novembro de 2015, programa nº 795, ano 20

Carta aos estudantes de jornalismo em Minas Gerais

YAGO SALES E JULIANA JUNQUEIRA

20 de novembro de 2015. nº 877, ano 21

A mídia no caso Cunha

ALBERTO DINES

OI na TV, 26 de agosto de 2015, programa número 784, ano 20

Relações Cuba – EUA

ALBERTO DINES

OI na TV, 22 de julho de 2015, programa nº 780, ano 20

Grampos e as responsabilidades da mídia

ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI

24 de março de 2016, nº 895, ano 21

Jornais apoiam o impeachment de Dilma?

CILEIDE ALVES

30 de abril de 2016. nº 900, ano 21

Temer errou com a EBC

EUGÊNIO BUCCI

31 de maio de 2016. nº 905, ano 21

Um pontapé na consciência de todos nós, jornalistas

CARLOS CASTILHO

11 de setembro de 2015. nº 867, ano 20

Riscos e responsabilidades na era dos mega vazamentos de dados

CARLOS CASTILHO

06 de abril de 2016. nº 897, ano 21

Radicalismo nas redes sociais ganha espaço com erros da imprensa

CARLOS CASTILHO

18 de novembro de 2016. nº 926, ano 21

Do Brasil e seus heróis

ALBERTO DINES

26 de novembro de 2016. nº 926, ano 21

A imagem da tragédia

ALBERTO DINES

05 de dezembro de 2016. nº 927, ano 21

Alberto Dines: “Estamos criando midiotas”

CAIO TÚLIO COSTA

27 de junho de 2016. nº 909, ano 21

CAPÍTULO 5

Morte e vida da imprensa

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

15 de agosto de 2017. nº 954, ano 22

Claire Wardle: combater a desinformação é como varrer as ruas

ANGELA PIMENTA

14 de novembro de 2017. nº 966, ano 22

A transição do poder para as plataformas

FRANCISCO ROLFSEN BELDA

23 de maio de 2017. nº 943, ano 22

Tribalistas não precisam de jornalismo

PEDRO VARONI

15 de agosto de 2017. nº 954, ano 22

Uma entrevista sobre os deslizos do jornalismo

EQUIPE DA AGÊNCIA PÚBLICA

30 de maio de 2017. nº 944, ano 22

Abraji investiga morte de jornalistas do Brasil

PEDRO VARONI

30 de outubro de 2017. nº 964, ano 22

Uma Cobertura sem aprofundamento político

NEREIDE BEIRÃO

21 de março de 2018. nº 979, ano 23

O ponto de partida do mapa do jornalismo

ANGELA PIMENTA

06 de novembro de 2017. nº 965, ano 22

Cinco possíveis saídas para o jornalismo local no Brasil

ADRIANA GARCIA

06 de novembro de 2017. nº 965, ano 22



*Observatório
da Imprensa*

**Observatório da Imprensa
Uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018**

Pedro Varoni e Lucy Oliveira (Eds.)

© Projor - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo
São Paulo, 2018

Projor